UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

CAROLINA SIQUEIRA DE DAVID

A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E OS SENTIDOS ESPECULATIVOS DO ACONTECIMENTO "CPI DA COVID" NA FOLHA DE S.PAULO E NO TWITTER

DOUTORADO

Santa Maria, RS

2022

CAROLINA SIQUEIRA DE DAVID

A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E OS SENTIDOS ESPECULATIVOS DO ACONTECIMENTO "CPI DA COVID" NA FOLHA DE S.PAULO E NO TWITTER

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, área de concentração em Comunicação Midiática, Linha de Pesquisa Mídias e Estratégias Comunicacionais, da Universidade Federal de Santa Maria, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Comunicação.

Orientadora: Profª. Drª. Rejane de Oliveira Pozobon

Santa Maria, RS

2022

This study was financied in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Finance Code 001

de David, Carolina Siqueira
A judicialização da política e os sentidos especulativos do acontecimento "CPI da Covid" na Folha de S.Paulo e no Twitter / Carolina Siqueira de David.- 2022.
178 p.; 30 cm

Orientadora: Rejane de Oliveira Pozobon
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, RS, 2022

1. CPIdaCovid 2. Iramuteq 3. Twitter 4. Folha de S.Paulo 5. Discurso midiático I. de Oliveira Pozobon, Rejane II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, CAROLINA SIQUEIRA DE DAVID, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Tese) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Tese de Doutorado

A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E OS SENTIDOS ESPECULATIVOS DO ACONTECIMENTO "CPI DA COVID" NA FOLHA DE S.PAULO E NO TWITTER

elaborada por
CAROLINA SIQUEIRA DE DAVID

Aprovada em 30 de março de 2022.

Como requisito parcial para obtenção do título de
Doutora em Comunicação

COMISSÃO EXAMINADORA:

_____
Profª. Drª. Rejane de Oliveira Pozobon – UFSM/RS
Presidente/Orientador
Participação por vídeoconferência

_____
Prof. Drª Elizabeth Saad Corrêa – USP/SP –
Participação por vídeoconferência

_____
Profª. Drª. Laura Strelow Storch – UFSM/RS
Participação por vídeoconferência

_____
Prof. Dr. Marcelo Ruschel Träsel – UFRGS/RS
Participação por vídeoconferência

_____
Profª. Drª. Sandra Rubia da Silva – UFSM/RS
Participação por vídeoconferência

NUP: 23081.032482/2022-23 **Prioridade:** Normal

Homologação de ata de banca de defesa de pós-graduação

134.332 - Bancas examinadoras: indicação e atuação

COMPONENTE

Ordem	Descrição	Nome do arquivo
2	Folha de Aprovação	Corrigido - Folha de Aprovação Carolina de David.pdf

Assinaturas

04/04/2022 14:59:38

LAURA STRELOW STORCH (PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR)

06.31.00.00.0.0 - DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - DCCOM

05/04/2022 09:04:25

SANDRA RUBIA DA SILVA (PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR)

06.31.00.00.0.0 - DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - DCCOM

05/04/2022 10:51:14

Elizabeth Saad Correa (Pessoa Física)

Usuário Externo (836.***.***-**)

05/04/2022 18:00:01

REJANE DE OLIVEIRA POZOBON (PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR)

06.31.00.00.0.0 - DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - DCCOM

12/04/2022 16:17:08

MARCELO RUSCHEL TRÄSEL (Pessoa Física)

Usuário Externo (945.***.***-**)

Código Verificador: 1289088

Código CRC: e10885e1

Consulte em: https://portal.ufsm.br/documentos/publico/autenticacao/assinaturas.html

Agradecimentos

Agradeço a minha família, em especial meus pais, Renato e Ana Luiza, e minha irmã, Camila, por serem uma fonte inesgotável de amor, carinho e compreensão; e por me darem todo o suporte e apoio possível nas minhas escolhas.

Agradeço também a minha orientadora, professora Rejane Pozobon, pela confiança e pela extrema dedicação nessa jornada que vem desde a graduação.

Aos meus amigos e amigas, pelas trocas afetivas, intelectuais e musicais.

Também agradeço a Universidade Federal de Santa Maria que em 10 anos me proporcionou inúmeras e incontáveis vivências. Em especial também agradeço o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), principalmente por meio do projeto CAPES-PrInt, pelo qual foi possível que eu fizesse meu Doutorado Sanduíche no Exterior, sob supervisão do professor Mauro Porto, a quem sou extremamente grata.

De antemão, também agradeço as professoras Elizabeth Saad, Laura Storch e Sandra Rubia da Silva e o professor Marcelo Träsel, banca examinadora desta tese, pela leitura e avaliação.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo principal analisar os sentidos concedidos pelo jornal Folha de S.Paulo e pelos usuários do Twitter ao acontecimento Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia, mais conhecido como "CPI da Covid" que ocorreu no período de 27 de abril a 26 de outubro de 2021. Para isso, parte-se de 65 matérias do jornal Folha de S.Paulo, que compreende um *corpus* que vai do dia inicial da instalação até o depoimento mais esperado, do ex-ministro Eduardo Pazuello, ocorrido nos dias 19 e 20 de maio de 2021; e de 1113 *tweets* coletados a partir da *hashtag* CPIdaCovid no período de 10h a 12h do dia 19 de maio. Ambos *corpora* passaram por tratamento de dados via *software* IRaMuTeQ, em que foram gerados dendrogramas com classes de palavras estáveis em relação ao seus vocabulários. Esses apontaram o protagonismo do senador Renan Calheiros, relator da Comissão, no que toca o corpus da Folha de S.Paulo; e a proeminência das *affordances*, no caso as *hashtags*, no que toca o *corpus* do Twitter. Depois dessa primeira fase de tratamento, seguiu-se para uma análise argumentativa na Folha de S.Paulo que confirmou a análise do *software*; e para uma análise tradicional de categorizações no Twitter, que comprovou a teoria de que as *hashtags* são agenciadoras de informações. Contextualmente, a pesquisa discute conceitos como Sociedade de Plataforma (VAN DIJCK, POELL, DE WAAL, 2018) que permite pensar o Twitter como uma plataforma de comunicação e também discutir as mudanças do discurso jornalístico neste cenário. No que toca os resultados finais, observa-se, além do que foi indicado pelo IRaMuTeQ, o fenômeno de judicialização da política e também os diferentes sentidos concedidos a CPI: bélico na Folha de S.Paulo e circense no Twitter. Ambos resultados 1) contemplam o contexto das plataformas, que não só mediam o discurso público, mas são atores que intervém na sua constituição 2) se encontram na proposta teórica do espetáculo (DEBORD, 2003) no momento em que se entende que, além de espetaculares, os sentidos são *especulativos*.

Palavras-chave: CPIdaCovid; Iramuteq; Twitter; Folha de S.Paulo; Discurso midiático; Discurso jornalístico.

ABSTRACT

The main objective of this thesis is to analyze the meanings given by the newspaper Folha de S.Paulo and by Twitter users to the event Parliamentary Commission of Inquiry on the Pandemia, better known as "CPI da Covid" that took place from April 27th to October 26th. It is constituted of 65 articles from Folha de S.Paulo newspaper, which comprises a corpus that goes from the initial day of the installation to the most awaited testimony, by former minister Eduardo Pazuello, which took place on May 19 and 20, 2021; and 1113 tweets collected from the hashtag CPIdaCovid in the period from 10 am to 12 am on May 19. Both corpora underwent data processing via IRaMuTeQ software, in which dendrograms with stable word classes were generated in relation to their vocabulary. These pointed to the leading role of Senator Renan Calheiros, the Commission's rapporteur, in terms of the corpus of Folha de S.Paulo; and the prominence of affordances, in this case hashtags, in terms of the Twitter corpus. After this first phase of treatment, an argumentative analysis was carried out in Folha de S.Paulo, which confirmed the analysis of the software; and a traditional analysis of categorizations on Twitter, which proved the theory that hashtags are information aggregators. Contextually, the research discusses concepts such as Platform Society (VAN DIJCK, POELL, DE WAAL, 2018) that allows it to think of Twitter as a communication platform and also to discuss the changes in journalistic discourse in this scenario. Regarding the final results, in addition to what was previously indicated, it was also observed the phenomenon of judicialization of politics and the different meanings given to CPI: *warlike* on Folha de S.Paulo and *circus* on Twitter. Both results 1) contemplate the context of platforms, which not only mediate public discourse, but are actors who intervene in its constitution 2) are found in the theoretical proposal of the spectacle (DEBORD, 2003) when it is understood that, in addition of spectacular, the senses are *speculative*.

Keywords: CPIdaCovid; Iramuteq; Twitter; Folha de S.Paulo; Media discourse; Journalistic discourse.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Relação entre acontecimento a partir de Queré (2012) e proposta desta tese 22
Figura 2: Inferência dos possíveis atores políticos da “CPI da Covid” 28
Figura 3: Inferência dos possíveis episódios temáticos da “CPI da Covid” 28
Figura 4: Discurso Apple 51
Figura 5: Discurso Facebook 51
Figura 6: Discurso Microsoft 51
Figura 7: Discurso Google 52
Figura 8: Discurso Amazon 52
Figura 9: Discurso do Twitter – “Acontecendo agora” 54
Figura 10: Exemplo de Assuntos do momento – Twitter 55
Figura 11: Discurso Twitter 56
Figura 12: Recursos do Twitter 58
Figura 13: PrintScreen da #CPIdaCovid em torno das 16h30 do dia 19 de maio de 2021 59
Figura 14: Discurso Folha de S.Paulo 67
Figura 15: Dados do jornal Folha de S.Paulo sobre circulação 67
Figura 16: Dados do jornal Folha de S.Paulo sobre audiência 68
Figura 17: Jornal Folha de S.Paulo e CPI 71
Figura 18: Desenho dos procedimentos metodológicos da pesquisa 73
Figura 19: Lematização da palavra exemplo convocar 75
Figura 20: Exemplo do corpus de análise na capa do jornal Folha de S.Paulo 81
Figura 21: Exemplo do corpus de análise em matéria interna da editoria Poder, indicado pela capa 81
Figura 22: Exemplo do corpus de análise em matéria interna da editoria Poder, não indicada pela capa, mas que possui a palavra CPI no título 82
Figura 23: Exemplo de Segmento de Texto do corpus de análise 84
Figura 24: Exemplo da codificação do corpus na primeira matéria analisada 86
Figura 25: Desenho do processo metodológico do corpus Folha de S.Paulo..... 87
Figura 26: Argumentos de Enquadramento 90
Figura 27: Imagem do programa Postman 92
Figura 28: Exemplo de tweet do corpus 93

Figura 29: Exemplo da codificação do corpus dos tweets 94
Figura 30: Desenho do processo metodológico do corpus Twitter 95
Figura 31: Corpus colorido do Twitter gerado pelo IRaMuTeQ 96
Figura 32: Planilha com a transcrição e categorização dos tweets 97
Figura 33: Classificação Hierárquica Descendente (CHD) – Folha de S.Paulo 99
Figura 34: Descrição da CHD corpus da Folha de S. Paulo 100
Figura 35: Aba Perfis do IRaMuTeQ – corpus Folha de S.Paulo 101
Figura 36: Segmento de Texto típico da Classe 1 (Folha de S.Paulo) 102
Figura 37: Segmento de Texto típico da Classe 2 (Folha de S.Paulo) 102
Figura 38: Segmento de Texto típico da Classe 3 (Folha de S.Paulo) 103
Figura 39: Segmento de Texto típico da Classe 4 (Folha de S.Paulo) 103
Figura 40: AFC do corpus Folha de S.Paulo 104
Figura 41: Nuvem de palavras da palavra “renan” – Folha de S.Paulo 109
Figura 42: AFC das Matérias (mat) – Folha de S.Paulo 110
Figura 43: Classificação Hierárquica Descendente (CHD) – Twitter #CPIdaCovid 120
Figura 44: Descrição da CHD corpus do Twitter #CPIdaCovid 120
Figura 45: Aba Perfis do IRaMuTeQ – corpus Twitter #CPIdaCovid 121
Figura 46: Segmento de Texto típico da Classe 1 (Twitter) 122
Figura 47: Segmento de Texto típico da Classe 2 (Twitter) 122
Figura 48: Segmento de Texto típico da Classe 3 (Twitter) 122
Figura 49: Segmento de Texto típico da Classe 4 (Twitter) 123
Figura 50: AFC do corpus Twitter #CPIdaCovid 124
Figura 51: Tweets que exemplificam a Classe 1 e a categorização Imagem negativa de Eduardo Pazuello por meio da variável incompetência 127
Figura 52: Tweets que exemplificam a Classe 2 e a categorização Imagem negativa de Eduardo Pazuello por meio da variável arrogância 128
Figura 53: Tweets que exemplificam a Classe 3 e a categorização Imagem negativa de Eduardo Pazuello por meio da variável mentira..... 129
Figura 54: Tweets que exemplificam a Classe 4 e a categorização Imagem negativa de Eduardo Pazuello por meio da variável prolixidade 130
Figura 55: Hashtags mais proeminentes no Twitter 132
Figura 56: Matéria com foco no Judiciário na Folha de S.Paulo 138

Figura 57: Tweets referentes ao termo habeas corpus 140
Figura 58: Título e subtítulo de matérias com vocabulário bélico no jornal Folha de S.Paulo 143
Figura 59: Matéria “Cavalo de Troia” que não consta no corpus 144
Figura 60: Exemplos de tweets sobre a CPI como entretenimento 147
Figura 61: Exemplos de tweets sobre a CPI como briga/confusão 148
Figura 62: Exemplos de tweets sobre a CPI como circo 149
Figura 63: Pesquisa do Datafolha sobre CPI 149

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Título de matérias que pertencem ao corpus de análise – Folha de S.Paulo 83
Tabela 2: Palavras excluídas do corpus – Folha de S.Paulo 84
Tabela 3: Modificações dos corpora de acordo com o IRaMuTeQ 84

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice 1: Link para tweets em arquivo do Word separado por data e hora 165

Apêndice 2: Link para tabela do Excel com categorizações 165

Apêndice 3: Link para arquivo do Wordpad com corpus da Folha de S.Paulo codificado para IRaMuTeQ 165

Apêndice 4: Link para arquivo Wordpad com corpus do Twitter codificado para IRaMuTeQ 165

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1: Link para arquivo com matérias da Folha de S.Paulo 166

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

1 O ACONTECIMENTO "CPI DA COVID" ENQUANTO OBJETO DE ANÁLISE 21
1.1 O CONCEITO DE ACONTECIMENTO 21
1.1.1 A "CPI da Covid" como acontecimento-objeto 23
1.1.1.1 Atores políticos 27
1.1.1.2 Episódios temáticos 28

2 O DISCURSO DAS E NAS MÍDIAS NA SOCIEDADE DE PLATAFORMA .. 30
2.1 O SUJEITO E O OBJETO: A TEORIA ATOR-REDE 30
2.1.1 A governança dos algoritmos 33
2.1.2 Os algoritmos como dispositivos 36
2.2 O DISCURSO DAS PLATAFORMAS 41
2.2.1 O que o termo plataforma (não) diz? 42
2.2.2 Sociedade de Plataforma e Sociedade de Caixa-Preta: explorando conceitos 46
2.3 O TWITTER COMO PLATAFORMA 53
2.3.1 A hashtag "CPIdaCovid" 58
2.4 O DISCURSO JORNALÍSTICO 60
2.4.1 A Folha de S.Paulo: breve histórico e as páginas sobre a "CPI da Covid" 66

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 72
3.1 O SOFTWARE IRAMUTEQ COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE 75
3.1.1 Classificação Hierárquica Descendente (CHD) 77
3.2 ETAPAS PROCEDIMENTAIS 80
3.2.1 Corpus da Folha de S.Paulo 80
3.2.1.1 A Argumentação como aporte teórico-metodológico 87
3.2.2 Corpus do Twitter 92
3.2.2.1 Elaboração de categorias a partir dos tweets 95

4 A "CPI DA COVID" NA FOLHA DE S.PAULO 98
4.1 CLASSIFICAÇÃO HIERÁRQUICA DESCENDENTE 98
4.1.1 Renan Calheiros 105
4.1.2 Luiz Henrique Mandetta 110
4.1.3 Nelson Teich 111
4.1.4 Eduardo Pazuello 112
4.1.5 Marcelo Queiroga 114
4.1.6 A vacina Pfizer 115
4.1.7 O uso da hidroxicloroquina 116
4.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTA ETAPA 117

5 A HASHTAG "CPI DA COVID" NO TWITTER 119
5.1 CLASSIFICAÇÃO HIERÁRQUICA DESCENDENTE 119

5.1.1 Categorização dos *tweets* 124
5.1.1.1 Aproximações entre as classes da CHD e as categorizações 125
5.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTA ETAPA 131

6 A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E OS SENTIDOS DA CPI DA COVID 134
6.1 A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA NA CPI 134
6.2 A CPI DA COVID ENQUANTO ACONTECIMENTO BÉLICO E ENQUANTO ACONTECIMENTO CIRCENSE 142
6.2.1 Acontecimento bélico na Folha de S.Paulo 143
6.2.2 Acontecimento circense no Twitter 146
6.3 OS SENTIDOS DA CPI DA COVID COMO ESPETÁCULO 150

CONSIDERAÇÕES FINAIS 154

REFERÊNCIAS 159

APÊNDICES 165

ANEXOS 166

INTRODUÇÃO

Foi em 2020 que o mundo começou a viver um acontecimento até então – considerando as proporções – inédito. A pandemia da Covid-19 (vírus SARS-CoV-2) trouxe, junto com o uso obrigatório de máscaras e distanciamento social, medo, angústia e um enfrentamento das narrativas sanitárias, econômicas e, obviamente, políticas. No Brasil, em que o cargo da presidência é ocupado desde 2018 por Jair Bolsonaro, a pandemia levou a óbito, até fevereiro deste ano, mais de 600 mil pessoas[1], sendo uma tragédia inestimável. Tragédia esta agravada pelas ações do Presidente, que contribuiu tanto para a propagação de desinformação[2] sobre tratamentos cientificamente ineficazes para a Covid-19 quanto para críticas a medidas como distanciamento social e uso de máscara[3]. Além disso, a inadequada atuação do chefe de governo, que negligenciou a compra de vacinas e outras logísticas envolvendo a pandemia, é corroborada na vacância do cargo de Ministros da Saúde que durante os dois primeiros anos da pandemia foi ocupado por quatro pessoas diferentes, ficando a maior parte do ano de 2020 sob controle de Eduardo Pazuello, general de divisão do Exército, responsável por liberar[4] o uso da cloroquina, medicamento sem eficácia científica comprovada contra a Covid-19. Mais acerca do campo da Comunicação, outra atitude que contribuiu para a controversa condução de Jair Bolsonaro foi a decisão de restringir o acesso a dados estatísticos sobre óbitos e internações durante a pandemia, fato que fez com que veículos de comunicação – mais precisamente Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo (Estadão), O Globo, Extra, G1 e UOL – formassem um consórcio para apuração e divulgação desses dados[5], contribuindo para o que Weber (2020) aponta como uma legitimidade da imprensa na narrativa sobre a pandemia da Covid-19, cumprindo um papel que deveria ser do Estado.

É em meio a este contexto que se instala a Comissão Parlamentar de Inquérito[6] (CPI) da Pandemia, denominada "CPI da Covid" por diversos meios de comunicação – entre eles, Folha

---

[1] De acordo com dados do G1, até 23 de fevereiro de 2022, 645 mil e 534 pessoas foram à óbito. Disponível em: https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel /. Acesso em: 23 fev. 2022.

[2] Estudo de Recuero e Soares (2021) mostra o crescimento da circulação de desinformação a partir dos pronunciamentos do presidente. Disponível em: https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2127/2008. Acesso: 9 set. 20201.

[3] Disponivel em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/02/em-dia-de-recorde-de-mortes-por-covid-19-no-brasil-bolsonaro-fala-contra-uso-de-mascaras.shtml . Acesso: 2 dez. 2021.

[4] Disponível em: https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,ministerio-da-saude-libera-cloroquina-para-todos-pacientes-de-covid-19,70003308705. Acesso: 9 set. 2021.

[5] Disponível em: https://www.abraji.org.br/noticias/acao-colaborativa-une-veiculos-para-evitar-apagao-de-dados-sobre-pandemia. Acesso: 9 set. 2021.

[6] Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) é a forma com que o Parlamento utiliza seu poder fiscalizador, e deve ter como objetivo investigar um fato, a partir de um prazo determinado, produzindo ao final um relatório com conclusões ao Ministério Público ou à Advocacia-Geral da União. Para sua criação, é necessário que o

de S.Paulo[7], O Globo[8] e o Estado de São Paulo (Estadão)[9] e assim referida nesta pesquisa. A data de início desta Comissão foi dia 27 de abril de 2021, com duração prevista para três meses – depois prorrogada por mais três – e com o objetivo de "apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados"[10]. Para o cargo de presidente da Comissão foi eleito o senador Omar Aziz e para o cargo de vice-presidente, o senador Randolfe Rodrigues. O cargo de relator, que é designado pelo presidente da Comissão, foi decidido em meio a entraves político-judiciários, em que governistas argumentavam que a indicação de Renan Calheiros – opositor ao governo – não poderia ocorrer por ele ter um filho governador, que poderia vir a ser convocado. Mesmo assim, contando com o trabalho de 11 senadores[11] – entre eles quatro governistas – a CPI foi instalada.

Sendo assim, depois de seis meses investigações, com mais de 60 pessoas ouvidas, durando o dobro de tempo em que foi originalmente determinada, e com mudanças nas linhas de investigação conforme as revelações que surgiram, a CPI da Covid teve fim no dia 26 de outubro de 2021, dia em que foi aprovado o relatório final com mais de mil páginas. Neste, redigido pelo relator Renan Calheiros, foi pedido o indiciamento de 77 pessoas, entre elas o Presidente, Jair Bolsonaro[12] por prevaricação, epidemia com resultado morte, crimes contra a humanidade, entre outros; e três de seus filhos que ocupam cargos públicos – Flávio Bolsonaro, Carlos Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro, todos por incitação ao crime – além de ministros, ex-ministros, parlamentares, entre outros.

Pode-se mencionar três fases da Comissão ao longo dos seis meses de duração – ainda que todas procurassem investigar a questão do uso da hidroxicloroquina, da tese da imunidade

---

requerimento, criado tanto por senadores quanto deputados, seja assinado por um terço dos membros do Senado Federal (27 senadores) e da Câmara dos Deputados (171 deputados). Como ações a CPI pode, por exemplo inquirir testemunhas (com o compromisso de dizer a verdade), ouvir suspeitos (quem têm o direito ao silêncio para não se incriminarem), quebrar sigilo bancário, fiscal e de dados e também prender em caso de flagrante delito. Informações disponíveis em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/04/15/o-que-e-e-como-funciona-uma-cpi. Acesso: 8 set. 2021.

[7] Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/cpi-da-covid/. Acesso: 8 set. 2021.

[8] Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/cpi-da-covid/. Acesso: 8 set. 2021.

[9] Disponível em: https://tudo-sobre.estadao.com.br/cpi-da-covid. Acesso: 8 set. 2021.

[10] Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/148070. Acesso: 8 set. 2021.

[11] Disponível em: https://legis.senado.leg.br/comissoes/composicao_comissao?codcol=2441. Acesso: 8 set. 2021.

[12] Exatamente como consta na página 1112 do relatório final: "JAIR MESSIAS BOLSONARO – Presidente da República - art. 267, § 1º (epidemia com resultado morte); art. 268, caput (infração de medida sanitária preventiva); art. 283 (charlatanismo); art. 286 (incitação ao crime); art. 298 (falsificação de documento particular); art. 315 (emprego irregular de verbas públicas); art. 319 (prevaricação), todos do Código Penal; art. 7º, parágrafo 1, b, h e k, e parágrafo 2, b e g (crimes contra a humanidade, nas modalidades extermínio, perseguição e outros atos desumanos), do Tratado de Roma (Decreto nº 4.388, de 2002); e arts. 7º, item 9 (violação de direito social) e 9º, item 7 (incompatibilidade com dignidade, honra e decoro do cargo), crimes de responsabilidade previstos na Lei no 1.079, de 10 de abril de 1950. Disponível em: https://download.uol.com.br/files/2021/10/3063533630_relatorio_final_cpi_covid.pdf. Acesso: 2 dez. 2021.

de rebanho e do gabinete paralelo. Nessa primeira fase, além de focar nos tópicos recém citados, também focava na questão sobre a falta de oxigênio no Estado do Amazonas em janeiro de 2020 e era mais voltada para a investigação de pessoas ligadas ao governo, como ministros e ex-ministros. Culmina em pontos relevantes como a ameaça de prisão ao ex-secretário Secretário Especial de Comunicação Social (SECOM), Fabio Wajngarten no dia 15 de abril e na declaração, no dia posterior, do ex-presidente da Pfizer no Brasil, Carlos Murillo afirmando que e-mails enviados ao governo sobre negociação de vacina não foram respondidos[13]. Este último depoimento propicia o início de segunda fase que acaba por voltar atenção mais para a questão das vacinas, e que terá os depoentes mais envolvidos convocados para deporem mais a diante. A primeira fase vai fidando-se com o depoimento do ex-ministro Eduardo Pazuello, que é interrogado por dois dias consecutivos, 19 e 20 de maio e com outros depoimentos como Nise Yamaguchi, Osmar Terra e Carlos Wizard, esses últimos mais voltados para a questão da imunidade de rebanho, gabinete paralelo e informações falsas.

Pode-se dizer que a segunda fase inicia em julho, com o depoimento do policial militar Luiz Dominguetti Pereira que denuncia o esquema de propina para a aquisição de vacinas do caso Covaxin. Essa fase perpassa a prisão do ex-diretor de logística do Ministério da Saúde, Roberto Dias – liberado após pagamento de fiança – tendo outros depoimentos importantes como de pessoas ligadas à Precisa Medicamentos que intermediava as negociações com a vacina Covaxin – que teve o contrato anulado após investigação da CPI[14].

Por último, menciona-se uma terceira fase que, ainda que tenha o depoimento de pessoas indicadas como disseminadoras de notícias falsas sobre a pandemia[15] – como o fundador da loja Havan Luciano Hang e o empresário Otávio Oscar Fakhoury – um grande foco foi dado a Prevent Senior, empresa de assistência médica que prescrevia medicamentos ineficazes para tratar a Covid-19[16]. Pontua-se que, além da percepção da autora, essas fases estão relacionadas com a ordem dos depoimentos, que consta nas páginas 28 a 31 do relatório final – embora

---

[13] Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/governo-ignorou-10-emails-da-pfizer-sobre-vacinas-em-1-mes-mostram-documentos-da-cpi.shtml. Acesso em: 2 dez. 2021.

[14] Como consta na página 1281 do relatório final: "Tanto no caso Covaxin quanto no caso CansSino, as aquisições só foram formalmente canceladas após os laboratórios descredenciarem as intermediárias por inidoneidade. A CPI evitou a corrupção na compra de R$ 6 bilhões na vacina da CanSino e de R$ 1,6 bilhão na Covaxin".

[15] Na página 1062 do relatório final consta uma lista com participação da "disseminação de comunicações enganosas".

[16] Como consta na página 889 do relatório final: "A situação em fins de março era especialmente desesperadora para a rede Prevent Senior. Ao concentrar o seu negócio no público idoso, tornou-se involuntária e particularmente vulnerável à epidemia do coronavírus. Isso não seria, em princípio, um elemento por si só decisivo. O desastre deu-se em razão das escolhas repetidamente ruins feitas pela direção da empresa. Pior ainda é que, após cada erro, a empresa dobrava a aposta no equívoco. A pior delas foi a repetida insistência no uso de medicamentos ineficazes no combate da covid, como a cloroquina, hidroxicloroquina, azitromicina e uma pletora de outros fármacos inúteis para o tratamento da doença".

alguns depoimentos tivessem que ser remarcados por questão de agenda – e com os tópicos de assuntos abordados pela CPI, também apontados no relatório final, nas páginas 33 e 34.

Observa-se que o que circunda todos esses acontecimentos são as práticas comunicativas que tentam explicá-los, isto é, colocá-los em uma narrativa compreensível e que é, por sua vez, permeada por sentidos, como expressa Maingueneau (2020) ao chamar atenção para o entendimento da pandemia como uma "realidade discursiva". É nesse sentido, e como forma de contribuição para se entender um aspecto da pandemia da Covid-19 que esta tese se constitui, tendo como **problema** entender quais foram os sentidos *especulativos* concedidos ao acontecimento "CPI da Covid" pelo jornal Folha de S.Paulo e pelos usuários do Twitter a partir da *hashtag* CPIdaCovid. A justificativa no que toca a escolha destes dois objetos empíricos se dá tanto pela popularidade do jornal Folha de S.Paulo, que soma a maior circulação em território brasileiro, quanto pelos seus aspectos históricos; já do Twitter se dá pela legitimidade em proporcionar disputas discursivas como bem apontam Recuero e Soares (2021), sendo uma arena para a "conversação pública" (TWITTER, 2021).

Em relação à pesquisa em Comunicação, há consenso que ela gira em torno de dois eixos: o empírico, fácil de perceber ao se entender os meios de comunicação enquanto objeto; e o processual, que se dá por meio da análise dos sentidos que circulam no ato comunicativo. Sobre este último, cabe as tentativas, as mais diversas, aquelas que tornam a pesquisa em Comunicação um processo criativo e reflexivo de constante tomada de decisões[17]. No que se segue, indicado por França (2001), é a especificidade do olhar que permite se analisar as práticas enquanto comunicação, numa intersecção de três dinâmicas: 1) relação dos interlocutores (denominada quadro relacional); 2) práticas discursivas (relativa à produção de sentidos) e 3) o contexto, que a autora denomina situação sociocultural. Nesse sentido, é com base nessa reflexão que esta pesquisa se constitui, tendo como **objetivo geral** analisar os sentidos concedidos ao acontecimento "CPI da Covid" no jornal Folha de S.Paulo e também na plataforma Twitter. Como primeiro **objetivo específico** esta tese se propõe a 1) fazer uma teorização sobre o contexto sociocultural a partir do discurso das plataformas e do discurso jornalístico, pensando também a respeito da governança algorítmica; como segundo 2) contribuir para a pesquisa em Comunicação a partir do uso do *software* IRaMuTeQ em um *corpus* jornalístico e em um *corpus* constituído por *tweets* e também contribuir a partir da testagem da análise argumentativa enquanto perspectiva teórico-metodológica; e, como terceiro objetivo específico 3) entender se (e como) os recursos de cada meio comunicacional podem

[17] Como discutido em Braga (2019).

interferir nos sentidos de um acontecimento, nesse caso um acontecimento contemporâneo, que é a CPI da Covid.

Das dinâmicas citadas por França (2001), esta pesquisa interessa-se em especial pelas duas últimas – a das práticas discursivas e a do contexto sociocultural. Acredita-se que a dinâmica que corresponde às práticas discursivas é contemplada por meio do objetivo geral, visto que sua relação se dá justamente na produção dos sentidos para o acontecimento. Já a dinâmica do contexto sociocultural tenta-se contemplar por meio do primeiro objetivo específico, em que é feita uma discussão sobre o contexto da prática comunicativa, mais especificamente sobre os conceitos de plataforma e Sociedade de Plataforma. Nesse sentido, problematiza-se o quanto os discursos das plataformas são estratégicos ao se apresentarem para seu público, concorrentes e formuladores de políticas, por exemplo. Além disso, também se discute o quanto a roupagem da "neutralidade técnica" auxilia a apresentação dessas empresas, pois subtrai do imaginário social o fato de que elas não só modelam o discurso público, mas também o constituem (GILLESPIE, 2018). Neste entremeio, também é discutido o que autores como d'Andréa (2020) propõem, que há usos táticos, lúdicos e políticos por parte dos usuários, numa reação aos determinismos técnicos dos recursos das plataformas. Sendo assim, o que se discute a partir da dinâmica do contexto sociocultural é que os discursos das plataformas são, como indicam Van Dijck, Poell e de Waal (2018), *performativos.*

O segundo objetivo específico contempla o trabalho com o *software* IRaMuTeQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires) o qual a autora se dedica desde 2019 por meio da leitura de manuais – como os de Camargo e Justo (2018) e Melo (2017) – e cursos, como do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados (IBPAD) sobre Análise Textual, oferecido em 2021. O que se aproveita do IRaMuTeQ é sua capacidade de realizar a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) ou "Método de Reinert". Esta é, de acordo com Melo (2017), uma das análises mais importantes do *software:* "nela, os segmentos de textos e seus vocabulários são correlacionados, formando um esquema hierárquico de classes de vocabulário. A partir dela, os pesquisadores podem inferir o conteúdo do corpus, nomear a classe e compreender grupos de discursos/ideias" (MELO, 2017, p. 23). Sendo assim, é basicamente essa análise que serve como um importante guia metodológico de exploração de ambos os *corpora*: um jornalístico e outro constituído por *tweets*. A utilização do IRaMuTeQ em *corpus* de teor jornalístico é ressaltada por Nascimento e Menandro (2006) quando falam sobre o *software* Alceste, no qual o IRaMuTeQ é baseado; e também por Justo e Camargo (2018) quando se referem a análises em matérias de revista, ambos servem como justificativa da opção de utilização do *software* em um discurso jornalístico. A análise a partir

de *tweets* já foi feita pelo próprio criador do IRaMuTeQ, o professor Pierre Ratinaud[18], e também na área de Comunicação e Política, como em Verner e Sinderski (2021).

O terceiro objetivo específico será contemplado a partir das análises, em que se considera que tanto o jornal Folha de S.Paulo quanto a plataforma Twitter podem interferir e também condicionar os sentidos de determinados acontecimentos, isto sendo feito tanto por influência do seu histórico e das estruturas do poder político no caso do jornal Folha de S.Paulo quanto por meio das *affordances* no Twitter.

Além disso, faz-se necessário atentar para os dois pressupostos teóricos que emergem como resultados da análise: a judicialização da política, que, de acordo com Nunes (2016), diz respeito à interferência do poder judiciário em outras esferas, no caso da presente tese na esfera política; e o conceito de espetáculo, que segundo a proposta de Debord (2003), permite que se denomine os sentidos concedidos à Comissão como *especulativos*. Basicamente, o que se observa da judicialização da política na Comissão Parlamentar de Inquérito aqui analisada é o destaque dado aos embates judiciais que marcam a sua instalação oficial, bem como a ocupação do cargo de relator; e o fato do recurso de *habeas corpus* ser parte do vocabulário utilizado pelos indivíduos para se referirem a CPI. Referente à proposta de Debord (2003) tenta-se colocar em perspectiva a ideia de que os sentidos são espetaculares – num sentido contextual, de que é mediado por imagens – e especulativos – num sentido individual, próprio da ânsia de se tentar entender o que acontece.

Isto posto, também se pontua que esta pesquisa se alinha aos estudos do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, mais precisamente à linha de Mídia e Estratégias Comunicacionais. Consequente a isto, também vem na sequência de outras pesquisas da autora que desde a graduação integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Comunicação e Política (CNPq/UFSM), tendo analisado na dissertação de Mestrado as estratégias argumentativas de *Veja* e *CartaCapital* sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff, todas produções orientadas pela Profª. Drª. Rejane de Oliveira Pozobon. Portanto, esta tese, de igual modo, serve a mais um acontecimento político. Também se pontua que a autora teve a oportunidade de realizar – por meio do Projeto de Internacionalização Capes PrInt da Universidade Federal de Santa Maria – parte do Doutorado no exterior, na Tulane University, em Nova Orleans, sob orientação do Prof. Dr. Mauro Porto. Apesar de ter vivido a pandemia em quatro dos seis meses do período nos Estados Unidos, a autora pôde cursar a disciplina Techology Analysis ministrada pela Profª. Drª. Vicki Mayer do Departamento de Comunicação, e a disciplina Populism, Politcs and

[18] Disponível em: http://www.iramuteq.org/Members/pierre.ratinaud/presentations/presentation-colloque-sms-analyse-lexicometrique-des-tweets-sur-le-mariagepourtous/view. Acesso: 13 set. 2021.

Change, ministrada pelo Prof. Dr. Eduardo Silva, do Departamento de Ciências Sociais. Também foi durante um *workshop* na universidade, por exemplo, que a autora pôde criar a conta de desenvolvedora no Twitter. Além disso, durante o período no exterior, também foi possível participar do National Institute for Computer-Assisted Reporting (NICAR) 2020, em que conversou sobre o ensino do Jornalismo com professores como Alberto Cairo da Universidade de Miami e Mindy McAdams, que ensina jornalismo digital, aplicativos para a web e código na Universidade da Florida. Essas conversas revelam o interesse pelo jornalismo e tecnologia que se manifestam nos capítulos desta tese.

Sendo assim, esta tese possui seis capítulos. No primeiro, apresenta-se o conceito que norteia a tese, que é o de acontecimento. Entende-se a CPI da Covid, a partir de Queré (2012), como um acontecimento-objeto, momento em que é operado um processo de discursivização para conceder sentidos ao acontecimento.

No segundo capítulo, discute-se sobre o contexto sociocultural por meio dos conceitos de Plataforma, a partir de Gillespie (2010), e Sociedade de Plataforma, a partir de Van Dijck, Poell, de Waal (2018). Além disso, elenca-se as características dos objetos empíricos desta tese que são a Folha de S.Paulo e o Twitter, mostrando, também, como eles organizaram o acontecimento.

No terceiro capítulo disserta-se sobre os procedimentos metodológicos desta tese, apresentando o *software* IRaMuTeQ e suas possibilidades de análise, como a Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Neste capítulo também se mostra a coleta e o tratamento dos dados tanto do jornal Folha de S.Paulo quanto do Twitter, bem como os procedimentos adotados a partir destas escolhas, como a opção de metodologias complementares.

O quarto capítulo e quinto capítulo se dedicam, respectivamente, à análise no jornal Folha de S.Paulo e no Twitter, apresentando os respectivos resultados tanto da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) para cada *corpus* quanto da análise da teoria da argumentação na Folha de S.Paulo e da categorização de *tweets* no corpus do Twitter.

Já o sexto capítulo se refere aos resultados, que são, precisamente, a judicialização da política, que transpareceu nos discursos dos dois objetos empíricos; e os sentidos concedidos à Comissão Parlamentar de Inquérito: bélico no jornal Folha de S.Paulo e circense no Twitter. Esses sentidos se interligam por meio do conceito de espetáculo, a partir de Debord (2003), que é o último item discutido no capítulo.

1 O ACONTECIMENTO "CPI DA COVID" ENQUANTO OBJETO DE ANÁLISE

A intenção deste capítulo é apresentar o conceito de acontecimento a partir do viés de Queré (2012), este propõe a distinção entre acontecimentos existenciais e acontecimentos-objeto. A partir disto, então, propõe-se o entendimento da CPI da Covid enquanto acontecimento-objeto, discutindo também sobre sua individualização (QUERÉ, 2011). Por fim, apresenta-se, com base em Bardin (1977), como será lançado o olhar metodológico sobre o acontecimento supracitado.

1.1 O CONCEITO DE ACONTECIMENTO

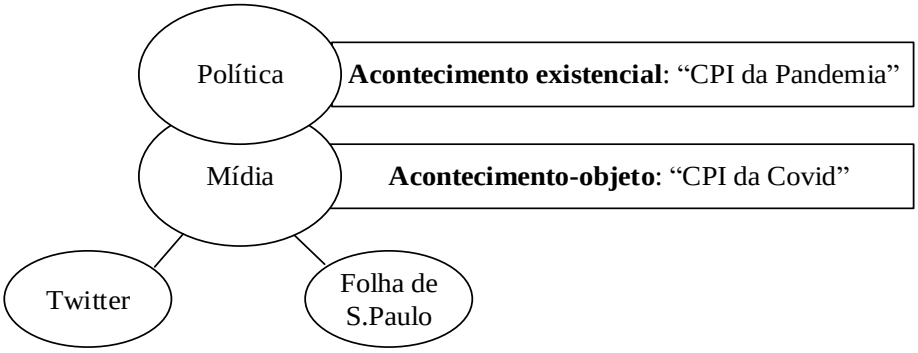
É muito provável, como já alertara Queré (2012), que o conceito de acontecimento ainda seja o mesmo: a ruptura, o diferente, o que irrompe. No entanto, talvez seja a sua "segunda vida", para utilizar as terminações do autor, o que mais aqui interessa. Para Queré (2012), a "primeira vida" pode ser representada pelo acontecimento existencial, que é aquele que existe de forma concreta, e a "segunda vida" pelo acontecimento-objeto, aquele que existe de forma simbólica. Essa segunda vida é, portanto, de acordo com o autor, o que faz com que os acontecimentos sejam convertidos em objetos de investigação e julgamento, num modo em que se possa compreendê-los e explica-los. Essa segunda vida é, então, a dimensão discursiva dos acontecimentos, o momento em que são colocados em quadros de entendimento tomados por significados e sentidos que flertam com as temporalidades dos discursos: as causas, as consequências, e também as suas individualidades.

> Os acontecimentos deixam de ser, assim, simples mudanças existenciais. Eles se transformam em objetos dos quais nos tornamos conscientes, em 'coisas com significados', porque são estes – e, em particular, a causalidade, a individualidade e as potencialidades do acontecimento – que suscitam, na prática, nosso interesse. O acontecimento ganha, por conseguinte, novos modos de operação e novas características. Ele se torna não só um objeto e uma fonte de inferências e de raciocínios, mas também um meio de ação controlada. Com efeito, servimo-nos desse tipo de objeto cognitivo-discursivo para intervir no curso dos acontecimentos, a fim de canalizá-lo ou atenuar sua brutalidade. Os acontecimentos-objetos tornam-se, assim, agentes da história que se faz (QUERÉ, 2012, p. 31).

Dada a realidade dos dias atuais, é muito provável que não se esteja presente na dimensão existencial dos acontecimentos, isto é, na dimensão física daquilo que acontece. As mídias – e consequentemente as plataformas – constituem, portanto, uma dimensão importante na discursivização desses acontecimentos de modo que tanto produzem narrativas – se pensarmos

nas matérias de uma organização jornalística – quanto propiciam o debate público – se pensarmos em plataformas como o Twitter, por exemplo. Até mesmo a denominação dada ao acontecimento já é uma maneira de interferir na sua discursivização, isso pode ser observado no próprio objeto desta tese que tem como nome original "CPI da Pandemia", mas que foi reapropriado pelo jornal Folha de S.Paulo – e também outros, como já discutido na introdução – como "CPI da Covid". Sendo assim, uma estreita relação entre a teoria de Queré (2012) e a proposta desta tese é expressada na figura abaixo, de modo a pensar a instituição política como detentora do acontecimento existencial, entendendo o Congresso Nacional enquanto espaço físico das inquirições e discussões, e a instituição midiática – na intersecção entre organizações jornalísticas como a Folha de S.Paulo e plataformas, como o Twitter, ambos objetos empíricos desta tese – como produtora dos sentidos para o acontecimento-objeto "CPI da Covid".

Figura 1: Relação entre acontecimento a partir de Queré (2012) e proposta desta tese



Fonte: a autora com base em Queré (2012)

Pondera-se que há discussões, como a de França (2012), que propõem uma ultrapassagem desta visão dualística entre existência/pensamento – para o acontecimento. Segundo a autora, a separação entre vida real e construção midiática traz explicações *parciais*, uma vez que a mídia pode tanto ser um espaço de discursivização dos acontecimentos quanto de existência.

> Os acontecimentos na sua dimensão existencial (na sua primeira vida), ou seja, acontecendo e se inserindo na nossa experiência, podem se dar em qualquer espaço da vida social, em qualquer instituição ou campo de vivência. Eles acontecem nas cidades, nas estradas, em Brasília, em Belo Monte [...] – mas também na televisão, no rádio, nas páginas dos jornais, na Internet. Um episódio de uma telenovela ou uma postagem no Twitter pode se tornar um acontecimento tanto quanto um caso de corrupção no Congresso Nacional ou uma partida inacreditável no final de um campeonato de futebol (embora isso não signifique que eles venham a ter o mesmo impacto ou se equivaler). E aqui o importante é frisar que não existe lugar definido para a ocorrência daqueles fatos que vão "acontecer a alguém", penetrar na experiência de uma

> coletividade, interromper a normalidade do seu cotidiano (FRANÇA, 2012, p. 16).

Ainda que se reconheça que não é só na mídia que se produz acontecimentos-objetos e que mídia pode produzir acontecimentos existenciais, é na mídia que esta tese se propõe a analisar os discursos que circularam sobre o acontecimento-objeto "CPI da Covid", entendendo que este nome já compreende uma variação do discurso original da Comissão Parlamentar de Inquérito que foi instaurada sob o nome de "CPI da Pandemia". Sendo assim, o próximo item se ocupa de algumas perspectivas que constituíram esta CPI enquanto acontecimento para posteriormente explanar o entendimento dela enquanto acontecimento-objeto.

1.1.1 A "CPI da Covid" enquanto acontecimento-objeto

Retomando o conceito de acontecimento como aquilo que surge, como o "excepcional que se desconecta da duração" (QUERÉ, 2012, p. 21), pode-se entender a própria pandemia da Covid-19 entrelaçada a ele, em um acontecimento que entrecruzou as mais diversas narrativas, principalmente em relação à saúde *versus* economia, cabendo aos líderes políticos a decisão de quais rumos seguir. No território brasileiro, em que a pandemia surgiu no segundo ano do governo Bolsonaro, a postura e decisões do líder do país levaram o Brasil a alcançar a marca de mais de 645 mil óbitos[19] entre as desinformações propagadas por ele sobre o vírus[20], bem como o desencorajamento da vacinação[21] – não consta nenhum registro oficial de vacinação do presidente – e a insistente recomendação de tratamentos não eficazes como o uso da hidroxicloquina[22]. A partir deste contexto, senadores decidiram instituir a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia com o objetivo de investigar as ações e omissões do governo diante da pandemia. Na íntegra, a finalidade da comissão:

> Apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da

---

[19] Número referente à data do dia 23 de fevereiro de 2022.

20 Em pronunciamento oficial, divulgado no dia 24 de março de 2020, Jair Bolsonaro minimiza os impactos do vírus ao afirmar que se ele fosse acometido: "[...] não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho [...]". Disponível em, 3min17sec: https://www.youtube.com/watch?v=Vl_DYb-XaAE a. Acesso: 28 set. 2021.

[21] Disponível em: https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-diz-que-algumas-vacinas-contra-covid-nao-protegem-e-volta-a-defender-tratamento-precoce,70003783661. Acesso: 29 set. 2021.

[22] Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57166743. Acesso: 29 set. 2021.

> União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela Pandemia do Coronavírus "SARS-CoV-2", limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios[23].

Portanto, no dia 27 de abril de 2021, tendo o senador Omar Aziz na presidência, o senador Randolfe Rodrigues na vice-presidência e Renan Calheiros no cargo de relator, a CPI foi instalada oficialmente. Ela, que já começou de forma polêmica pelos embates por parte do governo para retirar Renan Calheiros da relatoria – alegando conflito de interesses porque seu filho, governador de Alagoas, poderia vir a ser investigado – estava programada para ter três meses de duração, contudo, foi prorrogada, tendo sido encerrada no dia 26 de outubro de 2021. Como conclusão, pediu o indiciamento de 77 pessoas, entre eles o presidente Jair Bolsonaro, ministros, ex-ministros, políticos, empresários, entre outros. Também foi criada a "Frente Parlamentar Observatório da Pandemia de Covid-19"[24] como forma de fiscalizar e acompanhar os desdobramentos da CPI.

Quando Queré (2011) disserta sobre a individualização do acontecimento, propõe que é neste momento que o acontecimento assume uma identidade, isto é, uma significação estabilizada, promovida por meio de um processo de configuração. Essa individualidade, portanto, não é intrínseca, mas dotada de uma circunscrição a partir de um ponto de vista: "O problema é então não de explicar esta operação de individualização, mas de a apreender no seu desenvolvimento e na sua distribuição, e de a descrever" (QUERÉ, 2011, p. 15). Nesse sentido, acredita-se que os dois discursos aqui apreendidos, do jornal Folha de S.Paulo e do conjunto de *tweets* a partir da *hashtag* CPIdaCovid, formam um processo que coloca o acontecimento sob um ponto de vista, em que identificam algo, expressando suas significações para isto.

Para o autor, há traços que identificam a individualização, um desses seria a identificação que algo aconteceu, no sentido de entender que houve uma ocorrência, é assim que o autor propõe que o acontecimento é um "certo tipo de entidade". Outro traço, para ele, é que o acontecimento tem uma temporalidade bem delimitada; e um terceiro é o fato de ele não ser reprodutível. Relacionando esses traços com o acontecimento aqui analisado, pode-se afirmar que a CPI tem uma identificação, principalmente se entendermos que os objetos empíricos

---

[23] Disponível em: https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441. Acesso: 29 set. 2021.

[24] Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2021/10/senado-cria-observatorio-para-acompanhar-desdobramentos-da-cpi-da-pandemia. Acesso: 17 dez. 2021.

expressam um ponto de vista sobre ela; uma temporalidade, isto é, há um período em que ela funcionou, mas também um futuro na qual se propaga; e o terceiro, é que ela não será reprodutível, pois aconteceu em momentos e contextos específicos. A estes traços de Queré (2011) pode se acrescentar um outro, que talvez seja específico do acontecimento aqui analisado, que é o fato de produzir conclusões – isto é, um relatório específico – que podem acelerar outros acontecimentos numa eterna afetação: "[...] ele dura o tempo que dura a actualização do seu potencial de criação de intrigas, de revelação de possíveis ou de modificação de situações, assim como de "afectação" [...] daqueles a quem ele acontece" (QUERÉ, 2011, p. 24). Portanto, analisar um acontecimento é uma tentativa de circunscrevê-lo, sabendo que de alguma maneira sua individualização é múltipla e sua recepção é eterna. Sendo assim, pontua-se que CPI da Covid adentra o cotidiano como um acontecimento excepcional, com o objetivo de entender partes de um acontecimento ainda maior e inédito que é a pandemia, mas com características que a individualizam, perpassando por suas características de composição, de temporalidade, de periodicidade e, mais alinhado com o objetivo desta tese, de repercussão[25].

Sobre a repercussão, pondera-se que ainda que outras Comissões Parlamentares de Inquérito[26] já tenham sido instaladas e também tenham sido muito repercutidas, como a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do "Esquema PC Farias" em 1992 que culminou na renúncia do ex-presidente do Brasil Fernando Collor de Mello, a CPI dos Correios em 2005 – que originou o escândalo do Mensalão e, mais recentemente, a CPMI das Fake News – suspensa em 2020 – a CPI da Covid deteve uma grande repercussão midiática. Seja por tocar em pontos sensíveis, que é a saúde de milhares de brasileiros, ou em casos de corrupção do governo Bolsonaro nas negociações de compras de vacinas, a CPI esteve presente na mídia de forma proeminente: na televisão, no rádio, em sites dos jornais, em canais de plataformas como o Youtube que transmitiam e comentavam em tempo real as sessões, e em contas de usuários e páginas do Twitter dedicados inteiramente à CPI, para citar alguns[27]. Com sessões e depoimentos praticamente em todas as terças, quartas e quintas-feiras desde sua instalação, o resumo sobre a CPI – visto que normalmente os depoimentos duravam mais de 5 horas por dia

---

[25] Esta linha do tempo do jornal Nexo traz informações detalhadas sobre o desdobramento da CPI da Covid: https://www.nexojornal.com.br/especial/2021/10/19/Tudo-o-que-voc%C3%AA-precisa-saber-sobre-o-relat%C3%B3rio-da-CPI-da-Covid. Acesso: 21 jan. 2021.

[26] Tabelas em formato PDF com todas as Comissões Parlamentares de Inquérito instauradas no Senado Federal desde 1946 a 2016 disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/arquivo/outras-publicacoes/cpis. Acesso: 28 set. 2021.

[27] Como a conta do Twitter "camarotedacpi" que, inclusive, foi referenciada por Renan Calheiros em um agradecimento às apurações em tempo real; e a conta no Youtube TV Meteoro, referenciada por Nichols *et al* (2021) e qual a autora acompanhou as transmissões.

– ocupava, portanto, boa parte dos jornais televisivos, impressos e digitais. Além disso, a inquirição e a convocação de novos depoentes – como testemunhas ou investigados – a partir de denúncias ou citações em depoimentos prévios à própria CPI, concedia dinamicidade e interesse contínuo a ela quase como um entretenimento que movimentava os dias dos cidadãos em meio a trabalhos e estudos remotos durante a pandemia. O clímax de um possível ato falho na resposta de algum depoente tornava o acontecimento quase um suspense investigativo, ainda que nada tenha de ficção. Os depoimentos, que tinham a tutela de outras instituições – como *habeas corpus* concedido pelo Supremo Tribunal Federal, garantindo ao depoente o direito de permanecer em silêncio para não se autoincriminar – bem como artigos da Constituição citados, foram trazendo para o vocabulário dos cidadãos novas formas de compreender as narrativas políticas e entender como os espaços de poder são disputados. Se algumas narrativas seguiam por um viés humorístico – inclusive com série de episódios dedicados a "comentar" a CPI como um jogo de futebol, com imitações de comentaristas emblemáticos[28] – outras narrativas abordaram a CPI mais como uma batalha travada por governistas e oposicionistas num embate no qual os últimos seguiram a tecnicidade da ciência. Além disso, assim como a CPI fez parte das redes sociais, estas também tiveram participação na própria CPI. Renan Calheiros, por exemplo, disponibilizou suas redes sociais Instagram e Twitter para que os "internautas" – nome referido por ele – fizessem perguntas aos depoentes numa maneira de incitar o debate público e a participação da sociedade civil. Ainda, as redes sociais também apareceram quando senadores contrastavam as postagens dos depoentes nas redes sociais com os depoimentos em tempo real, como no depoimento do ex-chanceler Ernesto Araújo que, na CPI, contornou seu discurso na postagem com crítica à China[29].

A partir disto, observa-se que entender os possíveis sentidos da CPI não é uma tarefa fácil, em especial pela magnitude desse acontecimento político. No entanto, a constituição dela enquanto acontecimento-objeto, pelo viés de Queré (2012), revela possibilidades analíticas, sendo a primeira justamente o entendimento de que há narrativas que são construídas conforme os espaços em que são proferidas. Portanto, nos interessa, em especial, analisar como se deu a discursividade da CPI da Covid em duas mídias: uma impressa, mas que também disponibiliza seu conteúdo de forma digital e em uma plataforma de rede social. Para isso ser possível, Queré (2012) atenta para a ordem temporal, ou seja, para o estabelecimento de limites e delimitações

[28] A plataforma GloboPlay, da Rede Globo, convidou o humorista Marcelo Adnet para uma série de episódios de 10 a 12 minutos denominada "Adnet na CPI" em que ele "narra" a CPI como se ele fosse o reconhecido comentarista esportivo Galvão Bueno e os senadores e depoentes como se fossem jogadores de futebol.

[29] Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2021/05/20/cpi-covid-ernesto-araujo-china-covax-oms/. Acesso: 1 out. 2021.

de séries ou ciclos. Desse modo, a captura do acontecimento-objeto “CPI da Covid” se dará em dois espaços com temporalidades diferentes: a do jornal, que tem uma temporalidade “extendida” para o acontecimento, ou seja, textos – de em média 700 palavras – que de acordo com a periodicidade diária vão revelando nas entrelinhas os sentidos que atribuem ao acontecimento; e o espaço da rede social, com *tweets* de até 280 caracteres, que podem condensar os sentidos em apenas uma frase e que pela celeridade de postagem e da variedade de assuntos pedem uma delimitação de temporalidade menor: no caso desta tese, respectivamente, de 25 dias para o conteúdo do jornal e de 2 horas para o conteúdo do Twitter. Nos dois casos, independente da temporalidade, observou-se que muito do que o conceito de acontecimento advoga sobre a contemplação de passado e futuro foi assumido, já que essas temporalidades são pressuposto para a produção de conhecimento propiciada pela conversão do acontecimento em acontecimento-objeto, momento que as temporalidades do passado e do futuro interseccionam-se em meio a personagens e objetos que também constituem os discursos.

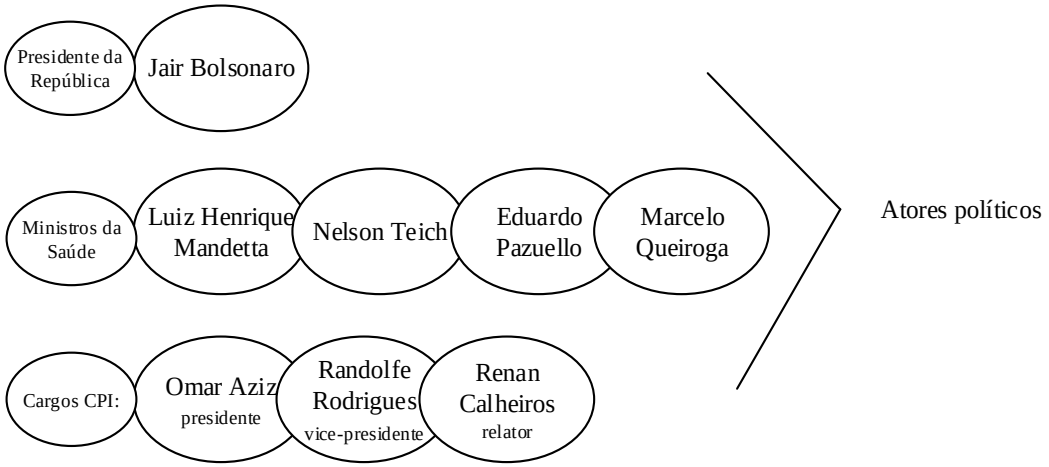
Entender o acontecimento a partir da proeminência dos personagens e objetos, dessa forma, mostra-se como uma tendência profícua para a captura de seus sentidos. Bardin (1977) corrobora esta questão ao afirmar que o discurso pode se organizar em torno desses dois referentes, de modo que a *personagem* é o ator ou atuante escolhido como unidade de registro e os *objetos* são os “temas eixo”. A análise, portanto, seria feita, na visão da autora, em função destes, agrupando os extratos que versam sobre esses eixos. No caso desta tese, a partir do que foi ressaltado sobre o acontecimento-objeto “CPI da Covid”, pode-se entender, em paralelo à proposta de Bardin (1977), os *personagens* como atores políticos, tanto por proferirem um discurso político quanto por atuarem em cargos políticos; e os *objetos* como episódios temáticos, ou seja, temas que circularam durante o acontecimento. Sendo assim, os próximos itens explanam os atores políticos e os episódios temáticos que foram citados até aqui, constituindo o que se considera o acontecimento-objeto “CPI da Covid”.

1.1.1.1 Atores políticos

São inúmeros os atores políticos envolvidos na “CPI da Covid” enquanto acontecimento-objeto, no entanto, circunda-se os que obtém cargos mais importantes, tanto no que toca o Governo Federal quanto à Comissão Parlamentar de Inquérito. Infere-se que os atores mais importantes são, portanto, o presidente da República Jair Bolsonaro e os ministros que ocuparam o Ministério da Saúde, que durante o período supracitado foi comandado por quatro pessoas. Em ordem cronológica com o respectivo período de tempo no cargo: Luiz Henrique Mandetta (01/001/2019 a 16/4/2020), Nelson Teich (17/4/2020 a 15/5/2020), Eduardo Pazuello

(16/05/2020 a 23/3/2021) e Marcelo Queiroga (23/3/2021 até a presente data); em relação à CPI, conclui-se que os atores políticos mais importantes envolvidos, devido a seus cargos, são o presidente Omar Aziz, o vice-presidente Randolfe Rodrigues e o relator, Renan Calheiros. A figura abaixo expressa, de modo ilustrativo, essa compreensão.

Figura 2: Inferência dos possíveis atores políticos da "CPI da Covid"

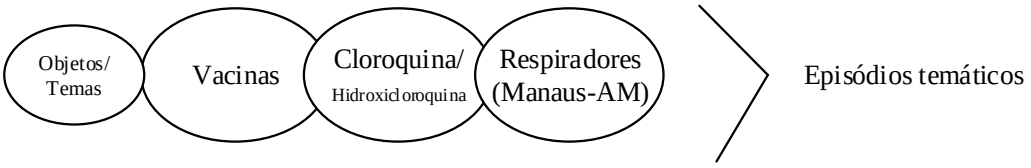


Fonte: a autora

1.1.1.2 Episódios temáticos

Compreende-se os episódios temáticos nesta tese como objetos que tiveram relação com a pandemia. Elenca-se aqueles considerados mais proeminentes na temporalidade do acontecimento, que são: as vacinas – especialmente a vacina Pfizer, que teve relação com o depoimento de Eduardo Pazuello; respiradores – pela relação com a crise sanitária que aconteceu em Manaus, no Estado do Amazonas, em janeiro de 2020; e substâncias, em especial a cloroquina e a hidroxicloroquina, que mesmo depois de terem sua ineficácia comprovada contra a Covid-19, continuaram sendo, erroneamente, indicada pelo presidente Jair Bolsonaro. A figura abaixo ilustra essa compreensão:

Figura 3: Inferência dos possíveis episódios temáticos da "CPI da Covid"



Fonte: a autora

Pontua-se que os atores políticos e episódios temáticos aqui ilustrados são apenas inferências de potencialidades de análise para o acontecimento. Foram concluídos a partir do

que foi resgatado sobre o acontecimento “CPI da Covid” até este capítulo. Posteriormente, na análise, explora-se apenas os que tiveram estabilização de vocabulário por meio do IRaMuTeQ.

2 O DISCURSO DAS E NAS MÍDIAS NA SOCIEDADE DE PLATAFORMA

Este capítulo se dedica a pensar sobre o contexto comunicacional. Para isso, retoma-se um viés histórico que implica as características da pós-modernidade e a função que a tecnologia assume na vida dos indivíduos. No primeiro item é apresentada a Teoria Ator-Rede a partir de Lemos (2013), o principal autor expoente da teoria no Brasil. Tenta-se visualizar o argumento da teoria: que a técnica e o sujeito estão permanentemente imbricados. O segundo item expõe o conceito de algoritmo a partir de Gillespie (2018a) e discute o funcionamento dessa tecnologia principalmente em sites de redes sociais. O terceiro item faz articulações teóricas entre o conceito de *dispositivo* de Giorgio Agamben (2009), visando fundamentar o argumento de que, pela lógica de Agamben (2009), o algoritmo é um *dispositivo*.

O quarto e quinto item se dedicam aos discursos das plataformas, fazendo uma análise dos *slogans* das Big Five e explorando os conceitos de Sociedade de Plataforma e Sociedade de Caixa-Preta, a partir, respectivamente, de Van Dijck, Poell e de Waal (2018) e Pasquale (2015). O sexto item se dedica a entender o Twitter como plataforma e o sétimo a mostrar as interações da *hashtag* CPIdaCovid. Por fim, o oitavo item traz algumas questões sobre o discurso jornalístico, culminando no nono e décimo item, que apresentam respectivamente, o jornal Folha de S.Paulo e a organização da cobertura da “CPI da Covid” em suas páginas.

2.1 O SUJEITO E O OBJETO: A TEORIA ATOR-REDE

A teoria Ator-Rede emerge dentro de um contexto comunicacional específico: o da cibercultura. Portanto, antes de adentar nos pontos cruciais da teoria, é importante discutir, ainda que resumidamente, o processo da evolução humana e sua relação com a técnica.

De acordo com Lemos (2008), o desenvolvimento da técnica é responsável pela criação da segunda natureza – a cultura – num processo chamado de desnaturalização do ser-humano e naturalização dos objetos técnicos. Esse processo produz uma dupla relação na qual, para o autor, a naturalização da técnica modifica o meio natural, da mesma forma que o meio natural impõe limites à técnica.

O autor determina três grandes fases do desenvolvimento tecnológico: a fase da indiferença (compreendida até a Idade Média), a fase do conforto (relacionada à Modernidade) e a fase da ubiquidade (relacionada à Pós-Modernidade). Na primeira fase, a técnica não tem grande lugar no pensamento, pois se tem como referência um universo sagrado que mistura arte, religião, ciência e mito. A técnica, portanto, não é uma realidade independente de outras esferas. A segunda fase, do conforto, está relacionada ao pensamento racional, no qual a técnica

é vista como um instrumento de administração, e a natureza vem a ser explorada e controlada. A terceira e última fase, da ubiquidade, compreende aquela da instantaneidade, em que o ser-humano escapa do tempo linear e se desloca no tempo e espaço através das redes digitais.

Dessa forma, para Lemos (2008), enquanto se tem na Modernidade um tempo linear e um espaço explorado a partir de referências sólidas como a direção, a distância, a forma, o volume; na Pós-Modernidade, período no qual as grandes narrativas já não concedem explicações plausíveis para a vida, há uma compressão do espaço e tempo e uma desterritorialização da cultura. Para o autor, é neste último contexto que emerge a cibercultura, que pode ser definida como a simbiose entre as tecnologias digitais e a socialidade[30] contemporânea.

O que se define, a partir das contribuições de Lemos (2008), é que a cibercultura é um conceito essencialmente baseado na convergência entre o social e o tecnológico, e que é na prática, ou seja, nas socialidades influenciadas pela tecnologia que a cibercultura adquire definições mais precisas. Isto não deve ser considerado um determinismo social ou tecnológico, mas um processo que leva em conta ser-humano e a tecnologia em constante relação. Para o autor: "[...] a cibercultura não é o resultado linear e determinista de uma programação técnica do social. Ela parece ser, ao contrário, o resultado de uma apropriação simbólica e social da tecnologia" (LEMOS, 2008, p. 90).

O pressuposto básico da teoria Ator-Rede (TAR) é retirar a centralidade do humano como o mediador das relações sociais e pensá-lo a par com a atividade dos objetos. Basicamente, a teoria não separa as intencionalidades dos sujeitos e a atividade técnica dos objetos, ou seja, não existe a separação entre sujeitos autônomos e objetos inertes. Para Lemos (2013), influenciado pelo teórico da TAR Bruno Latour (2012), os objetos são mais do que uma extensão do homem, são parte da rede: "Na expressão 'ator-rede', o ator não é o indivíduo e a rede não é a sociedade. O ator é rede e a rede é um ator, ambos são mediadores em uma associação" (LEMOS, 2013, p. 23). O que a TAR propõe, portanto, é a retirada dos atores sociais clássicos (os sujeitos) como alguém que modela o social, ou que administra os objetos "passivos", e pensar tanto o sujeito e o objeto como mediadores do social. Ainda segundo o autor, a teoria Ator-Rede pensa o social a partir de uma *hibridização* entre o sujeito e o objeto.

O que a TAR investiga, portanto, são as controvérsias de determinada associação, ou seja, investiga as caixas-pretas (lugares-comuns, enunciados dados) que são abertas. De acordo com Lemos (2013), não se pode dizer que as redes digitais são aquilo ou isto – totalitárias ou emancipatórias, por exemplo – mas sim que em determinada associação elas apresentaram

[30] Lemos (2008) faz uma ressalva em relação ao termo socialidade que, diferente da sociabilidade, reflete os agrupamentos sociais do presente, do cotidiano, proporcionados pelo contexto comunicativo da cibercultura.

determinado comportamento. O que a Teoria Ator-Rede faz é retirar a essência das coisas e ver o social a partir de uma associação específica que, em outro momento, pode ter outra forma e revelar outras controvérsias.

> Se partimos para essências e estruturas perdemos as associações (o social que de fato está se fazendo) e as redes que aí se formam. Olhar para além das essências pode revelar as particularidades das ações que são irredutíveis a outras no espaço e no tempo. A crítica e o eufemismo, baseados nas essências e nas análises das estruturas nos deixam sempre com a sensação de que a "verdade" não foi dita, de que está sempre faltando algo (LEMOS, 2013, p. 24).

A teoria Ator-Rede, dessa forma, não estabelece padrões anteriores às análises do social, ela entende determinada associação sempre como momentânea, em andamento, em construção. Por isso, a TAR é entendida, conforme Lemos (2013), como uma "sociologia da mobilidade" na qual a rede é o movimento, e tanto os atores quanto as associações são a rede. Para o autor, a rede, portanto, não é conexão, mas composição. Mais do que entender os fenômenos como causa do social ou da sociedade, para ele, o social é aquilo que emerge das redes.

Na TAR, como já dito, não existe hierarquia, nem essência, humanos e não-humanos atuam igualmente. Tentando aproximar o acontecimento aqui analisado com os pressupostos da teoria, podemos afirmar que as sessões da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), por exemplo, é composta por pessoas, com suas atitudes e subjetividades, mas também por um território institucional, por objetos como câmeras, microfones, caixas de som e mais atualmente, os próprios *smartphones* que acabaram aparecendo tanto em momentos em que são reproduzidos áudios e conversas quanto por decisão deliberada dos senadores, como no caso do relator Renan Calheiros que utilizou as redes sociais – Instagram e Twitter – para permitir que "internautas" enviassem perguntas ao depoente Eduardo Pazuello, recebendo cerca de 5 mil sugestões de acordo com matéria[31] da Folha de S.Paulo.

O que pode ser compreendido, através da interpretação de Lemos (2013), é que toda associação da Teoria Ator-Rede é dinâmica. Se algo (humano ou não-humano) *é* alguma coisa, ele só é em determinado momento, em determinado contexto, em determinada associação, é por isso sua denominação de "sociologia da mobilidade". Especificado o contexto de cibercultura e a teoria que norteia os pensamentos nesta pesquisa, delineia-se, no seguinte tópico, uma parte específica da tecnologia digital: os algoritmos.

2.1.1 A governança dos algoritmos

[31] Essa matéria pode ser encontrada no *corpus* desta pesquisa, no item 3.2.1 Corpus Folha de S.Paulo, descrita como matéria 62 "Renan Calheiros leva perguntas de internautas a Pazuello para CPI".

Algoritmos são, conforme a definição de Gillespie (2018a, p. 97): "procedimentos codificados que, com base em cálculos específicos, transformam dados em resultados desejados". Dessa forma, segundo o autor, os algoritmos, a partir de dados, resolvem problemas (por meio de procedimentos matemáticos) e geram novas informações.

Os algoritmos pensados nesta pesquisa compreendem os de funcionamento de sites de redes sociais, plataformas de busca, sistemas de recomendação e base de dados. De acordo com Gillespie (2018a), essas tipologias de algoritmos têm importância crucial na vida pública, pois são eles que determinam o que é relevante para os indivíduos, interferindo em suas atividades enquanto seres sociais e políticos. É também com base em Gillespie (2018a) que se despe os algoritmos de uma roupagem técnica ou neutra; aqui eles são entendidos como permeados por escolhas humanas, políticas, institucionais e econômicas.

O autor, inclusive, chama de "performance" de objetividade algorítmica a ideia de que os algoritmos são neutros. Seria uma performance pois, para a integridade das plataformas, é necessário que se crie uma imagem social legítima de imparcialidade quanto ao resultado das buscas e das interações. Mas, na verdade, os algoritmos são operados e configurados a partir de escolhas e por isso desenvolvem papel estratégico nos resultados das buscas online: eles determinam o que se encontra quando se pesquisa determinada palavra, e isso é alterado conforme determinada geolocalização, interação, consumo, e conforme os dados pessoais em geral. O *Google*, por exemplo, de acordo com Gillespie (2018a), fornece um mecanismo de busca segura para não exibir palavrões ou imagens sexuais para menores de idade, e também se recusa a autocompletar pesquisas relacionadas ao *download* de *torrentes*. Como bem colocam Jurno e DalBen (2018), é o algoritmo de cada plataforma que decide se, ao pesquisar "Israel", irá se encontrar imagens de praias paradisíacas ou notícias sobre guerras. É esta pré-seleção de informações, com todas suas implicações sociais, econômicas e políticas, que se deve ter em mente quando se fala sobre algoritmos.

Ao discorrer sobre os tipos de algoritmos, Gillespie (2018a) chama de *algoritmos de relevância pública* aqueles que trabalham a partir dos dados fornecidos pelos rastros de navegação das próprias pessoas que acessam determinada rede, pois é a partir da atividade da pessoa que esses algoritmos entendem quais são suas preferências e, por consequência, o que é relevante para elas. Segundo Jurno e DalBen (2018), esse é o principal tipo de algoritmo usado em plataformas como Google, Facebook – que agora é parte da recém-criada Metaversa[32] – e Twitter.

[32] Disponível em: https://about.facebook.com/br/meta/. Acesso: 30 nov. 2021.

Gillespie (2018a) propõe que esses algoritmos de *relevância pública* têm valor político, mas se deve levar em consideração que não se deve recair em um determinismo tecnológico que colocaria a tecnologia como condutora do pensamento humano. Apesar do argumento central deste item ser o de que o algoritmo, pensado como dispositivo, orienta as ações e comportamentos das pessoas, isto não quer dizer que ele não enfrente resistências e, indo além, que não seja também moldado e reorientado pelo uso das pessoas.

Gillespie (2018a) faz ver como o funcionamento dos algoritmos é estritamente determinado pela quantidade de dados que eles têm acesso, de modo que afirma que um algoritmo é inerte até se conectar a uma base de dados. O autor exemplifica como são coletados os dados utilizados pela plataforma Google

> *o Google*, por exemplo, rastreia os sites de indexação da web e seus metadados. Ele digitaliza as informações do mundo real, de acervos de bibliotecas a imagens de satélite ou registros fotográficos de ruas da cidade; convida os usuários a fornecerem seus detalhes pessoais e sociais como parte de seu perfil no *Google+*; mantém registros detalhados de cada pesquisa realizada e cada resultado clicado; adiciona informações com base na localização de cada usuário; armazena os rastros das experiências de navegação na web reunidas via suas redes massivas de publicidade (GILLESPIE, 2018, p. 99).

Nesse mesmo sentido, o autor afirma que os sites só podem ter acesso a um conteúdo limitado de informações sobre o usuário. O Facebook, por exemplo, segundo Gillespie (2018a), sabe, entre outras informações, a geolocalização, a plataforma computacional, as informações de perfil, os amigos, as atualizações de *status*, o tempo no site e a atividade de outros sites que hospedam o botão 'curtir'; contudo, ainda que limitadas, essas informações fornecem muito sobre as características e preferências do usuário. É importante levar em conta, então, que qualquer manifestação nos sites de busca ou de redes sociais gera rastro e, por consequência, dados. Esses últimos podem ser extraídos de maneira muitas vezes ingênuas como por meio de enquetes que elencam perguntas para chegar a "qual famoso de *Hollywood* você mais se parece". O autor relembra um serviço de recomendação de conteúdo que, com base em cinco perguntas simples, obteve precisão de 80 a 85% na determinação dos perfis dos usuários.

Os algoritmos trabalham, portanto, a partir dos indicadores de pesquisa que são precisamente os critérios a partir dos quais os dados são extraídos, é com base nesses indicadores – sendo que cada plataforma tem os seus – que o algoritmo determina a "relevância" de um conteúdo (GILLESPIE, 2018a). No entanto, como expõe o autor, não há uma métrica possível que determine exatamente a relevância de um resultado, inclusive porque o próprio

conceito de relevância é subjetivo e exposto a vários sentidos conforme quem o concebe; portanto, os “engenheiros” fazem escolhas quando determinam que certo tipo de navegação e interação é indicativo de relevância. O autor exemplifica sua consideração sobre as escolhas a partir dos *trending topics* do Twitter, afirmando que, pelo pouco que se sabe, este não se refere ao que está sendo mais discutido, mas sim à velocidade que determinado termo aparece; se ele circula dentro de um determinado grupo ou não; se já apareceu antes, entre outros critérios.

Sabe-se pouco sobre o funcionamento dos algoritmos por vários motivos. Um deles é que se as empresas detalhassem seu funcionamento, correriam o risco de exporem suas configurações, o que poderia dar origem a outros sites com a mesma funcionalidade, prejudicando sua consolidação como empresa. Outro fator é que o texto expondo o funcionamento dos algoritmos poderia ser técnico demais, o que implicaria pouco entendimento das pessoas em geral. Além disso, o texto que expusesse a funcionalidade dos algoritmos poderia ser editado e reeditado várias vezes, pois os próprios algoritmos podem ser reajustados por diversas razões: “Embora grandes atualizações possam acontecer apenas ocasionalmente, os algoritmos estão regularmente sendo “ajustados”. [...] o “*Feed* de Notícias” e a barra de pesquisa podem parecer os mesmos de ontem, ainda que as avaliações que acontecem por baixo deles tenham sido completamente refeitas” (GILLESPIE, 2018a, p. 106).

Para Jurno e DalBen (2018), os algoritmos são instáveis e sua reedição também depende de como os usuários utilizam-no. As autoras concedem o exemplo de uma atualização do *Facebook* que permitia aos usuários esconder as postagens que os desagradavam, mas que, no entanto, acabou sendo utilizada, pelos usuários, para esconder as postagens que já tinham visto. Isso alterou a lógica do algoritmo que foi programado para entender o que os usuários não gostariam de ver, obrigando programadores a reverem aquela atualização.

Os algoritmos, por serem, como já dito, máquinas inertes até serem conectados com banco de dados (GILLESPIE, 2018a), também estão imersos na cultura qual se conectam. Nesse sentido, eles também podem ser misóginos, racistas e sexistas, pois geram seus resultados, entre outros fatores, a partir da maioria das pesquisas feitas. Isso pode ser exemplificado a partir do erro, contado por Jurno e DalBen (2018), que acontecia quando se buscava a frase “ela inventou” a qual o algoritmo do *Google* automaticamente sugeria que o certo era “ele inventou” pela maior quantidade de buscas feita com o gênero masculino associado a invenções. É nesse sentido que as autoras questionam a lógica algorítmica. A partir do conceito de “melhores resultados” ou “relevância”, pode-se perguntar, segundo Jurno e DalBen (2018): Para quem? De acordo com quem e para quê?

Nesse sentido, vê-se que os algoritmos têm a capacidade de fazer uma seleção de preferências, gostos, desejos, afetos e hábitos por meio do consumo e fornecimento de dados, ou seja, do rastro em rede. No entanto, de maneira alguma essa seleção é neutra ou imparcial, ela varia de acordo com as configurações pelas quais funciona, e essas configurações são interessadas social, política e economicamente. Além disso, toda escolha, automaticamente, promove a exclusão de algum aspecto, isto é a realidade e não poderia ser diferente com os algoritmos, ainda que esses últimos se vistam de uma aparente objetividade.

Delineado os funcionamentos e características dos algoritmos, o próximo item visa fundamentar a ideia de que os algoritmos são dispositivos, tendo como autor central deste último conceito o italiano Giorgio Agamben (2009).

2.1.2 Os algoritmos como dispositivos

No texto em que disserta sobre o conceito de dispositivo, Agamben (2009) não esconde de nenhuma forma o que o dispositivo significa para Michel Foucault, trazendo inclusive a fala deste último na qual atribui ao dispositivo uma função estratégica de manipulação de relações de poder. No entanto, nessa pesquisa, entende-se o dispositivo por meio da ótica do filósofo italiano, que discute o conceito por meio de um resgate do termo *oikonomia*. De acordo com o Agamben (2009), o termo, que significa administração da casa, gerência ou gestão, foi introduzido para resolver um problema que se agravou com a inserção da Trindade na história da teologia cristã. A Trindade, que é composta pelo Pai, o Filho e Espírito Santo, sofreu resistências por parte de mentores que acreditavam que com esta "divisão", o politeísmo e o paganismo poderiam se sobressair à fé cristã. Dessa forma, a introdução do termo *oikonomia* foi bem aceita, pois estabelecia que Deus, enquanto ser, é único, mas quanto à administração da casa, isto é, o mundo que criou, é tríplice. Dessa forma, "[...] a *oikonomia* torna-se assim o dispositivo mediante o qual o dogma trinitário e a ideia de um governo divino providencial do mundo foram introduzidos na fé cristã" (AGAMBEN, 2009, p. 37). Mais tarde, o termo *oikonomia* foi traduzido para *dispositio* e, depois, *dispositivo*.

Contudo, essa divisão entre substância e ação, entre ser e operar, que é tão cara para a teologia, embasa, de certa forma, o dispositivo para Foucault: "O termo dispositivo nomeia aquilo em que e por meio do qual se realiza uma pura atividade de governo sem nenhum fundamento no ser. Por isso os dispositivos devem sempre implicar um processo de subjetivação, isto é, devem produzir um sujeito" (AGAMBEN, 2009, p. 38). De modo contextual, então, o autor articula primeiro o resgate da *oikonomia* e depois recupera o

pensamento de Foucault: “Comum a todos esses termos é a referência a uma *oikonomia*, isto é, a um conjunto de práxis, saberes, de medidas, de instituições cujo objetivo é gerir, governar, controlar e orientar, num sentido que se supõe útil, os gestos e os pensamentos [...]” (AGAMBEN, 2009, p. 39).

É a partir disso que o autor propõe a sua definição de dispositivo: “Chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (AGAMBEN, 2009, p. 40). Essa definição, segundo ao autor, está associada não só a elementos que têm diretamente relações com o poder, como instituições, rituais, condutas, regras, mas também a objetos que podem orientar perspectivas, como uma simples caneta, o cigarro, a literatura, os computadores e a linguagem.

Para Agamben (2009, p. 46), então, todo dispositivo implica um processo de subjetivação e, se caso não produzir esse processo, o dispositivo se reduz a um mero exercício de violência: “Isto é, o dispositivo é, antes de tudo, uma máquina que produz subjetivações e somente enquanto tal é também uma máquina de governo”. Isto é, para existir, o dispositivo precisa produzir seu sujeito. O autor também argumenta que um mesmo sujeito pode ser lugar de múltiplos processos de subjetivação, uma vez que acessa o celular, olha a televisão, escreve com a caneta, fuma um cigarro, entre outras atividades. Mas, como se pode pensar, ser sujeito de vários dispositivos não é contraditório, visto que esse “mascaramento”, segundo o autor, faz parte da identidade pessoal humana: “Certamente, desde que apareceu o *homo sapiens* havia dispositivos, mas dir-se-ia que hoje não haveria um só instante na vida dos indivíduos que não seja modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo” (AGAMBEN, 2009, p. 42).

No entanto, o autor vai além do seu argumento inicial sobre a subjetivação. Para ele, nas sociedades atuais, no que ele chama de fase atual do capitalismo, os dispositivos estariam produzindo processos de dessubjetivação, dando lugar a um sujeito espectral:

> Aquele que se deixa capturar no dispositivo "telefone celular", qualquer que seja a intensidade do desejo que o impulsionou, não adquire, por isso, uma nova subjetividade, mas somente um número pelo do qual pode ser, eventualmente, controlado; o espectador que passa as suas noites diante da televisão recebe, em troca da sua dessubjetivacão, apenas a máscara frustrante do *zappeur* ou a inclusão no cálculo de um índice de audiência (AGAMBEN, 2009, p. 48).

Nesse sentido, então, o argumento do autor é que, atualmente, não existe mais sujeitos e identidades reais como, por exemplo, o movimento operário ou a burguesia, mas sim o triunfo da *oikonomia*, que é, por sua vez, uma atividade de governo que visa à sua própria reprodução.

Fica determinado, portanto, que o dispositivo é um instrumento de poder, que implica relações de força ao gerenciar, orientar e guiar condutas e comportamentos.

Quando Gillespie (2018a) afirma que é com base em indicadores, ligados aos nossos bancos de dados, que os algoritmos orientam os resultados das nossas buscas, pode-se dizer que os algoritmos são dispositivos, pois tudo o que aparece como passo seguinte na tela, seja de qualquer plataforma, não é determinado livremente, mas sim gerenciado a partir de critérios programados. Nesse sentido, Kischinhevsky e Fraga (2020, p. 133) afirmam que

> por meio dos algoritmos (derivativos da informação), os indivíduos são "governados" não por instituições governamentais ou pela mídia, mas por inferências probabilísticas geradas a partir do *big data*, extraídas de seus movimentos, atividades digitais, e que não necessariamente refletem a complexidade de suas identidades, mas compõem um gráfico social segmentado de *micropúblicos*, constituído por afinidades e interesses.

Isto propõe uma "falsa liberdade" pois se acredita que os critérios que elencam os "melhores resultados" ou o que é mais "relevante" está de acordo, estritamente, com as preferências pessoais, quando, na verdade, pode estar mais de acordo com interesses econômicos, políticos e sociais das plataformas. Sendo assim, resultados de busca são sempre orientados por algoritmos que, enquanto dispositivos, conduzem e gerenciam opiniões, condutas e comportamentos. Aliás, as informações das quais os algoritmos se alimentam, segundo Silveira (2017), são o bem mais poderoso da sociedade informacional, na qual o mercado capitalista depende da microeconomia de intercepção de dados pessoais para atuar. Conforme o autor, as sociedades informacionais são aquelas que, diferentemente das sociedades industriais – que davam origem a bens materiais – constroem-se a partir da produção de bens imateriais, como os vinculados às tecnologias digitais. Todo esse funcionamento tem estreita relação com os processos especulativos e a circulação do capital:

> O capital como mercadoria na esfera da circulação precisava reduzir o tempo da conversão em dinheiro e de retorno ao capitalista para ser reempregado na sua ampliação. Na atual fase da economia pós-industrial, a informação sobre o consumo da mercadoria retorna ao capitalista como elemento crucial do processo de reprodução do capital. Os dados sobre como o produto foi consumido, o horário exato da compra e os metadados da transação chegam antes ou junto com o dinheiro resultante do processo de circulação (SILVEIRA, 2017, p. 16).

Esse processo de geração de informações também se relaciona com os mecanismos de controle por meio dos quais a comunicação, em especial a digital, se dá. Para Silveira (2017),

a interação em redes digitais acontece a partir do controle, uma vez que "dados são comunicados gerando dados sobre a comunicação efetuada, ou seja, metadados [...]" (SILVERA, 2017, p. 18). Isto faz o autor questionar um outro âmbito da vida social: a privacidade. Segundo ele, há uma proporcional inversão entre a lógica da defesa da privacidade e a expansão do campo da economia informacional e isto está diretamente ligado à promoção de experiências com a tecnologia, pois as empresas pregam que quantos mais dados tiverem, melhor o serviço que entregam. A defesa de transparência, no entanto, é declarada: deve ser somente por parte do usuário.

A geração de dados e os mecanismos de controle, como a vigilância, também são preocupação de Bauman (2014). O autor afirma que embora o processamento e a interpretação de dados pessoais sejam responsabilidade de empresas, são os usuários que fornecem sua própria base de dados. Diferente de modos anteriores, nos quais os dados eram fornecidos a partir de investigações, hoje eles são fornecidos comercialmente e a quase todo instante, numa espécie, inclusive, de autovigilância: "tal como os caramujos transportam suas casas, os empregados do admirável novo mundo líquido moderno precisam crescer e transportar sobre os próprios corpos seus panópticos pessoais" (BAUMAN, 2013, p. 44).

Compondo o argumento de que o algoritmo é um dispositivo, pode-se também fazer uma aproximação com o conceito de dessubjetivação (AGAMBEN, 2009). Pensando nas redes digitais, vê-se que o sujeito, a partir dos dados que fornece, é múltiplo – ou espectral, nos termos de Agamben – pois as referências que se têm desse sujeito são plurais: sabe-se sua geolocalização, seus trajetos diários, lugares que frequenta, seu padrão de consumo de internet, quantas horas fica em determinado site, quais as postagens que mais o agradam, quais as que o desagradam, e isto permite tanto direcionar um conteúdo altamente personalizado quanto colocá-lo em perfis públicos: "[...] os algoritmos não estruturam apenas nossas interações com os outros enquanto membros de públicos em rede. Eles também trafegam por *públicos calculados* que eles mesmos produzem [...]" (GILLESPIE, 2018, p. 114). Nesse sentido, os algoritmos transformam os usuários em audiências, em perfis abstratos que fazem parte de um público, e a partir disso "vendem" esses públicos para a publicidade, pois esta última, quanto mais direcionada aos consumidores certos, mais eficaz.

> A promessa das plataformas é que o conteúdo disponibilizado seja selecionado especialmente para aquele usuário, com base nos seus interesses pessoais. Mas, na verdade, os algoritmos trabalham principalmente a partir da criação de perfis de padrões de comportamento criados com base em dados de milhares de outros usuários. Os algoritmos enquadram cada usuário em um tipo de perfil e, com base nos padrões de comportamento daquele perfil,

> selecionam o conteúdo que será disponibilizado para eles (JURNO; DALBEN, 2018, p. 23).

Essa geração de *públicos calculados* pode ser entendida como o processo de dessubjetivação (AGAMBEN, 2009) que o dispositivo (no caso o algoritmo) promove, pois vê-se, a partir do seu funcionamento nas redes digitais, que o que é gerado são perfis públicos, ou seja, números de "audiência" – como a que o autor escreveu quando se referiu ao *zappeur* da televisão – com uma visada econômica preponderante.

Na vida em rede digital, os sujeitos acabam sendo sujeitos de vários públicos, ou seja, de acordo com suas preferências são elencados em perfis públicos diferentes. Dessa forma, o dispositivo-algoritmo não dá origem a um sujeito real, mas a um sujeito espectral, dessubjetivado. Silveira (2017) compara a formação dos públicos com uma jaula, na qual pessoas com os mesmos comportamentos, interesses e ideologias são colocadas, por meio dos algoritmos, no mesmo grupo, ou seja, no mesmo perfil público. Para o autor, portanto, "os algoritmos contêm uma normatividade que delimita nossas ações e definem o que teremos acesso" (SILVEIRA, 2017, p. 61).

Van Dijck (2016), ao propor a ideia de uma "sociabilidade conectada", afirma que a tecnologia muda as conexões, as criações e as interações humanas ao criarem os botões "compartilhar", "curtir" e "seguir" como valores sociais. A autora, inclusive, utiliza o termo "mercantilização dos relacionamentos" para abarcar a ideia de que além do conteúdo gerado pelos usuários na internet, sua navegação traz um subproduto valioso que são as informações sobre seu comportamento e preferências. Dessa forma, para a autora, a sociabilidade conectada gera informações que podem ser manipuláveis e administráveis, o que permite às plataformas influenciarem a rotina cotidiana das pessoas de acordo com as *affordances* (discutido no item seguinte).

> Com base neste conhecimento íntimo e detalhado dos desejos e gostos das pessoas, as plataformas desenvolvem ferramentas projetadas para criar e direcionar necessidades específicas. O mesmo botão que nos permite saber o que nossos amigos assistem, ouvem, lêem e compram, registra os gostos de nossos colegas no ritmo que os molda (VAN DIJCK, 2016, p. 18).

No entanto, há e sempre haverá resistências ao controle da tecnologia. O controle nunca é total, pois a máquina ainda não entende as subjetividades inerentes aos seres humanos. Também cabe problematizar que nossa conduta, enquanto seres humanos, é sempre orientada. Conhecemos determinadas coisas sempre a partir do meio que vivemos, da localização que ocupamos, das pessoas com quem convivemos. Nesse sentido, não há como os algoritmos não

serem também orientadores de nossas perspectivas, no entanto, o que deve ser ressaltado é que eles nunca devem ser entendidos como neutros, ou dotados de uma objetividade matemática. Não há problema em serem programados a partir de escolhas, desde que essas escolhas fiquem evidentes para quem os utiliza. É o que defende Silveira (2017, p. 61):

> Os algoritmos não são neutros e trazem as determinações impostas pelos seus programadores. Por isso, deveriam ser abertos, ou seja, seus usuários deveriam ter acesso ao encadeamento das rotinas que compõe seu código. Algoritmos serão cada vez mais os verdadeiros legisladores de nosso cotidiano. Uma sociedade democrática exige algoritmos abertos.

Sendo assim, entendido como algo que molda, captura e orienta nossas condutas e opiniões, o conceito de dispositivo permite aproximações com a atividade dos algoritmos visto que esses últimos gerenciam nossas ações na internet; todavia, somente com o livre acesso ao seu funcionamento é que se pode entender como essa orientação é feita. Uma maneira de entender é perpassar pelo funcionamento dessas empresas, tentando entender seu papel na sociedade, e principalmente, seus discursos, isto será discutido no item abaixo.

2.2 O DISCURSO DAS PLATAFORMAS

Para além de todas as complexidades das instituições tradicionais, a formatação das sociedades nos dias de hoje tem de levar em conta, também, todas as funções que as tecnologias digitais proporcionam. As novas formas e velocidades das transações econômicas e financeiras, os grandes monopólios e a modernidade nos serviços entre consumidor e fornecedor – hoje já chamado de *prosumer* (SAAD, 2020), numa fusão entre produtor e consumidor – instigam uma busca por conceitos que possam descrever, compreender e problematizar essas novas relações de poder.

É com o intuito de entender conceitos que tentam explicar as sociedades atuais que esse item se constitui. Para tanto, os conceitos angariados são aqueles que, dentre outras questões, relacionam-se com as empresas – ou plataformas – que fornecem serviços e, em troca, coletam dados sobre as preferências, atitudes, desejos e ações dos usuários. Para fazer esse percurso teórico, primeiro, começa-se com Gillespie (2010, 2018) pela problematização do próprio termo “plataforma” com a intenção de ver suas nuances discursivas e possíveis significados. Depois, explora-se o conceito de Sociedade de Plataforma, proposto por Van Dijck, Poell e de Waal (2018), no qual o principal argumento destrinchado recai sobre a detenção, por parte de cinco grandes empresas – Apple, Amazon, Facebook, Google e Microsoft, da maior parte da infraestrutura da rede de serviços. Além disso, explora-se também o conceito de Sociedade de

Caixa-Preta a partir de Pasquale (2015) no sentido de problematizar a regulação na coleta de dados pessoais. Também se apresenta o conceito de Economia do Compartilhamento a partir de Slee (2017) como forma de trazer à tona os paradoxos discursivos e práticos das grandes "empresas de tecnologia".

2.2.1 O que o termo "plataforma" (não) diz?

Para Gillespie (2010), o termo "plataforma" surgiu tanto como uma autocaracterizarão das empresas que oferecem serviços online – os intermediários de conteúdo – quanto a partir do público, da mídia e de pessoas que consomem esse tipo de conteúdo. Desse modo, para ele, o uso desse termo varia conforme os interesses das empresas que o utilizam discursivamente, podendo ser empregado, como no caso do Youtube[33], de forma a designar uma plataforma técnica; uma plataforma "pelas quais as pessoas falam" ou, também, uma plataforma de oportunidades de se comunicar, vender e interagir.

Contudo, ainda para o autor, a questão não é tanto a *termo* "plataforma", mas o *discurso* que essas empresas estão tentando estabelecer no momento em que jogam com os vários significados e funções que detêm ao se apresentarem para sua diversa audiência, que engloba seus usuários, parceiros, anunciantes e formuladores de políticas. Dessa forma, para Gillespie (2010), o amplo termo "plataforma" ajuda as empresas a se apresentarem de uma maneira estratégica, possibilitando que façam um discurso comercial bastante popular enquanto omitem tensões e paradoxos inerentes aos seus serviços: entre o conteúdo gerado pelo usuário ou produzido para fins comerciais; entre cultivar uma comunidade ou veicular publicidade e entre intervir no conteúdo ou permanecer neutro (GILLESPIE, 2010).

A fim de resgatar os significados semânticos que a palavra "plataforma" possui, Gillespie (2010) recorre ao Dicionário de Inglês Oxford e entende os 15 significados mostrados a partir de quatro categoria amplas: 1) Arquitetônico; 2) Computacional; 3) Figurativo e 4) Político. O autor ressalta que ainda que o termo "plataforma" relacionado aos intermediários de conteúdo online não represente esses significados, depende dos quatro. A mais antiga definição de plataforma no Dicionário de Inglês Oxford é a 1) Arquitetônica. De acordo com Gillespie (2010), nesse sentido a palavra plataforma tem sido amplamente utilizada para descrever estruturas físicas construídas por seres humanos ou formadas naturalmente, sejam elas genéricas ou para um uso específico. Exemplos podem ser a plataforma de metrô ou de trem.

[33] Youtube é um site de compartilhamento de vídeos. Em 2006 foi comprar por $1,65 bilhão pela empresa *Google*.

Para o autor, esse significado está mais diretamente conectado com a origem etimológica da palavra: nas suas primeiras aparições, "plataforma" aparecia como duas palavras: *platte fourme*, que concedia ênfase à forma.

O significado 2) Computacional é o mais recente na lista de significados do Dicionário de Oxford. Num contexto técnico, de acordo com o autor, plataforma pode ser definida como uma infraestrutura que suporta o *design* e o uso de certos tipos de aplicativos, sejam eles *hardwares* de computador, *softwares*, sistemas operacionais, dispositivos de jogos ou de celulares, por exemplo. O autor aponta, então, para algumas "guerras" de plataformas: entre PC (Microsoft) e Mac (Apple), na década de 1980; entre mecanismos de busca Google e Yahoo e também entre sistemas operacionais como Apple iPhone e Google Android.

De acordo com Gillespie, foi a partir do significado 3) Figurativo que o termo plataforma desenvolveu um uso mais conceitual como uma base ou fundação de uma ação, acontecimento, evento, cálculo, condição. Nesse significado figurativo, o termo "plataforma" da indústria física se torna metafísico, relacionado à oportunidade e ação. O significado 4) Político se refere a algo similar ao que os candidatos políticos e partidos endossam como suas "plataformas". Esse significado emergiu, de acordo com Gillespie (2010), de uma estrutura física, de um palco onde o político se posicionava para ser ouvido. O termo, então, variou de uma estrutura material – e neutra, aberta a todos – para um conjunto de crenças.

De acordo como mesmo autor, o maior uso do termo "plataforma" se apoia em todos esses significados conjuntamente: computacional, como algo que se constrói e se inova; político, como um espaço para falar e ser ouvido; figurativo, como uma oportunidade abstrata e prática, e arquitetônico, que no caso de plataformas como o Youtube designa-se como um facilitador em termos de igualdade de expressão, e não como um *gatekeeper* com restrições normativas e técnicas. Sobre este último ponto – de igualdade de oportunidades de expressão – ainda para o autor, na maioria das vezes, o discurso das plataformas encontra respaldo na retórica de democratização proporcionada pela internet ou, mais recentemente, no "conteúdo gerado pelo usuário" (GILLESPIE, 2010) quando tenta se diferenciar da grande indústria de mídias tradicionais:

> [...] o conteúdo online parece um mundo aberto, no qual qualquer um pode postar, tudo pode ser dito. O Youtube claramente não iria desempenhar esse papel de *gatekeeper*, nem mesmo de curador: iria ser um mero facilitador, apoiador, anfitrião. O Youtube celebra os vídeos que se tornam virais, sugerindo que sua popularidade é mais genuína porque [os vídeos] não são manufaturados por seus criadores ou pela indústria de mídia (GILLESPIE, 2010, p. 353, tradução própria, colchetes inseridos pela autora).

Para Gillespie (2010), portanto, todos os significados da palavra “plataforma” são utilizados e flexibilizados dependendo dos objetivos dos intermediários de conteúdo online; e ainda, os significados importam tanto pelo que eles revelam quanto pelo que não revelam. Para ele, ainda não se tem uma linguagem precisa que atende às funções, intervenções e consequências das plataformas, e quem ganha com isso são as próprias plataformas, uma vez que impõem o significado que bem entendem para suas funcionalidades, e oferecem “uma sensação reconfortante de neutralidade técnica e abertura progressiva” (GILLESPIE, 2010, p. 360). No entanto, o que se pode dizer é que o funcionamento das plataformas, na maioria das vezes, assemelha-se aos das empresas tradicionais – aquelas que as plataformas tanto pretendem se diferenciar – visto que incide “sobre o que pode aparecer, como é organizado, como é monetizado, o que pode ser removido e por que, e o que a arquitetura técnica permite e proíbe, [essas] são intervenções reais e substanciais que afetam o discurso público” (GILLESPIE, 2010, p. 359, tradução própria, colchetes inseridos pela autora). Em texto recente, Gillespie (2018) defende o argumento no qual as plataformas não só mediam o discurso público, mas o constituem, pois moderam conteúdos, amplificando alguns e limitando outros. Além disso, para Gillespie (2018), a moderação, atua em conjunto com a seleção e a recomendação, formando uma alavanca tripla de atuação das plataformas:

> As plataformas moderam (por meio de exclusões, filtros e suspensões); recomendam (por meio de *feed* de notícias, listas de tendências e sugestões personalizadas); e selecionam (através de conteúdo destaque e ofertas de primeira página). As plataformas utilizam essas três alavancas em conjunto para ativa e dinamicamente ajustar a participação dos usuários com a intenção de gerar o *feed* "certo" para cada usuário, as trocas sociais "certas", e o tipo “certo” de comunidade. O “certo” nesses contextos pode significar algo ético, legal e saudável, mas também pode significar qualquer coisa que promova o engajamento, aumente a receita dos anúncios e facilite a coleta de dados (GILLESPIE, 2018, p. 202, tradução própria).

A atuação das plataformas nas relações sociais também é discutida por Saad (2020) quando entende que a configuração dessas relações está cada vez mais associada às funções e formatos que cada plataforma disponibiliza: “estamos num momento social no qual a maioria das relações decorrentes dos processos comunicativos ocorre a partir de regras definidas pelas plataformas e por meio de conteúdos disponíveis nos ambientes das plataformas” (SAAD, 2020, p. 158). Isso encontra eco no exemplo prático de d’Andréa (2020), quando o autor discute a “arquitetura computacional” do Facebook em relação à limitação da busca de conteúdo:

> Ao não facilitar a ocorrência de termos ou *hashtags*, claramente o Facebook sinaliza a seus usuários que é preciso seguir a lógica de 'sociabilidade

> programada' de sua arquitetura computacional, ou seja, deve-se privilegiar o uso do 'feed de notícias', e não usar a plataforma como um repositório de conteúdos a serem buscados (D'ANDRÉA, 2020, p. 41).

O mesmo autor afirma que a lógica de padronização das ações – como os botões curtir e compartilhar do Facebook, por exemplo – é útil porque permite que as plataformas armazenem e troquem informações e produzam métricas algorítmicas em meio à lógica da datificação. No entanto, é importante pontuar que há reações aos determinismos técnicos das plataformas, numa espécie de uso um tático, lúdico ou político (D'ANDRÉA, 2020) das *affordances* que "burla" o sentido inicial proposto pelas plataformas: "Pensemos, por exemplo, nas enquetes promovidas no Twitter em que os votos são registrados através de RTs ou curtidas. Esses recursos são bem diferentes entre si, mas ambos são quantificados na interface e, de certo modo, se tornam comparáveis" (D'ANDRÉA, 2020, p. 40). No entanto, de certa forma, as *affordances* de cada plataforma determinam como as pessoas interagem e classificam umas às outras:

> [...] O conjunto de amigos que possuo na plataforma social Facebook constitui-se na "minha rede social" ancorada às *affordances* ali oferecidas. Com isso, dentro de uma mesma plataforma é possível participar de múltiplas redes sociais – eu como parte dos fãs de uma marca; alguns de meus amigos como um grupo de discussão fechado, e assim sucessivamente e diferenciadamente para cada regime de visibilidade e comunicação determinado pela plataforma (SAAD, 2020, p. 157).

A partir disso, Saad (2020) propõe que se entenda as plataformas para além de um "dispositivo social neutro", pois possui "arquiteturas, normas, valores, éticas e processos próprios e condicionantes à participação e à atuação em suas ambiências. Podemos dizer que todo esse conjunto, numa macrovisão, impacta as estruturas sociais em nível geopolítico" (SAAD, 2020, p. 156). Dessa forma, os entendimentos imprecisos e de certa forma nublados sobre o que são as plataformas auxilia estritamente essas empresas, uma vez que elas mesmas exprimem um discurso impositivo que as classificam como simples superfícies desenhadas para facilitar alguma atividade. Isto implica um efeito de neutralidade, quando, muitas vezes, elas não só intermediam, mas condicionam certas práticas e atividades, incidindo e formatando instituições tradicionais. Este último ponto é abordado mais especificamente na seção seguinte, que explora o conceito de Sociedade de Plataforma proposto por Van Dijck, Poell e De Waal no livro *The Platform Society: public values in a connective world*, publicado em 2018.

2.2.2 Sociedade de Plataforma e Sociedade de Caixa-Preta: explorando conceitos

Van Dijck, Poell e de Waal (2018) justificam que o termo “Sociedade de Plataforma” mostra a interligação entre as lógicas das plataformas e o quanto elas estão penetrando várias instituições consolidadas da sociedade democrática, afetando também transações econômicas, práticas culturais e sociais e, além disso, forçando os governos a se adequarem às suas políticas de funcionamento. O conceito de “Sociedade de Plataforma” se refere, nas palavras dos autores, a uma sociedade na qual o tráfico econômico e social está sendo cada vez mais canalizado por uma rede global de plataformas que, por sua vez, é guiada por algoritmos e abastecida com dados. Além disso, uma das promessas – preocupante, para os autores – das plataformas é a de oferecer serviços personalizados e contribuir para a inovação e crescimento econômico, enquanto ignoram regulações e normas legais. Uma das discussões dos autores é que serviços como Uber, Airbnb e Facebook por exemplo, se declaram enquanto empresas de tecnologia e não como empresas que designariam de maneira mais precisa suas funções: de transporte, de hotel e de mídia, respectivamente. Sendo assim, não pagam impostos e taxas como outros serviços que se declaram como tal. Kischinhevsky e Fraga (2020, p. 128) ampliam a lista de empresas que não se referem a si como “empresas de mídia” para todas as Big Five, pontuando a implicações que isso traz para o jornalismo:

> nenhuma delas é reconhecida como empresa de mídia em sentido estrito [...] Pelo contrário, todas desenvolveram plataformas digitais integradas que drenam as verbas publicitárias antes direcionadas aos grupos tradicionais de comunicação, que persistem na oferta de informação jornalística entremeada por anúncios e têm enfrentado dificuldades para desenvolver novos modelos de negócios.

Também há o cuidado – assim como Gillespie (2010), visto no item anterior – de entender o que o termo plataforma tem a dizer. Para Van Dijck, Poell e de Waal (2018), uma plataforma online é uma arquitetura digital programável desenhada para organizar interações entre usuários, corporações e órgãos públicos; ela é voltada para a coleta sistemática, para o processamento algorítmico, circulação e monetização dos dados dos usuários. Essa definição encontra eco nas discussões dos autores sobre como as plataformas Uber, Airbnb e Facebook se apresentam: como facilitadoras de conexão entre pessoas, ou seja, simples e unicamente intermediárias, quando na verdade, elas afetam as formas de viver:

> [...] precisamos entender as estruturas das plataformas, os modelos de negócios e os discursos como *performativos*. […] as plataformas não simplesmente conectam os atores sociais e econômicos, mas, fundamentalmente, controlam *como* eles se conectam uns aos outros. Nesse processo, as plataformas constroem novos regimes e economias de valor

> (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018, p. 24, tradução própria, itálico no original).

Essas propostas de Van Dijck, Poell e de Waal (2018) estão em consonância com determinados pontos elencados por Tom Slee no seu livro de título em português *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado* de 2017. O autor chama de Economia do Compartilhamento essa nova onda de negócios que utiliza a internet para conectar consumidores e prestadores de serviços no mundo físico, no ramo de aluguéis de imóveis ou de carros e outros serviços como tarefas domésticas, por exemplo. Nesse sentido, o autor problematiza o próprio conceito de "Economia do Compartilhamento" que revela certa incoerência ao acoplar um termo que sugere trocas motivadas por generosidade – aludindo ao termo "compartilhamento" – a trocas de mercado, que inclui bens e serviços, motivadas pelo lucro – aludindo ao termo "economia". Dessa forma, a retórica das grandes empresas elencadas nesta categoria também é discutida uma vez que elas se aproveitariam da "democratização" do mundo tecnológico não para gerar uma ideia de comunidade, mas para aumentar sua oferta de produtos e serviços: "[...] muitas pessoas bem-intencionadas – que mantinham uma fé mal direcionada nas habilidades intrínsecas da internet para promover a igualdade e a confiança – involuntariamente ajudaram e incentivaram a acumulação de fortuna privada e a construção de novas e exploradoras formas de emprego (SLEE, 2017, p. 286).

Essencialmente, para Slee (2017), as empresas se apoderaram dos discursos de códigos, dados e conteúdo "abertos" – que seria uma forma dos indivíduos regularem governos e corporações – para gerarem lucro por meio dessa transparência. Para o autor, a "abertura" proporcionada pela internet, em vez de produzir um espaço mais igualitário e equitativo, como estava nas suas ideias principais e inicias, substitui instituições poderosas por outras, segundo ele, ainda mais poderosas e que burlam leis e regulações:

> As companhias exitosas da Economia do Compartilhamento evitam o encargo de garantir proteção a prestadores de serviço e consumidores. Até proclamam publicamente esse compromisso a fazem alguns gestos nessa direção – o Airbnb deu avisos de proibido fumar para os anfitriões grudarem na parede de suas casas, e a Uber diz fazer uma inspeção de segurança nos veículos – mas também fazem o que podem para evitar regras municiais, como inspeções de incêndio. As companhias exitosas da Economia do Compartilhamento escapam das despesas de manter uma folha de pagamento com seus fornecedores de serviços, pois se classificam como autônomos. Como parte desse artifício, evitam pagar direitos trabalhistas, custos de manutenção, tempo ocioso e tempo de deslocamento, acidentes de trabalho e qualquer obrigação de seguridade social (SLEE, 2017, p. 294).

Para os autores apresentados, então, as plataformas, ao contrário dos seus discursos, não podem ser consideradas revolucionárias pois operam na mesma lógica pró-mercado de empresas tradicionais, mas a partir de novos acordos e modelos de negócios. Mais especificamente, para os autores, nos modelos de negócios no contexto das plataformas o valor econômico é dado a partir de mensuração de várias moedas, entre elas: dinheiro, atenção, dados e avaliação dos usuários. Os autores também atentam para o "mito" dos serviços gratuitos, afirmando que a monetização advem, na verdade, dos processos automáticos de conexão entre usuários, dados, publicidade, inscrições e conteúdo.

Basicamente, o argumento central de Van Dijck, Poell e de Waal (2018) é que existem empresas, as *Big Five* – Apple, Amazon, Google, Facebook e Microsoft – que detêm a infraestrutura de rede na qual todas as outras empresas, serviços, instituições e órgãos têm que, de alguma maneira, utilizar para poder usufruir de uma tecnologia ou disponibilizar um produto. De modo enfático, para os autores, todas as plataformas fora da constelação das *Big Five* dependem da infraestrutura dos seus serviços de informação. Os autores apontam que o Airbnb, por exemplo, incorpora serviços do Google como Google Maps e também alguns serviços do Facebook como os de identificação; o Spotify funciona no Google Cloud e o Netflix faz uso dos serviços da Amazon. O maior lucro das *Big Five* advém, portanto, do desenvolvimento das plataformas setoriais e dos milhares de sites e aplicativos integrados aos seus serviços básicos, permitindo a coleta de dados do usuário em todo o ecossistema da Web e de aplicativos. Van Dijck (2020) atualiza este argumento ao afirmar que a plataformização possui dinâmicas que abarcam a integração vertical, a infraestruturalização e a intersetorização. A autora propõe a metáfora de uma árvore para explicar essa concentração de poder das plataformas:

> As raízes das infraestruturas digitais levam ao tronco das plataformas intermediárias que se ramificam em setores industriais e sociais que cultivam seus galhos e folhas. A metáfora da árvore enfatiza a maneira como as plataformas constituem sistemas dinâmicos "vivos", sempre se transformando e, portanto, modelando suas espécies (VAN DIJCK, 2020, tradução própria, p. 5)[34].

As raízes (infraestruturas) seriam precisamente os *hardwares*, cabos, satélites, centros de dados, entre outros; o tronco (intermediários) seriam as ferramentas de busca na internet, lojas de *download* de aplicativos e análise de dados em geral, que desembocariam nos galhos e folhas

[34] No original: "the *roots* of digital infrastructures all leading to the *trunk* of intermediary platforms which *branches* out into industrial and societal sectors that all grow their own twigs and leaves. The tree metaphor emphasizes how platforms constitute "living" dynamic systems, always morphing and hence coshaping its species".

(plataformas e aplicativos setoriais), que seriam as esferas como saúde, finanças, notícias, educação, entre outras.

É importante investigar como essas próprias plataformas se apresentam, por isso se decidiu elencar algumas frases ou *slogans* das *Big Five*. O interesse nesse percurso de analisar os discursos das plataformas vem na esteira de outras pesquisas como as de Araújo (2018) que entendem o texto como "mediadores que estabelecem, performam e prescrevem determinada realidade, como um cenário no qual se desenvolve uma ação" (ARAÚJO, 2018, p. 7). Nas pesquisas do autor, são analisadas as publicações institucionais e as publicações das pessoas sobre como elas entendem o algoritmo que constrói o Feed de Notícias do Facebook. Algumas conclusões são apontadas:

> [...] o que plataformas digitais são e o que suas funcionalidades fazem são valores construídos também nos textos que apresentam, informam, sugerem, ensinam sobre seus mecanismos. Serviços como Google e Facebook costumam produzir um significativo número de publicações online a fim de informar e instrumentalizar o uso de seus serviços (ARAÚJO, 2018, p. 6).

O que se comprovar por meio da análise dos textos abaixo é que muitas vezes os valores e crenças incitados nos discursos institucionais das plataformas não condizem com suas atitudes e afazeres práticos, o que corrobora o argumento de que muitas vezes os discursos apenas aludem a certos valores, sem devidamente cumprí-los. A maioria dos trechos abaixo selecionados para análise foram encontrados nos sites das próprias empresas, principalmente em sessões que destacam suas características como "Sobre mim" e outras que destacam sua missão, ou seja, discursos institucionais. Somente o trecho da empresa Apple que, pela dificuldade de achar alguma frase mais geral e recente sobre sua apresentação, foi extraído do Relatório de Progresso de 2019 da empresa.

Começando por esta última empresa, no Relatório de Progresso de 2019, pode ser vista a frase: "Nós acreditamos que os negócios, na melhor das hipóteses, servem ao bem público, empoderam pessoas ao redor do mundo, e nos unem como nunca"[35] (Apple Ceo Tim Cook, 2019). Aqui, vê-se que os efeitos de sentido aludem à conexão entre pessoas: "unir e empoderar pessoas" e "servir ao bem público" conferem um discurso de comunidade às empresas de tecnologia, mas que muitas vezes não conseguem ser sustentados na prática.

O discurso da empresa Facebook, observado na própria página da empresa que destaca sua missão também faz alusão à ideia de comunidade e da união entre pessoas: "Dar às pessoas

[35] No original: "We believe that business, at its best, serves the public good, empowers people around the world, and binds us together as never before". Disponível em: https://www.apple.com/supplier-responsibility/pdf/Apple_SR_2019_Progress_Report.pdf. Acesso: 19 nov. 2019.

poder para construir uma comunidade e aproximar o mundo”[36] (FACEBOOK, 2021). Em relação à empoderamento, observa-se que a Microsoft também se refere a esta palavra, mais especificamente, pondera que sua missão é: “Empoderar os outros. Nossa missão é empoderar cada pessoa e organização do planeta a alcançar sempre mais”[37]. A empresa Google, por sua vez, reforça sua missão organizadora e faz referência ao acesso universal e igualitário às informações pelos cidadãos: “Nossa missão é organizar as informações do mundo e fazê-las universalmente acessíveis e uteis”[38]. A empresa Amazon é a que mais se refere, nas curtas frases, à tecnologia operacional e também à inovação: “Amazon é guiada por quatro princípios: obsessão no consumidor ao em vez de foco no concorrente, paixão por invenção, comprometimento com excelência operacional, e pensamento de longo prazo”[39].

O que se pode observar por meio dessas frases e *slogans* é que palavras como empoderamento, união, excelência, universalidade, bem público, inovação, entre outras, são, assim como defendem Van Dijck, Poell e de Waal (2018), performativas, isto é, promovem ideias positivas e de promoção de igualdade enquanto na prática há movimentos que objetivam o lucro e a acumulação de capital. Para Slee (2017, p. 48):

> Se a Economia do Compartilhamento é um movimento, é um movimento pela desregulação. Grandes instituições financeiras e fundos influentes de capital de risco estão vislumbrando, com ela, uma oportunidade para desafiar as regras formuladas pelos governos municipais democráticos ao redor do mundo – e para remodelar as cidades de acordo com seus interesses. Não se trata de construir uma alternativa à economia de mercado dirigida por corporações. Trata-se de expandir o livro mercado para novas áreas de nossas vidas (SLEE, 2017, p. 48).

A título de melhor visualização, abaixo há uma compilação das cinco frases e *slogans* acima analisados.

---

[36] No original: "Connect with friends and the world around you on Facebook”. Disponível em: https://www.facebook.com/. Acesso em: 16 set. 2021.

[37] No original: “Empowering others. Our mission is to empower every person and organization on the planet to achieve more”. Disponível em: https://www.microsoft.com/en-us/about. Acesso: 19 nov. 2019.

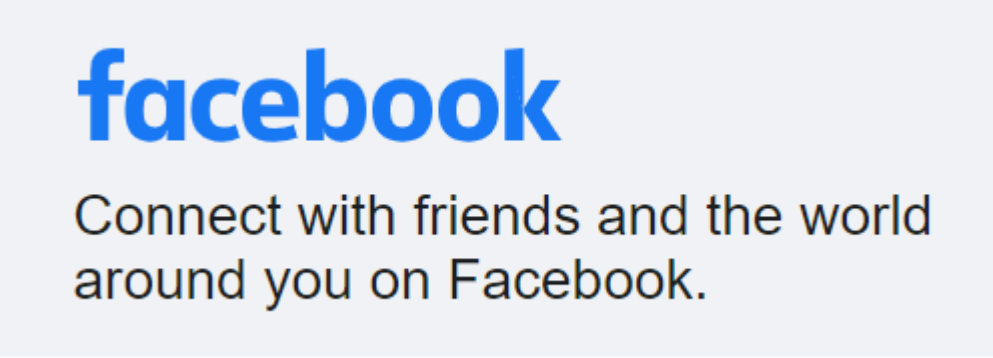
[38] No original: “Our mission is to organize the world's information and make it universally accessible and useful”. Disponível em: https://about.google/intl/en_us/. Acesso: 19 nov. 2019.

[39] No original: “Amazon is guided by four principles: customer obsession rather than competitor focus, passion for invention, commitment to operational excellence, and long-term thinking”. Disponível em: https://www.aboutamazon.com/our-company. Acesso: 19 nov. 2019.

Figura 4: Discurso Apple

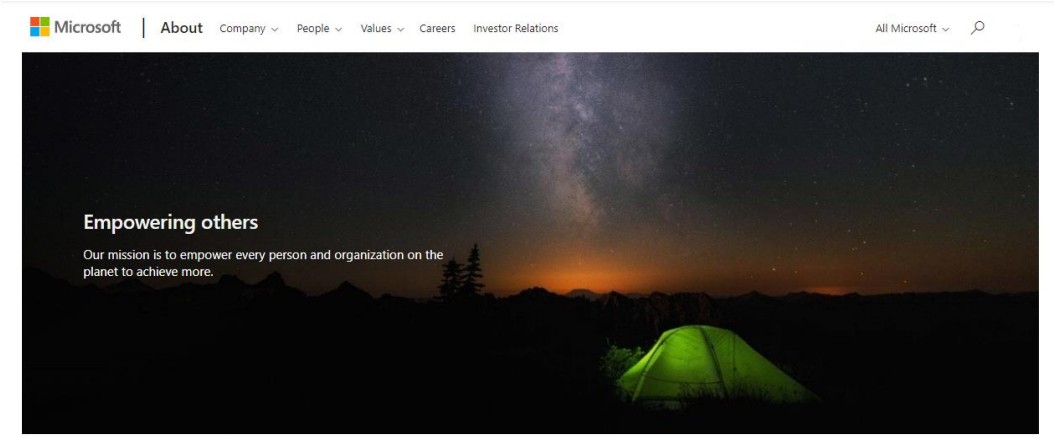
Fonte: Relatório de Progresso de 2019 da Apple

Figura 5: Discurso Facebook



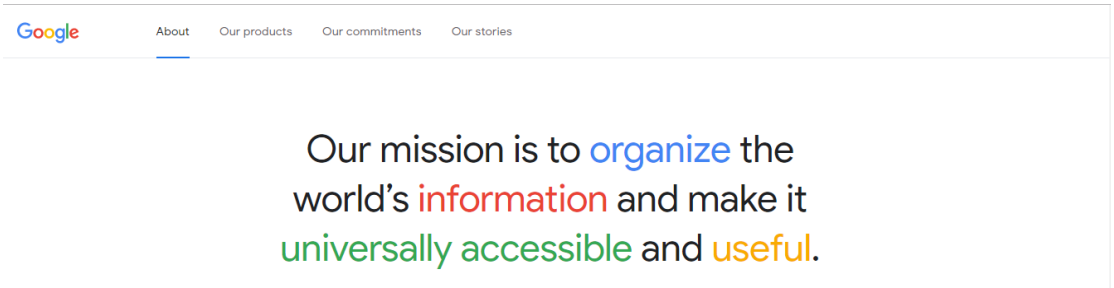
Fonte: Página do Facebook

Figura 6: Discurso Microsoft



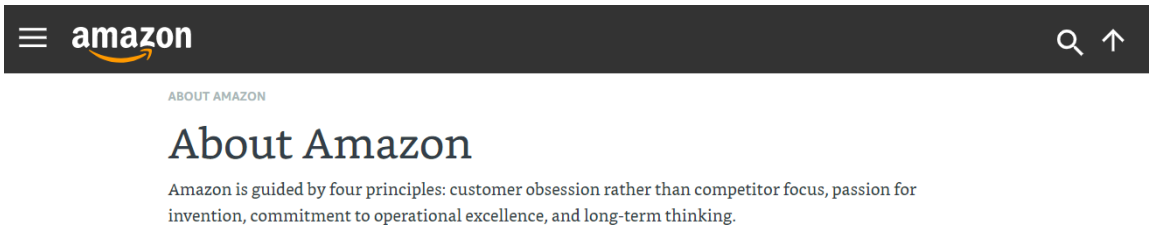
Fonte: Site da Microsoft

Figura 7: Discurso Google



Fonte: Site do Google

Figura 8: Discurso Amazon



Fonte: Site da Amazon

Van Dijck, Poell e de Waal (2018) também se preocupam sobre quais são os meios que os governos e instituições públicas têm de regular as plataformas, mas advertem que muitas vezes os governos fazem uso dessas infraestruturas – de rede das *Big Five*, por exemplo – ou se beneficiam da coleta de dados das empresas privadas. Também expõem alguns paradoxos inerentes ao próprio sistema, visto que a transparência de dados é eficaz para a aplicação de leis mas pode colidir com valores públicos como privacidade e segurança. A incongruência discursiva e prática, portanto, parece ser em múltiplos aspectos:

> O ecossistema da plataforma [...] parece igualitário, mas é hierárquico; é quase inteiramente corporativo, mas parece servir a valores públicos; parece neutro e agnóstico, mas sua arquitetura carrega um conjunto particular de valores ideológicos; seus efeitos parecem locais, enquanto seu escopo e impacto são globais; parece substituir "de cima para baixo" "grande governo" por "de baixo para cima" "empoderamento do cliente", mas está fazendo isso por meio de uma estrutura altamente centralizada que permanece opaca para seus usuários (VAN DIJCK; POELL; DE WAAL, 2018, p. 12, tradução própria).

Essa incoerência que ronda a transparência dos dados também é discutida por Pasquale (2015). Para o autor, a lei é extremamente protetiva em favor das grandes empresas e dos governos sob o véu da confidencialidade enquanto a vida dos indivíduos são como "livros abertos". Basicamente, para o autor, enquanto as empresas concedem pouquíssimas

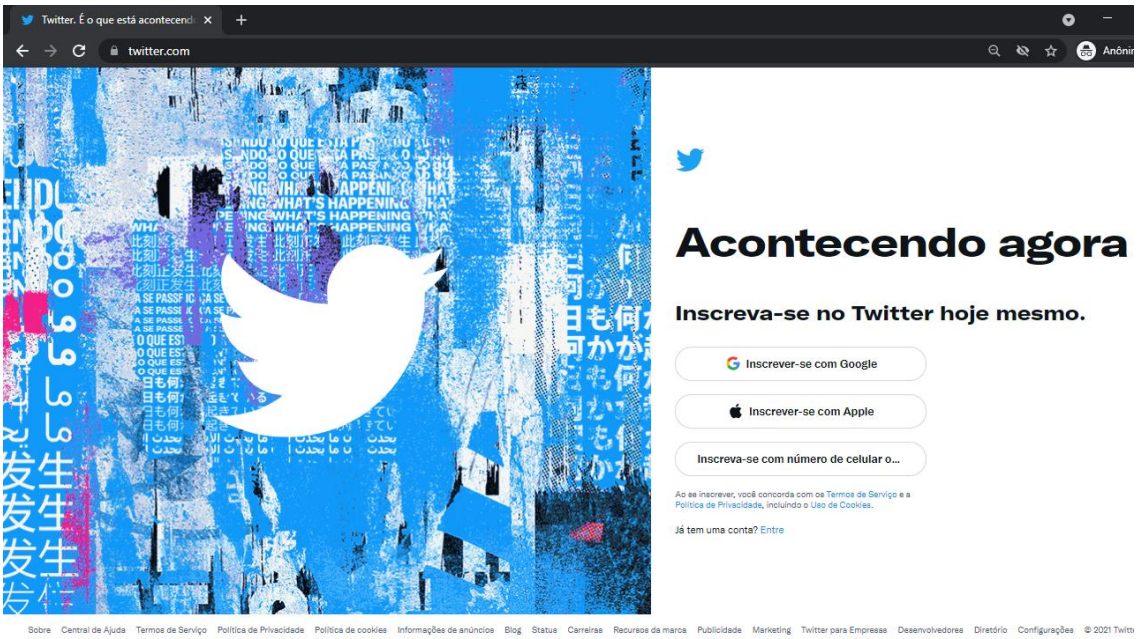
informações sobre suas transações e acordos – impossibilitando certas regulações – elas buscam cada vez mais detalhes da vida dos seus consumidores, sem que esses consumidores tenham ideia sobre seus próprios "dossiês" de dados. Essa concepção recai sobre o que o autor chama de "Sociedade da Caixa-Preta", que se refere principalmente aos sistemas de reputação que utilizam algoritmos para determinar as qualificações de uma pessoa a partir de seus dados, sem que essa pessoa saiba, de fato, as consequências dessa ação.

Pasquale (2015), que é professor da área do Direito, é um ativista na intenção de tornar as caixas pretas mais transparentes. Algumas dessas iniciativas foi a proposta de um "Relatório de Reputação Justa" para ajudar as pessoas a entender o que os coletores de dados contam sobre elas e também uma Comissão Federal de Pesquisa, para monitorar como os mecanismos de buscas classificam e qualificam as pessoas e empresas. Para o autor, portanto, a educação cidadã requer mais que uma compreensão sobre as formas de governo, requer também um entendimento das ações das empresas e companhias que influenciam o governo e a cultura. Essa percepção encontra eco em Van Dijck, Poell e de Waal (2018), que entendem que em um modelo de governança ideal, os cidadãos devem ter o poder de controlar seus dados pessoais e exercer um controle democrático sobre o que acontece com a coleta de seus dados. Realizada a discussão teórica sobre o contexto comunicacional, e tendo entrado nos estudos sobre plataforma, o próximo item se dedica à argumentação de entender o Twitter enquanto plataforma.

2.3 O TWITTER ENQUANTO PLATAFORMA

Ao fazer um histórico do termo plataforma, Poell, Nieborg e van Dijck (2020, p. 3) afirmam que serviços como Youtube, Facebook e Twitter, submersos na chamada "Web 2.0", foram cada vez mais sendo considerados como "plataformas de redes sociais", propiciando uma nova forma de configuração que levava os usuários a organizarem suas vidas em torno dos recursos proporcionados por essas plataformas. Observando pela lente de Gillespie (2010), que condensa os significados de plataforma em arquitetônico, computacional, figurativo e político, pode-se afirmar que o Twitter, de fato, concede uma estrutura computacional que pode servir como um espaço de ação para fins políticos ou, com uma relação mais estreita com o tema desta pesquisa, como um lugar em que se produz sentidos para acontecimentos políticos. Essa definição tem afinidade com o que a própria plataforma fala sobre si. À título de exemplo, a imagem abaixo mostra o *slogan*:

Figura 9: Discurso do Twitter – “Acontecendo agora”



Fonte: Twitter

Pode-se entender o *slogan* “Acontecendo agora” justamente como uma declaração do Twitter sobre ser um organizador dos acontecimentos sociais, como se ele pudesse informar quais são os assuntos mais populares e importantes daquele momento, especialmente pelos recursos proporcionados pela plataforma como o “Assuntos do Momento” (*trending topics),* as *hashtags* (que condensam os *tweets* sobre determinados temas) e o conteúdo personalizado na aba “Para você”. Cortez (2021), inclusive, afirma que as *hashtags* são centrais no processo de construção de sentidos no Twitter uma vez que são mecanismos de *agregação* dos assuntos que circulam no ambiente e, também, mecanismos de *construção* de tendências como no tópico “Assuntos do Momento” (*trending topics*). Silva (2021, p.7), por sua vez, relaciona os *trendings topics* com a opinião pública: “Medidas como o *#trendingtopics* do *twitter* ou *#hashtags* mais mencionadas em outras mídias sociais por vezes são tomadas como sinal de comportamento da opinião pública no universo digital”. Na figura abaixo, como exemplo, é mostrado os “Assuntos do Momento” (*trending topics)* de um dia aleatório, sem afinidade com a presente pesquisa.

Figura 10: Exemplo de Assuntos do momento - Twitter[40]

Fonte: Twitter

Observa-se que há a construção de um imaginário – por meio de uma lista – que promove a plataforma como organizadora dos "Assuntos do momento", ou seja, como organizadora dos tópicos mais importantes, sendo que não há uma divulgação dos critérios exatos utilizados nas métricas que selecionam os tópicos presentes na lista. Além disso, observa-se mais uma vez que a decisão sobre a seleção é delegada ao algoritmo, isso pode ser observado em texto divulgado na "Central de Ajuda" do Twitter:

> Os Assuntos do Momento são determinados por um algoritmo e, por padrão, são personalizados com base em quem você segue, em seus interesses e em sua localização. Esse algoritmo identifica os tópicos populares da atualidade, em vez de tópicos que já foram populares por algum tempo ou diariamente[41].

[40] A página foi acessada pelo perfil da autora.
[41] Disponível em: https://help.twitter.com/pt/using-twitter/twitter-trending-faqs. Acesso: 21 ago. 2021.

Em outro texto, que se refere a “Informações sobre os #AssuntosdoMomento”[42], a resposta afirma que a lista é “dinâmica” e “que se baseia exclusivamente na atividade das pessoas no Twitter” a partir de uma “série de variáveis”; além disso, a plataforma confirma o que foi discutido no item anterior desta pesquisa, de que o número de *tweets* do “Assuntos do momento” é apenas um dos critérios da métrica e que a plataforma prioriza *tweets* que 1) não violem as regras do Twitter; 2) não se refiram à “palavrões” ou “conteúdo adulto explícito” e 3) que não violem a privacidade de vítimas de crimes e menores de idade, ou seja, a lista não é “orgânica”, mas sim influenciada por critérios e regulamentos da plataforma. A ausência de especificação dos critérios é justificada pela plataforma por meio da alegação de que a não divulgação impede que haja uma manipulação, por parte dos usuários, dos tópicos. No intuito de fazer o mesmo exercício do item anterior – em que foi analisado o que as plataformas da *Big Five* dizem sobre si – aqui é trazido um discurso que pode ser observado na página do Twitter na aba “Sobre” mais especificamente em “Nosso propósito”.

Figura 11: Discurso Twitter

Fonte: Twitter

Na figura acima, lê-se, em tradução própria, que o Twitter serve à “conversação pública”, insinuando que a plataforma é um “espaço livre e seguro para conversar”. Aqui pode ser visto um forte apelo à comunicação pública, em alusão a valores como a liberdade e a segurança nas conversações. Isso alimenta o imaginário de que as plataformas se apoderam dos sentidos de liberdade e “abertura” para promover um discurso de segurança e confiança no trânsito de dados, como discutido do item 2.2.2. Ainda, a plataforma afirma que está “constantemente

[42]Disponível em: https://blog.twitter.com/pt_br/topics/product/2018/informacoes-sobre-os-assuntos-do-momento. Acesso: 21 ago. 2021.

melhorando" suas ferramentas; que dá ouvidos aos usuários e que trabalha para ser "o mais transparente possível". Neste trecho citado, observa-se a alusão à dinamicidade, ou seja, às constantes mudanças que a plataforma sofre; também pode ser visto uma alusão à transparência, o que muitas vezes é "possível", mas não ideal.

Ressalta-se que o argumento defendido aqui, do Twitter como plataforma, é muito diferente do processo de plataformização calcado pelo Facebook por exemplo, que tem uma série de tipos de governança e de negócios – como os aplicativos WhatsApp, Instagram, Messenger – que afetam estruturas institucionais e setores da sociedade como no argumento defendido por Van Dijck, Poell e de Waal (2018) e Van Dijck (2020). No entanto, da definição dos autores de que plataformas são "infraestruturas digitais (re)programáveis que facilitam e moldam interações personalizadas entre usuários finais e complementadores, organizadas por meio de coleta sistemática, processamento algorítmico, monetização e circulação de dados" (POELL; NIEBORG; VAN DIJCK, 2020, p. 4) nos interessa a corrente de estudos que visa entender as plataformas como transformadoras das práticas culturais, nas palavras dos autores:

> É notável a ausência de análises de como as plataformas transformam práticas culturais e vice-versa, como as práticas em evolução transformam plataformas como construções sociotécnicas específicas. Essas transformações foram estudadas extensivamente por pesquisadores que trabalham na tradição mais ampla dos estudos culturais, que também não utilizam a noção de plataforma, mas cujo trabalho é importante para a compreensão desse processo (POELL; NIEBORG; VAN DIJCK, 2020, p. 5).

Desse modo, para entender os sentidos que circulam sobre a política em um espaço sociotécnico que é o Twitter, é importante que se entenda suas *affordances*, ou seja, os recursos disponíveis para interação nesta plataforma. Para isso, apresenta-se a imagem (abaixo) de um *tweet* pela página de um usuário *logado*: é possível que se tenha a foto do usuário, seu nome (tingido de preto); o cadeado, que significa que a conta é privada e que os *tweets* são protegidos, isto é, somente disponíveis para quem segue o usuário; depois o seu nome de usuário (com o @ que identifica o usuário, sendo de caráter único), e também é especificada a data do *tweet*. Na figura abaixo, o primeiro ícone remete às respostas de outros usuários; o segundo, à capacidade do *tweet* ser replicado, mais conhecido como *retweet*; no ícone de coração é possível que se demonstre o apreço por determinado *tweet*; o próximo ícone se refere aos possíveis compartilhamentos do *tweet* e o último mostra as estatísticas. Além disso, anteriormente o Twitter permitia que cada *tweet* contivesse 140, no entanto, em 2017, essa permissão foi ampliada para 280 caracteres. De acordo com Cortez (2021, p. 115), o *tweet* é o principal componente do Twitter, e pode incluir "*hashtags*, usuários, contas, conteúdos multimidiáticos

e seus respectivos metadados, e configura, assim, um campo sígnico no qual esses elementos são inter-relacionados".

Figura 12: Recursos do Twitter

Fonte: Twitter

Todas essas *affordances* fazem do Twitter uma plataforma de caráter único, que a partir do seu *design*, ou seja, da "arquitetura computacional" (D'ANDRÉA, 2020) molda a interação dos usuários, impactando também no direcionamento da atenção.

Visto que a coleta de dados desta pesquisa se dá por meio da *hashtag* CPIdaCovid, ou melhor, #CPIdaCovid, o último item deste subcapítulo visa explicitar o que a plataforma escreve sobre as *hashtags* e, mais especificamente, sobre a sua presença nos "Assuntos do Momento" do dia 19 de maio de 2021, dia do depoimento do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello.

2.3.1 A *hashtag* CPIdaCovid

De acordo com a própria plataforma, uma *hashtag* "é usada para indexar palavras-chave ou tópicos no Twitter"[43] de forma que seja possível acompanhar mais facilmente um assunto de interesse. Problematizando o caráter agenciador das *hashtags*, Cortez (2021, p. 113) afirma que: "*Hashtags* operam como elementos que agenciam fluxos de informações mediante ações de algoritmos e usuários que indicam, por meio da junção do sinal de cerquilha e palavras, uma temática ou assunto, e, ao mesmo tempo, um modo de indexar os conteúdos em circulação no Twitter com possibilidades de convertê-los em tendências". Sendo assim, pode-se ver que as hashtags tanto agenciam conteúdos que abordam temáticas, quanto possibilitam a indexação nos *trending topics.* Sendo assim, as *hashtags* também possibilitam que os usuários façam parte da conversação pública, visto que, ao indexarem-nas, filiam-se ao seu discurso:

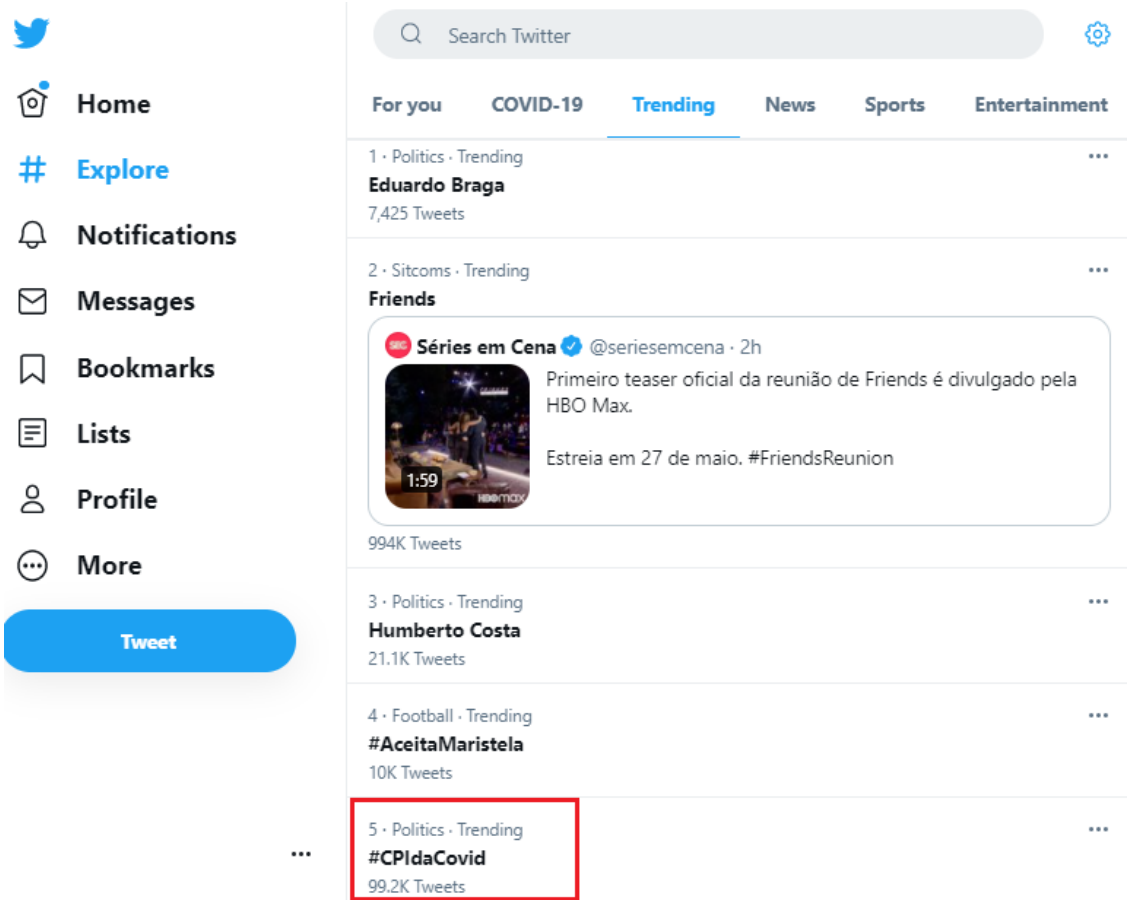
> Efetivamente, inserir um hashtag acaba sendo a realização de um ato tecnodiscursivo: criar uma categoria folksonominca (acontecimento, estado mental, avaliação, etc) e, com isso fazer funcionar a possibilidade de um fio

[43] Disponível em: https://help.twitter.com/pt/using-twitter/how-to-use-hashtags. Acesso: 21 ago. 2021.

> recomendável. Produzir uma hashtag, metadado performativo no cerne do processo da conversa rastreável, é, portanto, uma ação tecnodiscursiva que modifica o ambiente (PAVEAU, 2021, p. 228)

Em relação à "CPI da Covid", denominação que usuários concederam ao acontecimento, observa-se que no dia do depoimento do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello, a *hashtag* estava entre os "Assuntos do Momento", alcançando, em torno das 16h30 da tarde, quase 100 mil *tweets*.

Figura 13: PrintScreen da #CPIdaCovid em torno das 16h30 do dia 19 de maio de 2021



Fonte: Twitter

Pontua-se que não há como confirmar se todos esses *tweets* foram de fato "orgânicos", ou seja, escritos por seres humanos que tem um discurso a ser expresso sobre a CPI. Diversos estudos – inclusive o próprio Twitter, como visto no item anterior – pontuam o uso de robôs na manipulação dos *tweets* e *hashtags*, no entanto, a opção da coleta ser feita por meio de uma conta de desenvolvedor, e por meio de aplicativos indicados pelo Twitter – como apresentado no próximo capítulo – foi um meio de tentar minimizar esses discursos programados.

Sendo assim, a partir do que foi discutido neste capítulo, visa-se analisar, na parte empírica, os sentidos que os usuários de uma plataforma, constrangidos pelas *affordances* e os imaginários construídos socialmente, concedem a um acontecimento político, que é a "#CPIdaCovid", para isso, apresenta-se, no próximo capítulo, os procedimentos metodológicos desta pesquisa. No entanto, antes disso, ainda neste capítulo, disserta-se sobre o discurso jornalístico no contexto atual.

2.4 O DISCURSO JORNALÍSTICO

Muito já se discutiu sobre os critérios de noticiabilidade (TRAQUINA, 2005) e o quanto eles foram importantes demarcadores para um jornalismo que tem como ideal o conceito de objetividade. Nos dias de hoje, o jornalismo ainda carrega consigo as regras desses critérios, mas também deve lidar com uma gama de possibilidades que não mais fazem do impresso, do rádio e da televisão os únicos meios de comunicação possíveis. A internet – e seu aparato sociotécnico – faz com que as empresas jornalísticas tenham que se adaptar constantemente tanto em relação à celeridade das informações – que demanda uma constante atualização e rapidez na cobertura de notícias – quanto a regras de outras empresas, especialmente das plataformas, em meio a dados, métricas e algoritmos.

Os jornais em geral, como a Folha de S.Paulo, por exemplo, tem, nos dias atuais, uma presença quase mandatória em plataformas como Facebook, Instagram, Twitter, Youtube, e aplicativos para *smartphones* para que seus conteúdos sejam acessados. Desse modo, essas plataformas, todas com regras e métricas próprias, demandam adaptação não só das empresas jornalísticas, mas também do seu discurso jornalístico. Isso pode ser evidenciado na decisão da Folha, em fevereiro de 2018, de parar de publicar notícias no Facebook, justificando que: "O algoritmo da rede passou a privilegiar conteúdos de interação pessoal, em detrimento dos distribuídos por empresas, como as que produzem jornalismo profissional"[44]. Ainda segundo a matéria, isso "reforça a tendência do usuário a consumir cada vez mais conteúdo com o qual tem afinidade, favorecendo a criação de bolhas de opiniões e convicções, e a propagação das "fake news". Em julho de 2021, a Folha voltou a publicar no Facebook[45], afirmando que a plataforma adotou uma série de medias que combatem a desinformação e valorizam o jornalismo profissional. Sobre esse embate entre Folha *versus* Facebook, Kischinhevsky e

---

[44] Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/folha-deixa-de-publicar-conteudo-no-facebook.shtml. Acesso: 31 ago. 2021.

[45] Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/07/folha-volta-a-publicar-conteudo-no-facebook.shtml. Acesso: 31 ago. 2021.

Fraga (2020) evidenciam a posição desfavorável das organizações jornalísticas em relação às plataformas, afirmando que o poder de Mark Zuckenberg, fundador e CEO[46] do Facebook, "é muito maior do que qualquer dono de jornal jamais sonhou", afirmando que em 2019 a plataforma atingiu a marca de 2,3 bilhão de usuários mensais. Para os autores, a lógica de empoderamento das pessoas – ou melhor de: "Dar às pessoas poder para construir uma comunidade e aproximar o mundo"[47] (FACEBOOK, 2019), como discutido no item 2.2.1 – pela qual o Facebook se propagou, na verdade resultou numa concentração de renda exorbitante por parte da plataforma:

> A expectativa de que sites de redes sociais [...] também chamados de mídias sociais, empoderassem pessoas físicas, borrando as fronteiras entre emissão e recepção, nos últimos anos deu lugar a um distópico cenário de concentração de mercado. A ansiada desintermediação, que supostamente conduziria à comunicação todos-todos, mais democrática *per se*, trouxe consigo um processo de reintermediação no qual, paradoxalmente, novos atores – pessoas físicas, movimentos sociais, organizações não governamentais, entre outros – ganham acesso a canais de comunicação digital, mas passam a depender fortemente de novos intermediários: as chamadas mídias sociais, os agregadores de conteúdo e as ferramentas de buscas (KISCHINHEVSKY; FRAGA, 2020, p. 127).

Essa tendência de as plataformas regularem a circulação de notícias também é tema de Van Dijck, Poell e de Waal (2018), que chegam a duas conclusões: 1) as plataformas estão se tornando cada vez mais nós centrais na produção, circulação e comodificação de notícias e 2) que companhias de mídia – tanto tradicionais quanto produtoras de "desinformação" – utilizam as plataformas para distribuir e monetizar seus conteúdos. A partir da ideia de promoção de valores públicos, os autores argumentam que o processo de produção de notícias, quando inteiramente guiado por dados, afeta os princípios de independência e de cobertura jornalística, uma vez que coloca a pressão não nos valores de compreensão e precisão das notícias, mas sim nas que vão oferecer engajamento comercial. Nesse sentido, para os autores, as plataformas *Big Five*, que cedem sua infraestrutura, acabam formatando as notícias, afetando assim, decisões editorais. A partir das análises, os autores chegam à conclusão de que as empresas jornalísticas utilizam um modelo híbrido na produção de notícias: integram o modelo de decisões editoriais ao modelo de orientação por dados.

Sobre as mudanças no discurso jornalístico derivadas da grande quantidade de dados disponíveis, Lewis e Westlund (2014) propõem que se entenda o jornalismo relacionado ao *big*

---

[46] Abreviação de Chief Executive Officer, que significa Diretor Executivo.

[47] No original: "Give people the power to build community and bring the world closer together". Disponível em: https://www.facebook.com/pg/facebookapp/about/?ref=page_internal. Acesso: 19 nov. 2019.

data como uma interpolação entre aparatos teóricos e metodológicos que levam em consideração a computação e a quantificação ao se trabalhar com bases de dados, algoritmos, métodos computacionais e processos matemáticos. Os autores desenvolvem quatro pontos analíticos para se pensar o jornalismo e *big data*: *epistemológico*, que tem a ver com novas formas de legitimação do conhecimento; de *expertise*, que foca na negociação do *status* ocupacional e de autoridade do jornalismo bem como nas novas habilidades implantadas; *econômico*, relacionado a novas formas de recursos, inovações e sustentação comercial do jornalismo e, por fim, *ético*, que recai sobre às normas e valores que guiam a tomada de decisão humana em relação aos formatos dos sistemas tecnológicos.

Focando no primeiro ponto de análise, o epistemológico, os autores afirmam que o *big data* oferece oportunidades para pensar a epistemologia do jornalismo não só em relação ao jornalismo investigativo – que tem no *Computer Assisted Reporting* (CAR) uma relação bastante forte com base de dados e análise sistemática – mas também no que tange a epistemologia da produção e da distribuição de notícias – o ato de transformar informações "cruas" em "fato" jornalístico. Em relação à produção de notícias, Lewis e Westlund (2014) entendem-na como parte de um processo triplo que envolve acesso/observação, seleção/filtro e processamento/edição. Segundo os autores, um exemplo em que o *big data* pode influenciar nesses processos foi colocado em prática por jornalistas-programadores do *The Los Angeles Times* que desenvolveram um algoritmo que registra notificações de terremotos e torna essas notificações fatos epistemológicos, facilitando a edição e a rápida publicação da notícia. Já em relação à distribuição de notícias, Lewis e Westlund (2014) apontam que o *big data* tem a ver com o jornalismo digital no que concerne, por exemplo, a divulgação de notícias em formas de infográficos e visualizações interativa de dados, isso traz questões epistemológicas sobre como o público adquire conhecimento uma vez que são encorajados a interagir com os dados para entender contextos particulares da notícia.

Enquanto a epistemologia se refere aos processos pelo qual uma informação é legitimada enquanto conhecimento, a *expertise*, segundo ponto analítico de Lewis e Westlund (2004), refere-se às pessoas que têm domínio sobre esse conhecimento e experiência. Para os autores, mesmo que o estatuto de *experts* no jornalismo seja controverso, certas habilidades são reconhecidas como ponto de distinção de outras profissões. Em relação ao *big data*, a *expertise* pode mudar como os jornalistas interagem com as fontes – visto que bases dados são suas fontes mais comuns – e também com a audiência, visto que podem entregar notícias "personalizadas" de acordo com o monitoramento de seu público. A *expertise*, segundo os autores, também leva em conta o conjunto de habilidades que o *big data* demanda, não que dados não tenham sido

fonte para o jornalismo, mas hoje as organizações necessitam de habilidades sofisticadas de programação e de ciência de dados como a programação para compreender e interpretar a enorme quantidade de dados de uma maneira acessível para sua audiência. Lewis e Westlund (2014) também argumentam que incorporar essas novas habilidades para compreender a grande quantidade de dados pode levar não só a inovações tecnológicas, mas também alterar noções de *status* e autoridade dentro e fora das redações e também no campo jornalístico como um todo.

O terceiro ponto analítico, o *econômico*, está relacionado, para Lewis e Westlund (2014), a entender o *big data* como um modelo de negócios, incidindo não só na interpretação mais acurada sobre público e anunciantes, mas também no oferecimento de banco de dados que possam ser monetizados por meio de serviços de assinatura e consultoria. Pensando as notícias como um produto, os autores também ressaltam o fato de o *big data* possibilitar que em conjunto, jornalistas e tecnólogos, trabalhem numa apresentação diferente das notícias em relação às narrativas formais do jornalismo, criando um produto de valor que possa ser monetizado para audiências interessadas em novos formatos – como a formatação de dados para serem explorados em aplicativos para *smartphones*.

Por fim, permeando todos os pontos recém citados, a *ética* como lente analítica de Lewis e Westlund (2014), está inteiramente relacionada à consolidação do jornalismo como uma prática edificada em conceitos de transparência, precisão, honestidade e bem público. Em relação ao *big data*, segundo os autores, outros valores éticos se sobrepõem, como a privacidade, a segurança, a manipulação e a vigilância. Sendo assim, o *big data* não deve ser considerado em termos normativos – bom ou ruim – para jornalismo, mas sim como um aspecto que deve ser compreendido e problematizado nas suas possíveis intersecções.

Uma outra forma de entender o jornalismo hoje é pensá-lo a partir do que vem sendo denominado "Jornalismo de Dados", esse possui estreita relação com o que se considera jornalismo investigativo, Computer Assisted Reporting (CAR) e Jornalismo de Precisão. Sobre este último – o Jornalismo de Precisão – Philip Meyer, propositor do conceito afirma no livro *The New Precision Journalism*, que "o novo jornalismo de precisão é jornalismo científico. Significa tratar o jornalismo como se ele fosse ciência, adotando métodos científicos, objetividade científica, e ideais científicos ao longo de todo processo da comunicação de massa" (MEYER, 1991, p. 5). Dessa maneira, pode-se afirmar que os três termos – Jornalismo de Dados, Computer Assisted-Reporting e Jornalismo de Precisão possuem incomum o trabalho com base de dados, com estatística e com análises sistemáticas. Mais recentemente, Bradshaw (2010), determinou que o Jornalismo de Dados é a convergência de vários campos, como a

pesquisa investigativa, a estatística, a programação e o design[48]. Para Träsel (2017), mais especificamente, o Jornalismo de Dados envolve "técnicas de reportagem assistida por computador (RAC), visualização de dados, infografia, criação e manutenção de bases de dados e a política de acesso à informação e transparência pública de governos".

Hermida e Young (2019) fazem uma importante observação ao comparar as rupturas que a inserção do Jornalismo Digital trouxe com os impactos trazido, dessa vez, pelo Jornalismo de Dados. Para eles, o Jornalismo Digital abriu as portas das redações para novos atores, com diferentes habilidades e, mais recentemente, para grandes inovações disruptivas como a produção de conteúdo para o Facebook, Youtube, Twitter e Buzzfeed. Os autores contam que em 1997, quando foi lançada a BBC News Online, com uma equipe de 30 jornalistas e tecnólogos, surgiu uma nova subespecialidade de jornalista: aquele que produzia conteúdo para plataformas online, diferente do que trabalhava para o rádio e a televisão. Colocando o Jornalismo Digital em perspectiva com o Jornalismo de Dados, os autores afirmam que da mesma forma, "os jornalistas de dados emergiram como um outro subgrupo ocupacional, combinando jornalismo de interesse público com abordagens mais atuais. Ambos introduzem novas formas de trabalho, suscitando perguntas sobre como eles se relacionam com funções e responsabilidades estabelecidas" (HERMIDA; YOUNG, 2019, p. 3, tradução própria)[49].

Durante o período de Doutorado Sanduíche, ao participar do National Institute for Computer Assisted Reporting (NICAR) 2020 – conferência organizada pelo IRE (Investigative Reporters & Editors) que se coloca como promotor da "excelência no jornalismo, em especial em relação ao jornalismo de dados"[50] – a autora fez uma análise exploratória dos *workshops* e painéis da conferência a fim de entender o Jornalismo de Dados a partir da prática. Pôde-se concluir que o Jornalismo de Dados, a partir da conferência, se detém a aspectos da computação como linguagem de programação e de banco de dados, códigos e interfaces como Python, R, JavaScript, SQL, API e Machine Learning; e ferramentas específicas para estruturar e criar visualização com dados como Excel, GoogleSheets, Open Refine, Tableau, Flourish, Github, VisiData, MapBox, Datasette, DataKit, Geocod.io, QGIS e GeoPandas, por exemplo. Também se pôde ver que a conferência teve como foco: 1) o ensino do Jornalismo de Dados e o uso de dados nas redações de notícias; 2) os pedidos de acesso a dados públicos do governo e de outras

---

[48] Disponível em:. https://www.theguardian.com/news/datablog/2010/oct/01/data-journalism-how-to-guide. Acesso em: 24 mar. 2020.

[49] No original: "Similarly, data journalists have emerged as an occupational subgroup, combining public interest journalism with newer approaches. Both introduce novel forms of work, prompting questions over how they relate to established roles and responsabilities".

[50] No original: "NICAR shares IRE's mission to foster excellence in journalism, particularly with regard to data journalism". Disponível em: https://www.ire.org/about-ire/. Acesso: 2 set. 2021.

instâncias como o judiciário e a polícia e 3) o uso dos dados para escrever notícias sobre tópicos pontuais como, por exemplo, assuntos em voga em 2020 nos Estados Unidos que eram o Censo e as Eleições, além de temas recorrentes como desastres naturais, queimadas, desigualdade social, entre outros. Ainda que haja sobreposição entre os assuntos, e uma classificação precisa e excludente seja impossível, essa análise exploratória permitiu entender como uma das maiores conferências compreende o Jornalismo de Dados.

Ainda sobre Jornalismo de Dados, Coddington (2015), ao fazer uma análise colocando em perspectiva o Jornalismo de Dados, o Computer-Assisted Reporting e o Jornalismo Computacional a partir de quatro variáveis (Orientação profissional; Abertura; Epistemologia e Visão do Público) chega a conclusões interessantes ao afirmar, por exemplo, que uma das características que mais diferencia o Jornalismo de Dados dos outros apresentados é o modo como lida com a transparência do processo de produção da notícia. Tendo a cultura de código aberto como uma de suas bases elementares, o Jornalismo de Dados, na análise do autor, preza pela disponibilização de informações, métodos e processos relacionados às notícias que produz: a transparência, segundo o autor, no espectro do Jornalismo de Dados, em vez de prejudicar a autoridade jornalística, acaba por reforçá-la. Além disso, outra é quanto às regras e normas da profissão jornalística: entende-se que o Jornalismo de Dados propicia uma abertura da *expertise* jornalística, concedendo a tarefa da produção da notícia também a outros campos que conseguem extrair significado dos dados a ponto de colocá-los em narrativas. A análise também mostra que o Jornalismo de Dados está orientado a uma forma mais exploratória de análise do *big data* (CODDINGTON, 2015), isto é, que essa forma de jornalismo tem o conhecimento e as ferramentas necessárias para lidar com grande volume de dados e, inclusive, é isto que pode diferenciar o Jornalismo de Dados das outras práticas. Por fim, outra característica do Jornalismo de Dados está relacionada ao seu entendimento de um público ativo, que resulta na sua preocupação com o fornecimento de processos e produtos que estimulam a extração de significados e interação por parte do público com os dados.

Essa interação por parte do público também é discutida por meio do conceito de *newsgame* que, de acordo com França (2015), surge no contexto da "gamificação" numa interface com o jornalismo online:

> O processo de 'gameficação' da sociedade tem tirado os videogames de sua função de entretenimento para gerar parcerias com diferentes áreas (educação, jornalismo, cinema, entre outras), originando novas formas de narrativas que viam atender às expectativas de um público que vem, cada vez mais, acumulando conhecimentos e práticas com jogos eletrônicos (FRANÇA, 2015, p. 335).

Para Bogost, Ferrari e Schweizer (2010, p. 6), diferente de outras mídias como a impressa, o rádio e a televisão, os jogos disponibilizam texto, imagem, som, vídeo e, além disso, também disponibilizam meios que fazem com que as pessoas possam interagir, isso é, para eles, uma experiência que não é possível em nenhum outro meio. Esse processo impacta o campo jornalístico como um todo visto que coloca em xeque a estrutura tradicional das notícias (FRANÇA, 2005), mas também pode ser um modelo de negócios viável para um jornalismo que enfrenta crises financeiras e que tenta se adaptar a novas mídias e nova formatos, como discutido acima. Bogost, Ferrari e Schweizer (2010) no livro *Newsgames: Journalism at Play* discutem esse novo modo de produção, no entanto, enfatizam a importância do caráter jornalístico:

> nós defendemos que os *newsgames* oferecerão contribuições valiosas somente se forem compreendidos como um método viável de prática jornalística [...]. Newsgames [...] não vão curar as doenças das organizações jornalísticas do dia para a noite. Mas representam uma oportunidade real e viável para ajudar cidadão formarem crenças e tomarem decisões (BOGOST; FERRARI; SCHWEIZER, 2010, p. 10, tradução própria)[51].

Ao decorrer deste item discutiu-se sobre os formatos, mudanças e as possíveis adaptações dos textos jornalísticos no contexto da plataformização e da gameficação visto que é este o contexto no qual os objetos empíricos desta tese estão imersos. O próximo item, dessa forma, discorre sobre o histórico e a importância do jornal Folha de S.Paulo, bem como expõe o modo como organizou a cobertura da CPI nas suas páginas.

2.4.1 A Folha de S.Paulo: breve histórico e as páginas sobre a "CPI da Covid"

O jornal Folha de S.Paulo pertence ao conglomerado de mídia Grupo Folha que, por sua vez, também controla um dos maiores institutos de pesquisa do Brasil, o Datafolha, e a agência de notícias Folhapress[52]. Como produtos, o Grupo Folha tem, além dos citados, o jornal Agora; a revista sãopaulo e o Guia Folha; e como serviços possui o acervo Folha, FolhaDigital e o Banco de Dados Folha, o que contribui para a variedade de assuntos e territórios cobertos pelo jornal[53].

---

[51] No original: " [...] we contend that newsgames will offer valuable contributions only when they are embraced as a viable method of practicing journalism — albeit a different kind of journalism than newspapers, television, and Web pages offer. Newsgames are not a charmed salve that will cure the ills of news organizations overnight. But they do represent a real and viable opportunity to help citizens form beliefs and make decisions".

[52] Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/institucional/. Acesso: 22 ago. 2021.

[53] O grupo também tem participação "minoritária, indireta e em ações sem direito a voto" no UOL, outra empresa brasileira de conteúdo.

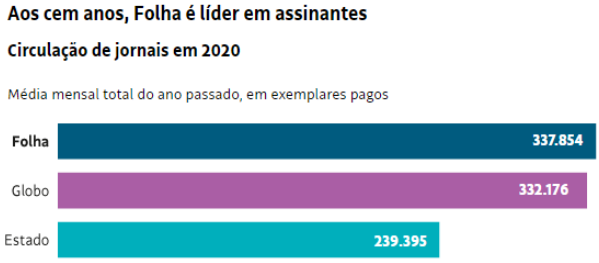
A história da Folha começa com a fundação do jornal “Folha da Noite” em 1921, sendo seguido, em 1925, pela fundação do “Folha da Manhã” e, em 1949, pela fundação do “Folha da Tarde”. Em 1960 esses três jornais integram-se sob o nome “Folha de S.Paulo”[54]. Atualmente, a Folha é presidida por Luiz Frias, e contém, no ano em que completa 100 anos de existência, o *slogan* “Há 100 anos, um jornal à serviço da democracia” – visto na figura abaixo. Os sentidos interpelados pelo *slogan* têm estreita relação com os princípios que guiam o projeto editorial, como a valorização da pluralidade e o rechaço à censura e liberdade de expressão, para citar dois dos 12 princípios.

Figura 14: Discurso Folha de S.Paulo

Fonte: Folha de S.Paulo

Em termos de circulação e audiência, que é o que justifica a presença do jornal como objeto empírico desta pesquisa, a matéria que apresenta os dados que serão escrutinados tem o seguinte título: “Folha é o jornal mais nacional do país e o de maior audiência e circulação”[55], confirmando, com base no Instituto Verificador de Comunicação (IVC Brasil), a popularidade do jornal em território brasileiro. Os dados trazidos comparam a Folha de S.Paulo a outros dois jornais populares: O Estado de S. Paulo, mais conhecido como Estadão, e O Globo. Na figura abaixo, reproduzida da matéria, pode-se ver esses dados comparativos:

Figura 15: Dados do jornal Folha de S.Paulo sobre circulação

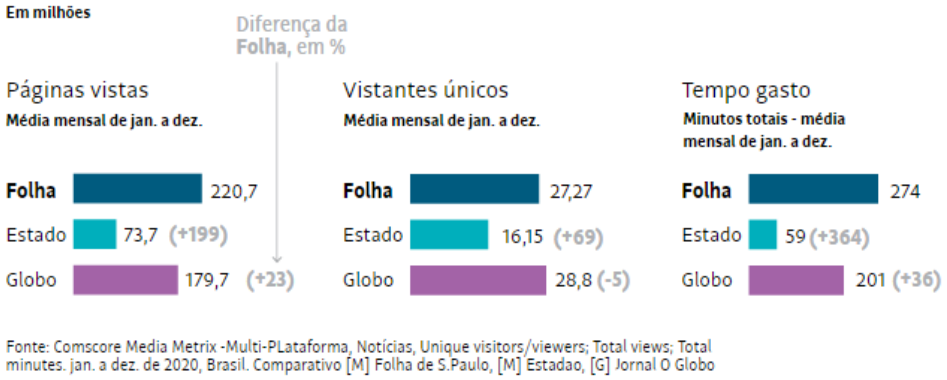


Fonte: Folha de S.Paulo

[54] Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_folha.htm. Acesso: 22 ago. 2021.
[55] Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/folha-e-o-jornal-mais-nacional-e-o-de-maior-audiencia-e-circulacao.shtml. Acesso: 22 ago. 2021.

Observa-se que a Folha liderou o ranking da média mensal total – que é a soma dos exemplares digitais e impressos[56] – de exemplares pagos do ano 2020. Em termos de audiência, de acordo com os dados do Comscore, trazidos pela matéria, observa-se a liderança também em termos de "Páginas vistas" e de "Tempo gasto", conforme mostra a figura, reservando a liderança de "Visitantes Únicos" para O Globo.

Figura 16: Dados do jornal Folha de S.Paulo sobre audiência



Fonte: Folha de S.Paulo

Em relação às redes sociais, a Folha está presente no Twitter[57], Instagram[58] e Facebook[59] – no qual esteve inativa de 2018 a 2021, como mostrado no item anterior – agregando, respectivamente: 7,9 milhões de seguidores; 2,8 milhões e 5,5 milhões.

No que concerne à história da Folha de S.Paulo, Arbex (2001) afirma que, ao longo dos anos 1970 e 1980, ela obteve grande prestígio de intelectuais, políticos e setores de oposição à Ditadura Militar pelo fato de suas páginas defenderem uma abertura à democracia, bem como pelo fato do jornal se posicionar a favor das Diretas Já[60]. Por mais que a Folha também tenha uma tradição em relação à estrutura familiar de poder – pelo sobrenome Frias, tendo Otavio Frias Filho assumido a direção em 1984 – Arbex (2001) afirma que ela se diferenciava do principal concorrente, o jornal O Estado de São Paulo, de propriedade da família Mesquita, que detinha valores conservadores e vínculos oligárquicos.

Também de acordo com Arbex (2001), é nos 1980 que o jornal inaugura o Projeto Folha, com uma visada à modernização, introduzindo "uma lógica empresarial que a moderna

[56] Ainda segundo os dados do IVC, a Folha liderou a média mensal digital, enquanto O Globo liderou a média mensal impressa.
[57] Disponível em: https://twitter.com/folha?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor. Acesso: 22 ago. 2021.
[58] Disponível em: https://www.instagram.com/folhadespaulo/. Acesso: 22 ago. 2021.
[59] Disponível em: https://www.facebook.com/folhadesp/?ref=page_internal. Acesso: 22 ago. 2021.
[60] Movimento (1983-1984) que pedia a volta das eleições diretas para o cargo de Presidente da República no Brasil.

imprensa capitalista construiu ao longo de várias décadas nos Estados Unidos e na Europa" (ARBEX, 2001, p. 141). Para o autor, que é bastante crítico à postura da Folha, esse processo de modernização foi na verdade uma implantação de "democracia-para-o-mercado", em que a lógica empresarial e capitalista se tornou proeminente, transformando a "luta pela democracia" em "marketing" no jornal. É a partir disso que Arbex (2001) – que já fora jornalista do jornal – elenca algumas ambiguidades na postura da Folha: de um lado parecia "progressista", porta-voz dos movimentos sociais da "sociedade civil", com certa tendência à esquerda, reportando artigos de intelectuais com concepções políticas revolucionárias e adepta ao discurso "pluralista" e "apartidário"; por outro lado, tornava-se cada vez mais "empresarial", dissociando-se dos valores populares e defendendo o jornalismo como uma empresa capitalista (ARBEX, 2001). Para o autor, portanto, a compreensão dos "anseios da sociedade" por parte da Folha de S.Paulo era, na verdade, uma "estratégia de sedução" do público leitor. O autor ainda comenta sobre a postura disciplinar que passou a reger a estrutura interna de trabalho do jornal, com prazos rigorosos e demandas específicas; como comenta Arbex (2001, p. 151): "Frias Filho, ao referir-se aos problemas enfrentados para fechar diariamente o jornal, gostava de usar a metáfora 'guerra', tanto em conversas particulares como em seminários internos, destinados à formação dos jornalistas".

O discurso em defesa do pluralismo, pautado nos princípios que regem o jornal e ressaltado por Arbex (2001), também é comentado por Biroli e Mantovani (2014) em pesquisa que se propõe a analisar a cobertura do jornal no que elas denominam "crise do mensalão". As autoras concluem que o pluralismo do jornal tem limites bem "determinados" visto que na cobertura

> a pluralidade corresponde à garantia de espaços restritos para a defesa, circunscrita e autointeressada, de alguns indivíduos diante da narrativa que organiza o noticiário. O noticiário é apresentado, por sua vez, como narrativa colada aos fatos e, como tal, não posicionada. O ângulo apresentado como legítimo para a cobertura é naturalizado ao mesmo tempo em que as posições em disputa, que implicariam recortes distintos para a produção do noticiário, são excluídas ou domesticadas como reações aos fatos. Na cobertura analisada, o partidarismo encontra sua expressão na prevalência da dimensão moral da política no discurso jornalístico (BIROLI; MANTOVANI, 2014, p. 204).

De modo mais restrito à cobertura da pandemia da Covid-19, Mont'Alverne (2021), ao analisar os editorais dos três jornais mais populares do Brasil – Folha de S.Paulo, O Globo e o O Estado de São Paulo (Estadão) – afirma que os três tiveram uma postura abertamente crítica à atuação do presidente Jair Bolsonaro no que tange a sua condução em relação à pandemia: "A forma pela qual o presidente lida com a pandemia e as suas movimentações desde o início

da quarentena têm motivado uma escalada no conflito entre os periódicos e Bolsonaro, expressada abertamente nos textos em que eles apresentam a opinião institucional" (MONT'ALVERNE, p. 55). A autora também faz uma importante retomada da posição da Folha ao afirmar que desde a campanha eleitoral de 2018 ela já chamava atenção para os "abusos do presidente", visto que o próprio jornal estava sob ataque dele. Depois de delineados os dados que asseguram a liderança da Folha de S.Paulo em termos de popularidade no ano de 2020, bem como as características e especificidades do jornal, é importante que se entenda como o jornal organizou em termos de espaço o que ele denominou de "CPI da Covid".

A "CPI da Covid", como foi denominada pelo próprio jornal desde o dia da abertura, em 27 de abril de 2021, foi manchete de capa, com a maior fonte de letra, pelo menos 6 vezes durante o período analisado que compõe o *corpus* desta pesquisa; e em outras 13 vezes também foi citado na capa, mas com menor proeminência. A Folha normalmente utilizou a capa para se referenciar ao senador Renan Calheiros, que foi relator da comissão; e aos depoentes, como Luiz Henrique Mandetta, ex-ministro da Saúde que estava no cargo durante a pandemia, priorizando os dias em que havia depoimentos. No interior do jornal, dentro do período analisado nesta pesquisa, o espaço comumente concedido à CPI era as páginas iniciais da Editoria "Poder" (como início na folha A4). Ainda, a Folha também trouxe entrevistas exclusivas com senadores como Omar Aziz, presidente da Comissão, e Renan Calheiros, relator e Marcos Rogério, senador governista, por exemplo.

Também se pôde observar que o jornal se envolveu diretamente na CPI ao revelar denúncias. Entre elas, uma das mais polêmicas, que é sobre o pedido de propina por dose de vacinas por parte do governo. Essa denúncia embasou perguntas e diretrizes dos depoimentos, revelando irregularidades, como indica a figura abaixo:

Figura 17: Jornal Folha de S.Paulo e CPI[61]

EXCLUSIVO: Governo Bolsonaro pediu propina de US$ 1 por dose, diz vendedor de vacina

Representante da empresa Davati Medical Supply afirmou à repórter Constança Rezende que proposta partiu de Roberto Dias, diretor do Ministério da Saúde

591

Constança Rezende

BRASÍLIA O representante de uma vendedora de vacinas afirmou em entrevista à **Folha** que recebeu pedido de propina de US$ 1 por dose em troca de fechar contrato com o Ministério da Saúde.

Fonte: Folha de S.Paulo

Na cobertura online, a Folha criou um tópico chamado "CPI da Covid"[62] que agregava as notícias relacionadas ao tema. Nesse mesmo sentido, durante os depoimentos, o jornal fez coberturas ao vivo[63], narrando e contextualizando as sessões da Comissão Parlamentar de Inquérito. O UOL, parceiro da Folha, transmitia os depoimentos por meio de seu canal no Youtube[64].

Tendo justificado a escolha do jornal Folha de S.Paulo como objeto de pesquisa, e também tendo apresentado sua organização quando se refere à CPI da Covid, passa-se, no próximo item, à apresentação dos procedimentos metodológicos desta pesquisa.

---

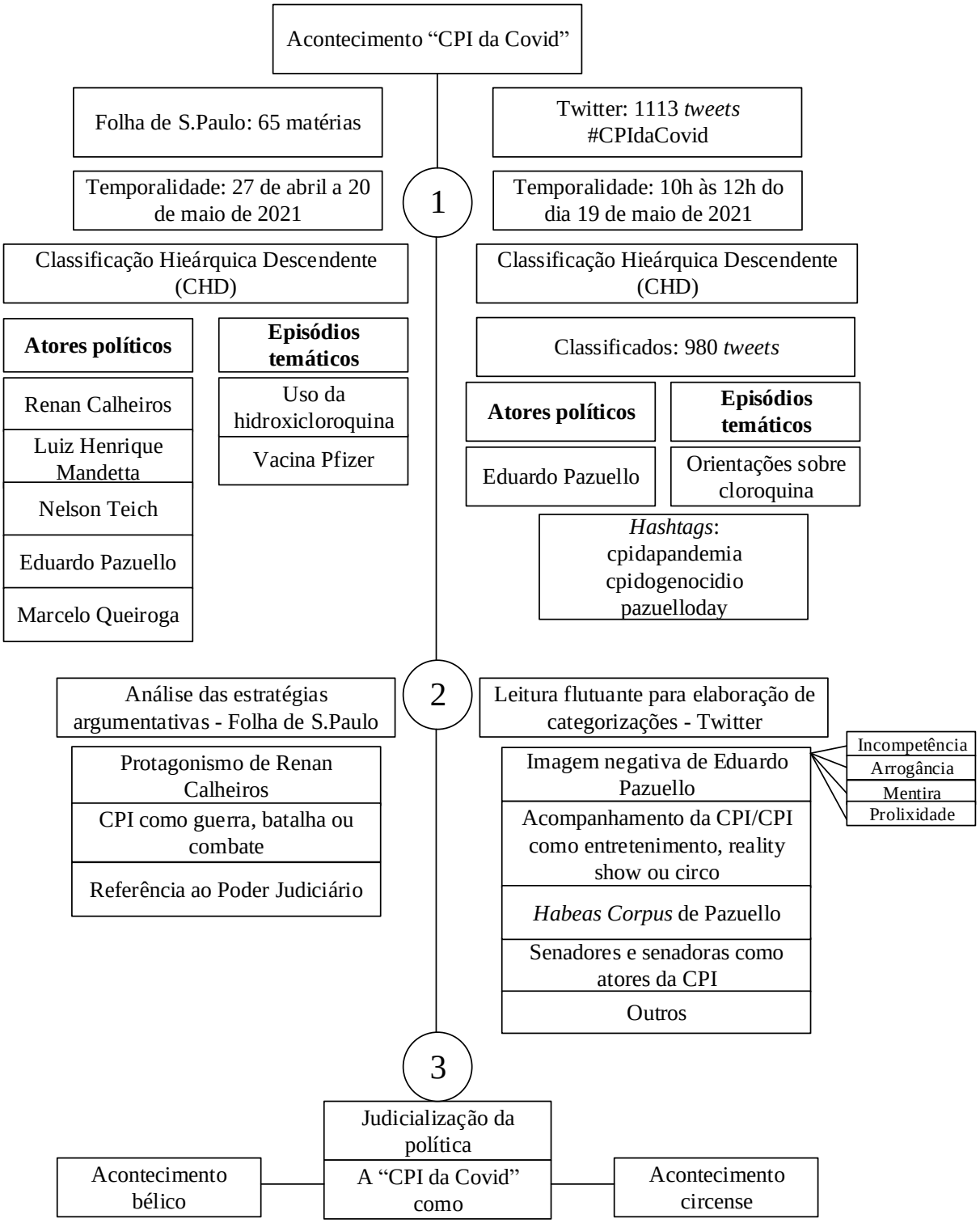
[61] https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/exclusivo-governo-bolsonaro-pediu-propina-de-us-1-por-dose-diz-vendedor-de-vacina.shtml. Acesso: 5 out. 2021.
[62] Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/cpi-da-covid/. Acesso: 22 ago. 2021.
[63] Exemplo disponível em: https://aovivo.folha.uol.com.br/poder/2021/09/15/6065-cpi-da-covid-ouve-lobista-ligado-a-empresa-do-caso-covaxin-acompanhe.shtml#post411260 Acesso: 15 set. 2021.
[64] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZJp_8lU_QkM. Acesso: 22 ago. 2021.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Há inúmeras complexidades ao se tentar apreender qualquer acontecimento. Na maioria das vezes, estes escapam a explicações, sendo possível apenas o relato de alguns fatos que ficam à cargo de quem tem o poder de dar-lhe os sentidos. Esse poder é de quem tem a possibilidade de acompanhar esse acontecimento e de externalizar aqueles sentidos que atribui. Considera-se, nesta pesquisa, a importância de entender como um jornal e como os usuários de uma plataforma atribuem sentidos ao acontecimento denominado por ambos como "CPI da Covid". O jornal nos interessa pelo lugar institucional que ocupa, o que poderia ser considerado um poder vertical de atribuição de sentidos, dado o poder econômico; já os discursos dos usuários da plataforma nos interessam por ser um espaço que pode ser considerado de poder horizontal, visto que todos estão sujeitos aos mesmos recursos da plataforma.

A provável pergunta a ser feita é como, ou seja, qual método, ou instrumento, nos possibilita que essa, ainda que parcial, apreensão de sentidos seja feita. Para tentar responder a isto, esta pesquisa recorre ao emprego de metodologias híbridas, que aludem tanto para uma análise lexical quanto discursiva dos textos. A análise lexical é possível de ser feita por meio da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) que "parte da lógica da existência de correlação entre termos dentro de um mesmo segmento de corpus textual" (CERVI, 2018), ou seja, ela realiza uma espécie de Análise de Conteúdo Automatizada, informando quais termos tem mais relação entre si e criando classes de vocabulário estáveis. Portanto, essa análise, por meio do *software* IRaMuTeQ, é empregada, em ambos os *corpora*, como um primeiro procedimento metodológico, de forma que ela retorna uma classificação dos termos presentes nos textos. A figura abaixo expressa este primeiro procedimento nos dois *corpus*: na Folha de S.Paulo e no Twitter.

Figura 18: Desenho dos procedimentos metodológicos da pesquisa



Fonte: a autora

Antes de delinear o segundo procedimento metodológico exposto na figura acima, atenta-se para a coleta temporal dos *corpora*: na Folha de S.Paulo, a coleta foi feita do dia 27 de abril, ou seja, do dia de abertura da CPI, até 20 de maio de 2021, dia da segunda parte do depoimento

do ex-ministro Eduardo Pazuello; no Twitter, foi feita das 10 horas da manhã até às 12h, do dia 19 de maio, dia da primeira parte do depoimento do ex-ministro. O intuito da coleta do Jornal Folha de S.Paulo ser mais longa é pela maior possibilidade de entender os sentidos ao se ter um *corpus* contínuo, isto é, devido aos critérios e constrangimentos jornalísticos, entende-se que os sentidos do jornal só são apreendidos quando se tem uma temporalidade significante, visto que muitas informações são de serviço ou de relato dos fatos. Sendo assim, a coleta no jornal foi feita de modo que se findasse no dia do depoimento mais esperado até então, que era de quem ocupava o cargo do mais importante ministério – o da Saúde – durante a pandemia, rendendo 65 matérias. Já no Twitter, observa-se que um *tweet* pode conter ao total 280 caracteres, mas a recorrência a outros textos, a diversidade de temas, a celeridade da interação, e o grande papel que a ironia assume na plataforma torna muitas vezes difícil a condensação dos sentidos quando se tem um *corpus* muito longo, por isso a temporalidade de coleta foi menor. Sendo assim, a coleta foi feita nas duas primeiras horas do depoimento mais aguardado, rendendo, depois da devida seleção – explicada no item 3.2.2 – 1113 *tweets*.

Depois do primeiro procedimento metodológico, observou-se a pertinência de um segundo procedimento. No *corpus* do jornal Folha de S.Paulo, optou-se pela análise argumentativa para analisar a relação entre aqueles atores e episódios que a CHD estabeleceu, de modo que uma análise mais voltada para os argumentos possibilita que se identifique as autoridades, os valores e o reenquadramentos angariados. Já no *corpus* do Twitter, optou-se pela criação de categorias elaboradas de acordo com o conteúdo dos *tweets*, tendo resultado em quatro categorias finais, conforme a figura anterior.

Sendo assim, este capítulo tem como objetivo delinear os procedimentos metodológicos desta pesquisa. Primeiramente, apresenta-se o *software* IRaMuTeq, mostrando os tipos de análises e delineando a que será utilizada nesta pesquisa – que é a Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Depois disso, explica-se os critérios de seleção do *corpus* no jornal Folha de S.Paulo e a proposta da teoria da argumentação como método de análise; bem como os critérios de seleção dos dados do Twitter e o processo de elaboração de categorias a partir dos *tweets* coletados.

3.1 O SOFTWARE IRAMUTEQ COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE

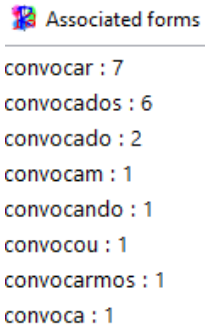
O IRaMuTeQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), é um *software* francês, de licença livre (Licença Pública Geral GNU-GPL), que se ancora no ambiente R para fazer suas análises estatísticas e utiliza também a linguagem

Python. O IRaMuTeQ vem de uma longa tradição do uso de análises estatísticas de dados textuais, sendo considerado uma versão gratuita do ALCESTE (*software* criado pelo francês Max Reinert). Este último foi inovador nas análises textuais por analisar não somente o vocabulário, mas também o contexto das palavras (JUSTO; CAMARGO, 2014) na análise denominada Classificação Hierárquica Descendente (CHD).

O IRaMuTeQ, criado por Pierre Ratinaud utiliza, segundo Justo e Camargo (2014), o mesmo modelo algorítmico do ALCESTE, e começou a ser utilizado no Brasil em 2013, quando foi adaptado à língua portuguesa numa parceria do Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição (LACCOS) com o Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais e Subjetividade – Educação, da Fundação Carlos Chagas; e com o grupo de pesquisa Valores, Educação e Formação de Professores da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Além do *software* ser utilizado na área da Psicologia e das Representações Sociais como em artigo de Schlosser e Camargo (2019), outras áreas também fazem uso, como a Comunicação, aparecendo na interface Comunicação e Política por meio de Cervi e Gandin (2015), Cervi (2018, 2019), Verner e Sinderski (2021)[65] e Nichols et al. (2021), por exemplo.

Em relação às palavras, o IRaMuTeQ trabalha a partir da lematização, isto é, reduz elas a seu radical, de modo que verbos flexionados em tempos verbais diferentes são sempre reduzidos à sua raiz. A figura abaixo demonstra a lematização de uma palavra do *corpus* desta pesquisa:

Figura 19: Lematização da palavra exemplo convocar



Fonte: IRaMuTeQ a partir de corpus inserido

O grande triunfo do *software* é a CHD, pois essa análise possibilita que se tenha uma pré-codificação do *corpus* de pesquisa**,** permitindo que o pesquisador tenha uma noção estatística das palavras que estão mais relacionadas entre si. Para Justo e Camargo (2014, p. 6): "O

[65] Estes analisam 13 mil *tweets* referentes a candidatos a prefeitos da região sul do Brasil.

diferencial é que o método e as técnicas de análise não são sensíveis à arbitrariedade de quem o codifica (Lahlou, 1994), o que diminui o subjetivismo nas análises dos textos e padroniza-os". O que pesquisadores como Cervi (2019, 2018) propõem – mesmo que se dedique à Análise de Redes Sociais – é que o *software* pode fazer uma Análise de Conteúdo Automatizada: "As classes de textos por proximidade com a presença de determinados termos são classificadas posteriormente e não ex-ante reduzindo a subjetividade na definição do corpus empírico e aumenta a possibilidade de replicar a técnica" (CERVI, 2018, p. 2). Para tanto, é importante que se delineie alguns conceitos trabalhados pelo *software* como Corpus, Texto, Segmento de Texto, Número de formas e Hápax. De acordo com Camargo e Justo (2018):

- *Corpus*: é o conjunto de textos definido pelo pesquisador. Segundo os autores, *corpus* poderia ser todas as matérias sobre a temática da beleza que foram publicadas numa revista durante um período;
- Texto: unidade que compõe o *corpus*, para os autores, no caso da revista, cada matéria seria um texto;
- Segmento de Texto (ST): com tamanho aproximado de 3 linhas, é o "ambiente das palavras" e que pode ser determinado pelo próprio software;
- **Número de formas**: palavras diferentes;
- **Número de hápax**: palavras que aparecem somente uma vez.

O IRaMuTeQ permite que se faça cinco tipos de análises: 1) Estatística: na qual se pode ver, além dos conceitos citados acima, as formas ativas (substantivos, adjetivos, verbos, e palavras não reconhecidas, conforme configuração[66]) e formas suplementares (artigos, conjunção, preposição, pronome, entre outros, conforme configuração); 2) Especificidades e Análise Fatorial de Correspondência (AFC); 3) Análise de similitude; 4) Nuvem de palavras e 5) Classificação Hierárquica Descendente (CHD) ou também chamada de Método de Reinert. Esta última será especificada no próximo item.

[66] Conforme configuração significa que o pesquisador pode configurar formas ativas e suplementares de acordo com seu *corpus*, basta deixar o número 1 para que o *software* entenda como forma ativa, e número 2 para que entenda como forma suplementar.

3.1.1 Classificação Hierárquica Descendente (CHD)

Para fornecer a CHD, o *software* estrutura um dendrograma[67] no qual aparecem classes formadas por palavras que tem ligação entre si. De acordo com Camargo e Justo (2018, p. 16), "o *software* executa cálculos e fornece resultados que nos permite a descrição de cada uma das classes, principalmente, pelo vocabulário presente nos segmentos de texto característicos [...]". O que os autores também apontam é que a interpretação dessas classes depende do marco teórico de cada pesquisa. Dessa forma, o *software* fornece uma perspectiva de análise, cabendo ao pesquisador relacioná-la com a teoria e problema da pesquisa. A CHD também oferece alguns conceitos que são importantes. Como descrito exatamente por Camargo e Justo (2018, p. 36-37):

- **n**: número que ordena as palavras na tabela;
- **eff. st**: número de segmentos de texto que contêm a palavra na classe;
- **eff. total**: número de segmentos de texto no *corpus* que contém, ao menos uma vez, a palavra;
- **pourcentage**: percentagem de ocorrência dos segmentos de texto que contem a palavra nessa classe, em relação a sua ocorrência no *corpus;*
- ***chi2*** ou **x^2**: associação dos segmentos de texto que contém a palavra com a classe;
- **Type**: Classe gramatical da palavra presente no segmento de texto identificada no dicionário de forma;
- **forme**: identifica a palavra;
- **P**: identifica o nível de significância da associação do segmento de texto contendo a palavra com a classe.

De acordo com Sampaio e Lycarião (2021, p. 126-127) nas pesquisas em geral, o *p* se refere a probabilidade de significância estatística. Deve-se atentar, como os autores colocam, que quanto menor o valor de *p*, maior o nível de confiança.

> Segundo Riffe, Lacy e Fico (2014, p. 143), as pesquisas sociais convencionam os valores p como sendo p <0,05 ou p <0,01, o que indica, respectivamente, de 95% e 99% de probabilidade (ou, no jargão estatístico, nível de confiança) de que os valores encontrados se encontram dentro de uma margem de erro previamente estabelecida. Atentar, no caso, de que quanto menor for o valor de p, maior é o nível de confiança.

[67] De acordo com Camargo e Justo (2018), um dendrograma é uma ilustração que apresenta as partições dos segmentos de textos que geraram as classes.

A Classificação Hierárquica Descendente (CHD) faz o que se considera, de acordo com Cervi (2018), uma “Análise de conteúdo automatizada” ou “Análise léxica automatizada”. Ainda segundo o autor, a CHD permite que sejam feitas duas coisas ao mesmo temo: a identificação de coocorrências de termos nos mesmo segmentos, ou seja, determinação de uma relação estatística dos termos que mais vezes ocorrem de forma simultânea dentro de um mesmo segmento de corpus textual, distribuindo esses termos em classes; e a hierarquização desses termos de acordo com a sua representatividade nas classes categorizadas. Nesse sentido, o autor compara os procedimentos da Análise de Conteúdo convencional com a forma automatizada, de modo a afirmar que esta última pode tornar as categorias mais específicas em consonância com o conteúdo analisado:

> Normalmente, desenhos de pesquisa que usam a técnica de análise de conteúdo partem de um conjunto de categorias ou variáveis pré-estabelecidas, na maioria das vezes, organizadas em um livro de códigos que visa guiar a ação do pesquisador na busca de termos que representem as características que estão sendo estudadas. O problema é que sendo os livros de código preparados antes da coleta de dados – e muitas vezes para diferentes conjuntos de textos - não há garantia de que eles serão capazes de capturar todas as especificidades do texto em análise. Por isso, aqui a proposta de análise inverte o processo. Busca-se de saída, no próprio corpus empírico, através do uso do algoritmo de Reinert, a identificação dos termos que mais aparecem e que se aproximam entre si nos textos e, portanto, formam classes de termos com homogeneidade interna (CERVI, 2018, p. 9).

Outra especificidade da CHD é a possibilidade de que se retire a intencionalidade do pesquisador ao formular categorias de análise, de modo que o *software* classifica de antemão os termos que tem mais relação entre si, possibilitando que se tenha uma ideia dos vocabulários mais estáveis do *corpus* analisado. Sendo assim, a pesquisa opta pela CHD pela possibilidade de se identificar termos que mais ocorrem de modo simultâneo nos *corpora* analisados, de modo que se obtenha um panorama do conteúdo a ser trabalhado, sendo considerado um primeiro procedimento de contato com o *corpus*. Sobre essa questão procedimental, Ramos, Lima e Amaral-Rosa (2018), ao dissertarem sobre as contribuições do IRaMuTeQ para a análise textual discursiva, afirmam que ele não extingue a análise interpretativa do pesquisador, sendo as classes proporcionadas pelo *software* “categorias intermediárias” que demandam análises dos sentidos por parte do pesquisador para que sejam elaboradas as “categorias finais”: “Frisa-se, que o software em questão, é limitado a gerar informações voltadas às confirmações de categorias intermediárias, uma vez que as categorias finais exigem textos descritos num diálogo gradativo entre os conhecimentos tácitos do pesquisador, com a teoria e com os dados empíricos” (RAMOS; LIMA; AMARAL-ROSA, 2018, p. 513). Portanto, é neste momento que

a análise argumentativa (no *corpus* da Folha de S.Paulo) e a elaboração de categorias a partir da leitura flutuante (no *corpus* do Twitter) adentram como uma segunda etapa do procedimento metodológico desta pesquisa.

As limitações do IRaMuTeQ também se relacionam com o fato de que o *software* tem uma porcentagem mínima de retenção de Segmentos de Texto para que atue de forma adequada, isto é, somente é considerado adequada sua utilização se 75% (CARMARGO; JUSTO, 2018) dos textos forem classificados pelo *software* em alguma classe. Outra limitação é que a codificação para leitura do *software* exige regras específicas como a não utilização de aspas, nem asteriscos, nem hífens, por exemplo, que em textos jornalísticos, como é o caso de um dos *corpora* desta pesquisa, podem mudar o sentido da frase. Portanto, a codificação exige atenção, tempo e rigor nos critérios adotados pelo pesquisador. Basicamente, a limitação do IRaMuTeQ, como a de outros *softwares* que utilizam algoritmos para categorizar discursos humanos é a de que o sentido das palavras sempre depende de uma análise interpretativa do pesquisador, visto que este último é quem demarca um referencial teórico possível de análise e está submerso no contexto, fazendo que seja possível, a partir das inferências estatísticas do *software* o entendimento das relações entre os atores políticos e episódios temáticos.

Entendendo a análise automatizada de textos como um *subset* da Análise de Conteúdo, Oliveira (2019), ao fazer uma análise bibliométrica dos trabalhos publicados no X Congresso Latinoamericano de Ciência Política, da Associação Latino-americana de Ciências Políticas (ALACIP), conclui que há ausência de pesquisas que utilizam esses métodos combinados em análises, mas afirma que ampliação de Análise de Conteúdos a partir do uso de computadores é uma aposta metodológica promissora. Nesse sentido, ainda que o uso de *softwares* em análises de textos apresente limitações, pesquisas apontam que o IRaMuTeQ, por exemplo, contribui para análises de textos oferecendo novas perspectivas e rigor aos dados qualitativos (RAMOS; LIMA; AMARAL-ROSA, 2018). Portanto, o uso do *software* nesta pesquisa também é uma maneira de ampliar estudos latino-americanos que utilizam métodos automatizados de análises textuais.

3.2 ETAPAS PROCEDIMENTAIS

Este item é dedicado à explicação do tratamento do *corpus* no jornal Folha de S. Paulo. Apresenta-se os critérios de seleção do *corpus* e a organização das matérias que o compõe, bem como as especificidades de codificação exigidas pelo *software* IRaMuTeQ.

3.2.1 Corpus Folha de S.Paulo

Como já explicitado, a Folha de S.Paulo foi, segundo dados do IVC, o jornal que obteve maior circulação na média mensal de 2020 no território brasileiro. Além disso, apesar do jornal ter um viés empresarial, como detalhado por Arbex (2001), ele defende uma perspectiva democrática e também de oposição ao governo atual, como indicado por Mont'Alverne (2021). Além disso, vide páginas acima, o jornal também participou de forma ativa da CPI. Sendo assim, identificando os conceitos supracitados do *software* IRaMuTeQ com o *corpus* de análise pode-se apontar as equivalências conceituais:

- ***Corpus***: Todas as matérias publicadas no jornal Folha de S.Paulo entre os dias 27 de abril, quando a Comissão Parlamentar de Inquérito foi oficialmente instalada no Senado Federal, até o dia 20 de maio, quando foi encerrado o depoimento do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello. Mais especificamente os critérios foram:

1) Todas as matérias de capa relacionadas à CPI;
2) Todas as matérias internas pertencentes à Editoria Poder que foram indicadas pela chamada de capa e que são relacionadas diretamente à CPI e, além disso,
3) matérias que continham a palavra CPI no título.

Foram excluídos textos que pertencentes às categorias Folha Explica, Análise, Agência Lupa, e pertencentes a categoria "mais" em azul. Optou-se por excluir as categorias citadas com o intuito de se ter uma linguagem homogênea, pertencendo ao mesmo formato de escrita. Portanto, com essas delimitações se cumpre o critério da delimitação monotemática (CAMARGO; JUSTO, 2018) do *corpus*. Como exemplo, tem-se a Figura 10 que exemplifica o item 1 do parágrafo acima, em que aponta também para o item 2 (Figura 11) e a Figura 12, que exemplifica o item 3.

Figura 20: Exemplo do *corpus* de análise na capa do jornal Folha de S.Paulo

FOLHA DE S.PAULO

HÁ 100 ANOS ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 101 • Nº 33.629 QUINTA-FEIRA, 29 DE ABRIL DE 2021 R$ 5,00

Em decisão unânime, STF torna Daniel Silveira réu

O Supremo Tribunal Federal decidiu, por 11 votos a 0, tornar réu e abrir ação penal contra o deputado federal Daniel Silveira (PSL-RJ), por crimes previstos na Lei de Segurança Nacional. A defesa do parlamentar disse que a corte adota lei "odiada pelos próprios membros" e que irá recorrer. Poder A6

Marco Aurélio ordena que Censo 2021 seja realizado

O ministro Marco Aurélio, do STF, determinou que o governo federal realize o Censo do IBGE 2021, cancelado por falta de verba. À imprensa o ministro Pau-

Collins em foto de julho de 1969, à época da Apollo 11 Reuters/Nasa

Mundo A12

Morre Michael Collins

Astronauta fez parte da Apollo 11, primeira missão a pousar na Lua; aos 90, tinha câncer

Esporte B7

Atletas precisarão fazer testes diários

Ilustrada B9

Equipe virá ao Brasil buscar cópia original

Governo e aliados de Renan pedem tom mais baixo na CPI

Senador fala em calibrar discurso, e Planalto escala líder do centrão para apaziguar; Pazuello deve ser ouvido dia 5

Aliados de Renan Calheiros (MDB-AL), relator da CPI da Covid, e interlocutores do Palácio do Planalto pediram que ele baixe o tom nas críticas feitas ao governo.

Enquanto apoiadores de Jair Bolsonaro avaliaram que o senador exagerou nas falas iniciais na comissão, pessoas próximas a Renan elogiaram o discurso com recados duros à gestão federal e promessas de punir culpados

Foi recomendado ainda ao parlamentar não usar sua posição em defesa própria diante de processos a que responde na Justiça. A Operação Lava Jato foi um dos alvos dos pronunciamentos.

Ele afirmou, em reservado, que vai calibrar as falas. Apesar disso, alguns correligionários dizem acreditar que o relator vá manter uma posição de enfrentamento.

É esse risco que provocou

Após ter falhado em investidas de aproximação com o congressista alagoano, Bolsonaro aposta na amizade do senador com o colega Ciro Nogueira (PP-PI), um aliado do governo, líder do centrão e integrante da CPI.

A comissão definiu o calendário de convocações para depoimentos. O ex-ministro Eduardo Pazuello deve ser ouvido no dia 5. Poder A4

Fonte: Folha de S.Paulo

Figura 21: Exemplo do *corpus* de análise em matéria interna da editoria Poder, indicado pela capa

A4 QUINTA-FEIRA, 29 DE ABRIL DE 2021 FOLHA DE S.PAULO ★★★

poder

PAINEL | Camila Mattoso

painel@grupofolha.com.br

Estica

Aécio Neves (MG) vai tentar convencer Bruno Araújo, presidente do PSDB, de que é preciso adiar as prévias do seu partido para a escolha do candidato à Presidência da República, por ora marcadas para outubro. Ele diz que esse adiamento deve ser tentado em busca de um nome de consenso do centro e que não adianta "pegar a bola e colocar debaixo do braço". O movimento ocorre após Tasso Jereissati (PSDB-CE) se manifestar a favor da mudança. O tucano mineiro defende prévias em março de 2022.

EMPURRA "Já tinha propostos antes, mas vou insistir para mudar. Esse é um ano para a busca de um candidato de entendimento do centro. Não vai fazer sentido a gente definir primeiro e depois buscar consenso. Não é assim que se constrói", disse ao Painel.

COLETIVO João Doria (SP) é o principal defensor no partido das prévias em outubro. Ele e Aécio Neves tiveram embates no início do ano. "Tem que buscar o interesse do partido. [A prévia] Não pode servir para que busquem alternativas fora da legenda. Tem que ser vir para que decidamos o que é melhor internamente", completou o deputado mineiro.

PELADA "Vamos colocar a bola debaixo do braço? E depois tentar buscar apoio? Não dá certo", afirmou. O ex-prefeito de Manaus Arthur Virgílio Neto também é a favor do adiamento. Como mostrou a Folha nesta terça-feira (27), o PSDB começou a discussão das regras das prévias em meio a divergências.

POSL... Luiza Helena Trajano aceitou convite de Doria e se tornará membro do conselho consultivo da Fundação Padre Anchieta, que abriga a TV Cultura. Ela começará a exercer o cargo na próxima semana.

...CHEGAR A empresária, presidente do conselho de administração do Magazine Luiza, é alvo frequente de especulações sobre eventual candidatura à presidência em 2022, ou para compor chapa com outros nomes, mas tem afirma-

MADE IN CARIBE Secretária municipal de Relações Internacionais, Marta Suplicy disse nesta quarta (28) que a gestão Bruno Covas (PSDB) abriu negociações com Cuba para compra da vacina Soberana 2, contra a Covid-19.

PRODUÇÃO Em audiência na Câmara Municipal, a ex-prefeita ressaltou que as tratativas são iniciais, mas envolvem também a possibilidade de instalação de fábrica do imunizante na capital paulista.

CORRIDA "Já tem países interessados. Se você não entra na fila depois não tem mais. Então entramos na fila", disse Marta. A Soberana está na última fase dos testes clínicos.

RADAR As comissões de Meio Ambiente e de Direitos Humanos no Senado vão fazer audiência na sexta (30) sobre o enfrentamento à Covid-19 nas populações indígenas.

TÁ ON O cacique Raoni Metuktire confirmou presença no evento virtual. Proposto por Jaques Wagner (PT-BA), que preside a Comissão de Meio Ambiente, o encontro é parte da programação do mês dos indígenas.

OPINIÃO O Fórum Brasileiro de Segurança Pública comemorou na quarta (28) um apoio inédito de 60 entidades de segurança pública do país. A entidade quer saber, entre outras coisas, sobre o impacto da Covid-19 e a situação da saúde mental.

PERFILADOS Uma das que-

O senador Renan Calheiros, relator da CPI da Covid, na instalação da comissão Adriano Machado - 27 abr 21/Reuters

Aliados e Planalto pedem moderação a Renan, que avalia baixar o tom na CPI

Relator, após receber recomendações, fala em calibrar discurso, mas há quem duvide; Planalto escala líder do centrão para arrefecer ânimos

BRASÍLIA Aliados do senador Renan Calheiros (MDB-AL) e interlocutores do Palácio do Planalto pediram ao relator da CPI da Covid para baixar o tom nas críticas ao governo Jair Bolsonaro.

Enquanto apoiadores do presidente avaliaram que o senador exagerou nas falas iniciais na colegiado, pessoas próximas a Renan elogiaram o discurso com recados duros ao Planalto, mas pediram parcimônia a partir de agora.

Na terça (27), logo após assumir o posto, Renan fez ataques ao negacionismo na pandemia e declarou que culpados existem e devem ser punidos "rapidamente".

Iniciados os trabalhos da

anteriores de aproximação, Bolsonaro aposta na relação de amizade do relator com o presidente nacional do PP o senador Ciro Nogueira (PI), um aliado do governo, líder do centrão e integrante da CPI.

Segundo relato à **Folha**, Bolsonaro entrou em contato com Nogueira, de quem se tornou aliado após a entrada do centrão na base aliada, e pediu ao deputado que apoie, como mediador, a arrefecer os ânimos de Renan em relação ao Planalto.

Os sinais já foram emitidos. Dos senadores oposicionistas da comissão, Nogueira foi o único a votar em Aziz para presidir a colegiado. O candidato apoiado por Bol-

CPI DEFINE CALENDÁRIO DE DEPOIMENTOS, E PAZUELLO SERÁ OUVIDO NA QUARTA

Em reunião durante desta quarta (28), integrantes da CPI da Covid definiram um calendário de convocações para a continuidade dos trabalhos ao senado que vem.

Os ex-minis-

nada pela **Folha**, a partir da análise dos metadados dos documentos apresentados ao Senado.

Um dos pedidos é de Nogueira, que solicitou a presença da imunologista e oncologista Nise Yamaguchi, 58, que chegou a ser cotada para substituir Luiz Henrique Mandetta.

A médica também é uma entusiasta do uso precoce da combinação da hidroxicloroquina com o antibiótico azitromicina já nos primeiros sinais da infecção por coronavírus — e não apenas para casos entregraves, como preconiza o Ministério da Saúde.

Ironicamente, Mello, também

Fonte: Folha de S.Paulo

Figura 22: Exemplo do *corpus* de análise em matéria interna da editoria Poder, não indicada pela capa, mas que possui a palavra CPI no título

Bolsonaro ataca foco da CPI e rejeita tomar vacina agora

Presidente diz que artigo 5º da Constituição é 'estuprado' por restrições e que voltará a tomar cloroquina se adoecer

Daniel Carvalho e Natália Cancian

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) voltou a contestar nesta quarta-feira (28) o foco da CPI da Covid no Senado, criada para investigar ações e omissões do governo federal na pandemia, além de repasses federais a estados e municípios.

Ao interagir com apoiadores na porta do Palácio da Alvorada, Bolsonaro voltou a distorcer o tratamento ineficaz com cloroquina e repetiu que quer ser o último brasileiro a se vacinar.

"Você vê: essa CPI vai investigar o quê? Eu dei dinheiro para os caras. No total, foram

O presidente com Rodrigo Pacheco, chamado de ingrato na véspera por Flávio Bolsonaro Marcos Corrêa/Divulgação Presidência

Fonte: Folha de S.Paulo

Delineado o *corpus* e seus critérios de seleção, também se especifica os Textos, que conforme visto são as unidades de texto que pertencem ao *corpus*:

- Texto: Ao total são 65 matérias que formam o conjunto de textos do *corpus*. Abaixo a Tabela 1 contém todos os títulos das matérias, além da data e da sua localidade – se na capa ou no interior do jornal. Na tabela também aparece como as matérias e edições foram codificadas para o *software* IRaMuTeQ, o que será delineado mais adiante.

Tabela 1: Título de matérias que pertencem ao *corpus* de análise – Folha de S.Paulo

Quantidade	Iramuteq - Qu	Data	Iramuteq - Data	Título	Local
1	****mat_001	27/04/2021	*n_01	Na véspera de CPI, governo tenta tirar Renan de relatoria.	Capa
2	****mat_002	27/04/2021	*n_01	CPI da Covid estreia sob embate judicial e tenta focar em atraso de vacinas.	Interno
3	****mat_003	27/04/2021	*n_01	Planalto trabalha pela submersão do general Pazuello	Interno
4	****mat_004	27/04/2021	*n_01	Bolsonaro diz que CPI não preocupa e ataca governadores.	Interno
5	****mat_005	28/04/2021	*n_02	Renan abre fogo contra o governo na CPI da Covid.	Capa
6	****mat_006	28/04/2021	*n_02	Bolsonaro sofre derrota na CPI; Renan é relator e abre fogo contra o governo.	Interno
7	****mat_007	28/04/2021	*n_02	Renan ataca negacionismo, dá recado ao Planalto e cobra punição a culpados	Interno
8	****mat_008	28/04/2021	*n_02	Flávio critica Pacheco e defende até isolamento para barrar CPI.	Interno
9	****mat_009	28/04/2021	*n_02	CPI já tem 173 pedidos, de convocações a devassas no caos de Manaus e vacinas.	Interno
10	****mat_010	29/04/2021	*n_03	Governo e aliados de Renan pedem tom mais baixo na CPI.	Capa
11	****mat_011	29/04/2021	*n_03	Aliados e Planalto pedem moderação a Renan, que avalia baixar o tom na CPI.	Interno
12	****mat_012	29/04/2021	*n_03	Bolsonaro ataca foco da CPI e rejeita tomar vacina agora.	Interno
13	****mat_013	30/04/2021	*n_04	Na CPI, plano de Renan mira negacionismo de Bolsonaro.	Capa
14	****mat_014	30/04/2021	*n_04	Após bate-boca em CPI, plano de Renan mira negacionismo do Planalto.	Interno
15	****mat_015	01/05/2021	*n_05	CPI levanta 200 falas negacionistas de Bolsonaro.	Capa
16	****mat_016	01/05/2021	*n_05	CPI levanta mais de 200 falas negacionistas de Bolsonaro.	Interno
17	****mat_017	01/05/2021	*n_05	Disputa de ministros na articulação para CPI tira munição de governistas.	Interno
18	****mat_018	02/05/2021	*n_06	Governo tenta evitar que CPI vire palanque para Mandetta.	Interno
19	****mat_019	03/05/2021	*n_07	CPI tem guerra de requerimentos e vira palco de retaliações.	Interno
20	****mat_020	04/05/2021	*n_08	CPI quer saber se ministros seguiram decisões técnicas.	Capa
21	****mat_021	04/05/2021	*n_08	CPI quer saber se ministros seguiram decisões técnicas ou ordens de Bolsonaro.	Interno
22	****mat_022	04/05/2021	*n_08	Ministro da Justiça pode ser convocado após atacar comissão	Interno
23	****mat_023	05/05/2021	*n_09	Mandetta afirma à CPI que Bolsonaro ignorou alertas.	Capa
24	****mat_024	05/05/2021	*n_09	Mandetta aponta desprezo de Bolsonaro pela ciência, e Renan vê revelações graves.	Interno
25	****mat_025	05/05/2021	*n_09	Pazuello alega contato com coronéis infectados, e CPI adia depoimento.	Interno
26	****mat_026	06/05/2021	*n_10	Pressionado pela CPI, Bolsonaro faz bravata ao Supremo e ataca a China.	Interno
27	****mat_027	06/05/2021	*n_10	Teich, na CPI, critica cloroquina e diz que se demitiu por falta de autonomia.	Interno
28	****mat_028	07/05/2021	*n_11	Ministro se omite sobre atuação de Bolsonaro na pandemia e irrita CPI.	Interno
29	****mat_029	07/05/2021	*n_11	Bolsonaro volta a defender cloroquina e chama CPI de "xaropada".	Interno
30	****mat_030	08/05/2021	*n_12	Depoimentos dão fôlego a relatório de Renan	Capa
31	****mat_031	08/05/2021	*n_12	Depoimentos dão fôlego a relatório de Renan; para governistas, não há fatos.	Interno
32	****mat_032	08/05/2021	*n_12	Bolsonaro ameaça com decreto e diz não encha o saco à CPI	Interno
33	****mat_033	09/05/2021	*n_13	CPI ressuscita poder político de Renan Calheiros	Capa
34	****mat_034	09/05/2021	*n_13	Renan ressurge, admite erros e vira tormenta de Bolsonaro na CPI.	Interno
35	****mat_035	09/05/2021	*n_13	Bolsonaro ataca CPI e mente de novo sobre cloroquina.	Interno
36	****mat_036	10/05/2021	*n_14	Senadores querem novo depoimento de Queiroga na CPI.	Capa
37	****mat_037	10/05/2021	*n_14	CPI avalia novo depoimento de Queiroga.	Interno
38	****mat_038	11/05/2021	*n_15	Comissão apurará busca de Ernesto por cloroquina	Capa
39	****mat_039	11/05/2021	*n_15	CPI quer quebrar sigilo de chefe da Anvisa em busca de pressões de Bolsonaro.	Interno
40	****mat_040	11/05/2021	*n_15	Senadores vão apurar ação pró-cloroquina de Ernesto no Itamaraty	Interno
41	****mat_041	12/05/2021	*n_16	Bolsonaro fala contra Anvisa, afirma chefe da agência	Capa
42	****mat_042	12/05/2021	*n_16	Chefe da Anvisa critica negacionismo de Bolsonaro e uso de cloroquina.	Interno
43	****mat_043	12/05/2021	*n_16	Torres constrange Planalto, que agora teme Wajngarten.	Interno
44	****mat_044	13/05/2021	*n_17	Carta da Pfizer ficou parada 2 meses, declara Wajngarten.	Capa
45	****mat_045	13/05/2021	*n_17	Acusado de mentir, Wajngarten é ameaçado com prisão em CPI.	Interno
46	****mat_046	13/05/2021	*n_17	Planalto age para Pazuello se calar no Senado.	Interno
47	****mat_047	14/05/2021	*n_18	CPI avança e expõe indícios de negligência com vacinas.	Capa
48	****mat_048	14/05/2021	*n_18	Pfizer, Wajngarten e Anvisa reforçam na CPI indícios de negligência de Bolsonaro.	Interno
49	****mat_049	14/05/2021	*n_18	Bolsonaro repete o filho, chama Renan de vagabundo e enxerga crime na CPI.	Interno
50	****mat_050	14/05/2021	*n_18	AGU pede ao STF que Pazuello possa ficar em silência na CPI.	Interno
51	****mat_051	15/05/2021	*n_19	Maioria aprova CPI da Covid, e comissão vê provas de crimes.	Capa
52	****mat_052	15/05/2021	*n_19	Grupo majoritário da CPI já vê provas de crimes de Bolsonaro na pandemia.	Interno
53	****mat_053	15/05/2021	*n_19	Maioria apoia a CPI da Covid, mas acredita que trabalho será encenação.	Interno
54	****mat_054	17/05/2021	*n_20	CPI vai pressionar Pazuello sobre terceiros, e Planalto teme depoimento de Ernesto.	Interno
55	****mat_055	18/05/2021	*n_21	CPI quer mirar Eduardo usando fala de Ernesto	Capa
56	****mat_056	18/05/2021	*n_21	CPI mira Eduardo Bolsonaro e assessor da Presidência com depoimento de Ernesto.	Interno
57	****mat_057	18/05/2021	*n_21	Bolsonaro já sugeriu tortura para quem tenta se calar em CPI, com faz Pazuello.	Interno
58	****mat_058	19/05/2021	*n_22	Ernesto dissimula sobre China e admite ação por cloroquina.	Capa
59	****mat_059	19/05/2021	*n_22	Ernesto confirma à CPI ação de Bolsonaro por compra de cloroquina.	Interno
60	****mat_060	20/05/2021	*n_23	Eduardo Pazuello mente em CPI e evita comprometer Bolsonaro.	Capa
61	****mat_061	20/05/2021	*n_23	Pazuello tenta blindar Bolsonaro, reage a Renan e mente ao menos 4 vezes.	Interno
62	****mat_062	20/05/2021	*n_23	Renan Calheiros leva perguntas de internautas a Pazuello para CPI.	Interno
63	****mat_063	20/05/2021	*n_23	Planalto comemora falas de Pazuello, e CPI vê contradições.	Interno
64	****mat_064	21/05/2021	*n_24	Depoimento de Pazuello reforça omissão no AM.	Capa
65	****mat_065	21/05/2021	*n_24	Depoimento de Pazuello reforça omissão em Manaus.	Interno

Fonte: a autora.

- **Segmento de texto**: Como explicado no item anterior, a determinação dos segmentos de textos é feita pelo *software*, de acordo com a ambiência das palavras. Na figura abaixo tem-se um exemplo de um segmento de texto determinado pelo software.

Figura 23: Exemplo de Segmento de Texto do *corpus* de análise

o **senador flávio**bolsonaro **chegou** a **chamar renan** de **vagabundo** imagina um cidadão honesto ser preso por um **vagabundo** como o **renan disse**
o **filho** mais **velho** do **presidente** jairbolsonaro a **sessão** foi **suspensa** logo após também em decorrência de **votação** no **senado**

Fonte: software IRaMuTeQ

Depois de selecionadas as matérias que compõem o *corpus*, passou-se à transcrição, obtendo um documento de 61 páginas, com mais de 45 mil palavras. Camargo e Justo (2014) atentam para as "características linguísticas" dos textos que são codificados para o IRaMuTeQ. Visto que é possível que se codifique tanto textos verbais como entrevistas e conversas quanto textos mais formais como documentos oficiais, leis e textos jornalísticos, é importante que se tenha uma revisão desses textos de acordo com o tipo de codificação que o IRaMuTeQ permite. Sendo assim, a Tabela 2 abaixo especifica palavras que foram excluídas dos textos, sem prejuízo para análise.

Tabela 2: Palavras excluídas do *corpus* – Folha de S.Paulo

Categorias	**Exemplo das palavras excluídas**
Localidade do repórter:	Brasília
Data da matéria:	(27)
Sigla do Partido e Estado dos atores:	PSD-BA, (sem partido)
Sigla de Estado quando o Estado está escrito por extenso:	(SP), (MG)

Fonte: a autora.

O IRaMuTeQ também demanda configurações específicas. Essas configurações são descritas por Camargo e Justo (2018): não justificar o texto, ter uma uniformidade para as siglas (todas em minúsculo, por exemplo); trocar hífen por traço *underline*, entre outras. Sendo assim, o *corpus* teve as seguintes alterações, especificadas na Tabela 3 abaixo.

Tabela 3: Modificações do *corpus* de acordo com o IRaMuTeq

Modificações de acordo Camargo e Justo (2018)	**No texto original:**	**No *corpus*:**
Hífen:	Covid-19; Ex-ministro	Covid_19; Ex_ministro
Siglas:	CPI, SUS, OAB	cpi; sus; oab
Aspas:	1) "Vou sugerir ao presidente da comissão e ao vice-presidente a contratação de agências checadoras da verdade para que a comissão parlamentar de inquérito, pela primeira vez, possa acompanhar online	1) Apenas retiradas quando a frase já contem "disse" ou "afirmou" ou "completou", por exemplo. Quando não contém essas palavras, as aspas são substituídas por vírgula e a palavra "disse".

	e checar essas mentiras que reiteradamente estão sendo ditas” completou. (20 de maio de 2021) 2) “capitã cloroquina” (20 de maio de 2021) e O senador classificou a decisão de “descomunal” e “esdrúxula” e fruto de orquestração do governo. (27 de abril de 2021)	2) Foram retiradas as aspas, ficando capitã cloroquina e O senador classificou a decisão de descomunal e esdrúxula e fruto de orquestração do governo. (27 de abril de 2021)
Próclise:	1) “Alegou ainda que Bolsonaro não o fez rasgar acordo de compra de vacinas do Butantan” (20 de maio de 2021) 2) Renan também disse que vai preparar uma lista de todas as mentiras e incoerências de Pazuello e confrontá-lo na retomada da sessão. (20 de maio de 2021) 3) Contrapondo-se a acordo existente. (27 de abril de 2021)	1) Alegou ainda que Bolsonaro não fez **ele** rasgar acordo de compra de vacinas do Butantan (20 de maio de 2021) 2) Renan também disse que vai preparar uma lista de todas as mentiras e incoerências de Pazuello e confrontar **ele** na retomada da sessão. (20 de maio de 2021) 3) Se contrapondo a acordo existente. (27 de abril de 2021)
Reticências:	Se algum dos senhores tem problemas a ajustar nos seus estados..., completou Renan. (30 de abril de 2021)	Se algum dos senhores tem problemas a ajustar nos seus estados, completou Renan. (30 de abril de 2021)
Traço:	hidroxicloroquina – questão apontada à CPI pelos seus dois antecessores no cargo (20 de maio de 2021)	Substituído por vírgula: hidroxicloroquina**,** questão apontada à CPI pelos seus dois antecessores no cargo (20 de maio de 2021)
Outros:	AM (27 de abril de 2021) R$ 79 milhões (4 de maio de 2021)	Amazonas (4 de maio de 2021) R 79 milhões (27 de abril de 2021)
Nomes próprios:	Nomes que na primeira testagem apareceram separados: Renan Calheiros; Fabio Wajngarten; Omar Aziz; Luiz Henrique Mandetta; Nelson Teich; Marcelo Queiroga; Rodrigo Pacheco; Ciro Nogueira; João Doria; Flavio Bolsonaro; Eduardo Bolsonaro; Jair Bolsonaro	Nomes que foram integrados de acordo com a primeira testagem: RenanCalheiros; FabioWajngarten; OmarAziz; LuizHenriqueMandetta; NelsonTeich; MarceloQueiroga; RodrigoPacheco; CiroNogueira; JoãoDoria; FlavioBolsonaro; EduardoBolsonaro; JairBolsonaro

Fonte: a autora.

Depois de codificado, para obter a análise basta abrir o *corpus* no *software*. Abaixo, a Figura 15 mostra a primeira matéria transcrita, com o identificador específico, no caso

“mat_001” que se refere à primeira matéria publicada pela Folha de S. Paulo no período temporal analisado; já a identificação “n_01” se refere à edição, que também representa a primeira edição analisada no período.

Figura 24: Exemplo da codificação do *corpus* na primeira matéria analisada

```
**** *mat_001 *n_01

Na véspera de cpi, governo tenta tirar Renan de relatoria. Liminar após ação
bolsonarista barrava ele da função, mas Pacheco diz que vai ignorar; comissão
deve focar vacina. Acuado pela cpi da Covid, cuja instalação está prevista para
hoje, o governo JairBolsonaro tentou barrar a indicação do senador
RenanCalheiros, considerado de oposição, como relator do colegiado. Liminar da
Justiça Federal do df expedida ontem após ação da deputada bolsonarista Carla
Zambelli impedia ele da função. O argumento é que Renan, por ter um filho
governador, Renan Filho, de Alagoas, não poderia ficar com a relatoria, que
conduz os trabalhos da comissão. O senador classificou a decisão de descomunal e
esdrúxula e fruto de orquestração do governo. Ele informou que recorreria. Até a
conclusão desta edição, a medida não foi suspensa. O Planalto esperava conseguir
pelo menos adiar a sessão inicial, mas o presidente do Senado, RodrigoPacheco,
afirmou que vai ignorar a liminar. O foco da cpi deve ser o atraso nos contratos
de compra de vacinas, e parlamentares veem o ex_ministro da Saúde Eduardo
Pazuello como peça_chave da investigação.
```

Fonte: a autora.

Por fim, na figura abaixo, apresenta-se o desenho metodológico do *corpus* do jornal Folha de S.Paulo, de modo que o primeiro passo metodológico é a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) realizada pelo *software* IRaMuTeQ, no que é conhecido como “Análise de Conteúdo Automatizada”, e depois, considerado como segundo passo metodológico, é realizada a análise dos argumentos tanto do discurso dos políticos quanto do jornal, com a intenção de entender as relações os argumentos presentes em seus discursos.

Figura 25: Desenho do processo metodológico do corpus Folha de S.Paulo

Fonte: a autora

3.2.1.1 A Argumentação como aporte teórico-metodológico

A defesa de que a Análise do Discurso deve integrar a argumentação como elemento constitutivo do discurso é feita por Amossy (2016). Para a autora, a justificativa está no fato de que não há como dissociar o uso de argumentos do conjunto de discursos sob o qual eles se constroem. Sendo assim, Amossy (2016) resgata um estudo de Maingueneau em que ele afirma que a análise argumentativa é imprescindível; e também revela aquilo que fez com que a análise argumentativa fosse ignorada, que é o fato de ser "atomística"[68] ou "tomados em si mesmos", isto é, o fato de se utilizar a mesma estrutura lógica dos argumentos para diversas situações, ignorando a questão ideológica ou comunicacional. Sendo assim, Amossy (2016), ao defender a integração da argumentação à Análise do Discurso justifica que "[...] os argumentos se constroem na densidade do discurso e que só fazem sentido no interior da rede interdiscursiva e do contexto comunicacional em que operam" (AMOSSY, 2016, p. 171). Para a autora, é preciso, então, que se considere como os argumentos interferem nas dinâmicas

[68] Amossy (2011) atribui o termo a Plantin (1995).

comunicacionais, analisando as funções sociais que cumprem num "espaço sociocultural preestabelecido" e também "segundo quais modalidades o discurso se situa numa troca global considerada por argumentos preestabelecidos". É desse modo que a autora reconhece, de fato, o comportamento "lógico" dos argumentos, mas também considera que a dinâmica comunicacional intervém nesse preestabelecimento e por isso deve ser analisada. Sendo assim, considera-se que análise argumentativa é uma possibilidade para que se analise os instrumentos que são mobilizados durante uma situação comunicativa.

A história da argumentação é antiga, é a partir dos estudos sobre a retórica, na Grécia, que as percepções sobre esta se desenvolveram. Nesse sentido, é unânime a consideração de que Aristóteles foi um dos autores responsáveis por estabelecer diretrizes do pensamento retórico, especialmente por ser quem colocou a retórica em um sistema de organização do discurso, mais precisamente, entendendo o discurso como uma composição de quatro partes: invenção, disposição, elocução e ação (REBOUL, 2004). Ainda que muitos séculos tenham se passado, e que as teorizações sobre processos argumentativos como o *persuadir* e o *convencer* e também sobre os auditórios *particular* e *universal* tenham encontrado definições sólidas – como em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), o território da argumentação e seus conceitos subjacentes ainda encontram nuances que necessitam de adaptações teórico-metodológicas, especialmente para que se entenda os discursos atuais.

Nesse sentido, a argumentação reemerge como campo teórico especialmente com a comunicação de massa (REBOUL, 2004), sendo os anos 1960 palco para exploração e novas aplicações desses conceitos (BRETON, 1999) tanto no campo prático, pela conscientização do poder de influência das técnicas de persuasão da publicidade e propaganda, quanto no campo teórico, a partir de um novo tratado – que só ganhou legitimidade perante estudiosos na década de 1970 – inspirado na retórica, mas que se ocupava em dissecar as técnicas argumentativas: *Tratado da Argumentação: a nova retórica*, escrito pelo jurista Chaïm Perelman e Lucie Albrechts-Tyteca, publicado em 1958. Para Reboul (2004), o grande triunfo da obra é a descoberta "que entre a demonstração científica e a arbitrária das crenças, há uma lógica verossímil, a que dão o nome de argumentação, vinculando-a à antiga retórica" (REBOUL, 2004, p. 89). Sendo assim, um dos principais argumentos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) é justamente entender que a argumentação está no campo dos acordos razoáveis entre as partes, a partir de técnicas argumentativas que visam aumentar a adesão à determinadas teses, num "contato intelectual" entre orador e auditório.

O papel do orador é fundamental no contato intelectual da situação argumentativa dos autores, para eles, ele deve ter a qualidade necessária para tomar a palavra, ou seja, ter a

legitimidade da profanação do discurso: “Normalmente, é preciso alguma qualidade para tomar a palavra e ser ouvido” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 21), principalmente porque ouvir alguém é mostrar certa disposição a aceitar suas teses “[...] ouvir alguém é mostrar-se disposto a aceitar-lhe eventualmente o ponto de vista” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 21). Nesse sentido, observa-se que, para os autores, ter a atenção de alguém é de fundamental importância para o estabelecimento do contato intelectual. Assim como as qualidades do orador são fundamentais, a presunção do auditório se faz igualmente importante: “Cada orador pensa, de uma forma mais ou menos consciente, naqueles que procura persuadir e que constituem o auditório ao qual se dirigem seus discursos” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 22). É dessa forma que quanto mais adequado o discurso ao auditório, maiores as chances da adesão à tese do orador, uma vez que:

> O objetivo de toda argumentação [...] é provocar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento: uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida (ação positiva ou abstenção) ou, pelo menos, crie neles, uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 50).

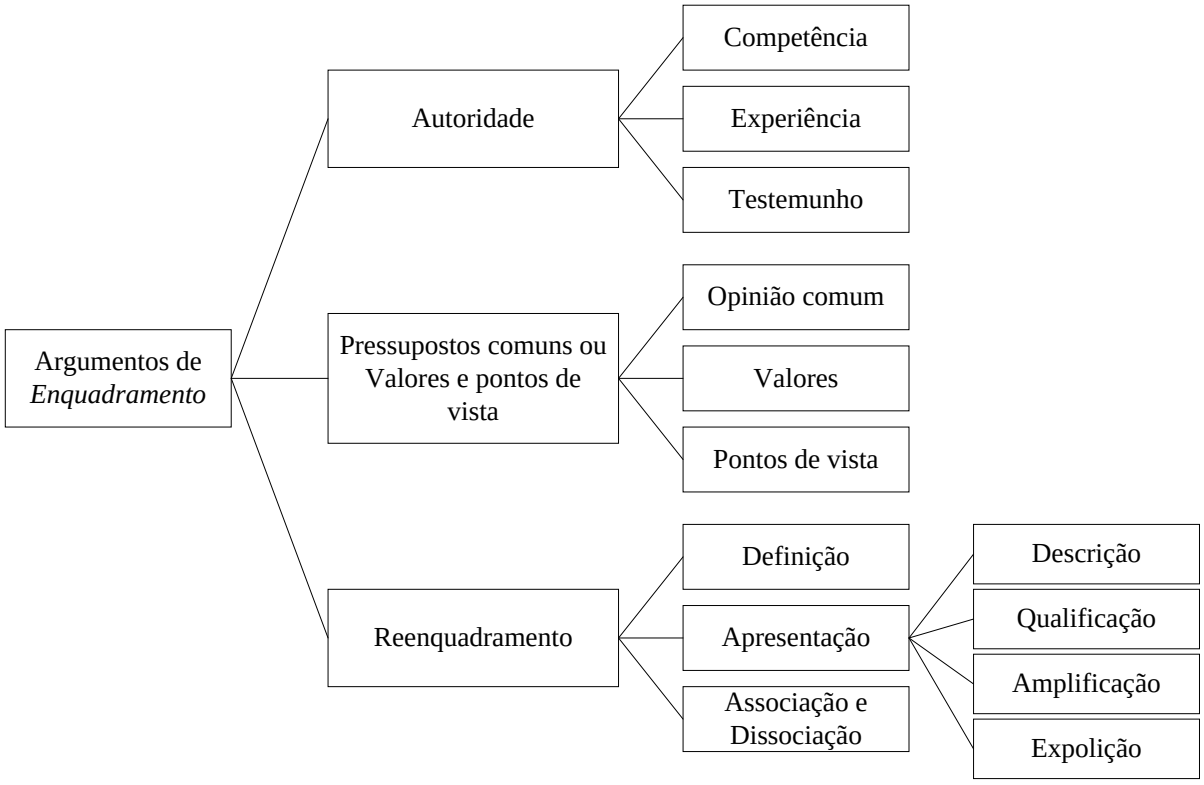
Nesse sentido, é preciso que haja um espaço de interlocução entre o orador e o auditório presumido. Em termos de relação com os objetos de pesquisa, pode-se determinar que, na Folha de S.Paulo, a legitimidade do orador é a do próprio lugar institucional do jornal – do detentor da informação – enquanto seu público são os leitores endereçados aqueles conteúdos. Já no caso da *hashtag* CPIdaCovid, no Twitter, o espaço são as possibilidades que a plataforma propõe de interação (comentar, curtir, retuitar, responder) em torno daquele tema, em que o orador, no caso o detentor da conta na rede social, tem o conhecimento de que seus seguidores e as demais pessoas que acompanham a *hashtag* estão dispostos ao “contato intelectual”.

Com já dito, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) são reconhecidos por apresentar variadas técnicas argumentativas, mas é Breton (1999)[69] quem as sistematiza de uma maneira mais didática e aplicável à Comunicação no livro *A argumentação na comunicação*. Breton (1999) determina que há um duplo-gatilho argumentativo, no qual primeiro se utilizaria argumentos de Enquadramento e, em um segundo momento, argumentos de Vínculo. Devido ao volume de textos que serão analisados, optou-se por utilizar somente o primeiro momento do duplo-gatilho de Breton (1999), que são os argumentos de Enquadramento, momento em

[69] Destaca-se que a análise de estratégias argumentativas foi aplicada em pesquisa anterior da autora, em dissertação de Mestrado, ao se fazer a análise do *impeachment* de Dilma Rousseff nas revistas Veja e CartaCapital.

que se visa construir um “real comum ao orador e ao auditório”. Abaixo a figura mostra a taxinomia detalhada do autor:

Figura 26: Argumentos de *Enquadramento*



Fonte: Adaptado de Breton (1999, p. 143) e reproduzido em de David (2018)

Para Breton (1999, p. 76) os argumentos de autoridade possuem força na forma de aceitar o real “porque a pessoa que o descreve tem autoridade para fazê-lo”, no entanto, é imprescindível, alerta o autor, que essa autoridade seja aceita pelo auditório. Observa-se que os argumentos de autoridade se subdividem em três: competência, experiência e testemunho. O primeiro argumento, de competência supõe que haja uma competência “científica, técnica, moral ou profissional que vai legitimar o olhar sobre o real que deriva dela” (BRETON, 1999, p. 80); já a experiência se aproxima mais da questão prática, de já ter vivenciado aquele tipo de atividade ou ação; por fim, o argumento pelo testemunho relaciona-se com a questão física, e presencial, do estar presente.

Já os argumentos de Pressupostos comuns ou Valores e pontos de vista também podem ser subdividos em três, no entanto, Breton (1999) confirma a dificuldade em categorizar o “mundo das ideias e das crenças”, visto que ambas escapam às tipologias muito rígidas. Nesse

sentido, denomina-se esta categoria como Comunidade[70], pois é aquela que ativa valores considerados comuns. Breton (1999) resgata valores da Antiguidade Grega como o verdadeiro, o belo e o bem; já, por influência do Cristianismo, também aparece a virtude. Nesse sentido, pode-se entender que os valores têm nuances conforme a época e o grupo social: "[...] os valores estão ligados a uma antropologia fundamental. Mas cada comunidade, cada grupo humano [...] todos eles se organizam em torno de valores específicos" (BRETON, 1999, p. 88). O autor resgata Perelman para afirmar que este propõe valores como a justiça e a verdade.

O último argumento de Reenquadramento é aquele que, de acordo com Breton (1999), implica uma novidade para o auditório, isto é, coloca-o em um "mundo" que espontaneamente não era pensado, que não utiliza seus pontos de referência habituais. O autor subdivide esses argumentos em Definição, Apresentação e Associação e Dissociação. Considera-se, aqui, a variável Qualificação, visto que Breton (1999) apresenta-a relacionada com a maneira com que se apresenta os fatos, isolando certas propriedades que são consideradas mais importantes, isto é, fazendo apresentações parciais dos acontecimentos. Pontua-se que, apesar de as subdivisões terem sido expostas aqui, na análise utilizar-se-á apenas as divisões maiores que são Autoridade, Comunidade e Reenquadramento.

Em relação ao *corpus* desta pesquisa, observa-se que os argumentos de autoridade são baseados, na maioria das vezes, em uma competência institucional, como a Justiça Federal, o Ministério Público, o Supremo Tribunal Federal, mas também em leis da Constituição e artigos do regimento interno do Senado Federal, observa-se que a competência científica e a técnica também são mobilizadas. Em relação às estratégias argumentativas de comunidade, observa-se que valores como o certo e o errado são mobilizados, bem como valores de competência e eficiência, e valores fundamentais do jogo político que são a democracia, o apoio popular, a habilidade política e a popularidade. Por último, as estratégias argumentativas de reenquadramento são aquelas que mobilizam palavras que fazem parte de um vocabulário bélico, mobilizando verbos e expressões de guerra.

Delineados os parâmetros de seleção do *corpus* no jornal Folha de S.Paulo, bem como o desenho metodológico e a teoria da argumentação, passa-se à explicação da coleta e seleção dos dados do Twitter.

[70] Comunidade é a denominação utilizada em Breton (2012).

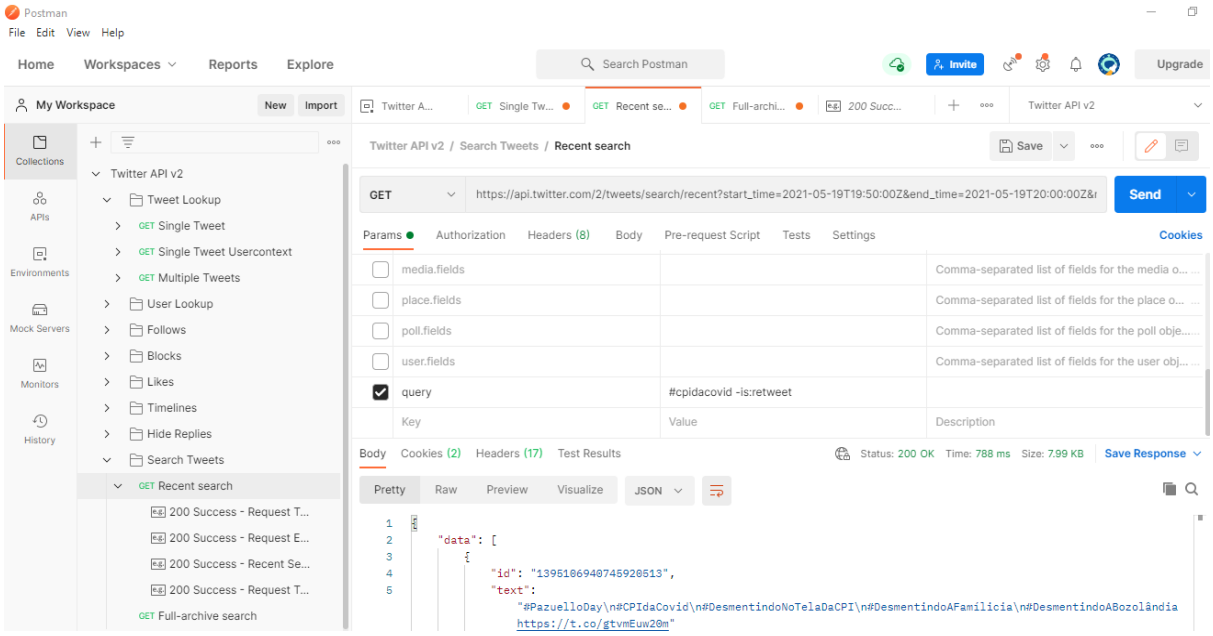
3.2.2 Corpus Twitter

A coleta de dados no Twitter foi realizada por meio da Interface de Programa de Aplicativo (Application Programming Interface, API em inglês), a partir de uma conta de desenvolvedor[71] oficial do Twitter. De acordo com o próprio site[72]

> [...] as APIs são a forma como os programas de computador "conversam" entre si para trocar informações. Isso é feito permitindo-se a um aplicativo de software acessar um dispositivo conhecido como terminal: um endereço que corresponde a um tipo específico de informação que fornecemos (terminais são, geralmente, únicos, como números de telefone). Damos acesso a partes do nosso serviço através das APIs para permitir que os desenvolvedores criem softwares que se integrem ao Twitter [...].

A aplicação utilizada para a coleta foi o programa Postman[73], recomendado pelo próprio Twitter. A Figura abaixo mostra a interface do programa, já com a palavra-chave de pesquisa definida, que é #cpidacovid, sem *retweets*, de modo a privilegiar somente *tweets* originais.

Figura 27: Imagem do programa Postman



Fonte: Postman

Além da palavra-chave #cpidacovid e da exclusão de *retweets*, o parâmetro de busca que determinou a quantidade de *tweets* coletados foi o de se fazer a coleta de 100 *tweets* a cada 10

---

[71] Disponível em: https://developer.twitter.com/en. Acesso: 20 jul. 2021.
[72] Disponível em: https://help.twitter.com/pt/rules-and-policies/twitter-api. Acesso: 20 jul. 2021.
[73] Informações mais detalhadas estão disponíveis em: https://developer.twitter.com/en/docs/tools-and-libraries/using-postman. Acesso: 20 jul. 2021.

minutos, começando às 10h e indo até 12h do dia 19 de maio, dia do depoimento de Eduardo Pazuello, que conforme a Folha de S.Paulo[74] era o depoimento mais aguardado[75] da CPI até então. Com isso, o esperado era obter 1200 *tweets* para análise, no entanto, com a exclusão de alguns *tweets* por parte dos usuários e de *tweets* que não pertenciam ao *corpus*, o número total foi de 1113. Sendo assim, pode-se fazer a mesma correlação didática com os conceitos do IRaMuTeQ e o *corpus* para o Twitter:

Corpus: *tweets* que possuem a *hashtag* "CPIdaCovid";
Texto: devido à pequena quantidade de caracteres, cada *tweet* é um texto e também um **Segmento de Texto**, de modo que ao importar o *corpus* para o *software* é recomendado que seja selecionado "parágrafo" como método de construção dos ST (CAMARGO; JUSTO, 2018).

Pondera-se que os *tweets* do *corpus* são constituídos somente por textos, ou seja, em *tweets* que fazem alusão a outros *tweets* ou imagens (como na Figura 20) seleciona-se somente o texto original do *tweet*[76]. Além disso, *tweets* que continham somente "#cpidacovid" foram excluídos.

Figura 28: Exemplo de *tweet* do *corpus*

Fonte: Twitter

[74] Na edição do dia 20 de maio de 2021, o jornal escreveu: "No depoimento mais aguardado até aqui da CPI da Covid no Senado, o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello [...]".
[75] Outros sites de notícias como o Correio Braziliense (link: https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/05/4925439-depoimento-hoje-de-pazuello-e-o-mais-aguardado-da-cpi-da-covid.html) e Brasil de Fato (link: https://www.brasildefato.com.br/2021/05/19/ao-vivo-acompanhe-o-depoimento-de-pazuello-o-mais-aguardado-da-cpi-da-pandemia) corroboraram a afirmação. Acesso: 20 jul. 2021.
[76] O único *tweet* alterado foi o que possuía *emoji* de olhos entre as palavras "de" e Brasil", sendo assim o texto foi alterado para "de olho Brasil".

Observa-se que essa pesquisa opta, por questões de privacidade, em não expor o autor dos *tweets*. Ainda que o Twitter afirme[77] que tem um "caráter único de compartilhamento em relação a outras mídias sociais" porque seus usuários escolheram compartilhar as informações "publicamente", tomou-se a decisão de manter em sigilo a identidade de usuários que não são pessoas que ocupam cargo político ou jornalístico.

Em relação à codificação dos *tweets*, pontua-se que todos foram transcritos mantendo-se as sugestões expressas no Tutorial de Camargo e Justo (2018), e no modelo das tabelas 2 e 3 desta pesquisa, com a adição do nome "OmarAziz" às palavras juntas, visto que no primeiro teste esta palavra apareceu de forma separada. Abaixo a Figura mostra a codificação dos *tweets* para leitura do IRaMuTeQ:

Figura 29: Exemplo da codificação do *corpus* dos tweets

```
**** *tw_0001

#CPIdaCovid #PazuelloDay

**** *tw_0002

É o Frota dublando o Pazzuelho? #CPIdoGenocidio #CPIdaCovid #CPIdaPandemia

**** *tw_0003

O ensaboado Pazuello tá mentindo descaradamente? Novas #CPIdaCovid

**** *tw_0004

Eduardo Pazuello, durante coletiva de imprensa do lançamento da campanha do
Outubro Rosa: Eu nem sabia o que era o SUS, porque eu passei a minha vida sendo
tratado, também em instituição pública, mas do Exército disse o ex_ministro da
Saúde. #CPIdaCovid

**** *tw_0005

Pazuello fala bastante né? Cadê Renan pedindo pra ele responder objetivamente???
#CPIdaCovid
```

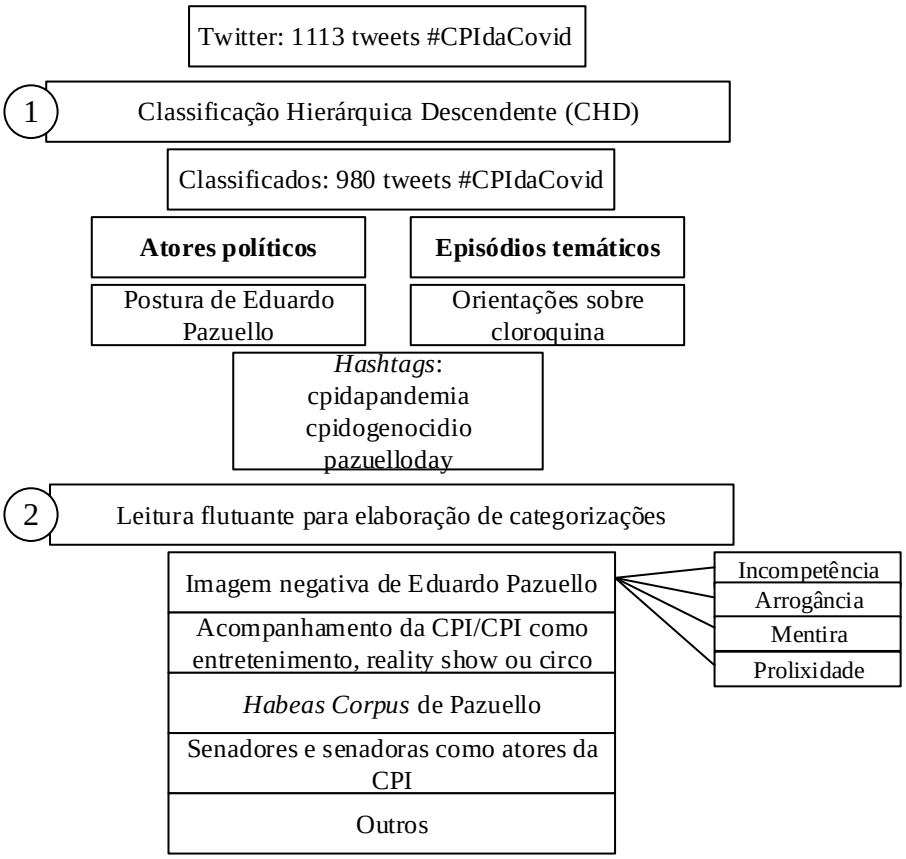
Fonte: a autora.

Por fim, na figura abaixo, apresenta-se o desenho metodológico do *corpus* do Twitter, constituído por 1113 *tweets* coletados durante às 10h e às 12h da manhã do dia 19 de maio, dia do depoimento do ex-ministro Eduardo Pazuello. Sendo assim, a figura abaixo demonstra o primeiro passo metodológico, que é a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) realizada pelo *software* IRaMuTeQ, e depois, considerado como segundo passo metodológico, é

[77] Na íntegra: "Os dados do Twitter têm um caráter único de compartilhamento em relação a outras mídias sociais porque refletem as informações que os usuários escolheram compartilhar publicamente. Nossa plataforma de API permite amplo acesso aos dados públicos do Twitter que os próprios usuários escolheram compartilhar com o mundo." Disponível em: https://help.twitter.com/pt/rules-and-policies/twitter-api. Acesso: 20 jul. 2021.

realizada uma leitura flutuante dos 980 *tweets* classificados pelo *software*, de modo que se chega a cinco categorias finais: Imagem negativa de Eduardo Pazuello, aparecendo por meio das variáveis incompetência, arrogância, mentira e prolixidade; Acompanhamento da CPI/CPI como entretenimento, reality show ou circo; Comentários sobre *habeas corpus*; Senadores e senadoras como atores da CPI e Outro.

Figura 30: Desenho do processo metodológico do corpus Twitter



Fonte: a autora.

Depois de apresentadas as especificidades de seleção do *corpus* e da codificação para leitura do *software* IRaMuTeQ, bem como o desenho metodológico para o *corpus* do Twitter, apresenta-se o protocolo de elaboração das categorias feitas a partir da leitura flutuante.

3.2.2.1 Elaboração de categorias a partir dos *tweets*

O primeiro passo para a elaboração de categorias foi a transcrição, para uma planilha, dos 980 *tweets* categorizados pelo IRaMuTeQ. Esta transcrição foi feita a partir da opção “Corpus Colorido” do *software* que permite que se visualize todos os textos na cor de cada classe designada pelo *software.* Abaixo a figura mostra esta opção:

Figura 31: Corpus colorido do Twitter gerado pelo IRaMuTeQ

**** *tw_0018

ontem a cpidacovid foi uma exibição de fragmentado hoje é wandavision

---

**** *tw_0019

perguntar se um militar tem competência de gestão e liderança é como perguntar se a chuva molha diz eduardo pazuello em resposta a renan calheiros cpidacovid

---

**** *tw_0020

bom dia senador esperamos dos senhores um bom trabalho a favor do povo brasileiro e não a favor de um certo genocida cpidacovid

---

**** *tw_0021

se o pazuello está apto a comandar um ministério eu estou apto a ser imperador cpidogenocidio cpidacovid cpidapandemia

---

**** *tw_0022

pazuello é só gratidão pela pandemia cpidacovid

Fonte: IRaMuTeQ a partir corpus inserido

O segundo passo foi a criação de categorias de acordo com as palavras expressas nos próprios *tweets*. Portanto as palavras incompetência, mentira, arrogante, acareação, prolixo formaram uma categoria estável, denominada Gestão negativa, em que focava em qualificações negativas como a gestão do ex-ministro Eduardo Pazuello durante a pandemia; e Postura negativa que focava mais na sua postura do ex-ministro durante depoimento, posteriormente essas duas categorias se uniram e formaram a categoria final “Imagem negativa de Eduardo Pazuello”, por exemplo. A figura abaixo mostra a primeira página da planilha, em que na primeira coluna apresenta-se os *tweets* e, nas outras seguintes, as classes segundo a ordem da CHD, bem como as respectivas categorias.

Figura 32: Planilha com a transcrição e categorização dos tweets

	Tweet	Pergunta/Responder	Mentir/Começar	Cpidapandemia/Cpidogenocídio	Cloroquina/Saúde
1	cpidacovid pazuelloday			Somente hashtag ou usuários	
2	é o frota dublando o pazzuelho cpidogenocidio cpidacovid cpidapandemia			Outro	
3	o ensaboado pazuello tá mentindo descaradamente novas cpidacovid		Postura negativa - Mentira		
4					
5	pazuello fala bastante né cadê renan pedindo pra ele responder objetivamente cpidacovid	Postura negativa - Prolixo			
6	cpidapandemia cpidacovid pazuelloday senadocontracovid19			Somente hashtag ou usuários	
7	a pergunta do renancalheiros ao general pazuellofardado sobre competência soou com uma piada mas a resposta foi um deboche kkkkkkk cpidacovid	Postura negativa- Incompetência			
8	o nosso mestre em logística só pra ninguém esquecer cpidacovid			Outro	
9	concordo com o malzuello começadozero ffa cpidogenocidio cpidacovid pazuellonacadeia			Gestão/Postura negativa- Incompetência	
10	foi para tirar o foco da cpidacovid hoje ou para colocar mais fogo no parquinho a policiafederal ir atrás do rsallesmma com o stf liberando pf		CPI como entretenimento/reality show/circo		
11	aiiii braseel q dia maravilhoso cpidacovid todos pagaram		Outro		
12	como ousa falar q a logística foi perfeita mano como c o m o cpidacovid pazuelloday			Gestão/Postura negativa- Incompetência	
13	se não estivesse grávida já teria uma cerveja aberta aqui na minha mão pazuzuday renancalheirosmamacitadosenado cpidogenocidio cpidacovid cpidapandemia			CPI como entretenimento/reality show/circo	
14	começou a gaguejar cpidacovid		Postura negativa - Gaguejar		
15	e eu achando que pazuzu ficaria mudo cpidacovid		Outro		
16	burro arrogante é muito bom cpidacovid			Postura negativa - Arrogante	
17	meu sonho um desses cara que fica passando atrás dele dar um tapão nessa cabeça de galão cpidacovid			Outro	
18	ontem a cpidacovid foi uma exibição de fragmentado hoje é wandavision			CPI como entretenimento/reality show/circo	
19	perguntar se um militar tem competência de gestão e liderança é como perguntar se a chuva molha diz eduardo pazuello em resposta a renan calheiros cpidacovid	Outro			
20	bom dia senador esperamos dos senhores um bom trabalho a favor do povo brasileiro e não a favor de um certo genocida cpidacovid			Comentário sobre senadores ou senadoras	
21	se o pazuello está apto a comandar um ministério eu estou apto a ser imperador cpidogenocidio cpidacovid cpidapandemia			Gestão/Postura negativa- Incompetência	
22	pazuello é só gratidão pela pandemia cpidacovid				Outro
23	medo ou respeito pazuello dando respostas longas algo que não acontecia com as outras testemunhas cpidacovid cpidocirco cpidavergonha cpidos3patetas			Comentário positivo sobre Eduardo Pazuello	
24	o cara tá respondendo igual a estudante que precisa preencher linha na redação cpidacovid	Postura negativa - Prolixo			

Fonte: a autora

Sendo assim, depois deste processo, os 980 *tweets* foram elencados em subcategorias para depois serem dispostos em cinco categorias finais: **Imagem negativa de Eduardo Pazuello**; **Acompanhamento da CPI/CPI como entretenimento, reality show ou circo**; **Comentários sobre *habeas corpus*; Senadores e senadoras como atores da CPI** e **Outro**. Depois de apresentado o protocolo para a elaboração das categorias a partir dos *tweets*, apresenta-se, no capítulo a seguir, a análise referente ao *corpus* Folha de S.Paulo.

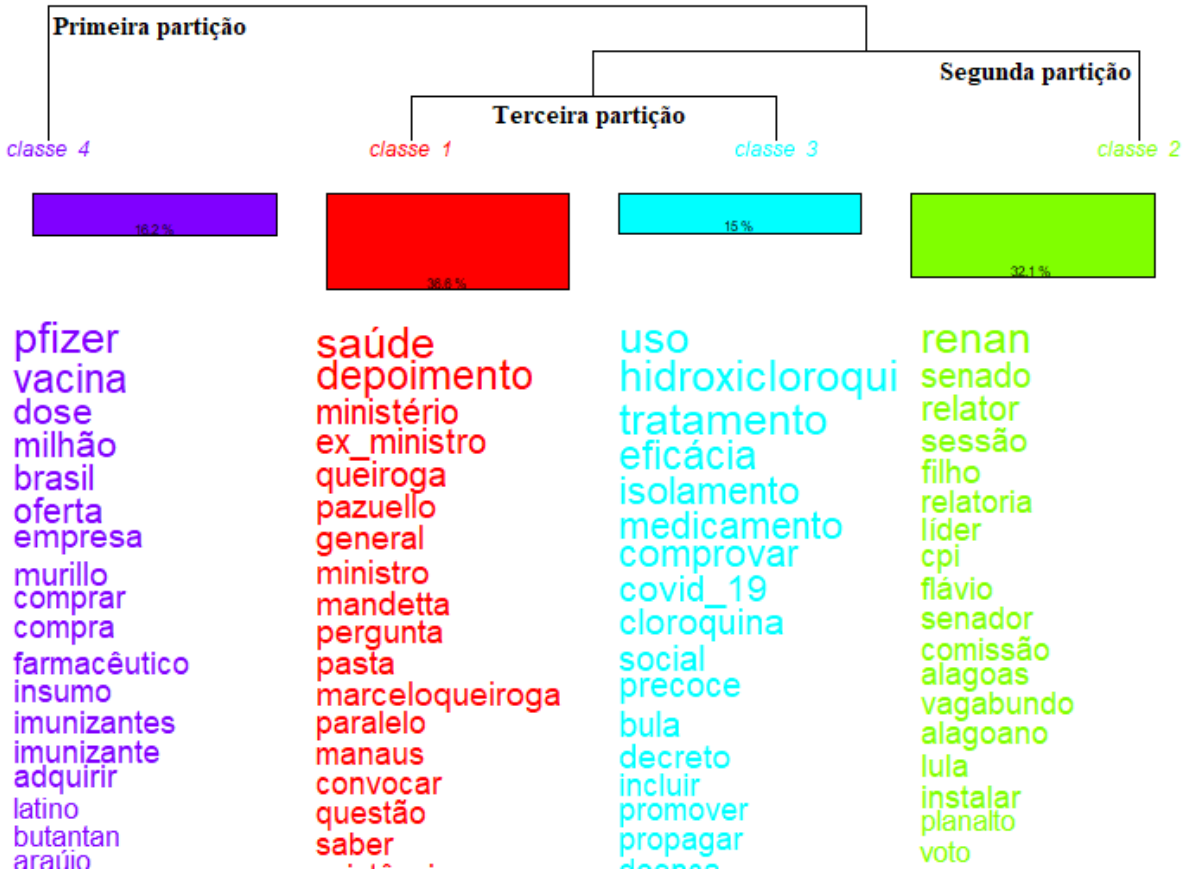
4 A “CPI DA COVID” NA FOLHA DE S.PAULO

Neste capítulo, é apresentada a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) do *corpus* de 65 matérias da Folha de S.Paulo, de forma que se possa entender as classes categorizadas pelo *software*. Depois disso, passa-se a análise das estratégias argumentativas relacionadas aos atores políticos e episódios temáticos envolvidos na CPI da Covid, para que depois se teorize sobre os resultados desta análise.

4.1 CLASSIFICAÇÃO HIERÁRQUICA DESCENDENTE

Conforme visto anteriormente, a Classificação Hierárquica Descendente (ou Método de Reinert) gera uma das análises mais importantes do IRaMuTeQ – o dendrograma de classes compostas por segmentos de textos que têm vocabulário semelhante. De acordo com Camargo e Justo (2018, p. 16): “Estas classes de segmentos de texto [...] são compostas por uma classificação segundo a presença e ausência de determinado vocabulário”. Sendo assim, para gerar o dendrograma abaixo, foram seguidos os seguintes passos, conforme tutorial de Camargo e Justo (2018): 1) selecionar “utf-8 – all languages” e “portuguese” na janela Definições; 2) Clicar em Classificação - Método de Reinert; 3) Clicar em Propriedades e substituir o número 1 para o número 2 no advérbio e 4) selecionar a opção “simples sobre ST” na aba Classificação da janela Definições. A sugestão dos autores de transformar o advérbio de forma ativa para suplementar se deve à justificativa de que isto faz uma melhor filtragem nas pesquisas que priorizam o conteúdo do texto. Depois de seguidos todos os passos recém detalhados, tem-se o dendrograma abaixo, gerado a partir da transcrição das 65 matérias da Folha de S. Paulo.

Figura 33: Classificação Hierárquica Descendente (CHD) – Folha de S.Paulo



Fonte: IRaMuTeQ a partir de corpus inserido

O que se observa em um primeiro momento na figura acima, é que o *corpus* foi dividido em quatro classes de vocabulários estáveis. Também se observa que a Classe 1 e a Classe 2 são as que obtiveram a maior classificação de Segmentos de Texto em relação às outras classes. Outra observação é que as Classes 1 e 3 estão mais relacionadas entre si enquanto a Classe 4 – que pode ser identificada como "classe solitária" visto que se dá em função do "contexto único e pouca probabilidade de junção no ato interpretativo" (RAMOS; LIMA; AMARAL-ROSA, 2018, p. 508) – está separada das demais. Também se conclui que as palavras mais no topo são as que têm maior representatividade na classe.

Antes do aprofundamento dos dados qualitativos referentes ao dendrograma acima, é importante delinear dados fornecidos pelo *software* em relação à CHD aqui empregada. De modo primeiro e mais importante, deve-se atentar para a retenção mínima que justifica a adequada classificação de qualquer material textual, que é de 75% (CAMARGO; JUSTO, 2018). Pode-se ver na figura abaixo que a retenção para o *corpus* na Folha de S.Paulo foi de 83.78%, o que revela a adequação necessária, de modo que o *software* classificou 1064 Segmentos de Texto – em uma das quatro classes – dos 1270 ST.

De modo formal, podemos descrever que o *corpus*, com 65 textos, obteve uma retenção de 83,78% visto que foram classificados 1064 Segmentos de Texto de um total de 1270. O número de palavras foi de 5.745 e de ocorrências – que são palavras, formas e vocábulos (MELO, 2017) – foi de 45.320. Esse *corpus* apresentou quatro classes estáveis, ou seja, com vocabulário semelhante: a Classe 1 com 390 dos Segmentos de Texto (36,65% do total); a Classe 2 com 342 (32,14%), a Classe 3 com 160 (15,04%) e a Classe 4 com 172 (16,17%) – estes dados podem ser analisados na Figura 18. A figura abaixo descreve os dados quantitativos do *corpus*.

Figura 34: Descrição da CHD *corpus* da Folha de S. Paulo

Number of texts: 65
Number of text segments: 1270
Number of forms: 5745
Number of occurrences: 45320
Número de lemas: 3720
Number of active forms: 3330
Número de formas suplementares: 376
Número de formas ativas com a frequência >= 3: 1425
Média das formas por segmento: 35.685039
Number of clusters: 4
1064 segments classified on 1270 (83.78%)

Fonte: IRaMuTeQ a partir de corpus inserido

O dendrograma evidencia que o *corpus* foi dividido em quatro classes. A primeira partição separou a Classe 4 do restante das classes. Na segunda partição, a Classe 2 foi separada das Classes 1 e 3, e essas últimas geraram a terceira partição entre si. Como exemplo, detalha-se a Classe 1, que obteve maior representatividade do *corpus*. Pode-se ver as palavras dessa classe ordenadas em ordem decrescente em relação à que apresenta maior *chi2*, ou seja, a palavra que possui maior correlação com a classe, que é “saúde” (*chi2* = 102.36). Observa-se, conforme figura abaixo, que esta palavra está presente em 116 Segmentos de Texto dos 390 total desta classe (de acordo com número do eff. st) e que ela está presente, ao menos uma vez, em 161 Segmentos de Texto do *corpus* total, de 1064 ST.

Figura 35: Aba Perfis do IRaMuTeQ – corpus Folha de S.Paulo

CHD | Perfis | AFC

1 Classe 1 390/1064 36.65% | 2 Classe 2 342/1064 32.14% | 3 Classe 3 160/1064 15.04% | 4 Classe 4 172/1064 16.17%

n...	eff. s.t.	eff. total	pourcentage	chi2	Type	forme	p
0	116	161	72.05	102.36	nom	saúde	< 0,0001
1	95	128	74.22	88.43	nom	depoimento	< 0,0001
2	64	94	68.09	43.87	nom	ministério	< 0,0001
3	59	86	68.6	41.14	nr	ex_ministro	< 0,0001
4	24	25	96.0	38.83	nr	queiroga	< 0,0001
5	67	104	64.42	38.28	nr	pazuello	< 0,0001
6	36	46	78.26	35.85	nom	general	< 0,0001
7	56	84	66.67	35.38	nom	ministro	< 0,0001
8	38	51	74.51	33.06	nr	mandetta	< 0,0001
9	27	33	81.82	29.92	nom	pergunta	< 0,0001
10	25	30	83.33	28.97	nom	pasta	< 0,0001
11	18	19	94.74	28.11	nr	marceloqueiroga	< 0,0001
12	16	17	94.12	24.57	adj	paralelo	< 0,0001
13	16	17	94.12	24.57	nom	manaus	< 0,0001
14	18	21	85.71	22.21	ver	convocar	< 0,0001
15	28	40	70.0	19.9	nom	questão	< 0,0001
16	29	42	69.05	19.76	ver	saber	< 0,0001

Fonte: IRaMuTeQ a partir de corpus inserido

Em relação ao conteúdo do dendrograma, observa-se que duas classes são mais relacionadas aos atores da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) – Classes 1 e 2 – enquanto outras duas – Classes 3 e 4 – são mais relacionadas às temáticas discutidas. Ainda que seja possível interpretar o dendrograma por meio da proximidade das classes de acordo com as partições, interpreta-se cada classe aqui exclusivamente de acordo com seu vocabulário visto que "Reinert (1990), ao estudar a literatura francesa considerou cada classe como uma noção de 'mundo', enquanto um quadro perceptivo-cognitivo com certa estabilidade temporal associado a um ambiente complexo" (CAMARGO; JUSTO, 2018, p. 16). A denominação de cada classe se baseia no que Cervi (2019), em trabalho empírico recente, discute, que é o cálculo estatístico que determina os termos mais relevantes das classes, relacionando isto com a denominação que representa cada uma:

> O método de Reinert, além de indicar as classes, também permite identificar que palavras aparecem mais em um *cluster* do que nos demais, ou seja, quais os termos são específicos de cada um dos grupos. Isto é feito a partir da estatística de X^2 de Pearson, que indica se a presença de um termo em um *cluster* é estatisticamente diferente da presença do mesmo termo em outros *clusters*. Assim, podemos usar a distribuição hierárquica de termos que apresentam significância estatística para identificar cada uma das quatro classes aqui [...] (CERVI, 2019, p. 114).

Sendo assim, tem-se entre as palavras mais importantes da Classe 1: "saúde", "depoimento", "ministério", "ex-ministro", "queiroga", "pazuello", "ministro" e "mandetta". Isso aponta para os Segmentos de Texto que se referiam, principalmente, aos depoimentos dos ex-ministros da Saúde – Marcelo Queiroga, Eduardo Pazuello, Nelson Teich e Luiz Henrique

Mandetta – como pode ser visto nos “Segmentos de Texto típicos” com maior *score*, que mostra aquele que possui maior representativa dentro da classe:

Figura 36 – Segmento de Texto típicos da Classe 1 (Folha de S.Paulo)

**** *mat_031 *n_12
score : 446.38

nesta semana prestaram depoimento os ex_ministros da saúde luizhenriquemandetta e nelsonteich e o atual titular marceloqueiroga na quarta_feira estava prevista a ida à comissão do ex_ministro e general eduardo pazuello que no entanto

Fonte: IRaMuTeQ a partir de corpus inserido

Observa-se, portanto, que a Classe 1 coloca o ministro atual (Marcelo Queiroga) e os ex-ministros como atores políticos importantes no espaço temporal observado, principalmente por eles fazerem parte do Ministério da Saúde, órgão de responsabilidade sanitária durante a situação pandêmica; e porque a ordem dos depoimentos dos ministros e ex-ministros também evidencia a cronologia que a CPI visava para entender como as decisões sobre a pandemia foram sendo tomadas de acordo com a evolução dos casos no Brasil. Sendo assim, denomina-se esta classe como Depoimentos de Ministros da Saúde.

Também relacionada a um ator político está a Classe 2, que tem entre as palavras mais importantes “renan”, “senado”, “relator”, “sessão”, “relatoria” e “cpi’, demarcando Renan Calheiros como um ator político importante durante a CPI, principalmente por seu papel como relator, que é quem elabora o relatório final. A Figura 22 apresenta dois Segmentos de Texto típicos da palavra “renan”, um desses segmentos é mais relacionado ao episódio que envolveu o senador Flávio Bolsonaro; e outro mais relacionado à justificativa de governistas para que Calheiros não assumisse a relatoria da CPI. Denomina-se esta classe como “Renan Calheiros”.

Figura 37: Segmento de Texto típico da Classe 2[78](Folha de S.Paulo)

**** *mat_045 *n_17
score : 420.19

o senador flávio bolsonaro chegou a chamar renan de vagabundo imagina um cidadão honesto ser preso por um vagabundo como o renan disse o filho mais velho do presidente jairbolsonaro a sessão foi suspensa logo após também em decorrência de votação no senado

**** *mat_002 *n_01
score : 389.91

o argumento é que renan por ter um filho governador renan filho de alagoas não poderia assumir a relatoria que conduz as investigações de uma cpi o presidente do senado rodrigopacheco no entanto

Fonte: IRaMuTeQ a partir de corpus inserido

Já as outras duas classes são mais relacionadas à temáticas presentes da CPI. A Classe 3 tem entre as palavras mais importantes “uso”, “hidroxicloroquina”, “tratamento”, “eficácia”,

[78] Optou-se por ilustrar os dois Segmentos de Texto com maior *score* para que a classe fosse melhor apresentada.

“medicamento” e “comprovar”, por exemplo, que se referem ao uso da hidroxicloroquina para o tratamento da Covid-19. Sendo assim, denomina-se esta Classe como “Uso da Hidroxicloroquina”[79]. A Figura 23 mostra o Segmento de Texto típico desta classe.

Figura 38: Segmento de Texto típico da Classe 3 (Folha de S.Paulo)

**** *mat_021 *n_08

score : 889.99

os senadores do grupo majoritário da cpi formado por oposicionistas e independentes têm **relatado** que o foco será a possível interferência do **presidente** em especial nas questões **referentes** à vacina ao **chamado tratamento precoce** em **particular** o **uso** da **hidroxicloroquina medicamento** sem **eficácia comprovada** contra a **covid**

Fonte: IRaMuTeQ a partir de corpus inserido

Já a Classe 4, que tem entre as palavras mais importantes “pfizer”, “vacina”, “dose”, “milhão”, “brasil” e “oferta”, está relacionada ao episódio da oferta de vacinas da empresa Pfizer, sendo assim é denominada como “Vacina Pfizer”. A Figura 24 mostra o Segmento de Texto típico desta classe.

Figura 39: Segmento de Texto típico da Classe 4 (Folha de S.Paulo)

**** *mat_048 *n_18

score : 1164.66

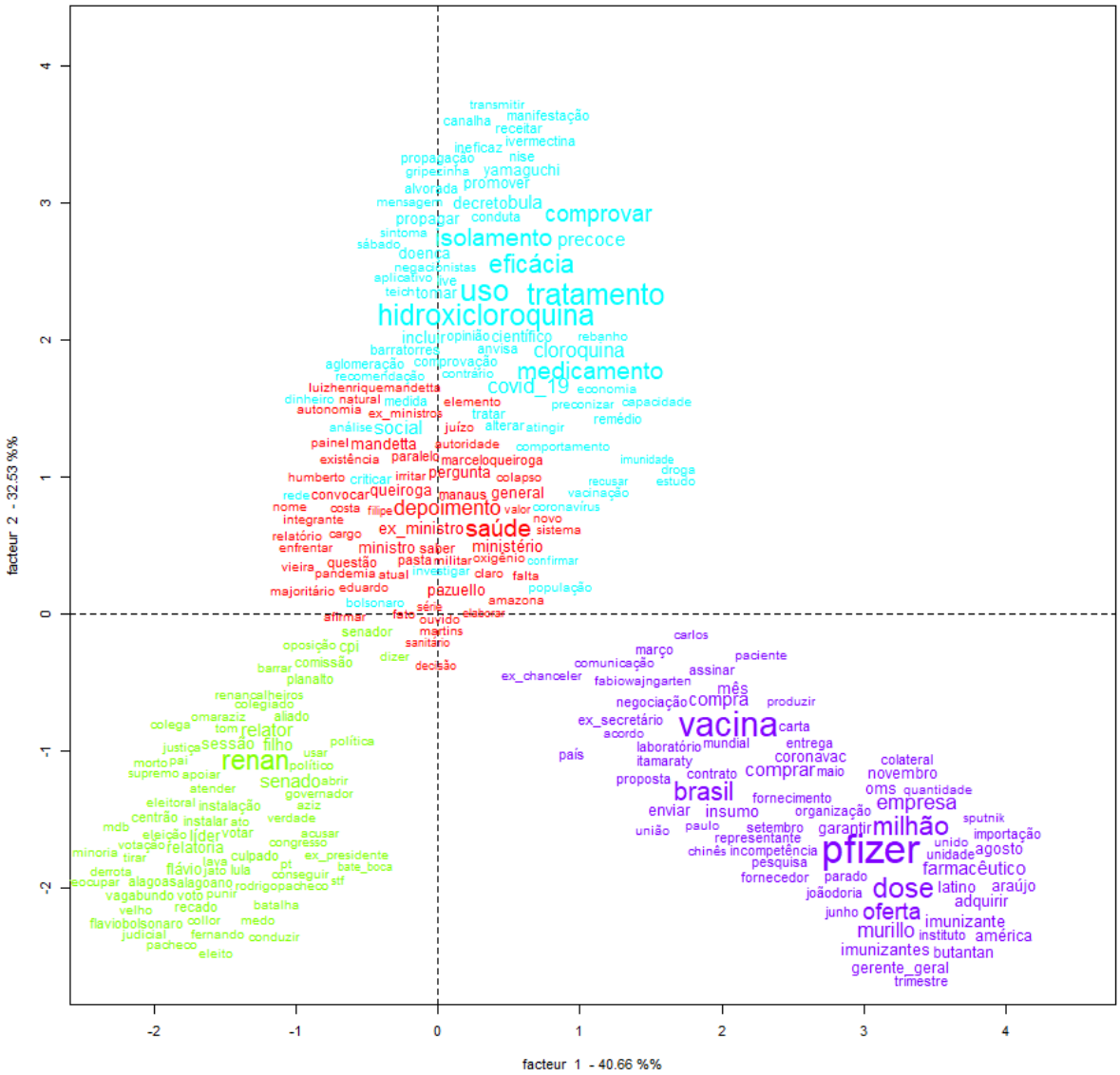
o **representante** da **pfizer** afirmou que a **empresa** fez em 2020 ao **brasil** ao menos cinco **ofertas** de **doses** de **vacinas** contra o **coronavírus** e que o governo federal **ignorou proposta** para **comprar** 70 **milhões** de **unidades** do **imunizante**

Fonte: IRaMuTeQ a partir de corpus inserido

Uma outra forma de análise dos dados textuais é por meio da exploração do gráfico cartesiano gerado pela Análise Fatorial de Correspondência (AFC) a partir das classes da CHD. A AFC, ainda que apresente limitações, como a ausência de contextualização, ela permite uma visualização geral da proximidade das Classes de acordo com sua localização nos quadrantes. Sendo assim, observa-se que a Classe 2 (Renan Calheiros) e a Classe 4 (Vacina Pfizer) estão em quadrantes separados e opostos, mostrando que há um afastamento considerável entre estas classes. Já a Classe 1 (Depoimentos de Ministros da Saúde) e a Classe 3 (Uso da hidroxicloroquina) estão mais próximas entre si, compartilhando os quadrantes superiores, o que indica que possuem maior relação.

[79] Utiliza-se “hidroxicloroquina” como forma de abarcar também a palavra “cloroquina”.

Figura 40: AFC das classes Folha de S.Paulo



Fonte: IRaMuTeQ a partir de corpus inserido

O que a AFC acima pode indicar é que as palavras “vacina” e “pfizer”, próprias da Classe 4, pertencem a vocabulários que não são tão próximos: enquanto vacina estaria mais ligada aos atos do ministério da saúde; “pfizer” estaria mais relacionada à oferta da empresa em relação as doses de vacinas. No entanto, uma análise mais detalhada teria que ser empreendida para confirmar essa indicação.

Como segundo procedimento metodológico, pretende-se, nos próximos itens, analisar quais foram as estratégias argumentativas utilizadas pelo jornal Folha de S.Paulo – e também pelos atores políticos que têm seus discursos reproduzidos pelo jornal – quando se refere ao relator, senador Renan Calheiros, e aos ex-ministros da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, Nelson Teich, Eduardo Pazuello e o atual Marcelo Queiroga; e aos episódios temáticos, denominados

como Vacina Pfizer e Uso da hidroxicloroquina. A análise das estratégias argumentativas justifica-se pelo fato de ser possível entender quais foram os argumentos – entre eles, autoridade, comunidade e reenquadramento – angariados pelos atores políticos e pelo jornal, quando aborda o acontecimento.

4.1.1 Renan Calheiros

O ator político Renan Calheiros, filiado ao partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB-AL), cumpre seu quarto mandato como senador. Calheiros é o relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, tendo sido indicado pelo presidente da Comissão, o senador Omar Aziz (PSD-AM).

Na primeira edição do jornal analisada, de 27 de abril, a manchete que ocupa a capa relata tentativa do governo de retirar Calheiros – considerado de oposição – da relatoria "Na véspera de CPI, governo tenta tirar Renan de relatoria" (FdSP, ed. 1, mat. 1)[80], por meio de uma liminar provisória da Justiça Federal em ação popular apresentada pela deputada Carla Zambelli (PSL-SP) em que argumenta que Calheiros, por ter um filho governador – Renan Filho, de Alagoas – não poderia conduzir os trabalhos da comissão. Nesse momento, pode-se ver a mobilização de uma autoridade que é a Justiça Federal.

Na segunda matéria do jornal, argumenta-se que a CPI estreia sob "embate judicial" e "guerra de narrativas" (FdSP, ed. 1, mat. 2) e recorre-se à fala de Calheiros, afirmando que a nomeação do relator se dá por escolha do presidente da Comissão, conforme "inciso 3 do artigo 89 do Senado"; e à nota emitida pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) afirmando que a preservação da competência é essencial ao "Estado de Direito. A constituição impõe a observância da harmonia e independência entre os Poderes". Aqui também se pode observar que a autoridade do "Estado de Direito" e da "constituição", bem como as leis que regem o senado são mobilizados para fortalecer o argumento do "embate judicial" em relação a Calheiros ocupar o cargo de relator da Comissão.

Na segunda edição do jornal, do dia 28 de abril, a capa faz de Calheiros protagonista: "Renan é relator e abre fogo contra o governo" (FdSP, ed. 2, mat. 5), afirmando que após tentativas de "aliados" de Jair Bolsonaro (sem partido) de "minar" a comissão, o fato da relatoria ficar a cargo do senador foi uma "derrota" para o Palácio do Planalto. O jornal também reproduz a fala de Calheiros sobre acreditar que "o erro não é atenuante, é a própria tradução de morte". Internamente, o jornal afirma que a "ofensiva" (FdSP, ed. 2, mat. 6) dos apoiadores

[80] Permanece-se na mesma edição e matéria até a próxima referência.

de Bolsonaro fracassou, e que a comissão confirmou Calheiros no "posto-chave" visto que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região revogou a decisão da primeira instância, que impedia sua indicação. O jornal confere a autoridade a Calheiros como relator, falando sobre suas atividades de decisão de trabalhos e cronogramas e sobre a preparação do relatório final, bem como afirma que pode pedir ao Ministério Público – que é mais uma autoridade – o indiciamento de membros e ex-membros do governo. O que também se pode observar a partir das palavras utilizadas nos trechos expostos é o uso de um argumento de reenquadramento bélico, com alusão a ações de batalha como abrir fogo, minar e ofensiva, bem como posições de adversário como aliados e derrotados.

A próxima matéria traz, novamente, Calheiros como protagonista "Renan ataca negacionismo, dá recado a Planalto e cobra punição a culpados" (FdSP, ed. 2, mat. 7), e foca, mais uma vez, em sua autoridade enquanto relator, afirmando que ele é responsável por "construir a narrativa dos trabalhos". Também move valores ao reproduzir o discurso de Renan, em que este sugere que "as mortes na pandemia são crimes contra a humanidade [...] Quem fez e faz o certo não pode ser equiparado a quem errou. O país tem o direito de saber quem contribuiu para as milhares de mortes [...]". Observa-se o apelo a valores como o errado, o crime, e a mobilização de um sentido de unificação quando fala em humanidade e em "o país tem o direito", isso tudo remete aos argumentos de comunidade. A fala de Calheiros também compara as mortes pela Covid-19 a campos de batalha, em referência ao reenquadramento bélico: "No pior dia da Covid, em apenas quatro horas o número de brasileiros mortos foi igual a todos que tombaram nos campos de batalha da Segunda Guerra".

Na terceira edição, do dia 29 de abril, o jornal foca no pedido de moderação a Calheiros, a capa estampa "Governo e aliados de Renan pedem tom mais baixo na CPI" (FdSP, ed. 3, mat. 11), e este último fala em "calibrar discurso". Segundo o jornal, as falas de Calheiros do dia anterior "endossam o temor de aliados de Bolsonaro", já que o relator afirmou que vai responsabilizar os culpados pelas "400 mil mortes durante a pandemia". O jornal também reproduz a fala em que Renan diz que se declara suspeito de participar de investigações que envolvam o filho; o jornal então afirma, reproduzindo mais uma vez um vocabulário de combate, que este último neste momento não é "alvo da comissão".

Na quarta edição, de 30 de abril, mais uma vez Renan protagoniza a manchete de capa "Na CPI, plano de Renan mira negacionismo de Bolsonaro" (FdSP, ed. 4, mat. 13). Internamente, a segunda matéria cita que o plano de Calheiros como relator tem "potencial para atingir em cheio" o governo Bolsonaro. A reação do senador Ciro Nogueira (PP-PI) à fala de Calheiros sobre o plano de trabalho ser definitivo gera um apelo aos valores de comunidade,

como a democracia, segundo o jornal, Nogueira citou que "Na democracia, sobretudo no Parlamento, tudo se decide pelo voto. [...] Planos outorgados cheiram a despotismo" (FdSP, ed. 4, mat. 14). Segundo o jornal, Calheiros argumenta que não se deve transformar a CPI numa "batalha eleitoral, política", numa evidente referência a um vocabulário de guerra. A mesma matéria ainda traz a autoridade do ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski, afirmando que ele rejeitou o pedido de retirar Calheiros da relatoria. Segundo Lewandowski, essas questões extrapolam a "competência do judiciário". De acordo com o jornal, o argumento dos governistas é ancorado na autoridade das regras, de modo que citam o "artigo 304 do regimento interno do Senado".

Já na sétima edição, de três de maio, o jornal faz referência ao "G7" (grupo formado por congressistas independentes e opositores do Planalto), afirmando que estes farão pressão para que se investigue governadores, em especial do Alagoas, como forma de pressionar Calheiros e também o suplente da CPI, Jader Barbalho que tem o filho governador do Pará: "Especificamente contra Renan [...] planejam disparar requerimentos de pedidos de documentos relativos aos estados de Alagoas e Pará" (FdSP, ed. 7, mat. 19). A referência ao bloco e também ao verbo "disparar" fazem parte, como já percebido, de um vocabulário bélico que enquadra a CPI em uma narrativa de batalha.

A nona edição relativa ao *corpus* dessa análise, do dia 5 de maio, é a primeira referente aos depoimentos dos ministros da Saúde, que tiveram início no dia anterior, com o ex-ministro Luiz Henrique Mandetta, que ocupou o cargo no início da pandemia. Sobre o depoimento de Mandetta, a autoridade de Calheiros é angariada, de modo que o jornal reproduz a fala do relator, de que foi um "depoimento importante" (FdSP, ed. 9, mat. 24). A autoridade científica também é um argumento presente na fala do relator sobre o governo Bolsonaro, afirmando que este último "divergiu das orientações científicas, no isolamento e na cloroquina".

Na décima edição, referente ao depoimento do ex-ministro da Saúde, Nelson Teich – que assumiu o cargo durante um mês, depois da demissão de Mandetta – se vê o argumento de comunidade, aquele que se refere a valores como o certo e o errado, quando o jornal reproduz a fala de Teich de que "não tinha condições de apontar se recomendação de cloroquina por médicos configuraria crime, mas afirmou que era errada" (FdSP, ed. 10, mat. 27); e quando reproduz a de Calheiros, falando sobre o ato de "burlar" a bula da cloroquina, momento em que o senador apresenta um julgamento de valor.

Na décima primeira edição, do dia sete de maio, há a reprodução de um discurso de Bolsonaro endereçado a Calheiros: "Prezado senador, frase não mata ninguém. O que mata é desvio de recurso público que o seu estado desviou [...]" (FdSP, ed. 11, mat. 29), aqui pode-se

ver a utilização dos argumentos de comunidade, ao resgatar o imaginário de corrupção; por sua vez, Calheiros rebateu com a utilização de outro argumento de comunidade, dessa vez angariado em valores nacionais: “não gaste seu tempo ociosamente [...] enquanto os brasileiros continuam morrendo”.

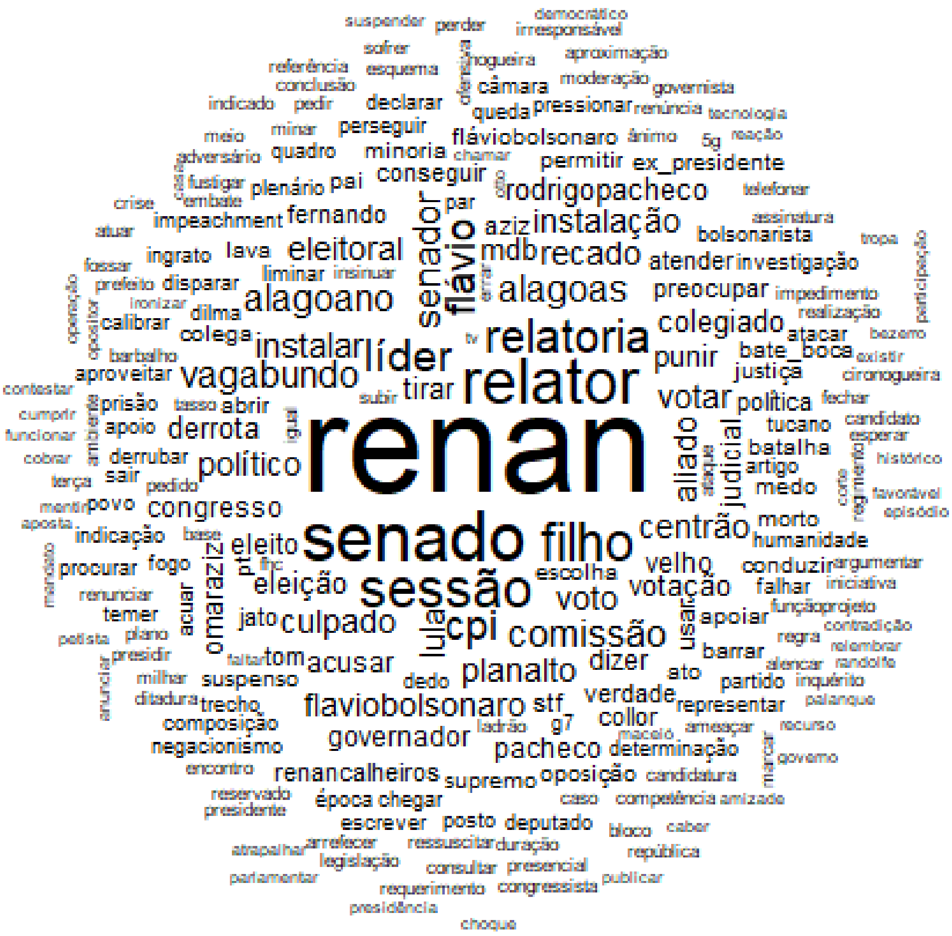
Na décima segunda edição, de 8 de maio, a manchete de capa contém frase que protagoniza, novamente, Calheiros: “Depoimentos dão fôlego a relatório de Renan” (FdSP, ed. 12, mat. 30). A edição seguinte, a décima terceira, de 9 de maio, traz novamente Calheiros na capa, com argumento de comunidade, relacionado ao poder político: “CPI ressuscita poder político de Renan Calheiros” (FdSP, ed. 13, mat. 33). A matéria interna se dedica totalmente a Calheiros, com o título “Renan ressurge, admite erros e vira tormenta de Bolsonaro” (FdSP, ed. 13, mat. 34). O título em si já evidencia o protagonismo que Calheiros vem tendo nessas primeiras semanas do acontecimento CPI, o verbo “ressurge” e o substantivo “tormenta” produzem efeitos de sentido que colocam Calheiros como uma força central do embate do governo Bolsonaro, essa centralidade é destacada pelo próprio jornal: “Renan reapareceu como protagonista para conduzir a apuração sobre as falhas do governo [...]” e “Renan se mantém como peça relevante no tabuleiro político”. O jornal também reproduz a fala de Calheiros em que ele utiliza argumentos de comunidade para se referir à instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito: “Nenhuma CPI teve tanto apoio popular como essa da pandemia”.

É na edição de número 17, do dia 13 de maio, que o jornal alude, novamente, à autoridade de Calheiros afirmando que ele solicitou a prisão do depoente Fabio Wajngarten – ex-Secretário Especial de Comunicação Social – fato que fez Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ), que é senador e estava presente na sessão afirmar: “imagina um cidadão honesto ser preso por um vagabundo como o Renan” (FdSP, ed. 17, mat. 44), provocando a reação de Calheiros “Vagabundo é você que roubou dinheiro do pessoal do seu gabinete”. O que mostra a utilização de argumentos de comunidade, em especial valores como honestidade e integridade. Esse mesmo argumento é utilizado na maneira como Calheiros agradece a popularidade que a CPI recebeu dos “internautas” que fizeram perguntas ao depoente Eduardo Pazuello por meio das redes sociais Instagram e Twitter do relator: “Gostaria de agradecer aos que contribuíram com perguntas e apoiar (sic) a CPI da pandemia” (FdSP, ed. 23, mat. 62).

Com essa exploração dos dados do jornal Folha de S.Paulo, evidencia-se que na primeira semana da CPI houve um certo protagonismo do relator Renan Calheiros nas matérias sobre o acontecimento. Algumas justificativas para esse protagonismo são 1) o fato do cargo de relator ser de grande importância pois é ele quem conduz a narrativa do relatório final; 2) a recorrência ao Judiciário que visavam retirar Calheiros da relatoria; e 3) o fato de nos primeiros dias depois

da instalação oficial ainda não ter tido depoimentos. No que toca esse protagonismo, observa-se, por exemplo, que até o dia 4 de maio (quando aconteceu o primeiro depoimento), dos 20 títulos de matérias que foram dedicadas à CPI, oito mencionaram Renan Calheiros e três colocaram-no como o sujeito que realiza a ação. Abaixo se tem uma "nuvem de palavras" gerada a partir do IRaMuTeQ a partir da palavra "renan" da Classe 2 da CHD que indica o contexto desta palavra.

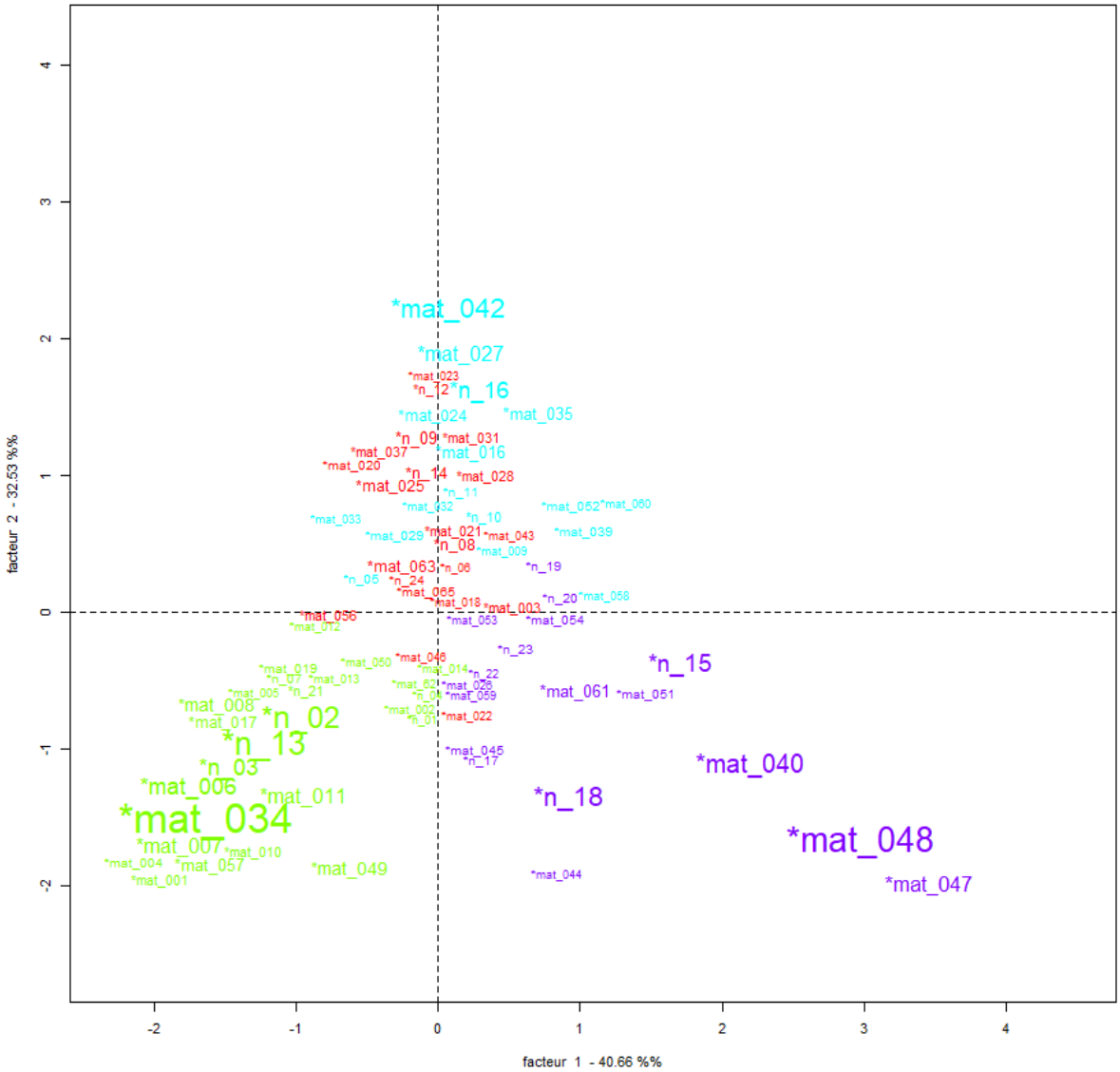
Figura 41: Nuvem de palavras da palavra "renan" – Folha de S.Paulo



Fonte: IRaMuTeQ a partir de corpus inserido

O protagonismo de Calheiros também pode ser evidenciado na Análise Fatorial por Correspondência (AFC) da figura abaixo, que apresenta a proximidade de vocabulário das matérias em ordem cronológica (sendo que mat_01 significa matéria 1 da tabela do item 3.2.1 Corpus Folha de S.Paulo).

Figura 42: AFC das Matérias (mat) – Folha de S.Paulo



Fonte: IRaMuTeQ a partir de corpus inserido

Observa-se que a Classe 2 – em verde e que corresponde ao ator Renan Calheiros – tem como matérias centrais as de número 034, 006, 007, 011, 004, 010, que correspondem, com exceção da matéria 034 (do dia 9 de maio, que foi uma entrevista com o senador), à primeira semana de CPI, evidenciando que Calheiros era um dos principais temas nos dias iniciais acontecimento.

4.1.2 Luiz Henrique Mandetta

O ator político Luiz Henrique Mandetta é médico e também político filiado ao partido Democratas desde 2010, tendo sido Deputado Federal pelo Mato Grosso do Sul no período de

2011 a 2019. Mandetta foi ministro da Saúde de janeiro de 2019 a abril de 2020. O depoimento deste ator à CPI aconteceu no dia 4 de maio de 2021, tendo sido o primeiro a depor.

Na edição de 2 de maio, antes do depoimento de Mandetta, observa-se que o jornal utiliza a estratégia de reenquadramento por meio de um vocabulário bélico para comentar sobre a estratégia dos senadores, alegando que Marcos Rogério é um dos principais nomes da "tropa de choque" (FdSP, ed. 6, mat. 18): "O plano é instruir a tropa de choque do governo e evitar ataques o ex-ministro e só partir para a ofensiva caso ele adote um tom incisivo contra Bolsonaro". Nas edições referentes ao depoimento do ex-ministro o mesmo vocabulário é utilizado, quando o próprio depoente qualifica as declarações atribuídas a ele de que assintomáticos deviam ficar em casa como "guerra de narrativa" (FdSP, ed. 9, mat. 23).

As estratégias argumentativas de autoridade são encontradas nos momentos em que Mandetta se refere à autoridade científica nas diretrizes de combate à pandemia. O ex-ministro afirma que Bolsonaro despreza a ciência (encontrada em FdSP, ed. 9, mat. 24), dizendo que ele adotou um discurso negacionista que pode ter contribuído para disseminação da Covid-19, Mandetta afirma que todas as declarações que fez foram "com base na ciência", o que evidencia a autoridade científica.

4.1.3 Nelson Teich

O ator político Nelson Teich é médico e ocupou o cargo de ministro da Saúde durante 29 dias, de abril a maio de 2020, sucedendo Luiz Henrique Mandetta. O depoimento de Nelson Teich à CPI aconteceu dia 5 de maio de 2021.

As principais estratégias argumentativas referentes ao ator político Nelson Teich foram as de autoridade e de comunidade. A de autoridade é encontrada na justificativa de Teich ao pedir demissão do cargo de ministro da saúde. De acordo o próprio, ele deixou o cargo por "falta de autonomia" (FdSP, ed. 10, mat. 26) numa evidente alusão a autoridade médica, mais especificamente, ele se refere ao uso da hidroxicloroquina: "Enquanto minha convicção pessoal, baseada em estudos, era de que naquele momento não existia evidência de sua eficácia para liberar, existia um entendimento diferente por parte do presidente" (FdSP, ed. 10, mat. 27). Para o ex-ministro, a indicação de uso da hidroxicloroquina era uma "conduta tecnicamente inadequada". A estratégia de comunidade pode ser vista quando Teich discute a posição contrária ao isolamento social por parte do presidente, opondo o valor da vida à economia: "Quando você discute distanciamento, você não está discutindo distanciamento de dinheiro ou em liberar a economia, você está falando da vida das pessoas".

4.1.4 Eduardo Pazuello

O ator político Eduardo Pazuello, general de divisão do Exército, foi ministro da Saúde de 16 de maio de 2020 até o dia 23 de março de 2021. O militar assumiu o cargo depois da demissão do ex-ministro Luiz Henrique Mandetta. O depoimento de Eduardo Pazuello à CPI aconteceu nos dias 19 e 20 de maio de 2021.

Nas primeiras edições do jornal sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito, Pazuello é sempre reenquadrado a partir de adjetivos que confirmam a importância do seu depoimento, como na palavra "peça-chave" (FdSP, ed. 1, mat. 1) e "principal alvo da CPI em seu estágio inicial (FdSP, ed. 11, mat. 29). O jornal também afirma que o depoimento de Pazuello era "o mais aguardado" (FdSP, ed. 9, mat. 24). Seu depoimento tem importância para entender o processo de compras de vacinas, uma vez que Wajngarten mencionou, por meio de argumentos de comunidade, que a "compra não correu [...] por incompetência e ineficiência por parte de Pazuello" (FdSP, ed. 2, mat. 7), numa referência aos valores de competência e eficiência; e também para entender se o ex-ministro seguia ordens técnicas, alinhadas aos conhecimentos científicos, ou ordens do presidente. Nessa mesma matéria é reproduzida uma fala de Calheiros em que angaria o argumento de autoridade, especialmente pela competência, ao fazer referência à incongruência entre a formação de Pazuello e o cargo que ocupa: "A diretriz é clara: militar nos quartéis e médicos na Saúde". Essa afirmação ganha respaldo na matéria que reproduz a pesquisa do Datafolha – aqui entendido como uma autoridade – afirmando que "59% respaldam a afirmação de que o presidente entregou o Ministério da Saúde a militares sem expertise na área, caso do general Eduardo Pazuello" (FdSP, ed. 19, mat. 53).

Na edição de número 6, do dia 2 de maio, a Folha reproduz a opinião de interlocutores, afirmando que o depoimento de Pazuello tem "potencial de gerar forte desgaste para o governo" (FdSP, ed. 6, mat. 18), numa evidente alusão ao valor de popularidade, referente ao argumento de comunidade. Nessa mesma matéria, pode ser visto o argumento de autoridade, uma vez que o jornal enfatiza que o general não criou nenhum obstáculo para o incentivo da hidroxiclorquina "mesmo sem eficácia comprovada". Esse mesmo argumento é encontrado na frase que foi tema de questionamento na ocasião do depoimento de Pazuello, quando o general afirma em vídeo que "é simples assim: um manda e outro obedece" (FdSP, ed. 8, mat. 21), referindo-se às ordens de Bolsonaro. Nessa mesma matéria a CPI é reenquadrada novamente em um vocabulário bélico ao afirmar que "Parlamentares já esperam uma batalha"; o mesmo vocabulário é angariado quando senadores afirmam que a prorrogação do depoimento de Pazuello conseguiu "destruir um formato cronológico de oitivas" (FdSP, ed. 9, mat 24) e quando aludem à

autoridade do Supremo Tribunal Federal, que concederia *habeas corpus* – direito de ficar em silêncio em casos que possam levar à autoincriminação – a Pazuello durante seu depoimento, para "blindar" (FdSP, ed. 17, mat. 46) o ex-ministro, que tem um "temperamento explosivo" (FdSP, ed. 20, mat. 54).

Na vigésima edição, de 17 de maio, a matéria enfatiza a "falta de habilidade política" de Pazuello, o que é considerada um argumento de comunidade, uma vez que expressa a questão da virtude em Breton (1999); também nessa matéria esse argumento circula na frase que expõe a omissão de Pazuello diante da falta de oxigênio em Manaus, no estado do Amazonas – episódio que aconteceu em janeiro de 2021, levando a mortes por Covid-19 – a palavra "omissão" na manchete de capa "Depoimento de Pazuello reforça omissão no Amazonas" (FdSP, mat. 64, ed. 24) expressa a ineficiência de Pazuello como gestor, considerada errado, na dicotomia certo *versus* errado discutida por Breton (1999) quando se refere aos argumentos de comunidade.

Em relação às edições referentes ao depoimento de Pazuello na CPI – que foi iniciado no dia 19 e terminou no dia 20 de maio – pode se ver que a mentira, estratégia argumentativa de comunidade, que apela a valores do certo e errado é parte da manchete de capa e das matérias internas do jornal. Na capa a manchete diz que "Eduardo Pazuello mente em CPI" (FdSP, ed. 23, mat. 60) e no subtítulo desta mesma matéria é destacado que ele "mentiu ao menos quatro vezes". O jornal também destaca que Pazuello "blindou" o presidente Jair Bolsonaro, por meio de "estratégias" (FdSP, ed. 23, mat. 63) e que agora, passados os depoimentos dos ex-ministros da saúde a estratégia política de conselhos de Bolsonaro é "centrar fogo no relator", numa evidente referência a batalhas.

Observa-se que o ato de mentir numa Comissão Parlamentar de Inquérito é decisivo uma que vez que é feito o juramento, no início da sessão, de se dizer sempre a verdade, sendo assim, o ato de mentir pode ser punido com prisão. É nesse sentido que Calheiros, por meio da estratégia argumentativa de autoridade como relator, afirmou que vai sugerir que se contrate um "*pool* de agências de checagem" (FdSP, ed. 23, mat 61) para confrontar mentiras na CPI; o relator também afirmou que Pazuello irá "preparar uma lista com todas as mentiras e incoerências [...] e confrontar ele". Quanto à questão da checagem das mentiras, a Folha de S.Paulo cedeu uma de suas páginas da Editoria Poder à Agência Lupa[81] – reconhecida por ser a primeira agência de checagem de fatos do Brasil – para contestar as desinformações do depoimento de Pazuello. O título da reportagem da agência é "Pazuello mente sobre falta de

[81] Esta matéria não foi inserida no *corpus* de análise porque não cumpre os critérios de seleção.

oxigênio e decisão do Supremo". A matéria, presente na edição do dia 20 de maio de 2021[82], aponta pelo menos cinco falas de Pazuello como "falso".

Quanto à falta de oxigênio na cidade de Manaus, é observado que o senador Eduardo Braga (MDB-AM) utiliza um argumento de autoridade pelo testemunho ao confrontar Pazuello sobre as mortes: "O senhor estava lá e viu com seus olhos, os amazonenses morrendo por falta de oxigênio" (FdSP, ed. 23, mat. 61). Outra questão abordada no depoimento de Pazuello na CPI foi quanto ao aplicativo TrateCov que recomendava o uso de cloroquina, em que o ex-ministro "atribuiu à secretária Mayra Pinheiro, conhecida como capitã cloroquina, a criação da plataforma". Nesta última frase, pode se ver a estratégia argumentativa de reenquadramento bélico, ainda que permeada por um sentido irônico, atribuída ao fato de reconhecer a secretária como capitã. Enquanto o Planalto comemorou o depoimento de Pazuello, afirmando que ele não teve momentos de "descontrole" (FdSP, ed. 23, p. 63), Calheiros, como autoridade relatora, afirma que o depoimento de Pazuello colaborou "muito pouco para a investigação" uma vez que para ele o "depoente em 14 oportunidades mentiu flagrantemente" (FdSP, ed. 24, mat. 64).

4.1.5 Marcelo Queiroga

O ator político Marcelo Queiroga, médico cardiologista, sucedeu o ex-ministro Eduardo Pazuello no cargo de ministro da Saúde, assumido em março de 2021. O depoimento de Marcelo Queiroga na CPI aconteceu no dia 6 de maio de 2021.

O atual ministro da Saúde entende a convocação para depor como uma contribuição "com a sociedade brasileira" (FdSP, ed. 3, mat. 12) uma vez que "estamos todos juntos", numa evidente alusão a argumentos de comunidade sob a insígnia da unificação. Já nas edições que se referem ao seu depoimento na CPI, vê-se o argumento de autoridade no momento em que o jornal ressalta que o atual ministro é médico, mas se recusou a "dar a avaliação sobre o uso da hidroxicloroquina para tratar a Covid-19" (FdSP, ed. 11, mat. 28), alegando que a "instância adequada para analisar essa questão" seria a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC). Segundo o jornal, numa alusão a argumentos de reenquadramento bélico, era previsível um depoimento "defensivo e insuficiente", numa tentativa de Queiroga de "defender o chefe" (FdSP, ed. 16, mat. 43). Nesse mesmo sentido, e mantendo o vocabulário de guerra, Queiroga afirma que os médicos são "verdadeiros soldados".

[82] Folha de S.Paulo, Ano 101, n. 33.650, do dia 20 de maio de 2021.

4.1.6 Vacina Pfizer

A aquisição de vacinas é um dos temas que fazem parte dos objetivos de investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito. Quem estava à frente do Ministério da Saúde, durante as negociações, era o ex-ministro Eduardo Pazuello, portanto ele é um dos ministros mais interrogados sobre essa questão, conforme colocado na primeira edição da Folha sobre a CPI: "O foco da CPI deve ser o atraso nos contratos de compra de vacinas, e parlamentares veem o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello como peça-chave da investigação" (FdSP, ed. 1, mat. 1). No exercício de sua autoridade, segundo o jornal, Calheiros falou a "pessoas próximas" que seu objetivo é entender o que levou o "Brasil a demorar a assinar contratos para a compra de imunizantes e os entraves que geraram atrasos na entrega de insumos ao país" (FdSP, ed. 1, mat. 2).

Além do ex-ministro Pazuello, a aquisição de vacinas também foi tema presente nos depoimentos de Antonio Barra Torres, presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), ouvido no dia 11 de maio; de Fábio Wajngarten, ex-Secretário Especial de Comunicação Social (Secom), ouvido no dia 12 de maio; de Carlos Murillo, gerente-geral da empresa Pfizer na América Latina, ouvido no dia 13 de maio e do depoimento do ex-chanceler Ernesto Araújo, ouvido no dia 18 de maio. Além das negociações com a empresa Pfizer, os depoentes também foram questionados sobre a vacina Coronavac – feita em parceria com o Instituto Butantan e o laboratório chinês Sinovac.

Retoma-se que as palavras que obtiveram o *chi*² mais alto na Classe 4 foram "pfizer", "vacina", "dose", "milhão", "brasil", "oferta", "empresa", e estão relacionadas a um episódio específico da compra de vacinas – negligenciada por parte do governo – envolvendo a empresa Pfizer. Pode-se ver esse episódio no depoimento de Wajngarten que admitiu que a carta da Pfizer com ofertas de vacinas ficou "ao menos dois meses sem resposta" (FdSP, ed. 18, mat. 50), e que ajuda a reforçar, segundo o jornal, por meio de argumentos de comunidade, mais especificamente pelo valor de eficiência, que o "governou não se empenhou na busca de imunizantes" (FdSP, ed. 1, mat. 3). O jornal descreve a possível tratativa:

> [...] foram feitas propostas separadas de entregas de dois quantitativos: 30 milhões e 70 milhões de doses para entrega parcelada até o final de dezembro de 2021. A proposta de 26 de agosto tinha validade de 15 dias. Passados 15 dias, o governo não rejeitou e nem aceitou a oferta. As duas ofertas previam que ao menos 1,5 milhão de doses chegariam ao Brasil ainda em dezembro de 2020. Como a oferta foi ignorada, segundo Murillo, em novembro as negociações foram retomadas com mais duas propostas. Desta vez, só estava na mesa a possibilidade de compra de 70 milhões de doses e não havia mais chance de alguma vacina da Pfizer chegar em 2020. O Brasil receberia 8,5

> milhões de doses nos dois primeiros trimestres de 2021. Já neste ano, em 15 de fevereiro, a Pfizer fez nova oferta ao governo. Só havia uma proposta na mesa, para a compra de 100 milhões de doses. Mais uma vez, a gestão de Bolsonaro não fechou o acordo. mais uma oferta, semelhante à de fevereiro, para a entrega de 100 milhões de doses, sendo 14 milhões no segundo trimestre de 2021 e mais 86 milhões no terceiro trimestre, esta foi aceita pelo Brasil (FdSP, ed. 18, mat. 48).

O argumento da "tropa de choque do Planalto" (FdSP, ed. 1, mat. 3) foi de que não poderiam comprar um imunizante sem a aprovação da Anvisa, isto é, recorre-se a um argumento de autoridade para justificar a falta de respostas das cartas com propostas da empresa Pfizer. No entanto, o jornal reproduz a fala do senador Humberto Costa (PT-SE) de que "o desprezo e o desinteresse por vacinas sempre aconteceram com a intenção de colocar em prática a tese da imunidade de rebanho, uma ação deliberada que levou o Brasil a mais de 420 mil mortes" (FdSP, ed. 14, mat. 37). Portanto, a negligência para a aquisição de vacinas pode ter tanto a ver com a 1) a tese da imunidade de rebanho; 2) com o negacionismo por parte de Bolsonaro, numa onda que vem atingindo não só o Brasil, mas também outros países, como argumenta Wichowski (2020) sobre os movimentos anti-vacina e 3) com casos de corrupção por propina envolvendo outras vacinas – que até então não era conhecido pela CPI.

4.1.7 Uso da hidroxicloroquina

A hidroxicloroquina é um tema importante dos depoimentos, especialmente porque o presidente Jair Bolsonaro ainda incentivava seu uso mesmo sendo um medicamento sem eficácia comprovada contra a Covid-19. O tema da hidroxicloroquina esteve presente em especial nos depoimentos do presidente da Anvisa, Antonio Barra Torres; do ex-ministro das Relações Internacionais, Ernesto Araújo e do ex-minstro da saúde Eduardo Pazuello. Observando as palavras com *chi*² mais alto nessa classe – "uso", "hidroxicloquina", "tratamento"; "eficácia"; "comprovar"; "medicamento" – podemos perceber que o jornal reitera constantemente o fato do medicamento não ter eficácia científica comprovada no tratamento precoce da Covid-19.

A autoridade da Organização Mundial da Saúde (OMS) também aparece na frase em que a Folha afirma que o ex-ministro das Relações Internacionais Ernesto Araújo mobilizou o aparato diplomático brasileiro para evitar o desabastecimento de cloroquina no país, mesmo após a "OMS ter interrompido testes clínicos com a droga e depois de associações médicas terem alertado para a ineficácia e o risco dos efeitos colaterais" (FdSP, ed. 15, mat. 40).

Tendo o Tribunal de Contas da União (TCU) como autoridade, o jornal reproduz que "usar verba do SUS para a distribuição de cloroquina a pacientes com Covid é ilegal" (FdSP, ed. 13, mat. 35), pode-se ver que a frase também move o argumento de comunidade, por meio do lícito *versus* ilícito. Outra autoridade que aparece é quando o jornal reproduz a pesquisa do Datafolha para afirmar que: "Dentre os entrevistados, 60% concordam com a afirmação de que Bolsonaro promoveu métodos sem eficácia comprovada contra a Covid-19" (FdSP, ed. 19, mat. 53).

Uma outra questão que aparece na Classificação Hierárquica Descendente nas palavras – "bula" e "decreto" – é sobre a tentativa de mudança na bula da hidroxicloroquina, por meio de decreto presidencial, para que ela pudesse ser indicada para casos de Covid-19. Essas, entre outras questões, confirmam a hipótese de alguns senadores, de que havia um ministério paralelo, ou seja, um outro ministério que não era o da Saúde, que aconselhava o presidente no combate à pandemia.

4.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTA ETAPA

O trabalho com IRaMuTeQ mostrou-se bastante interessante nesta fase da análise. Algumas evidências, como o protagonismo de Renan Calheiros nas primeiras semanas do acontecimento, foram apresentadas na segmentação das classes em que a Classe 2 (Renan Calheiros) se referiu ao senador. As outras classes deram conta dos temas que também foram pautadas pela CPI no período em análise, que foi o Uso da hidroxicloroquina (Classe 3) e a negligência do governo em relação à resposta à Vacina Pfizer (Classe 4). A Classe 1 (Depoimentos de Ministros da Saúde) no entanto, ficou mais voltada à serviço, uma vez que evidencia a sequência de depoimentos dos Ministros da Saúde que iriam ser prestados.

Algumas questões envolvendo a operacionalização do *software*, no entanto, devem ser ressaltadas. Há de se considerar o tempo para transcrever todas as matérias nas normas do IRaMuTeQ, como a subtração de hífens, aspas e outros caracteres devidamente listados no capítulo metodológico. Também se deve considerar a importância de, já de antemão, interligar palavras como nomes compostos, por exemplo, RenanCalheiros, visto que pode interferir na análise quando o *corpus* tem muitas palavras que já são interligadas.

Em relação ao Capítulo 1, faz-se uma ponderação necessária que é em relação aos possíveis atores políticos e episódios temáticos. Esperava-se que Jair Bolsonaro, atual presidente da República, configura-se entre as classes, assim como a temática dos respiradores

– isto foi ilustrado na figura presente no capítulo – no entanto, percebeu-se que ambos não apareceram na análise do IRaMuTeQ.

Por fim, também há de se considerar, como comentado no item sobre a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), a importância da análise complementar da própria pesquisadora, visto que somente ela consegue entender os sentidos do texto para além da análise estatística dos *softwares*. Quanto a isto, duas observações de resultados foram possíveis: a referência ao poder judiciário; e a referência a um vocabulário bélico, por parte do jornal Folha de S.Paulo, ao discorrer sobre a CPI da Covid. Ambos resultados serão melhor discutidos no Capítulo 6 desta tese.

5 A HASHTAG "CPI DA COVID" NO TWITTER

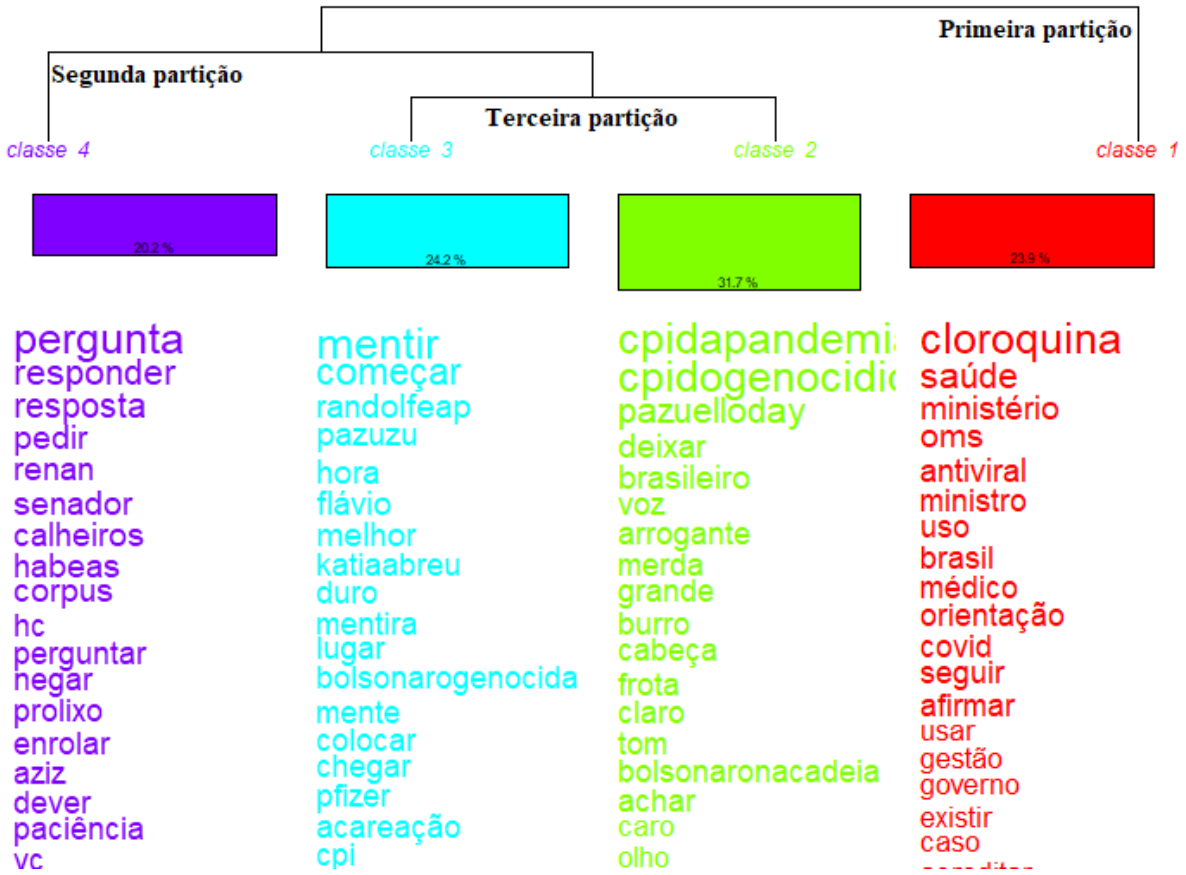
Primeiramente, este capítulo tem como objetivo apresentar a Classificação Hierárquica Descendente, realizada pelo *software* IRaMuTeQ, a partir do *corpus* textual de 1113 *tweets*. Logo após, apresenta-se a análise realizada a partir das classes definidas pelo *software* para que depois se teorize sobre os resultados.

5.1 CLASSIFICAÇÃO HIERÁRQUICA DESCENDENTE

O *corpus* textual desta análise, formado por 1113 *tweets*, ou seja, 1113 textos curtos[83], demanda configurações específicas do IRaMuTeQ. Visto que os textos curtos já se assemelham à quantidade de caracteres que os Segmentos de Texto geralmente possuem, deve-se configurar o *software* para que ele entenda, de antemão, cada *tweet* como um Segmento de Texto. Dessa forma, Camargo e Justo (2018) orientam que, ao abrir o *corpus*, selecione-se "utf-8 – all languages" e "portuguese" na janela Definições, e que se desmarque a opção "Criar segmentos de texto" e se selecione "parágrafos" em Métodos de construção de ST; depois disso, ao Clicar em Método de Reinert, na aba Classificação, é necessário outra mudança: além de substituir o número o número 1 pelo número 2 no advérbio, deve-se, na janela Definições selecionar a opção "simples sobre textos" em detrimento de simples sobre ST, configurada por padrão. Sendo assim, gerou-se o dendrograma abaixo.

[83] Foram considerados somente os textos escritos de cada *tweet*.

Figura 43: Classificação Hierárquica Descendente (CHD) – Twitter #CPIdaCovid



Fonte: IRaMuTeQ a partir de corpus inserido

Em relação aos dados da CHD aqui empregada, primeiro pontua-se que a retenção do *corpus* foi de 88.05%, ou seja, dos 1113 *tweets* totais, 980 foram classificados em alguma das quatro classes da figura acima. A Classe 1 obteve 234 Segmentos de Texto (23.88% do total); a Classe 2 obteve 311 ST (31.73%); a Classe 3 obteve 237 ST (24.18%) e a Classe 4 obteve 198 ST (20.2%). A figura abaixo descreve os dados quantitativos do *corpus*.

Figura 44: Descrição da CHD *corpus* do Twitter #CPIdaCovid

Number of texts: 1113
Number of text segments: 1113
Number of forms: 3727
Number of occurrences: 19456
Número de lemas: 2799
Number of active forms: 2543
Número de formas suplementares: 248
Número de formas ativas com a frequência >= 3: 654
Média das formas por segmento: 17.480683
Number of clusters: 4
980 textos classificados em 1113 (88.05%)

Fonte: IRaMuTeQ a partir de corpus inserido

Observa-se que o dendrograma dividiu o *corpus* em quatro classes. A primeira partição separou a Classe 1 do restante das classes. Na segunda partição, a Classe 4 foi separada das Classes 3 e 2, e essas últimas geraram a terceira participação entre si. Como sempre, as palavras são ordenadas de modo que a primeira é a que apresenta maior *chi2*, isto é, palavra que apresenta maior relação com a classe. Em relação à Classe 1, por exemplo, pode-se ver na figura abaixo que a palavra "cloroquina" é a que possui maior *chi2* (216.56). Além disso, esta palavra está presente em 69 dos 234 ST desta classe, bem como está presente em 73 dos 980 ST totais.

Figura 45: Aba Perfis do IRaMuTeQ – corpus Twitter #CPIdaCovid

CHD | Perfis | AFC

1 Classe 1 234/980 23.88% | 2 Classe 2 311/980 31.73% | 3 Classe 3 237/980 24.18% | 4 Classe 4 198/980 20.2%

n...	eff. s.t.	eff. total	pourcentage	chi2	Type	forme	p
0	69	73	94.52	216.56	nr	cloroquina	< 0,0001
1	39	45	86.67	102.3	nom	saúde	< 0,0001
2	26	31	83.87	63.39	nom	ministério	< 0,0001
3	19	19	100.0	61.77	nr	oms	< 0,0001
4	17	17	100.0	55.15	nr	antiviral	< 0,0001
5	23	29	79.31	50.52	nom	ministro	< 0,0001
6	15	15	100.0	48.56	nom	uso	< 0,0001
7	29	43	67.44	46.96	nom	brasil	< 0,0001
8	14	14	100.0	45.28	nom	médico	< 0,0001
9	18	21	85.71	45.15	nom	orientação	< 0,0001
10	19	25	76.0	38.35	nr	covid	< 0,0001
11	16	20	80.0	35.38	ver	seguir	< 0,0001
12	11	12	91.67	30.71	ver	afirmar	< 0,0001
13	14	19	73.68	26.44	ver	usar	< 0,0001
14	11	14	78.57	23.38	nom	gestão	< 0,0001
15	19	32	59.38	22.93	nom	governo	< 0,0001
16	7	7	100.0	22.48	ver	existir	< 0,0001
17	7	7	100.0	22.48	nom	caso	< 0,0001

Fonte: IRaMuTeQ a partir de corpus inserido

Observa-se que algumas das palavras mais importantes da Classe 1 são "cloroquina", "saúde", "ministério", "oms", "antiviral", "ministro", "uso", "brasil", "médico" e "orientação". Este conjunto de palavras se refere às orientações do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde (OMS) para uso da cloroquina, e também a um episódio específico do depoimento do ex-ministro Eduardo Pazuello, quando ele afirma à CPI que a cloroquina é um antiviral[84], sendo que na verdade ela é indicada para o tratamento da malária (causada por um parasita) e de doenças autoimunes. Em "Segmentos de Textos típicos", destaca-se o *tweet* com maior *score*, ou seja, o Segmentos de Texto mais representativo desta classe.

[84] No momento em que o ex-ministro Eduardo Pazuello faz essa afirmação à CPI, ele é corrigido pelo senador e médico Otto Alencar (PSD-BA), que afirma que a cloroquina é um antiprotozoário, no entanto essa informação não foi encontrada. Para mais informações, há reportagem disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/coronavirus-servico/noticia/2020/07/saiba-as-diferencas-entre-cloroquina-e-ivermectina-remedios-sem-comprovacao-de-eficacia-contra-o-coronavirus-ckcnsfyfc0083013g50w4ddf8.html. Acesso: 27 jul. 2021.

Figura 46: Segmento de Texto típico da Classe 1 (Twitter)

**** *tw_0593

score : 607.87

vocês tem noção que tínhamos um **ministro** da **saúde** gestando uma **pandemia** que **acreditava** que **cloroquina** tem **efeito antiviral** e que **assumiu** publicamente não **seguir** as **recomendações** da **oms** isso responde muito os milhares de **mortos** cpidacovid

Fonte: IRaMuTeQ a partir de corpus inserido

Já na Classe 2, observa-se que entre as palavras mais importantes são "cpidapandemia", "cpidogenocidio", "pazuelloday", "deixar", "brasileiro", "voz", "arrogante". Além de essa classe demarcar uma referência às *affordances* da plataforma Twitter por meio das três primeiras expressões que são *hashtags* – fazendo inclusive um juízo de valor sobre a pandemia, em especial a partir de #cpidogenocídio – essa classe também se concentra na postura do ex-ministro Eduardo Pazuello, a partir de palavras como “arrogante”, “tom” e “voz”, e também na questão cognitiva ao apresentar a palavra “burro”. Além disso, essa classe também insinua que há um acompanhamento da CPI por parte dos usuários, como pode ser visto na figura abaixo, que demonstra os *tweet* com *score* mais alto.

Figura 47: Segmento de Texto típico da Classe 2 (Twitter)

**** *tw_0359

score : 216.68

pelamor tv **senado fecha** esse **whatsapp web** vai bugar a **cabeça** do povo com essas **notificações** tá atrapalhando a imersão hahaha cpidacovid **cpidogenocidio cpidapandemia pazuelloday**

Fonte: IRaMuTeQ a partir de corpus inserido

A Classe 3 tem entre as palavras mais importantes “mentir", "começar", "randolfeap", "pazuzu", "hora" e "flavio". Destaca-se que esta classe também faz referência às palavras “mentir”, “mentira” e “mente”, portanto, observa-se que o ato de mentir refere-se, novamente, à postura negativa do ex-ministro durante o depoimento. A partir da palavra “randolfeap”, que se refere à conta no Twitter do senador e vice-presidente da CPI Randolfe Rodrigues; da palavra “flavio” que se refere a Flávio Bolsonaro, senador e filho do presidente Jair Bolsonaro, e da palavra “katiaabreu”, referente à senadora, observa-se que esta classe também pauta uma interação entre os senadores. Na figura abaixo demonstra-se o *tweet* com maior *score.*

Figura 48: Segmento de Texto típico da Classe 3 (Twitter)

**** *tw_0965

score : 196.81

a presidente da **cpi** falou que pode **chamar** o presidente da **pfizer** e pazuello pra uma **acareação cara** a **cara melhor parar** de **mentir** general cpidogenocidio cpidapandemia cpidacovid

Fonte: IRaMuTeQ a partir de corpus inserido

Por fim, a Classe 4 é aquela que faz referência às perguntas e respostas no depoimento de Eduardo Pazuello. As palavras mais importantes desta classe foram "pergunta", "responder", "resposta", "pedir", "renan" e "senador", também há referência ao pedido de Pazuello por *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal, que permite que não se responda a perguntas que possam incriminar o depoente. O que se pode perceber desta classe é que, além de se referir ao ato de depor, ela aponta para questões mais específicas sobre a performance do ex-ministro. Palavras como “negar”, “prolixo” e “enrolar” exemplificam esta constatação e aludem, mais uma vez, à postura negativa de Eduardo Pazuello. A figura abaixo demonstra o *tweet* com o *score* mais alto desta classe.

Figura 49: Segmento de Texto típico da Classe 4 (Twitter)

****** *tw_0892**

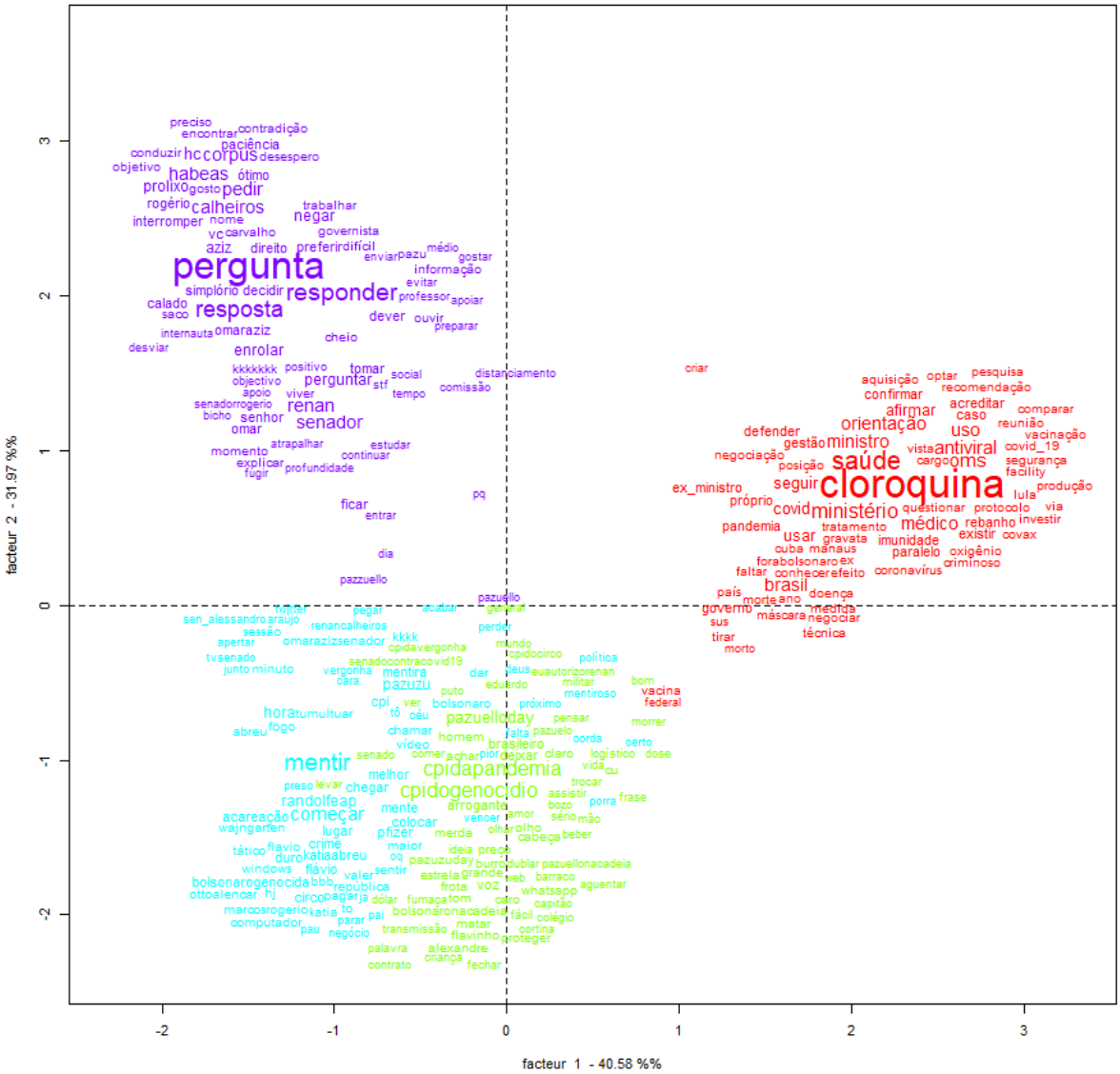
score : 573.15

rogério carvalho interfere e diz que **pazuello** está fabulando na cpidacovid quem controlava ele era bolsonaro reforçou **senador aziz interrompe** e diz que **pazuello** apesar de ter **habeas corpus** não se **negou** a **responder** nenhuma **pergunta pazuello** nem vou me **negar**

Fonte: IRaMuTeQ a partir de corpus inserido

Como expresso no *corpus* Folha de S.Paulo, há uma outra forma de apresentar a análise textual dos dados obtidos, que é a Análise Fatorial de Correspondência (AFC). Portanto, o que se observa na figura abaixo é que a Classe 1 (Orientações sobre cloroquina) e a Classe 4 (Considerações sobre o depoimento/Postura de Eduardo Pazuello) estão em quadrantes opostos ou seja, estão mais distantes, e que a Classe 3 (Interações/Postura de Eduardo Pazuello) e a Classe 2 (Affordances/Postura de Edurado Pazuello) estão mais próximas.

Figura 50: AFC do corpus Twitter #CPIdaCovid



Fonte: IRaMuTeQ a partir de corpus inserido

Depois da descrição dos resultados da CHD, parte-se para uma análise qualitativa dos 980 *tweets* classificados pelo *software*, de modo que cada *tweet* foi enquadrado em categorias criadas de acordo com o conteúdo de cada *tweet*.

5.1.1 Categorização dos *tweets*

Este item se dedica a apresentar a categorização feita a partir de uma leitura flutuante dos 980 *tweets* classificados pelo IRaMuTeQ. Sendo assim, todos os *tweets* foram transcritos para uma planilha, lidos e categorizados conforme seu conteúdo. Ao final, foram obtidas 5 categorias finais:

1) **Imagem negativa de Eduardo Pazuello**: contém *tweets* que qualificam como negativa tanto a gestão do ex-ministro Eduardo Pazuello no Ministério da Saúde quanto a sua postura durante depoimento na CPI. Algumas variações desta categoria se referem a adjetivos que aludem a variáveis como *incompetência*, *prolixidade*, *arrogância* e ao ato de *mentir*.
2) **Acompanhamento da CPI/CPI como entretenimento, briga ou circo**: contém *tweets* que fazem comentários sobre a CPI ou ao seu acompanhamento; e também aqueles que fazem referência a ela como uma espécie de entretenimento, *reality show*, briga, confusão ou "circo".
3) **Senadores e senadoras como atores da CPI**: contém *tweets* que fazem referência a senadores ou senadoras presentes na CPI, como, por exemplo, o presidente Omar Aziz, o relator Renan Calheiros ou o senador Flávio Bolsonaro.
4) ***Habeas Corpus* de Pazuello**: contém *tweets* que mencionam o fato do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello ter *habeas corpus* no seu depoimento, isto é, o direito de permanecer em silêncio em relação a perguntas que o incriminassem.
5) **Outros**: contém as seguintes categorias: Somente *hashtags* ou nomes de usuários; Referência a treinamento em repostas; Comentário sobre outros depoentes; Pergunta dos "internautas"; Proteção a Jair Bolsonaro; Comentário sobre Ministério Paralelo e Bancada governista em defesa de Eduardo Pazuello; e aqueles que não foram possíveis de ser categorizados.

O próximo item tem como intenção fazer um exercício de aproximação entre as Classes apresentadas na Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e as categorizações elaboradas a partir da leitura flutuante – ou seja, visa-se apresentar o vocabulário das classes fazendo aproximações com as categorizações.

5.1.1.1 Aproximações entre as classes da CHD e as categorizações

Retomando a análise da Classe 1 (Orientações sobre cloroquina), que tem como vocabulário "cloroquina", "saúde", "ministério", "oms", "antiviral", "ministro", "uso", "brasil", "médico", "orientação" e "covid", pode-se apontar que ela se refere às orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) em relação ao uso da cloroquina, principalmente pelo fato do Ministério da Saúde do Brasil recomendar seu uso quando ela determinou que a

cloroquina não era eficaz contra o coronavírus[85]. Além disso, como mencionado, esta classe também se refere ao episódio do depoimento de Eduardo Pazuello em que ele afirma que a cloroquina é um antiviral, sendo corrigido pelo senador Otto Alencar. Sendo assim, as categorizações que tem mais afinidade com esta classe são aquelas que pautam a Imagem negativa de Eduardo Pazuello a partir da *incompetência*, em especial àquela interligada a orientações sem bases científicas adequadas, ou seja, sem seguir as recomendações da OMS e à incompetência técnica do cargo, ao afirmar que cloroquina seria um antiviral. A incompetência também aparece quando os usuários mencionam a falta de conhecimento do ex-ministro sobre o Sistema Único de Saúde (SUS). A figura a seguir reproduz o *tweet* que tem o maior *score* da classe, e que pauta justamente o fato de Pazuello não seguir as recomendações da OMS e o erro sobre a indicação do uso da cloroquina. Os outros dois *tweets* também exemplificam a categorização da variável que mais se aproxima desta classe, que é a *incompetência*. Deve-se mencionar que essa e outras variáveis também aparecem nas outras classes da CHD, e que sua apresentação aqui não se dá de forma quantitativa e exclusiva, mas sim ilustrativa dos *tweets* que foram categorizados em determinada classe. Observa-se que se tomou o cuidado de, além de anonimizar os *tweets*, borrar certas palavras para maior preservação do anonimato.

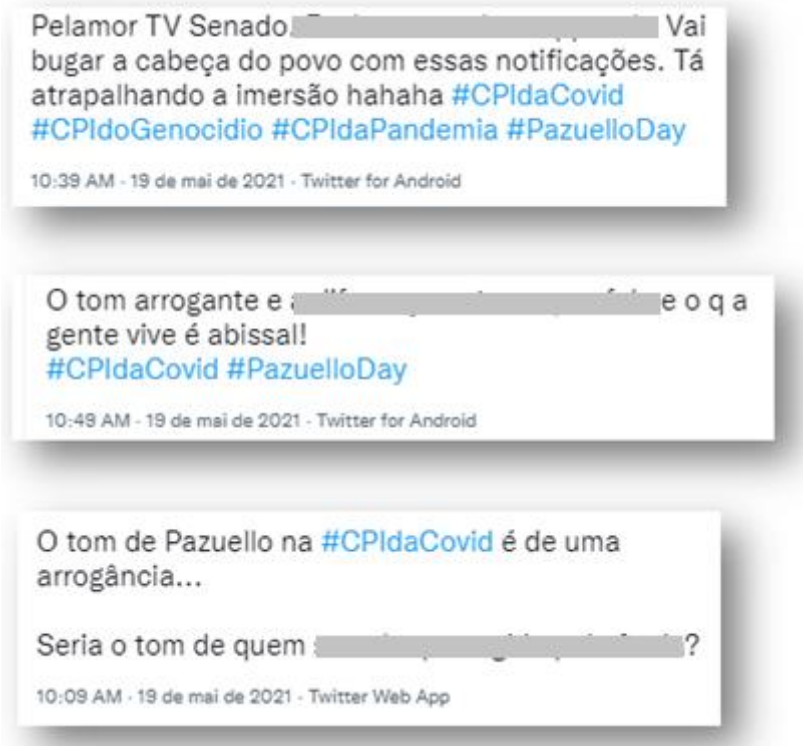
[85] Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2021/03/02/oms-cloroquina-nao-funciona-contra-a-covid-19-e-pode-causar-efeitos-adversos. Acesso: 3 ago. 2021.

Figura 51: Tweets que exemplificam a Classe 1 e a categorização Imagem negativa de Eduardo Pazuello por meio da variável incompetência

Fonte: Twitter

Em relação à Classe 2 (Affordances/Postura de Edurado Pazuello) que tem como palavras mais importantes “cpidapandemia”, “cpidogenocidio”, “pazuelloday”, “deixar”, “brasileiro”, “voz”, “arrogante”, entre outras, é possível que se relacione esta classe com aquela referente à Imagem negativa de Eduardo Pazuello por meio da variável *arrogância*. A figura segue a mesma sistematização da figura anterior, primeiro apresentando o *tweet* com maior *score*, depois apresentando outros dois que exemplificam a variável.

Figura 52: Tweets que exemplificam a Classe 2 e a categorização Imagem negativa de Eduardo Pazuello por meio da variável arrogância

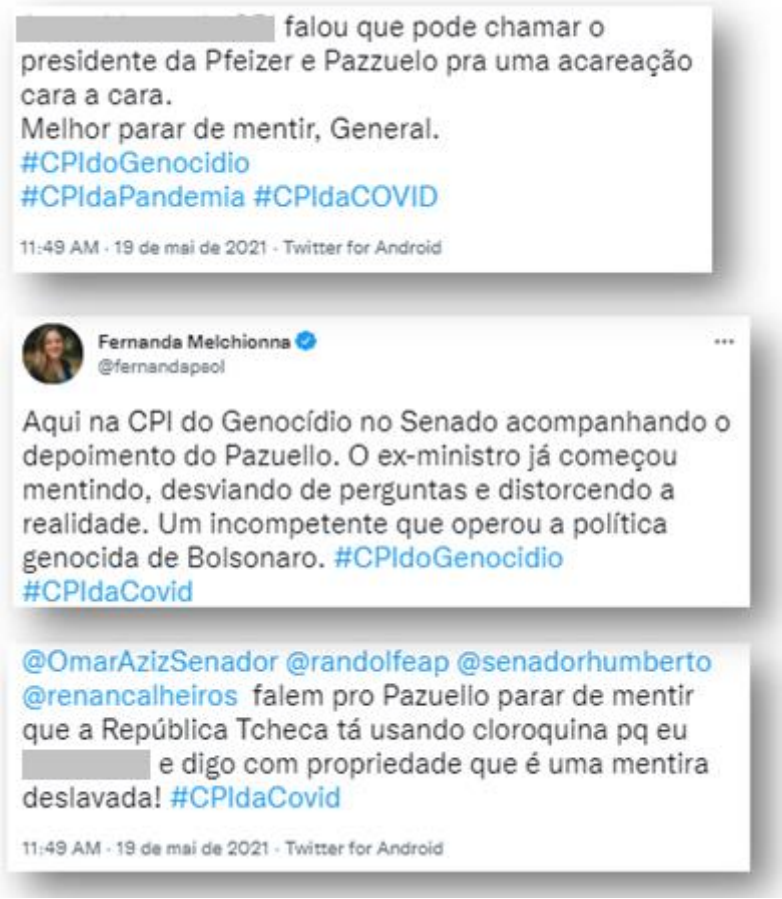


Fonte: Twitter

Pontua-se que esta classe também expressa o uso das *affordances* da plataforma Twitter. Elas, nas palavras de d'Andréa (2020, p. 47), são constituídas nas "relações estabelecidas entre um usuário e as materialidades disponíveis". Pode-se argumentar que as *hashtags*, que funcionam como um agregador, exemplificam essa questão, uma vez que os usuários recorrem ao seu uso para expressar suas convicções sobre a CPI, como por exemplo "CPIdoGenocídio". Entender as *hashtags* como agregadoras contribui para o que d'Andréa (2020) também pontua sobre as *affordances*, de que elas são ações que podem ser datificadas pelas plataformas. Como exemplo, pode-se argumentar o fato da #CPIdaCovid ter sido *trending topics* no dia do depoimento de Eduardo Pazuello. A partir de parâmetros não totalmente revelados – como discutido no item 2.2 – a *hashtag* entrou para lista dos *trending topics*, com mais de 100 mil *tweets*. Pensar as *hashtags* como agregadoras, principalmente quando expressam um juízo de valor, também leva a pensar, numa aproximação com Van Dijck (2016) o quanto o próprio usuário pode condicionar seu comportamento para o padrão da materialidade da plataforma. Além disso, numa relação com a teoria Ator-Rede, observa-se a constante relação entre o humano e a técnica, uma vez que a materialidade desta última condiciona o pensamento do primeiro.

Em relação à Classe 3 (Interações/Postura de Eduardo Pazuello), que tem como palavras mais importantes “mentir”, “começar”, “randolfeap”, “pazuzu” e “hora”, por exemplo, observa-se que há a presença de outras palavras como “mentira”, “mente” e também “acareação”, portanto, a categorização que mais apresenta afinidade com esta classe é, novamente, Imagem negativa de Eduardo Pazuello, dessa vez, por meio da variável *mentira*. Como o primeiro *tweet* da figura – aquele de maior *score* da classe – já apresenta a variável *acareação*, os outros dois se dedicam à variável *mentira*.

Figura 53: Tweets que exemplificam a Classe 3 e a categorização Imagem negativa de Eduardo Pazuello por meio da variável mentira



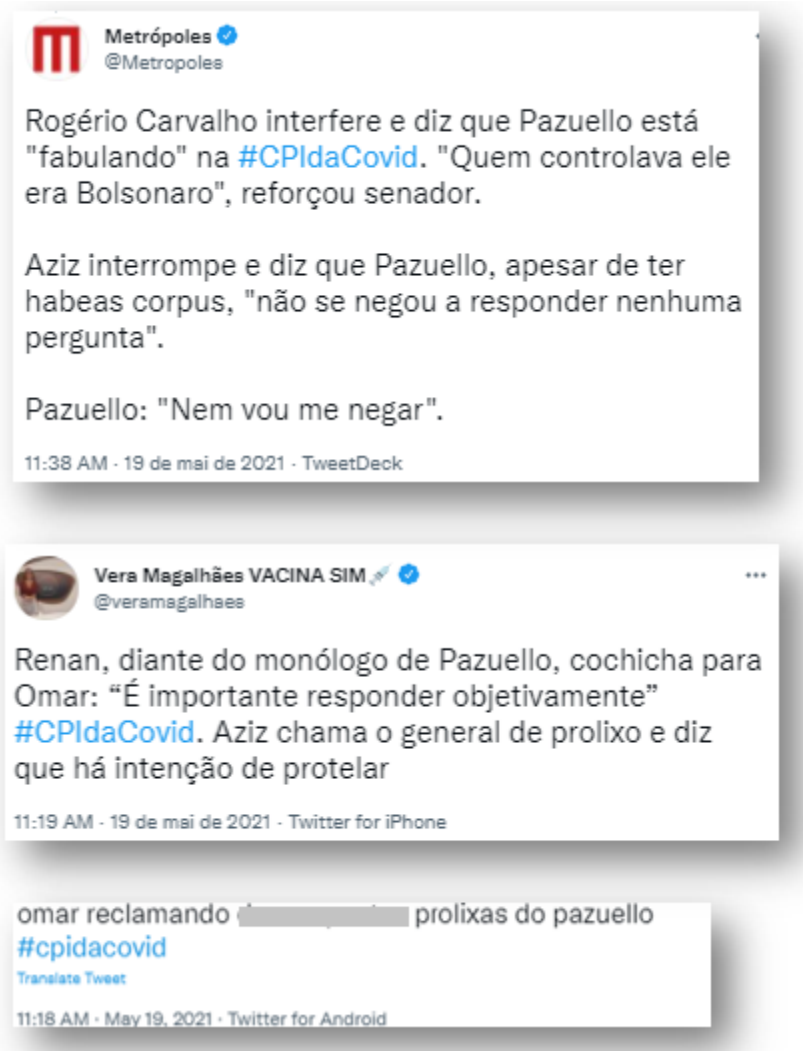
Fonte: Twitter

Os *tweets* que se referem à variável *acareação* pedem ou fazem referência à uma acareação – que é a confrontação de duas ou mais testemunhas – em relação ao ex-ministro Eduardo Pazuello e a empresa Pfizer, no papel de seu gerente-geral na América Latina, Carlos Murillo que depôs no dia 13 de maio à CPI; e também acareação entre ambos e o ex-Secretário Especial de Comunicação Social (Secom), Fabio Wajngarten que depôs no dia 12 de maio. Essa classe também expressa a interação com outros atores políticos, como os senadores Randolfe

Rodrigues, Omar Aziz, Humberto Costa e Renan Calheiros, podendo se aproximar da categoria “Senadores e senadoras como atores da CPI”.

Por último, em relação à Classe 4 (Considerações sobre o depoimento/Postura de Eduardo Pazuello), que tem como palavras mais importantes “pergunta”, “responder”, “resposta”, “pedir”, “renan” “senador”, “calheiros”, “habeas”, “corpus” e além disso, “perguntar”, “negar”, “prolixo” e “enrolar”, há uma forte tendência a se referir à forma como o ex-ministro Eduardo Pazuello se comportou em seu depoimento. Isso faz referência, mais uma vez, à imagem negativa de Pazuello, visto que ele foi qualificado como prolixo e também em relação ao ato de “enrolar” nas respostas. Dessa forma, pode-se afirmar que a Classe 4 possui proximidade com a variável *prolixidade*.

Figura 54: Tweets que exemplificam a Classe 4 e a categorização Imagem negativa de Eduardo Pazuello por meio da variável prolixidade



Fonte: Twitter

Observa-se que o primeiro *tweet* corresponde à fala do senador Rogério Carvalho (PT-SE) em que afirma a prolixidade de Pazuello dizendo que este está "fabulando" em depoimento na CPI. O *tweet* abaixo, da jornalista Vera Magalhães, também evidencia a prolixidade de Pazuello, ao narrar o momento em o presidente da comissão Omar Aziz chama Pazuello de prolixo. Outra categoria que se manifesta na Classe 4 é "Comentários sobre *habeas corpus*" na qual estão presentes *tweets* que se referem ao fato do ex-ministro ter utilizado do mesmo para não responder a perguntas que o autocriminassem. Essa última questão é discutida no item 6.1 desta tese.

5.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTA ETAPA

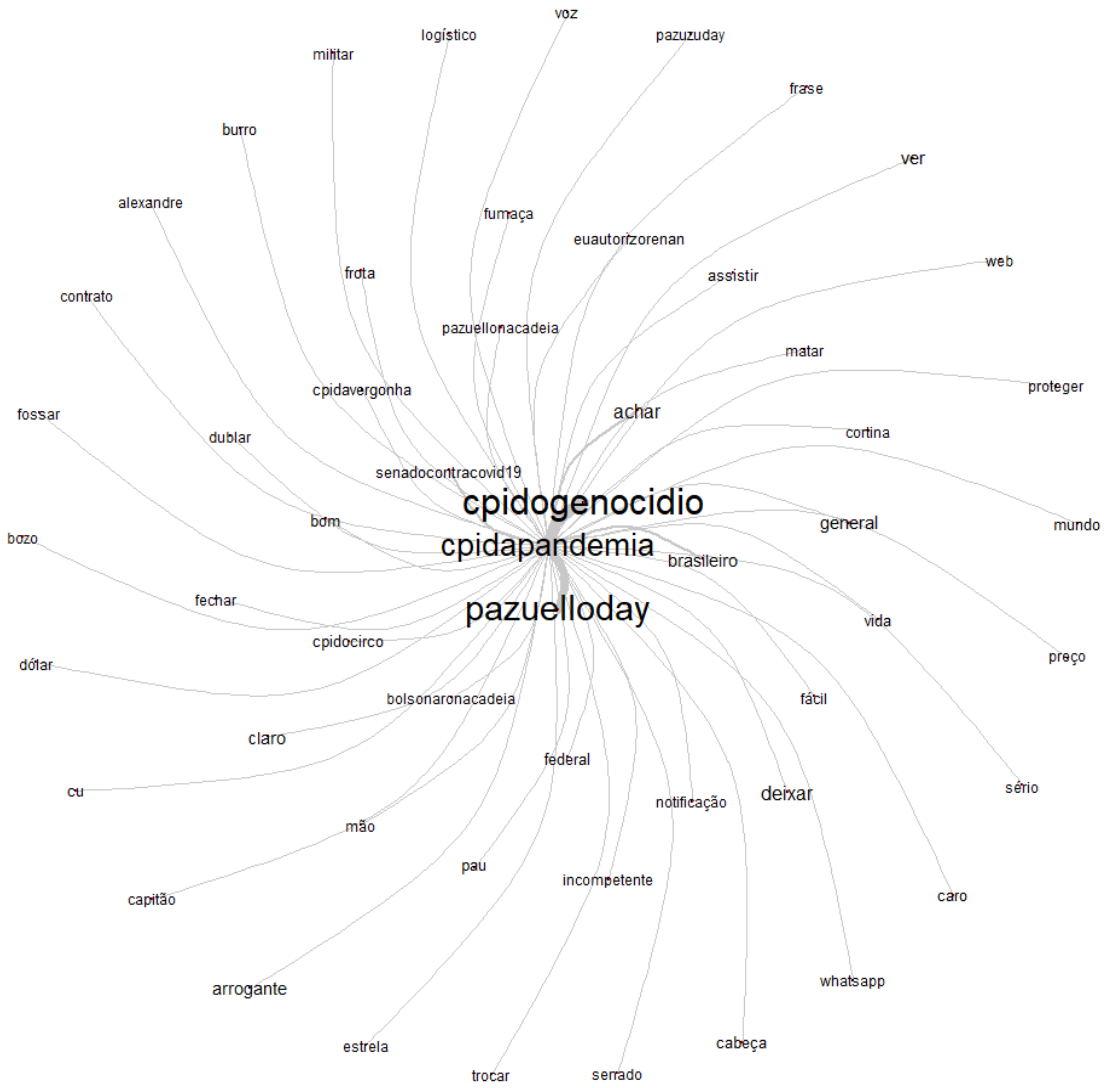
Uma das limitações do uso do *software* em relação ao Twitter é que ele categorizou *tweets* muito parecidos em classes diferentes. Como exemplo, tem-se o *tweet* "pazuello tava esperando black friday pra comprar vacina cpidacovid" em uma classe e o *tweet* "pazuzu adimitindo ao vivaço que tava esperando a black friday pra comprar vacina cpidacovid"[86] em outra classe. Acredita-se que isso expressa a dificuldade em se trabalhar textos que possuem nuances de sentido e a necessidade do olhar humano do pesquisador. Outra questão é que, diferente do dendrograma da Folha de S.Paulo, permaneceram nomes compostos de modo separado como "Renan" e "Calheiros" sendo duas palavras. Houve a tentativa de agrupá-los, mas isso gerava novos dendrogramas que não manteriam a mesma classificação de classes exposta. Por fim, ressalta-se um comentário: é sabido a presença de ironia nos *tweets* (como discutido por Gonçalves *et al*, 2005), esta gerou, por exemplo, uma gama de palavras como "pazuzu" "pazu" "pazzuelho", "malzuelo" e "pazuelo" para se referir a Eduardo Pazuello. Uma solução para condensar a análise seria colocá-las no dicionário do *software* sob o nome "pazuello", de modo que a análise não seria dispersada pelas ramificações, no entanto, deixá-las em seu estado original também possui ganhos, como a de, justamente, entender a ironia presente nessas variações. Dessa forma, as opções de análise variam conforme a pergunta de cada pesquisa.

Como resultados desta etapa, observa-se que as *affordances* do Twitter tiveram um papel importante, de modo que as *hashtags* como "cpidapandemia", "cpidogenodicio" e "pazuelloday" apareceram na Classe 2 (Affordances/Postura de Edurado Pazuello) do IRaMuTeQ, como discutido acima. Isso mostra as *hashtags* enquanto construtoras de sentido ao agenciarem o fluxo da informação como discutido por Cortez (2021) e Paveau (2021).

[86] Pontua-se, novamente, que nenhum texto foi corrigido, desse modo, gírias, expressões e variações se mantiveram na escrita original.

Abaixo, tem-se um gráfico de palavra por coocorrência a partir do algoritmo de *fruchterman reingold* da palavra de maior *chi²* da Classe 2, que é “cpidapandemia”.

Figura 55: Hashtags mais proeminentes no Twitter



Fonte: IRaMuTeQ a partir de corpus inserido

A figura acima foi gerada com a intenção de se poder observar o contexto discursivo em que as *hashtags* foram utilizadas. Pode-se observar, por exemplo, que além das *hashtags* centrais, outras, como “pazuellonacadeia”, “cpidavergonha”, “senadocontracovid19”, “cpidocirco” e “bolsonaronacadeia”, também tiveram proeminência, sendo interligadas às principais.

Por fim, como considerações finais desta etapa, também se observa a referência ao *habeas corpus* do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello também foi pautada pela Classe 4 (Considerações sobre o depoimento/Postura de Eduardo Pazuello), contribuindo para o que se

denomina judicialização da política, discutida no item 6.1 desta tese. Por fim, também se pontua como resultado os sentidos dados pelos usuários à CPI, aproximando ela de um acontecimento circense, como será discutido no item 6.2.2.

6 A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E OS SENTIDOS DA "CPI DA COVID"

Este capítulo apresenta dois resultados que merecem uma maior discussão: a judicialização da política, que apareceu em ambos os *corpora*; e os sentidos da CPI da Covid – bélico na Folha de S.Paulo e circense no Twitter. Dessa forma, em relação ao primeiro resultado, sobre a judicialização da política, primeiramente se retoma alguns estudos sobre o conceito, e depois se tenta visualizar como esse fenômeno apareceu durante a pandemia. Em relação ao segundo resultado, traz-se os dados que corroboram os sentidos supracitados, fazendo, por fim, uma discussão sobre o conceito de espetáculo como proposta de interligação de ambos

6.1 A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA NA "CPI DA COVID"

A judicialização da política é considerada um fenômeno mundial. De acordo com Vianna, Burgos e Salles (2007, p. 39): "É da cena contemporânea de cultura democrática a projeção do papel do juiz em quase todos os aspectos da vida social". Barroso (2009, p. 1, colchetes inseridos pela autora) confirma esta afirmação:

> O fenômeno, registre-se desde logo, não é peculiaridade nossa [do Brasil]. Em diferentes partes do mundo, em épocas diversas, cortes constitucionais ou supremas cortes destacaram-se em determinadas quadras históricas como protagonistas de decisões envolvendo questões de largo alcance político, implementação de políticas públicas ou escolhas morais em temas controvertidos na sociedade.

Na definição de Nunes (2016), a judicialização da política é a interferência do Judiciário no sistema político, isto é, quando questões políticas normalmente tratadas apenas pelo Legislativo e Executivo, passam a ser tratadas pela instância Judiciária. Para o autor, observa-se, atualmente, no Brasil, "uma situação que transcende a mera aplicação da Constituição e das leis e o controle dos atos legislativos pelo judiciário. [...] encontramos juízes e tribunais tomando decisões sobre questões políticas que antes eram decididas nas casas legislativas ou nos partidos políticos [...]" (NUNES, 2016, p. 15). Ainda de acordo com o autor, a expressão "judicialização da política" foi utilizada pela primeira vez em 1992, em um seminário de estudos judiciários realizado na Itália. A publicação desses estudos deu-se em 1994 quando Tobjörn Vallinder cunhou o termo no trabalho intitulado "A judicialização da política: um fenômeno mundial", mas foi em 1995, em obra de Vallinder e Neal Tate, que o termo tornou-se devidamente legitimado. Nesta obra, os autores, para chegarem a um panorama das relações entre direito e política, estudaram o fenômeno a partir de vários países como Estados Unidos,

Reino Unido, Austrália, Canadá, França, Holanda, Suécia, Israel, entre outros. Eles partiram "da ideia de que a expansão global desse poder [Judiciário] e as técnicas de controle de constitucionalidade decorreriam da maior visibilidade dos Estados Unidos como modelo democrático" (NUNES, 2016, p. 21).

Tonelli (2016) ao discutir a relação entre judicialização da política e democracia afirma que, quando questões políticas são tratadas nos tribunais, o poder do povo é concedido aos magistrados. Portanto, decisões que caberiam ao parlamento – este que é eleito, pelo voto, como representante do povo – passam a ser decididas por pessoas que não foram submetidas a nenhum tipo de eleição democrática. A partir dessa constatação, Tonelli (2016) propõe um termo que vai além, afirmando que o fenômeno da judicialização da política culmina com a "despolitização da democracia".

Para muitos autores, como Oliveira (2004, p. 101), no Brasil, este fenômeno ganha proeminência a partir da Constituição de 1988 "que, alterando a jurisdição do STF e ampliando seus poderes, colocou-o na posição de uma poderosa arena de decisão de conflitos. Com as diversas modificações que essa Constituição trouxe [...] entende-se que o STF desempenha um poder político de fato". Além disso, a própria configuração da sociedade propicia esse protagonismo do Judiciário frente à política. Vianna, Burgos e Salles (2007, p. 40), em texto que propõe "os dezessete anos da judicialização a política", afirmam que a crise de representação política também é fator determinante:

> Ao mundo da utopia do capitalismo organizado e do que deveria ser da harmonia entre as classes sociais, induzida pela política e pelo direito, sucede uma sociedade fragmentada entregue às oscilações do mercado, onde o cimento das ideologias e da religião, mesmo o dos laços da família tradicional, perde força coesiva. Sem Estado, sem fé, sem partidos e sindicatos, suas expectativas de direitos deslizam para o interior do Poder Judiciário, o muro das lamentações do mundo moderno, na forte frase de A. Garapon.

Barroso (2009) aponta três causas da judicialização da política no território brasileiro. A primeira – em consonância com o que propõe Oliveira (2004) – deve-se à *redemocratização* do país que, por meio da promulgação da constituição de 1988, deu maior poder de atuação ao Judiciário, bem como possibilitou a expansão institucional do Ministério Público e da Defensoria Pública. A segunda causa está relacionada à *constitucionalização abrangente* derivada de uma tendência mundial também em países europeus como Portugal e Espanha e que se refere ao ato de direcionar para a constituição processos que não estavam sob o poder do Judiciário: "Na medida em que uma questão – seja um direito individual, uma prestação estatal ou um fim público – é disciplinada em uma norma constitucional, ela se transforma [...]

em uma pretensão jurídica, que pode ser formulada sob a forma de ação judicial" (BARROSO, 2009, p. 3). A terceira e última causa deve-se ao *sistema brasileiro de controle de constitucionalidade* que, por sua vez, é híbrido, somando estruturas do modelo americano "pelo qual qualquer juiz ou tribunal pode deixar de aplicar uma lei, em um caso concreto que lhe tenha sido submetido, caso a considere inconstitucional" (BARROSO, 2009, p. 4) e europeu pelo "controle por ação direta, que permite que determinadas matérias sejam levadas em tese e imediatamente ao Supremo Tribunal Federal. [...].

O que os autores citados acima também postulam é que a judicialização da política é um fenômeno político e não judiciário, visto que é a política que concede seu espectro de decisões para os tribunais. De acordo com Castro (1996, p. 3): "A judicialização da política ocorre porque os tribunais são chamados a se pronunciar, onde o funcionamento do Legislativo e do Executivo se mostram falhos, insuficientes ou insatisfatórios". Nesse cenário, quase qualquer questão política ou moralmente relevante pode ser alçada ao STF" (BARROSO, 2009, p. 4). Tonelli (2016, p. 17) endossa as questões recém expostas: "Tribunais [...] são requisitados para resolver as mais variadas questões, como liberdade de expressão, de imprensa, direitos de igualdade, proteção ambiental, educação, saúde, comércio, questões de privacidade [...] não há nenhum assunto que hoje não seja passível de ser tratado judicialmente". Conforme o autor, não se pode afirmar que o Judiciário tem a ambição ou pretensão de criar um modelo juriscêntrico (BARROSO, 2009); todavia, há de se reconhecer que o desejo dos magistrados de maior poder recai sob outro conceito, o de ativismo judicial.

> Judicialização e o ativismo judicial são primos. Vêm, portanto, da mesma família, [...] mas não têm as mesmas origens. [...] A judicialização, no contexto brasileiro, é um fato, uma circunstância que decorre do modelo constitucional que se adotou, e não um exercício deliberado de vontade política. Em todos os casos referidos acima, o Judiciário decidiu porque era o que lhe cabia fazer, sem alternativa. [...] Já o ativismo judicial é uma atitude, a escolha de um modo específico e proativo de interpretar a Constituição, expandindo o seu sentido e alcance (BARROSO, 2009, p. 6).

Tonelli (2016), alçada em Antoine Garapon, afirma que a judicialização da política, para este último, desencadeou-se a partir do caso Mãos Limpas (Mani Pulite), ocorrido na Itália, na década de 1990, com o objetivo de esclarecer casos de corrupção: "Uma operação com grande repercussão midiática que formou uma opinião pública baseada na ideia de que a vida política naquele país estava mergulhada na corrupção" (TONELLI, 2016, p. 54). Relacionado a isto, pode-se fazer um paralelo com um dos acontecimentos político-judiciários mais importantes do Brasil, que foi a Operação Lava-Jato, iniciada em 2014 e que foi, de acordo com o site do

Ministério Público, uma das maiores investigações sobre corrupção e lavagem de dinheiro já feita no Brasil[87]. Entre os investigados estavam políticos, partidos políticos, donos de empreiteiras e empresários brasileiros. Também se considera, assim como na Operação Mãos Limpas, que a mídia foi fator determinante no desencadeamento da Operação e na sua continuação. De acordo com Fernandes (2016, p. 46), a mídia, ao tratar o processo como escândalo abriu "um terreno incerto de disputa de versões, onde reputações se construíam e destruíam a cada novo fato apresentado". Sendo assim, a Operação Lava Jato, muitas vezes comparada – inclusive pelo juiz mais destacado, Sérgio Moro[88] – com a Operação Mãos Limpas, foi um dos acontecimentos político-judiciários que possuíram estreita relação com a judicialização da política no Brasil, visto que a partir da Operação pode-se ver que foi dada uma maior atenção ao Poder Judiciário e, mais precisamente, ao juiz Sergio Moro como um herói em termos da erradicação da corrupção no Brasil.

Em relação à judicialização da política nos *corpora* analisados nesta tese, pode-se afirmar que tanto na Folha de S.Paulo quanto no Twitter há forte referência ao que poderia a ser denominado como este fenômeno. No primeiro *corpus* analisado, do jornal Folha de S.Paulo, o poder Judiciário aparece já no início do acontecimento, visto que foi por ordem do ministro Luís Roberto Barroso que a CPI conseguiu, de fato, ser instalada, uma vez que ele determinou[89] que o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco concedesse o aval para a instalação da Comissão em resposta a um mandado de segurança de autoria dos senadores Alessandro Vieira e Jorge Kajuru. Assim que a CPI foi instalada, outra ação do poder Judiciário foi requerida. Dessa vez foram movidas duas ações para retirar Renan Calheiros da relatoria da CPI: primeiro por meio de uma liminar na primeira instância do Distrito Federal conseguida pela deputada Carla Zambelli; e outra quando os senadores governistas Eduardo Girão, Jorginho Mello e Marcos Rogério ingressaram com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal. Os dois pedidos foram revertidos e negados, respectivamente. Outra ação do Judiciário na CPI foi em relação à emissão de *habeas corpus* para os depoentes, isso ficou mais evidente no depoimento mais esperado, que era do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello, em que a Advocacia Geral da União apresentou ao Supremo Tribunal Federal a autorização para o ex-ministro se manter em silêncio em perguntas que poderiam autocriminá-lo.

---

[87] Disponível em: http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso. Acesso: 16 dez. 2021.
[88] Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1723856-escrito-em-2004-artigo-de-moro-sobre-operacao-na-italia-espelha-lava-jato.shtml. Acesso em: 10 out. 2017.
[89] Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/04/14/stf-confirma-liminar-que-mandou-instalar-cpi-da-covid. Acesso: 31 out. 2021.

Ressalta-se, ainda, que durante toda a pandemia houve uma relação conturbada entre o presidente Jair Bolsonaro e o Supremo Tribunal Federal (STF), a própria Folha de S.Paulo evidencia o "conflito" em relação às medidas de Bolsonaro durante a pandemia, que acabavam sendo vetadas pelo STF

> Recentemente, [Bolsonaro] disse que poderia determinar ao Exército que fosse às ruas para garantir o funcionamento de atividades econômicas, mesmo contra normas estaduais e locais. Ele também já criou a campanha O Brasil não pode parar, proibida pelo STF por colocar a população em risco. O presidente tentou ainda blindar dados da pandemia, mas o Supremo derrubou a medida provisória que restringia a Lei de Acesso à Informação (LAI). (FdSP, ed. 10, mat. 26, colchetes inseridos pela autora).

A matéria de título "CPI da Covid estreia sob embate judicial e tenta focar em atraso de vacinas" – exposta na figura abaixo – da edição do dia 27 de abril de 2021, dia da instalação da CPI, traz justamente esse foco no aspecto judicial da instalação do acontecimento.

Figura 56: Matéria com foco no Judiciário na Folha de S.Paulo

CPI da Covid estreia sob embate judicial e tenta focar em atraso de vacinas

Após ação de deputada bolsonarista, liminar barra Renan na relatoria da comissão, mas presidente do Senado avisa que não vai cumpri-la

Fonte: Folha de S.Paulo

A interferência do Judiciário em questões envolvendo a pandemia é discutida por Oliveira e Madeira (2021), quando afirmam que partidos de oposições foram ao judiciário para "contestar e derrubar" decisões do governo federal sobre a pandemia, além disso, as autoras resgatam uma questão histórica, mencionando o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) que foi presidente do Brasil entre 1995 e 2003.

> Governadores e partidos de oposição judicializaram a política, tal como a literatura verificou para o período dos governos FHC, mas, ao contrário do ocorrido naquele momento, agora o presidente perde mais do que ganha no STF nas questões relativas ao enfrentamento à crise sanitária – em especial no julgamento da constitucionalidade das Medidas Provisórias (MPs) (OLIVEIRA, MADEIRA, 2021, p.2-3)

As autoras propõem que há três “ondas” dos estudos da Ciência Política sobre a judicialização da política. A primeira, entre 1990 e metade dos anos 2000, em que se discutiu a judicialização da política por meio da “possibilidade de interferência” do Judiciário na política, que já significava sua relevância; a segunda onda, que começa na segunda metade dos anos 2000, implicaria estudos focados nos “resultados efetivos” da intervenção judicial e a terceira onda, que começa a partir dos 2010, centrava seus estudos em especial na judicialização de políticas públicas, em especial da saúde. As autoras também afirmam que a partir do ano de 2010 os estudos sobre a judicialização da política foram perdendo terreno na Ciência Política e ganhando mais proeminência nos estudos do Direito, tomando uma abordagem mais jurídica. Depois do resgate histórico, Oliveira e Madeira (2021) elencam elementos do que definem por “padrão da judicialização da política”

> *(i)* o fato de as ADIs serem um instrumento dos partidos de oposição (e, em alguns momentos, especialmente partidos de esquerda); *(ii)* de ser um instrumento bastante utilizado pelos governadores, sobretudo contra as próprias assembleias legislativas estaduais, em questões constitucionais ou mesmo questionando a legislação infraconstitucional; *(iii)* a tendência centralizadora das decisões da Corte, que demonstrou favorecer a União em detrimento dos interesses defendidos pelos governos estaduais em ações envolvendo conflitos federativos (OLIVEIRA, MADEIRA, 2021, p. 11)

Sobre os dados que analisam no artigo em que buscaram por ações de constitucionalidade relacionadas ao coronavírus no site do Supremo Tribunal Federal (STF), as autoras afirmam que “trata-se de uma judicialização prioritariamente contra medidas provisórias e, em menor medida, leis estaduais e leis federais, promovida por partidos de espectro ideológico de oposição ao governo, e por confederações sindicais e entidades de classe” (OLIVEIRA, MADEIRA, 2021, p. 20). Sendo assim, concedem alguns exemplos de ações que tiveram liminares deferidas como a que contestou

> as falhas na divulgação dos dados e na metodologia de apuração do número de infectados, provocadas pelo baixo número de testagens, subnotificação, adoção de medidas de saúde pública precárias e descoladas da realidade, bem como pela divulgação de informações sem embasamento científico, incluindo a promoção e o incentivo ao uso de medicamentos sem eficácia comprovada e com potencial de gerar efeitos colaterais graves à saúde (OLIVEIRA, MADEIRA, 2021, p. 25).

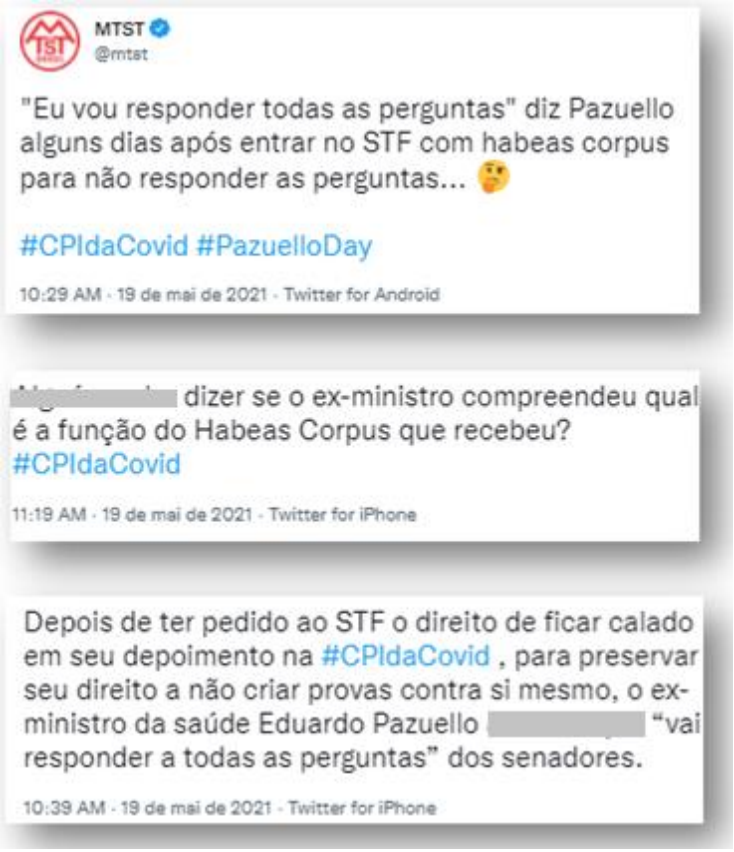
Nesse sentido, postulam que o padrão de judicialização exposto na pandemia pode ser conjuntural, visto o ineditismo do acontecimento, por isso a necessidade de pesquisas futuras para determinação de uma tendência. No entanto, concluem que o comportamento ativo do

Supremo Tribunal Federal limitou as práticas autoritárias do Presidente da República, Jair Bolsonaro na pandemia.

> Ainda é cedo para apontar tendências, mas os dados indicam o comportamento ativo e colegiado do STF, limitando os efeitos autoritários do presidente da República e as suas medidas provisórias. O efeito de contenção foi, sem dúvida, importante, uma vez que as liminares tolhendo as MPs parecem ter desencorajado o presidente a levá-las ao Congresso para conversão em lei. (OLIVEIRA, MADEIRA, 2021, p. 32)

A judicialização da política também apareceu na Classe 4 (Considerações sobre o depoimento/Postura de Eduardo Pazuello) da análise do IRaMuTeQ sobre *tweets*. Por meio das palavras "habeas" "corpus" e "hc", pode-se ver que usuários também fizeram referência ao judiciário no que toca o depoimento de Pazuello; além disso, também indica a inserção de um jargão jurídico no vocabulário popular. Alguns *tweets* que fazem referência ao *habeas corpus* pedido pelo ex-ministro podem ser encontrados na figura abaixo.

Figura 57: *Tweets* referentes ao termo habeas corpus



Fonte: Twitter

De acordo com Moraes (2003), apesar do *habeas corpus* ter origem no Direito Romano, e mais modernamente, ter sido assentado na Magna Carta em 1215, no Brasil, ele foi

introduzido com a vinda de D. João IV, quando este expediu o Decreto de 23-05-1821 que proibia as prisões arbitrárias; já, anos depois, "elevou-se a regra constitucional na Carta de 1891, introduzindo, pela primeira vez, o instituto de habeas corpus" (MORAES, 2003, p. 106).

Atualmente, a Constituição Federal de 1988 prevê no artigo 5º, inciso LXVIII, que "conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder"[90]. Moraes (2003, p. 106), ao interpretar a lei, propõe que "o habeas corpus é uma garantia individual ao direito de locomoção, consubstanciada em uma ordem dada pelo Juiz ou Tribunal ao coator, fazendo cessar a ameaça ou coação à liberdade de locomoção em sentido amplo - o direito do indivíduo de ir, vir e ficar".

Cunha (2006), ao estudar o "remédio constitucional" do *habeas corpus* nas Comissões Parlamentares de Inquérito, percebeu que o uso em demasia gerou discussões jurídicas e afirma que o Supremo Tribunal Federal (STF) se posicionou no sentindo de aceitar a maioria dos *habeas corpus* impetrados afirmando que "ninguém está obrigado a criar provas contra si". Sobre a decisão de aceitar ou não o *habeas corpus*, pode-se ver que, na CPI, o ministro do STF Ricardo Lewandowski concedeu o mesmo ao ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello e negou a Mayra Pinheiro – conhecida como capitã cloroquina. A justificativa é que o primeiro foi à Comissão enquanto indiciado, e a segunda enquanto testemunha, tendo, portanto, o dever de falar a verdade[91]. Cunha (2006) também afirma que uso do *habeas corpus* preventivo nas CPI's é uma proteção "maior que vem para afirmar um direito já garantido constitucionalmente, o qual é de que ninguém está obrigado a produzir provas contra si" (2006, p. 65), no entanto, afirma que o uso desse direito nas Comissões pode acabar por "salva-guardar a verdade".

Sendo assim, conclui-se que um dos resultados propiciados pela análise da CPI da Covid na Folha de S.Paulo e no Twitter é de que a referência ao poder Judiciário esteve presente na tentativa de barrar a instalação da Comissão e na tentativa de retirar a relatoria de Renan Calheiros; e também por meio da concessão de *habeas corpus*. Além disso, também se conclui que o Judiciário esteve presente no vocabulário dos usuários do Twitter, quando faziam referência principalmente ao *habeas corpus* concedido ao ex-ministro Eduardo Pazuello.

---

[90] Disponível em: http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constfed.nsf/fc6218b1b94b8701032568f50066f926/54a5143aa246be25032565610056c224?OpenDocument. Acesso: 08 nov. 2021.

[91] Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/entenda-as-decisoes-de-lewandowski-que-deu-hc-para-pazuello-e-negou-para-mayra/. Acesso: 08 nov. 2021.

6.2 A CPI DA COVID ENQUANTO ACONTECIMENTO BÉLICO E ENQUANTO ACONTECIMENTO CIRCENSE

Como evidenciado no item 1.1 desta tese, a passagem de um acontecimento "existencial" para acontecimento "objeto" implica conceder sentidos a esse acontecimento. O objetivo desta tese, de entender os sentidos concedidos pelo jornal Folha de S.Paulo enquanto detentor de um poder institucional do fazer jornalístico, e dos concedidos pelos usuários do Twitter por meio da *hashtag* "CPIdaCovid" enquanto constrangidos pelas mesmas *affordances* do meio, materializa-se na análise neste capítulo. Sendo assim, o que se pôde verificar é que o jornal Folha de S.Paulo concedeu sentidos que assemelharam a CPI da Covid a um acontecimento bélico, enquanto os usuários do Twitter a um acontecimento circense.

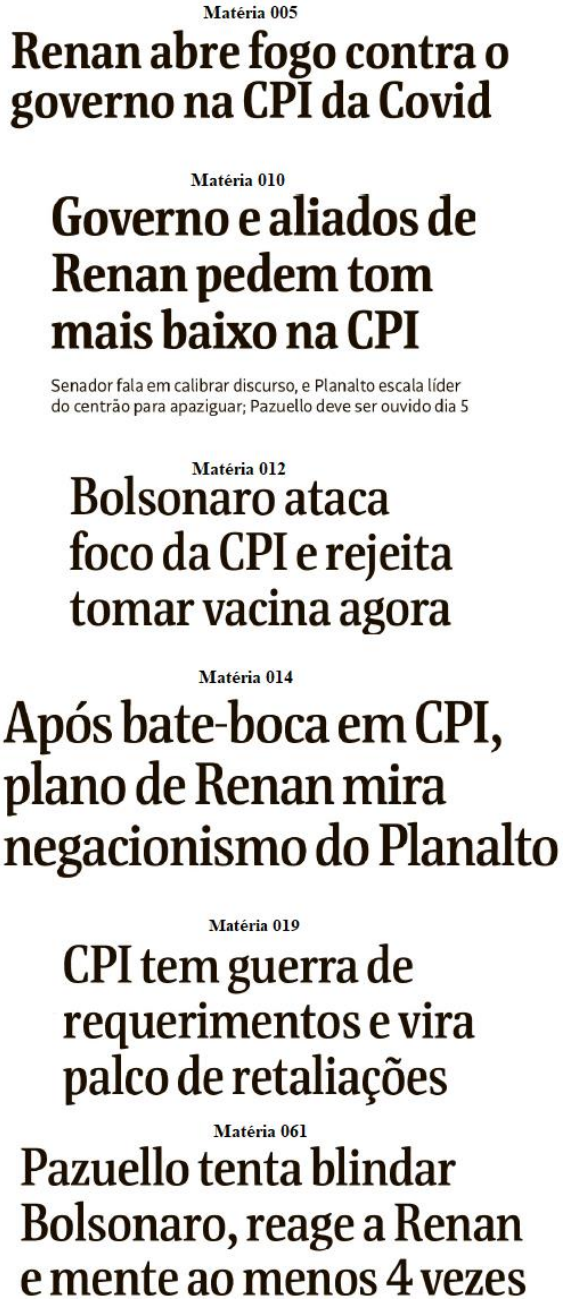
Para a discussão destes tópicos retoma-se o conceito de acontecimento a partir de Queré (2011, 2012), mais especificamente sobre a construção de um acontecimento-objeto, perpassando também a questão de imaginários que os indivíduos constroem ou se debruçam sobre para darem sentido aos acontecimentos. Sobre este último ponto, de acordo com Cunha (2013), os seres-humanos vivem de imagens socialmente construídas em torno do que é o viver e em torno de suas experiências. Para ela, "o imaginário é, portanto, um componente da existência humana como experiência marcadamente social, que dá sentido à vida coletiva e é ressignificado por ela, tornando-se um elemento em permanente construção (CUNHA, 2013, p. 55). No que interpela o campo da Comunicação, a autora argumenta que ele é "fertilizado" pelas noções do imaginário, uma vez que a imaginação social necessita da comunicação para ser construída visto que se faz na troca, sendo assim, inerentemente coletiva. Cunha (2013, p, 54) também traz as mídias para pensar a ideia do discurso criado coletivamente, indagando: "Como não enxergar o lugar das mídias, cujos discursos se apropriam de imagens socialmente construídas e ao mesmo tempo as representam contribuindo no processo de construção e reconstrução, criação e recriação dessas mesmas e de outras imagens?

Os imaginários sociais, portanto, perpassam todas as instituições, pode-se pensar, por exemplo, a escola enquanto o lugar da construção do imaginário em torno do "aprender", e a igreja como o lugar do "rezar". Esses podem ser apenas um dos inúmeros sentidos que cada pessoa pode conceder a esses espaços institucionais, por exemplo. Sendo assim, os próximos itens analisam e discutem quais os sentidos concedidos pelo jornal Folha de S.Paulo e pelos usuários do Twitter ao acontecimento CPI da Covid.

6.2.1 Acontecimento bélico na Folha de S.Paulo

Desde o início da Comissão Parlamentar de Inquérito, o jornal Folha de S.Paulo apresentou um vocabulário que reenquadrava – para fazer referência à teoria da argumentação – a CPI em um narrativa de guerra. Ao se analisar os títulos e os subtítulos das matérias, pode-se ver que palavras e expressões como "abre fogo" no título da matéria 005, "aliados" e "calibra" no título e subtítulo da matéria 010, "ataca" no título da matéria 012, "mira" no título das matérias 014 e 056 e "blindar" no título da matéria 061.

Figura 58: Título e subtítulo de matérias com vocabulário bélico no jornal Folha de S.Paulo



Fonte: Folha de S.Paulo com modificações da autora

Ainda no que se refere a títulos, há uma outra matéria – que não está no *corpus* porque não cumpria os critérios – que remete a uma situação de guerra ao fazer alusão à guerra de Troia a partir do título "Cavalo de Troia", que remete ao artefato que os gregos enviaram aos troianos como presente, mas que, na verdade, internamente, havia guerreiros gregos que tomaram a cidade. Na curta nota, o jornal se refere à Polícia Federal como o supracitado artefato.

Figura 59: Matéria "Cavalo de Troia" que não consta no corpus

Cavalo de Troia

Apesar de a cúpula da CPI da Covid ter anunciado que pretendia contar com ajuda de delegados da Polícia Federal, a comissão não mexeu mais no assunto. Nos bastidores, senadores dizem não se sentir confortáveis com a presença de alguém da PF. A oposição afirma ver o órgão alinhado a Jair Bolsonaro e diz temer vazamentos ao Palácio do Planalto. Governistas, de outro lado, argumentam que membros da comissão têm medo de que a presença da PF ajude a chegar em desvios dos estados.

Fonte: Folha de S.Paulo

Depois de expostos títulos e subtítulos, adentra-se no vocabulário relativo ao corpo dos textos. Como exposto no Capítulo 4, há um vocabulário em que as palavras reenquadram a Comissão Parlamentar de Inquérito em um uma narrativa de batalha, tendo expressões e palavras como "batalha de requerimentos", "conflito", "embates", "disputa", "ataque", "ofensiva", "derrota", "arma", "munição", "alvo", "aliados" e "tropa de choque"; e verbos como "abrir fogo", "centrar fogo", "atacar", "blindar", "atingir em cheio", "minar", "retaliar", "disparar", "destruir" e "mirar". Mais especificamente, a palavra "guerra" apareceu em três expressões: "guerra declarada", "guerra de requerimento" e "guerra de narrativas".

Dar-se-á exemplos que contemplam as palavras acima. "Batalha de requerimentos" e "guerra de requerimentos" fazem parte da mesma matéria, afirmando que "Aliados de Bolsonaro travam embates com senadores do chamado G7, que reúne opositores e independentes" (FdSP, ed. 7, mat. 19,). "Embate" também aparece na frase: "CPI da Covid estreia sob embate judicial" (FdSP, ed. 01, mat. 002). Já "disputa" e "munição" encontra-se na frase: "Disputa de ministros na articulação da CPI tira munição de governistas" (FdSP, ed. 05, mat. 017). "Ataque", "tropa de choque" e "ofensiva" pode ser encontrada na seguinte: "O plano é instruir a tropa de choque do governo a evitar ataques ao ex-ministro e só partir apara a ofensiva caso ele adote um tom incisivo contra Bolsonaro" (FdSP, ed. 06, mat. 018). "Derrota", "minar" e "aliados" são encontradas na seguinte: "Derrota para o Palácio do Planalto, Renan Calheiros foi indicado relator da CPI da Covid após seguidas tentativas de aliados de Jair

Bolsonaro de minar a comissão" (FdSP, ed. 02, mat. 005). A palavra "arma" e o verbo "blindar" encontra-se na próxima: "A articulação do Palácio do Planalto para blindar o presidente Jair Bolsonaro na CPI da Covid se tornou palco de disputa entre ministros palacianos. Além disso, senadores governistas têm ficado desabastecidos de informações para usar como arma contra a maioria no colegiado" (FdSP, ed. 05 mat. 017). Já a palavra "alvo" aparece se referindo ao ex-ministro Eduardo Pazuello, que era um dos depoentes mais aguardados: "também estava prevista nesta semana a oitiva do ex-ministro Eduardo Pazuello, principal alvo da CPI em seu estágio inicial" (FdSP, ed. 011, mat. 029).

Os verbos "atacar", "minar" e "disparar" encontram-se nas respectivas: "Ministro da Justiça pode ser convocado após atacar comissão" (FdSP, ed. 08, mat. 022); "[...] após seguidas tentativas de aliados de Jair Bolsonaro de minar a comissão, cuja duração inicial será de 90 dias, prorrogável por igual período" (FdSP, ed. 02, mat. 005) e "os congressistas defensores do Planalto planejam disparar requerimentos [...] (FdSP, ed. 07, mat. 019). Já as expressões "abrir fogo", "centrar fogo" e "atingir em cheio" são encontradas a seguir: "Renan abre fogo contra o governo na CPI da Covid" (FdSP, ed. 02, mat. 005); "Eles planejam centrar fogo no relator, Renan Calheiros" (FdSP, ed. 23, mat. 063) e "O documento tem potencial para atingir em cheio o governo [...]" (FdSP, ed. 04, mat. 014).

Observa-se que, das 12 frases citadas acima, 09 pertencem a matérias diferentes, tendo pouca ou nenhuma proximidade. Mesmo as de número 017 e 018 que estão próximas, pertencem a edições diferentes do jornal, no entanto, foram escritas pelos os mesmos jornalistas. Adverte-se, também, que só foram expostos alguns exemplos, sendo possível ter essas palavras em outras frases de igual modo. Também se pondera que todas as frases acima são exclusivamente do jornal, exceto a expressão "guerra de narrativas" que é expressada pelo ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta.

Ao retomar o conceito da "segunda vida" (QUERÉ, 2012) gerada pelo acontecimento-objeto, pode-se inferir, a partir do recém exposto, que o vocabulário utilizado pelo jornal Folha de S.Paulo para entender a CPI da Covid neste período de 25 dias – que compreende o início da Comissão Parlamentar de Inquérito até o depoimento mais esperado, que era de Eduardo Pazuello – enquanto acontecimento-objeto exprimiu sentidos que assemelham o acontecimento político a um acontecimento bélico, em que palavras, expressões e verbos fazem alusão a combates, batalhas e, por síntese, a guerras.

Uma das hipóteses para o uso deste tipo de vocabulário é a tradição da política ser considerada uma batalha – termos como "perdeu", "ganhou", "adversário", por exemplo, são usuais – e, portanto, isso pode fazer com que um acontecimento político tenha esse

espelhamento de sentidos. Além disso, uma outra hipótese para este uso de vocabulário bélico é a de que pode refletir o vocabulário do próprio presidente Jair Bolsonaro que, devido a sua trajetória no exército, profere palavras e reproduz atos autoritários e combativos em palavras como "vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre"[92] – em referência ao Partido dos Trabalhadores – e "se você quer paz, se prepare para a guerra"[93].

6.2.2 Acontecimento circense no Twitter

Como comentado por Recuero e Soares (2021), o Twitter tem um histórico de "disputas discursivas", ou seja, a plataforma é um meio no qual se expressam as mais diversas narrativas para os acontecimentos. Portanto, assim como em outros espaços, uma forma de narrativa que também circula é a ironia e o sarcasmo (como analisado por Gonçalves et al., 2015), seja na forma de *meme*[94] ou na alusão a episódios com humor. Sendo assim, observou-se uma série de *tweets* que fazem referência a CPI da Covid como um programa de entretenimento, semelhante, por exemplo, ao *reality show* Big Brother Brasil, no ar anualmente desde 2000 pela Rede Globo, maior emissora do país. Na figura abaixo segue exemplos.

---

[92] Disponível em: https://exame.com/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/. Acesso: 18 nov. 2021.
[93] Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/09/4947116-se-voce-quer-paz-se-prepare-para-a-guerra-diz-bolsonaro.html. Acesso: 18 nov. 2021.
[94] De modo sintético, memes são frases ou imagens engraçadas que se espalham na internet.

Figura 60: Exemplos de tweets sobre a CPI como entretenimento

Fonte: Twitter modificado pela autora

Outra referência à Comissão Parlamentar de Inquérito a partir da #CPIdaCovid relaciona a Comissão a briga, “barraco” ou confusão. Pode-se ver alusão ao “Programa do Ratinho” – no ar atualmente pela emissora SBT em que o “teste de paternidade” era um dos momentos mais controversos do programa, gerando brigas e discussões. Abaixo a figura elenca alguns desses *tweets*.

Figura 61: Exemplos de tweets sobre a CPI como briga/confusão

Fonte: Twitter modificado pela autora

Por fim, mais um grupo de *tweets* faz alusão direta à CPI como um circo, referindo-se a ela também como “vergonha”. Abaixo a figura mostra os *tweets*.

Figura 62: Exemplos de tweets sobre a CPI como circo

Fonte: Twitter modificado pela autora

Essa última categoria que possui teor de teatralidade e encenação, corrobora o resultado encontrado na matéria do jornal Folha de S.Paulo de 15 de maio de 2021, que expõe os dados do Datafolha que concluem que a “Maioria apoia a CPI, mas acredita que trabalho será encenação”.

Figura 63: Pesquisa do Datafolha sobre CPI

Fonte: Folha de S.Paulo

Nesse sentido, retomando novamente a teoria de Queré (2011, 2012) sobre a segunda-vida do acontecimento, pode-se observar que os usuários do Twitter conecderam sentidos de entretenimento, briga, confusão e circo à CPI da Covid. Acredita-se que esses sentidos podem ser categorizados em torno do último, ou seja, que os usuários assemelharam a CPI da Covid a

um acontecimento circense, visto que todas as outras categorias fazem parte do que o imaginário social entende por circo.

Uma hipótese para os sentidos do acontecimento – que foram configurados de modo diferente pelos dois objetos empírico – é que o meio em que a mensagem é proferida pode determinar as significações do acontecimento. Isso é reforçado por Venturini et al. (2018), quando fazem referência ao teórico McLuhan, proferindo sua afirmação de que se sabe que o meio é a mensagem e que os meios tecnológicos não só transmitem os fenômenos sociais mas participam da sua produção. Seria inviável tentar provar que todos os *tweets* entenderam a CPI como um acontecimento circense, desse modo, talvez a teoria de McLuhan não se aplique, ou se possa dizer, de acordo com Venturini et al. (2018), que os *corpora* digitais nunca são exaustivos, mas sim representativos. O que se pode afirmar, no entanto, é que ambos os sentidos se unificam se pensados a partir do conceito de espetáculo, que será delineado no item a seguir.

6.3 OS SENTIDOS DA "CPI DA COVID" COMO ESPETÁCULO

O conceito de acontecimento serviu para entender o "processo de configuração" (QUERÉ, 2011) que faz os indivíduos circunscreverem uma identificação para o que acontece, ou seja, tornar o que aconteceu inteligível, concedendo sentidos. Até aqui fora mostrado que o jornal Folha de S.Paulo fez referências à CPI da Covid como um acontecimento bélico e que os usuários do Twitter, a partir da *hashtag* CPIdaCovid, fizeram referências a ela como um acontecimento circense. A partir disso chega-se ao que Queré (2011) propõe como a "individualização do acontecimento" em que ele assume significações estabilizadas. No entanto, observa-se que essas duas identidades para o acontecimento possuem um ponto em comum. Este ponto é precisamente o conceito de espetáculo, proposto por Debord (2003). O que interessa a partir deste é, justamente, o fato de, atualmente, ser cada vez mais comum se estar distante dos espaços físicos em que os acontecimentos ocorrem. Nos dias de hoje, têm-se, muitas vezes, apenas as *imagens* e as *representações* dos acontecimentos existenciais, isto é, não se experencia os fatos diretamente, havendo, assim, há um déficit contextual – do estar presente, do sentir, do perceber, do ouvir, entre outros sentidos –em que alguns gestos, ações e reações não são vistos e nem percebidos.

Belloni (2003) faz um importante resgate ao retomar o cenário político-econômico em que o autor de A Sociedade do Espetáculo concebeu a obra e, principalmente sobre a ideologia do movimento Internacional Situacionista, que Debord fazia parte. De acordo com ela: "Os situacionistas não se limitam a propor uma revolução meramente política ou mesmo puramente

cultural: pretendem e lutam por uma nova civilização e uma transformação radical das sociedades humanas" (BELLONI, 2003, p. 126). A autora também comenta a centralidade que o conceito marxista de *alienação* assumiu na obra Debord, sendo ressignificado por este. Isso se evidencia na tese 17 da Sociedade do Espetáculo: "A fase presente da ocupação total da vida social em busca da acumulação de resultados econômicos conduz a uma busca generalizada do *ter* e do *parecer*, de forma que todo o "ter" efetivo perde o seu prestígio imediato e sua função última" (DEBORD, 2003, p. 18-19). Esta frase é interpretada por Jappe (1999), quando este afirma que a alienação significa a degradação do "ser" para o "ter" e que o espetáculo implica numa outra degradação que é do "ter" para o "parecer". Nesse sentido, observa-se a influência da obra de Marx.

> A economia autonomizada é uma alienação; a produção econômica está baseada na alienação; a alienação tornou-se seu principal produto; e o domínio da economia sobre a sociedade inteira acarreta a difusão máxima da alienação que, justamente, constitui o espetáculo. "A economia transforma o mundo, mas o transforma apenas em mundo da economia" (Sde, § 40) (JAPPE, 1999, p. 25)

Ou seja, para Jappe (1999), Debord entende que a mercadoria submete a sociedade a suas próprias leis, e defende, assim, o controle consciente dos indivíduos sobre suas produções. Frisa-se que o conceito de espetáculo é uma crítica tanto a sociedade capitalista quanto à comunista que Debord se referia, respectivamente, à "espetáculo difuso" e "espetáculo concentrado", mas que foram unificadas, como o próprio explicita no prólogo da edição francesa: "Em 1988, os Comentários sobre a sociedade do espetáculo estabeleceram claramente que a precedente divisão mundial das tarefas espetaculares entre os reinos rivais do "espetacular concentrado" e do "espetacular difuso" havia de agora em diante acabado em benefício de sua fusão na forma comum do "espetacular integrado" (DEBORD, 2003, p. 7).

É na tese 18 que o autor explicita que a origem do espetáculo é a perda da unidade do mundo e que o modo de ser do mesmo é a abstração tanto do trabalho particular quanto da produção do conjunto. A separação é, portanto, de acordo com a tese 25, o centro do espetáculo: "A *separação* é o alfa e o ômega do espetáculo. A institucionalização da divisão social do trabalho, a formação das classes, constituiu a primeira contemplação sagrada, a ordem mítica em que todo o poder se envolve desde a origem" (DEBORD, p. 22). O autor qualifica como "estranho" o espaço e o mundo desse trabalhador que não mais produz para si, mas para um "poder independente", conforme a tese 31.

Além disso, das teses primeiras de Debord (2003) – as que mais fazem sentido para se depreender a análise dos resultados desta tese – observa-se a proeminência de um vocabulário

que leva ao fim último de sua tese: de entender a sociedade não só como espetacular mas como *especulativa* por meio de constante especulação dos possíveis sentidos que os acontecimentos podem ter, o que o autor chama de "contemplação", presente na tese 2; "falsa consciência" presente na tese 3; "aparência" na tese 10, "representação" na tese 18; "ilusão" na tese 20, "separação" na tese 25, "abstração" na tese 29 e "alienação" na tese 32.

Na tese 2, o autor explicita que a realidade reflete um "pseudo mundo à parte", que é "objeto de pura contemplação". Já na tese 3, o autor classifica o espetáculo como foco do "olhar iludido" e da "falsa consciência" e, na tese 10, propõe que ele é a afirmação da "aparência", sendo sua "única" mensagem: "o que é aparece é bom, o que é bom aparece", conforme tese 12. Na tese 20, equipara o espetáculo à religião, qualificando-a como "ilusão" e, na tese 18, pode-se ver uma menção às "representações independentes" que constitui o espetáculo, inclinado para o "fazer ver por diferentes mediações especializadas o mundo que já não é diretamente apreensível". Depreende-se, a partir disso, que o espetáculo é, justamente, essa atribuição de sentidos ao mundo e, mais estreitamente relacionado a esta tese, aos acontecimentos, de modo que o entendimento sobre o que ocorre é, muitas vezes, mediado pelas *imagens* do que ocorreu e não sobre o acontecimento bruto – ou existencial, nas palavras de Queré (2012). Na tese 19 Debord (2003) corrobora esse caráter *especulativo* do espetáculo:

> O espetáculo é o herdeiro de toda a *fraqueza* do projeto filosófico ocidental, que foi uma compreensão da atividade dominada pelas categorias do *ver*; assim como se baseia no incessante alargamento da racionalidade técnica precisa, proveniente deste pensamento. Ele não realiza a filosofia, ele filosofa a realidade. É a vida concreta de todos que se degradou em universo *especulativo* (DEBORD, 2003, p. 19-20, itálico no original).

O próprio autor postula que o espetáculo não é uma referência somente aos meios de comunicação de massa, encontrando nestes somente o caráter "mais restrito" ou "superficial". O espetáculo é, assim, um modo de ser ou *parecer* da sociedade que substituiu a realidade por sua imagem, ou melhor, pelos possíveis sentidos atribuídos ao que ocorreu. No tocante a isto, Jappe (1999) faz uma importante contribuição ao ressaltar que o espetáculo também tem um atributo real, que incide sobre os indivíduos: "E, neste processo, a imagem acaba por se tornar real, sendo causa de um comportamento real, e a realidade acaba por se tornar imagem (JAPPE, 1999, p. 21). Em suas teses finais, Debord (2003) propõe que a maneira de superação do espetáculo é a partir de uma "força prática" (DEBORD, 2003, p. 154) que prega a negação desta sociedade, ou seja, a retomada da "luta de classe revolucionária", como expresso na tese 203.

O que se depreende dessa discussão é que se vive em uma sociedade permeada por antagonismos próprios do capitalismo, numa corrida pelo poder; e que há um grande culto às imagens, ou seja, aos sentidos dos acontecimentos, de modo que eles são expressos tanto pelos meios de comunicação, como no caso do objeto empírico Folha de S.Paulo quanto pelos indivíduos em geral, que mesmo que não se envolvam diretamente com o que aconteceu, tentam apreender seus sentidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese parte do princípio que todo acontecimento tem sua narrativa, isto é, que tudo que acontece é passível de perspectivas que o transformam em um objeto com identidade. A intenção aqui nunca foi provar que determinado sentido é mais "autêntico" ou "verossímil" que outro, mas sim que se pode capturar alguns sentidos expressos sobre o que aconteceu. Portanto, as mídias aqui escolhidas de maneira nenhuma esgotam os sentidos concedidos à Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia, mas indicam, por meio dos seus discursos, sentidos que, em algum momento, foram atribuídos a ela. O próprio nome concedido pelas mídias como "CPI da Covid" já contribui para essas significações, de modo que "Covid" é um nome mais especifico que "Pandemia", numa tentativa das mídias interpelarem mais um sentido à Comissão.

O jornal Folha de S.Paulo e o Twitter, por meio da *hashtag* CPIdaCovid, foram, portanto, escolhas de objetos empíricos – um pelo institucional que ocupa, que poderia ser considerado um poder vertical de atribuição de sentidos; o outro por ser um espaço que pode ser considerado de poder horizontal, visto que todos estão sujeitos aos mesmos recursos da plataforma – que possibilitaram com que alguns desses sentidos fossem capturados, de maneira que se entende que o meio pode contribuir para o formato da mensagem, ou seja, que as interfaces formatam o conteúdo, afetando os discursos sobre o que aconteceu. Isto fica mais palpável quando se pensa que as regras jornalísticas pedem um certo tipo de texto, e os recursos das plataformas também interferem no conteúdo, ainda que se considere que nada disso é sobre um determinismo tecnológico.

Utilizar um *software* de análise textual também foi uma empreitada arriscada em dois *corporas* novos – isto é, recolhidos há pouco tempo – para um acontecimento que também é jovem, ainda que tenha tempo necessário para o que essa tese objetiva. Pondera-se que o trabalho com *software*, neste caso o IRaMuTeQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), é árduo, uma vez que depende de um tempo de transcrição, isto é, que se transcreva todo o conteúdo que se deseja analisar, e de codificação, isto é, que se transcreva para a linguagem que ele foi concebido para ler – sem uso de hífen, sem uso aspas, entre outras questões. Observa-se que, ainda que a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) não seja comum em textos jornalísticos, Camargo e Justo (2018) e Nascimento e Menandro (2006) indicam essa possibilidade, embora estes últimos se refiram ao *software* Alceste, no qual o IRaMuTeQ é baseado. No entanto, em *corpus* de *tweets*,

o *software* aqui utilizado já aparece com mais evidencia, como em pesquisa do próprio criador[95] e na Comunicação e Política por meio de Verner e Sinderski (2021), por exemplo.

Primeiramente, sabe-se que o IRaMuTeQ faz uma análise textual estatística a partir da linguagem R. Ele é capaz de classificar as palavras de acordo com as categorias gramaticais (verbo, substantivo, entre outros) – previamente determinados a partir de seu dicionário – e também indica quais palavras ocorrem mais vezes de modo conjunto, determinando classes de palavras que tem um vocabulário comum. Isto é bastante interessante para uma pesquisa que lide com textos, visto que, com a devida codificação, pode conceder um panorama do conteúdo do *corpus* que seja possível de desenvolver *insights* ou confirmar alguma hipótese. Se pensarmos no dendrograma gerado pelo *corpus* da Folha de S.Paulo, em que a palavra Renan é a mais destacada dentro da Classe 2, a hipótese de que o senador Renan Calheiros, relator da CPI da Covid, teve um protagonismo se confirma por meio da leitura dos títulos e do corpo das matérias, por exemplo. Em relação ao *corpus* do Twitter, observa-se que *hashtags*, que correspondem às suas *affordances*, também foram as palavras mais importantes de certa classe, o argumento de que as *hashtags* são agregadoras e organizadoras de sentido, sendo um meio funcional para a coleta de dados

Contudo, além de pontuar o trabalho de transcrição e codificação do IRaMuTeQ, deve-se pontuar, também, alguns de seus limites. O primeiro é de há uma certa instabilidade em relação as classes, visto que uma mudança na codificação de uma palavra pode mudar sua definição. Sugere-se, portanto, que se tenha a codificação definitiva antes de gerar a análise, para que o dendrograma (que estrutura as classes) se mantenha o mesmo durante toda a pesquisa e, assim, acione-se os conceitos de forma coerente com o dendrograma definitivo. Um segundo limite, em relação ao *corpus* do Twitter desta pesquisa, é que o *software* carategorizou *tweets* muito parecidos em classes diferentes, como exemplo: “pazuello tava esperando black friday pra comprar vacina cpidacovid” em uma classe e “pazuzu adimitindo ao vivaço que tava esperando a black friday pra comprar vacina cpidacovid” em outra. Esse exemplo mostra a dificuldade em se trabalhar com textos que possuem intertextos que o interpelam e, mostra, também, o quanto basear uma análise unicamente no uso do *software* pode gerar uma incoerência na pesquisa. Nesse sentido, sugere-se entender o uso do IRaMuTeQ como um primeiro contato com o *corpus* a fim de gerar questões potenciais para a pesquisa. Isso também é sugerido por Ramos, Lima e Amaral-Rosa (2018), quando advertem que o IRaMuTeQ produz categorias intermediárias, e que as categorias finais devem se dar por meio da análise interpretativa do pesquisador. Um

[95] Disponível em: http://www.iramuteq.org/Members/pierre.ratinaud/presentations/presentation-colloque-sms-analyse-lexicometrique-des-tweets-sur-le-mariagepourtous/view. Acesso: 29 nov. 2021.

terceiro limite, relacionado ao *corpus* jornalístico desta tese, é que sua utilização não é muito reveladora, uma vez que as palavras que se associam já são esperadas devido à formalidade do texto, por exemplo: as primeiras palavras da Classe 3 “uso, hidroxicloroquina, tratamento, eficácia” correspondem à referência do jornal de que o uso da hidroxicloroquina é um tratamento sem eficácia (pelo menos 14 matérias do *corpus* fazem essa observação). Outro exemplo é sobre a Classe 1, que se referiu a uma questão de serviço, em que pontuava a agenda dos depoentes, dessa forma, a probabilidade de que ministros da Saúde aparecessem de forma simultânea era esperado.

No entanto, apesar dos limites – que são enfrentados por todas as metodologias – o IRaMuTeQ mostra-se como um *software* adequado para análise textual, possuindo uma interface amigável e um amplo dicionário – que tem seu potencial endossado por Justo e Camargo (2014) quando se refere a análises “suficientemente precisas” – que pode ser manuseado de forma a acrescentar outras palavras que ajudem a dinamizar certas análises. Como exemplo, as palavras citadas no item 5.2 “pazuzu” “pazu” “pazzuelho”, “malzuelo” e “pazuelo” poderiam estar unificadas pela palavra “pazuello” no dicionário, o que poderia conceder respostas interessantes à pesquisa de acordo com a problemática que seria imposta.

Um outro limite da pesquisa – que também é próprio do fazer – está relacionado a própria temporalidade que teve que recolher os dados por tempo determinado para poder ser passível de conclusão no tempo adequado. Desse modo, escolheu-se a temporalidade do jornal Folha de S.Paulo correspondente aos dias que compreenderam o início da Comissão Parlamentar de Inquérito, dia 27 de abril de 2021, até o depoimento mais esperado, do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello, no dia 20 de maio de 2021, tendo um *corpus* – de acordo com as regras supracitadas no item 3.2.1 – de 65 matérias. Já o tempo de coleta do Twitter, pela celeridade e quantidade de informações que tinham que ser categorizadas manualmente, foram coletados 1113 *tweets* – 980 depois da classificação do IRaMuTeQ – que compreende o período de tempo que foi das 10h às 12h do dia 19 de maio.

Sobre os conceitos angariados e discutidos nesta tese, tece-se alguns comentários tentando fazer um paralelo de acordo com a linearidade dos capítulos teóricos – excluindo o capítulo sobre procedimentos metodológicos contemplado nos parágrafos acima. De modo inicial, resgata-se que o conceito de Comunicação aqui utilizado está de acordo com a proposta de França (2001). De acordo com a autora, a Comunicação se faz a partir de compartilhamento de sentidos que se dá por meio de discursos e dentro de determinado contexto.

Para tentar apreender o que a autora coloca como o compartilhamento de sentidos por meio da produção de discursos, esta tese serviu-se do conceito de acontecimento para entender

que a produção de sentidos se dá quando os sujeitos concedem uma identidade ao que acontece por meio de um processo de discursivização. Isso é denominado, nas palavras de Queré (2012), de acontecimento-objeto. Acredita-se que os sentidos concedidos pelo jornal Folha de S.Paulo e pelos usuários do Twitter para o acontecimento CPI da Covid indicam a configuração deste último como um acontecimento-objeto, perpassando também por um processo de individualização (QUERÉ, 2011) que circunscreve o que aconteceu em um ponto de vista.

Do segundo capítulo, em que foi discutido o contexto sociocultural da prática discursiva, explora-se o conceito de Sociedade de Plataforma a partir de Van Dijck, Poell e de Waal (2018), tentando entender como os discursos das mídias, no caso do jornal Folha de S.Paulo e nas mídias, no caso dos usuários do Twitter, comportam-se no contexto atual. Esse capítulo foi importante tanto para pensar como ambos objetos empíricos se apresentam, quanto para evidenciar algumas adaptações que tanto os usuários quanto o discurso jornalístico fazem para atuar em interfaces cada vez mais permeadas pela tecnologia. O que se evidencia a partir dos discursos sobre a governança dos algoritmos e de outros conceitos centrais é que as plataformas não só mediam o discurso público, mas são atores que intervém na sua constituição. Aplicando essa conceituação ao *corpus* de *tweets*, observa-se que quando o Twitter se coloca como a serviço da "conversação pública", ele também se propõe a ser um ator que organiza tópicos relevantes por meio das *hashtags* e dos *trending tópics*. Este último não tem seus critérios expostos, ficando a cargo da plataforma determinar o que é um tópico importante para a conversa do dia, portanto, pode-se afirmar que ele é um ator que, em consonância com o que coloca Gillespie (2018), atua amplificando e limitando certos discursos.

No que se refere aos capítulos de análises, observou-se que o IRaMuTeQ pode indicar perspectivas para análises de textos, mas também se evidencia – como já discutido – a importância da análise do próprio pesquisador, pois é aquele dotado de repertório suficiente para entender as nuances dos textos. Sendo assim, a partir da análise da autora, duas observações além do *software* foram possíveis: a referência ao poder judiciário, que indica uma judicialização da política; e a referência a um vocabulário bélico, na Folha de S.Paulo e a um vocabulário circense, no Twitter. No que toca o primeiro resultado, que é a judicialização da política, observa-se que este fenômeno não é recente em países ocidentais e, no Brasil, pode ter ganhado proeminência por meio dos entraves entre Executivo e Judiciário tanto na pandemia quanto no acontecimento aqui analisado, como no momento em que o jornal Folha de S.Paulo discrimina "embates judiciais" no início da CPI, e que os usuários do Twitter acusam o *habeas corpus* do ex-ministro da Saúde Eduadro Pazuello no dia de seu depoimento na CPI.

No que diz respeito aos sentidos para acontecimento “CPI da Covid” – bélico na Folha de S.Paulo e circense no Twitter – foram utilizados trechos, frases e palavras que compõem a análise que permite afirmar – e contribuir – para a percepção de que o meio condiciona a mensagem. Mais precisamente que o jornal, como um meio institucional, com raízes em disputas políticas, condicionou a CPI como um embate, uma batalha, que pode ser próprio do jogo político; e o Twitter, enquanto uma plataforma em que os usuários estão condicionados às mesmas *affordances* e que tem um grande predomínio da ironia, entendeu a CPI como um entretenimento, e também como briga e “confusão”, sendo esses três sentidos agregados sob o imaginário social que interpela o espetáculo circense. É nesse sentido que o último capítulo se finda com a proposta de espetáculo de Debord (2003), ao propor a interligação dos sentidos concedidos a CPI a partir deste conceito que é por sua vez denso, mas que permite afirmar que os sentidos são espetaculares – mediadas por imagens e representações – e especulativos – no que toca a constante interpelação de sentidos ao que acontece.

Sendo assim, acredita-se que esta tese cumpriu seu objetivo primeiro, de analisar os sentidos concedidos ao acontecimento “CPI da Covid” no jornal Folha de S.Paulo e na plataforma Twitter. Contudo, pontua-se que para uma analisar mais aprofundada seria necessário entrevistas com os jornalistas e com os responsáveis pela linha editorial no que toca À Folha de S.Paulo; e entrevistas também com os usuários e os responsáveis pelo Twitter. Além disso, pensando na potencialidade que as análises digitais tomam nesta Sociedade de Plataforma, no futuro também poderiam ser analisadas quais contas propuseram determinados sentidos para a Comissão, de modo que alguns sentidos podem ter sido concedidos por meio de usuários mais influentes e também politizados – como numa perspectiva que pense contas bolsonaristas ou não-bolsonaristas – à semelhança do que foi analisado por Nichols et al. (2021).

Por fim, como última teorização dos resultados, tem-se a discussão que toca os sentidos do acontecimento da CPI da Covid como uma parte do conceito de espetáculo de Debord (2003). Este conceito, que faz parte de um movimento político maior, concede a instrumentalização necessária para que pensar diversos acontecimentos que são compreendidos por meio da *especulação*, ou seja, dos possíveis sentidos que os indivíduos que tentam compreendê-los, mas que estão longe e muitas vezes não envolvidos no que ocorre. Sendo assim, tentam organizar suas percepções promovendo sentidos possíveis sobre os acontecimentos.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo**. Chapecó: Argos, 2009.

AMARAL, M; LIMA, V; AMARAL-ROSA, M. Contribuições do software IRAMUTEQ para a Análise Textual Discursiva. In: **Atas**... CIAIQ2018 Investigação Qualitativa em Educação/Investigación Cualitativa en Educación/Volume 1, 2018.

AMOSSY, R. É possível integrar a argumentação na análise do discurso? Problemas e desafios. **ReVEL**, Edição Especial, v. 14, n. 12, 2016.

ARAÚJO, W. F. A construção da norma algorítmica: análise dos textos sobre o Feed de Notícias do Facebook. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - E-compós**, v. 21, n. 1, p. 1-21, jan./abr. 2018.

ARBEX, J. **Showrnalismo**: a notícia como espetáculo. 2 ed. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edições 70, 1977.

BARROSO, L. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. **Revista Direito do Estado**, Salvador, v. 4, n. 13, p. 71-91, jan/mar 2009. 14

BELLONI, M. L. A formação na sociedade do espetáculo: gênese e atualidade do conceito. **Revista Brasileira de Educação**, n. 22, jan./abril. 2003.

BAUMAN, Z. **Vigilância líquida**: diálogos com David Lyon. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BIROLI, F; MANTOVANI, D. A parte que me cabe nesse julgamento: a Folha de S. Paulo na cobertura ao processo do "mensalão". **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, v. 20, n. 2, agosto, 2014, p. 204-218.

BOGOST, I; FERRARI, S; SCHWEIZER, B. **Newsgames**: journalism at Play. Massachusetts Institute of Technology, 2010.

BRAGA, L. A prática da teoria na pesquisa em comunicação. **Galaxia**, n. 41, mai-ago., 2019, p. 48-61. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542019239896

BRETON, P. Como convencer? Da comunicação argumentativa à manipulação. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**. Ilhéus, n. 3, p. 117-132, nov. 2012.

CAMARGO, B. V; JUSTO, A. M. **Tutorial para uso do software IRaMuTeQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires**), Laccos: Florianópolis, 2018.

CASTRO, M. O Supremo Tribunal Federal e a judicialização da política. **Anais...** XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu-MG, 22 a 26 de outubro, 1996.

CERVI, E. U. Análise de conteúdo automatizada para conversações em redes sociais online: uma proposta metodológica, **Anais...** 42 Encontro ANPOCS, Caxambu, MG, 2018.

CERVI, E. U. **Manual de métodos quantitativos para iniciantes em Ciência Política**. v. 2, Curitiba: CPOP, 2019.

CERVI, E. U; GANDIN, L. Da continuidade de Lula em 2011 ao 'novo governo' reeleito em 2015: as principais características dos discursos de posse de Dilma Rousseff ao Congresso Nacional, **Anais...** Compós, 2015.

CODDINGTON, M. Clarifying Journalism's Quantitative Turn: A typology for evaluating data journalism, computational journalism, and computer-assisted reporting. **Digital Journalism**, v. 3, n. 3, p. 331-348, 2015. DOI: https://doi.org/10.1080/21670811.2014.976400

CORTEZ, N. *Hashtags* e produção de sentidos: códigos, conteúdos e tendências no Twitter. In: ALZAMORA, G; MENDES, C; RIBEIRO, D. **Sociedade da desinformação e infodemia**. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2021.

CUNHA, L. **Habeas corpus preventivo nas Comissões Parlamentares de Inquérito**. Monografia (Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais), Universidade Federal de Campina Grande, 2006.

CUNHA, M. O lugar das mídias no processo de construção imaginária do "inimigo" no caso Marco Feliciano. **Comunicação, Mídia e Consumo**, v. 10, n. 29, set./dez. 2013.

D'ANDRÉA, C. **Pesquisando plataformas online**: conceitos e métodos. Salvador: EDUFBA, 2020.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Projeto Periferia, 2003.

DE DAVID, C. **Impeachment de Dilma Rousseff**: análise das estratégias argumentativas em Veja e CartaCapital. Dissertação (Mestrado em Comunicação), UFSM, Santa Maria, 2018.

FRANÇA, L. Interatividade, expressividade e engajamento no newsgame "De volta a 1964: sua vida em tempos de ditadura". **Comunicação e Sociedade**, vol. 27, pp. 335-351, 2015. DOI: http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.27(2015)

FRANÇA, V. O acontecimento e a mídia. **Galaxia** (São Paulo, Online), n. 24, p. 10-21, dez. 2012.

FRANÇA, V. Paradigmas da Comunicação: conhecer o quê? **Anais...** COMPÓS, 2001.
GILLESPIE, T. A Relevância dos Algoritmos. **Parágrafo.** São Paulo, Brasil, v .6 n. 1, p. 95-121, jan./abr, 2018a.

GILLESPIE, T. Platforms are not intermediaries. **GEO. L. TECH. REV**, v. 2, p. 198-216, 2018.

GILLESPIE, T. The politics of 'platforms'. **New Media & Society,** v. 12, n. 3, p. 347-364, 2010.

GONGALVES, P; DALIP, D; REIS J; MESSIAS J; RIBEIRO F; MELO P; ARAÚJO L; BENEVENUTO, F; GONCALVES, M. A. Bazinga! Caracterizando e Detectando Sarcasmo e Ironia no Twitter. In: **Anais…** IV Brazilian Workshop on Social Network Analysis and Mining, 2015, Recife. IV Brazilian Workshop on Social Network Analysis and Mining, 2015.

HERMIDA, A.; YOUNG, M. **Data Journalism and the Regeneration of News**. New York: Routledge, 2019.

JAPPE, A. **Guy Debord.** Petrópolis, RJ: Vozes 1999.

JURNO, A. C. DALBEN, S. Questões e apontamentos para o estudo dos algoritmos. **Parágrafo**. São Paulo, Brasil, v. 6 n. 1, p 17-29, jan-abr 2018.

JUSTO, A. M; CAMARGO, B. V. (2014). Estudos qualitativos e o uso de softwares para análises lexicais. Em: NOVIKOFF, C; SANTOS, S. R. M; MITHIDIERI, O. B.(Orgs**.)** **Caderno de artigos**: X SIAT & II Serpro, 2014.

KISCHINHEVSKY, M; FRAGA, R. O jornalismo refém do algoritmo do Facebook: desafios regulatórios para a circulação de notícias numa sociedade de plataformas. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, v. 22, n. 2, 2020.

LEMOS, A. **A comunicação das coisas:** teoria ator-rede e cibercultura. São Paulo: Annablume, 2013.

LEMOS, A. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 4 ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

LEMOS; BITTENCOURT, E. Sensibilidade performativa e comunicação das coisas. **MATRIZes**, São Paulo, v. 12, n. 3, set./dez. 2018.

LEWIS, S; WESTLUND, O. big data and journalism: epistemology, expertise, economics and ethics. **Digital Journalism**, v. 3, n. 3, pp. 447-466, 2014. DOI: http://dx.doi.org/10.1080/21670811.2014.976418

SAMPAIO, R; LYCARIÃO, D. **Análise de conteúdo categoria**l: manual de aplicação. Brasília: Enap, 2021.

MAINGUENEAU, D. Resposta ao medo. **Revista Linguasagem,** São Carlos, v. 35, Dossiê Discurso em tempos de pandemia. Set. 2020, p. 1-17.

MELO, C. **Apostila do Iramuteq**. Universidade de Fortaleza, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2017.

MEYER, P. **The New Precision Journalism**. Bloomington: Indiana University Press, 1991.

MONT'ALVERNE, C. Crise política ofusca a Covid-19: Editoriais dos grandes jornais brasileiros durante a pandemia. In: SAMPAIO, R; SARMENTO, R; CHAGAS, V. (Orgs.).

Comunicação e política no contexto da pandemia: breves reflexões. Curitiba: Compolítica / Carvalho Comunicação, 2021.

MORAES, A de. **Direito constitucional / Alexandre de Moraes**. 13. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NICHOLS, B; KLEINA, N; MARIOTO, D; SAMPAIO, R. CPI do Circo ou CPI do Fim do Mundo? A guerra de narrativas sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito da COVID-19 no YouTube, In: **Anais...** ANPOCS, 19 a 27 de outubro, 2021.

NASCIMENTO, A; MENANDRO, P. Análise Lexical e Análise de Conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. **Estudos & Pesquisas em Psicologia**. v. 6 n. 2, 2006.

NUNES JUNIOR, A. **A judicialização da política no Brasil**: Os casos das comissões parlamentares de inquérito e da fidelidade partidária. Brasília: Edições Câmara, 2016.

OLIVEIRA, F. O Supremo Tribunal Federal no processo de transição democrática: Uma análise de conteúdo dos jornais Folha de S. Paulo e o estado de S. Paulo. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, 22, p. 101-118, jun. 2004.

OLIVEIRA, L. Análise de Texto Automatizada e Análise de Conteúdo: abordagens combinadas e apontamentos sobre a produção latino-americana. In: **Anais...** X Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, da Associação Latino-americana de Ciencias Políticas (ALACIP), 2019.

PARISER, E. **O filtro invisível**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PASQUALE, F. **The Black Box Society**: The secret algorithms that control money and Information. London: Harvard University Press, 2015.

PAVEAU, A. **Análise do discurso digital**: dicionário das formas e das práticas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

POELL; T; NIEBORG, D; VAN DIJCK, J. Plataformização. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, v. 22, n. 1, 2020.

QUERÉ, L. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In: FRANÇA, V; OLIVEIRA, L. de (Orgs). **Acontecimento**: reverberações. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

QUERÉ, L. A individualização dos acontecimentos no quadro da experiência pública. **Revista Caleidoscópio**, 2011.

REBOUL, O. **Introdução à retórica.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RECUERO, R; SOARES, F. B. O Discurso Desinformativo sobre a Cura da COVID-19 no Twitter: Estudo de caso. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, v. 24, jan./dez., 2021. DOI: doi.org/10.30962/ec.2127

SAAD, E. A plataformização das relações sociais: reflexões sobre a ressignificação da atividade comunicativa. In: FARIAS, L.; LEMOS, E.; REBECHI, C**. Opinião pública, comunicação e organizações**: convergências e perspectivas contemporâneas. São Paulo: Abrapcorp, 2020, pp. 152-163

SCHLÖSSER, A; CAMARGO, B. Percepção sobre beleza física de estudantes da Área de Exatas e Tecnológicas. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 11, n. 2, p. 79-95, jul./dez., 2019. DOI: https://doi.org/10.18256/2175-5027.2019.v11i2.3281

SILVA, J. Survey digital e mineração de dados como técnicas para pesquisa em opinião pública: um estudo de caso de líderes políticos digitais. In: **Anais...** ANPOCS, 19 a 27 de outubro, 2021.

SILVEIRA, S. A. da. **Tudo sobre tod@s**: Redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017.

SLEE, T. **Uberização**: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

TONELLI, M. **Judicialização da política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**. A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

VAN DIJCK, J. **La cultura de la conectividad**: una historia crítica de las redes sociales. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016.

VAN DIJCK, J. Seeing the forest for the trees: Visualizing platformization and its governance, **New media & Society**, v. 1, n. 19, 2020.

VAN DIJCK, J; POELL, T; DE WAAL, M. **The Platform Society:** public values in a connective world. Oxford: Oxford University Press, 2018.

VENTURINI, T; BOUNEGRU, L; GRAY, J; ROGERS, R. A reality check(list) for digital methods. **New media & Society**, v. 20, n. 11, 2018.

VERNER, A; SINDERSKI, R. O uso do Twitter nas eleições de 2020: a campanha digital dos prefeituráveis sulistas, **Anais...** Compolítica, 2021.

VIANNA, L; BURGOS, M; SALLES, P. Dezessete anos de judicialização da política. **Tempo Social**, São Paulo, p. 39-85, v. 19, n. 2, nov. 2007.

WEBER, M. H. A perversa narrativa presidencial e a comunicação pública. In: SAMPAIO, R; SARMENTO, R; CHAGAS, V. (Orgs.). **Comunicação e política no contexto da pandemia**: breves reflexões. Curitiba: Compolítica / Carvalho Comunicação, 2021.

WICHOWSKI, A. “What unite us”: how the angry few hijack public opinion and why institutions must intervene to save democracy. In: FARIAS, L. A de; LEMOS, E; REBECHI, C. **Opinião pública, comunicação e organizações**: convergências e perspectivas contemporâneas. São Paulo: Abrapcorp, 2020, pp. 18-31.

APÊNDICES

Apêndice 1: Link tweets para em arquivo do Word separado por data e hora
Link

Apêndice 2: Link para tabela do Excel com categorizações
Link

Apêndice 3: Link para arquivo do Wordpad com corpus da Folha de S.Paulo codificado para IRaMuTeQ
Link

Apêndice 4: Link para arquivo Wordpad com corpus do Twitter codificado para IRaMuTeQ
Link

ANEXOS

Anexo 1: Link para arquivo com matérias da Folha de S.Paulo
Link